

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

***A POPULAÇÃO PRÉ-COLONIAL JÊ NA PAISAGEM DA  
ILHA DE SANTA CATARINA***

*TERESA DOMITILA FOSSARI*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Geografia.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gerusa Maria Duarte

Florianópolis – Junho de 2004

## RESUMO

Entendendo-se que certas evidências arqueológicas presentes na Ilha de Santa Catarina constituem unidades do sistema de assentamento da população pré-colonial, nesta tese procurou-se dar visibilidade ao que estava subjacente à Arqueologia catarinense.

Na Ilha, a população pré-colonial Jê teria se instalado a partir do século VII ou VIII d.C., permanecendo por um período de 600 ou 700 anos, sendo que suas evidências são conhecidas desde o final da década de 50 do século passado - reveladas através de escavações de alguns sítios arqueológicos a ela relacionados. Porém, até o desenvolvimento desta tese tais sítios não tinham sido vistos em termos de seu conjunto, ou seja, como testemunhos do sistema de assentamento pré-colonial Jê.

Os enfoques foram encaminhados no sentido de levantar aspectos das relações das diversas ocupações pré-coloniais Jê com o ambiente da Ilha de Santa Catarina, demais ilhas do arquipélago, de áreas do continente, bem como, com o mar, tendo em vista verificar mecanismos de sobrevivência que teriam desenvolvido nestes ambientes.

Para tanto, este estudo foi fundamentado em dados empíricos disponíveis, provenientes de escavações arqueológicas de quatro sítios pré-coloniais da Ilha de Santa Catarina; em dados geográficos sobre o ambiente a eles relacionados e em dados de localização de todos os sítios que se supõe terem pertencido ao referido sistema de ocupação, abrangendo áreas de residência e áreas de atividades específicas - oficinas líticas e inscrições rupestres. Em outras palavras, buscou-se focalizar o conjunto integrado pelas diversas unidades espaciais construídas pela população pré-colonial Jê nesta área.

Neste estudo, a paisagem da Ilha de Santa Catarina foi considerada como uma variável a ser investigada, cujo enfoque inicial levou a reflexões sobre o fato

de se tratar de uma população instalada em ilhas. As delimitações naturais da mesma instigaram observações quanto à distribuição espacial não só das quatro ocupações - sobre as quais dispunha-se de dados empíricos - mas também de todas as demais, cujos registros arqueológicos ainda não foram pesquisados, contando-se apenas com dados cadastrais e, ainda, de certas oficinas líticas e das inscrições rupestres.

Desta maneira, este é um primeiro estudo sobre o sistema de assentamento de uma população pré-colonial Jê, desenvolvido em área costeira, mais precisamente na Ilha de Santa Catarina, voltado para as particularidades deste sistema local – considerando-se a Ilha inteira como o assentamento da referida população.

A pesquisa apoiou-se na proposta metodológica de Butzer (1989), dedicada à determinação de aspectos das interações entre as comunidades humanas do passado e o ambiente tendo como enfoque o sítio e não só os artefatos. Os sítios são vistos como resultados das decisões daquelas comunidades em relação ao ambiente com o qual interagiram espacial, econômica e socialmente. Focalizando sob tal perspectiva as evidências da população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina e aplicando a *análise de captação de recursos*, até então não testada na Ilha, foi possível verificar certas características deste sistema.

À minha mãe com carinho pela sua  
imensa sabedoria de viver.

## AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos a todos que colaboraram para a realização desta tese, em especial:

- À amiga e orientadora, Gerusa Maria Duarte, pelos ensinamentos, leituras das versões preliminares, sugestões e valiosa colaboração no desenvolvimento desta tese.
- À grande amiga Maria Madalena Velho do Amaral que, como arqueóloga, prestou importante colaboração nos levantamentos de campo e documentação fotográfica, e pelas oportunas sugestões.
- À amiga e colega Cristina Castellano, sempre disposta a cooperar, pelas horas dedicadas à revisão da bibliografia.
- À Lilian Hahn Mariano da Rocha e Marga Elis Pontelli, amigas e colegas do curso de pós-graduação, pelo apoio, incentivo e valiosas sugestões de leituras.
- Ao amigo e colega Hermes Graipel, pelo apoio prestado durante a trajetória desta pesquisa.
- Ao geógrafo Angelo Martins Fraga, pela dedicação na feitura dos mapas.
- À arqueóloga Deise Scunderlick Eloy de Farias, sempre muito atenciosa, pelos vários textos xerocados que me enviou.
- Aos amigos Luciane Scherer e Milton Knaben, pela colaboração prestada em diversos momentos da pesquisa de laboratório e pela ordenação de parte da documentação arqueológica que utilizei.
- À Maria Dorothea Post Darella e demais colegas do Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC que me apoiaram e me incentivaram nesta trajetória.
- À minha irmã Dulce, pela força e incentivo.
- À minha cunhada Maria Dolores, pelo desprendimento em me socorrer em momentos difíceis, possibilitando dar continuidade a esta caminhada.
- A todos da minha família, pelo carinho.

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO .....	012
1.1. <i>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</i> .....	020
1.1.1. <b>Comentário sobre a nomenclatura</b> .....	020
1.1.2. <b>O estabelecimento das tradições na Arqueologia Brasileira</b> .....	027
1.1.3. <b>A Tradição Itararé na literatura da Arqueologia Brasileira</b> .....	030
1.1.4. <b>Síntese das ocupações pré-coloniais Jê da costa catarinense</b> .....	041
1.2. <i>CARACTERÍSTICAS DA DOCUMENTAÇÃO ARQUEOLÓGICA</i> .....	046
1.2.1. <b>O objeto de estudo da Arqueologia, sítio e unidades de análise</b> ...	047
1.2.2. <b>A documentação arqueológica das ocupações pré-coloniais Jê na Ilha de Santa Catarina</b> .....	066
1.3. <i>A ILHA SANTA CATARINA NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL</i> .....	070
1.3.1. <b>Aspectos gerais do povoamento pré-colombiano</b> .....	070
1.3.2. <b>Diversidade das populações pré-colombianas: algumas notas</b> ...	075
1.3.3. <b>O povoamento pré-colonial da ilha de santa Catarina</b> .....	079
1.3.3.1. <u>Os caçadores-coletores</u> .....	081
1.3.3.2. <u>Os pescadores pré-coloniais Jê</u> .....	084
1.3.3.3. <u>Os agricultores de Tradição Guarani</u> .....	085

### CAPÍTULO 2

2. A PAISAGEM: UMA VARIÁVEL NO ESTUDO ARQUEOLÓGICO .....	088
2.1. <i>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</i> .....	088
2.2. <i>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERMO PAISAGEM</i> .....	088
2.3. <i>ENFOQUES SOBRE AS INTER-RELAÇÕES HOMEM E AMBIENTE</i> .....	094
2.4. <i>GEOGRAFIA E ARQUEOLOGIA</i> .....	097
2.5. <i>ARQUEOLOGIA E PAISAGEM</i> .....	100
2.6. <i>A ANÁLISE DA ÁREA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS</i> .....	107
2.6.1. <b>Considerações sobre a aplicação da análise da área de captação de recursos: o caso da população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina</b> .....	113

### CAPÍTULO 3

3. SOCIEDADES INDÍGENAS E PAISAGEM: EXEMPLOS ETNOGRÁFICOS .....	115
3.1. <i>ANALOGIA ETNOGRÁFICA, ALGUNS CONCEITOS E APLICAÇÕES</i> .....	115
3.2. <i>LITERATURA DA ETNOGRAFIA BRASILEIRA E ARQUEOLOGIA</i> ..	117
3.3. <i>AS SOCIEDADES INDÍGENAS E A NATUREZA</i> .....	118
3.4. <i>RELATOS SOBRE A VIDA COTIDIANA DAS SOCIEDADES INDÍGENAS</i> .....	120
3.4.1. <b>Território</b> .....	120
3.4.2. <b>A localização, instalação e abandono da aldeia</b> .....	122
3.4.3. <b>A habitação</b> .....	125
3.4.4. <b>A água</b> .....	128
3.4.5. <b>O conhecimento de espécies vegetais</b> .....	131

3.4.6. <b>A caça</b> .....	132
3.4.7. <b>A pesca</b> .....	134
3.4.8. <b>A coleta</b> .....	138
3.4.9. <b>Atividades domésticas dos adultos e atividades das crianças</b> .....	140
3.4.10. <b>A produção de artefatos e outros bens de consumo</b> .....	142
3.4.10.1. <u>A produção de cerâmica</u> .....	143
3.4.10.2. <u>A produção de outros itens</u> .....	145
3.4.11. <b>O fogo, fogão, fogueiras e o preparo da alimentação</b> .....	149
3.4.12. <b>Adornos corporais</b> .....	151
3.4.13. <b>A locomoção</b> .....	152
3.4.14. <b>Seus Horários</b> .....	154
3.4.15. <b>Suas disputas</b> .....	154

## CAPÍTULO 4

4. A PAISAGEM DA ILHA DE SANTA CATARINA: PRESENTE E PASSADO .....	155
4.1. <i>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</i> .....	155
4.2. <i>O AMBIENTE NATURAL</i> .....	158
4.3. <i>O AMBIENTE CULTURAL</i> .....	173
4.4. <i>A ILHA DE SANTA CATARINA E A POPULAÇÃO PRÉ-COLONIAL JÊ</i> .....	178

## CAPÍTULO 5

5. A POPULAÇÃO PRÉ-COLONIAL JÊ DA ILHA DE SANTA CATARINA .....	182
5.1. <i>AS OCUPAÇÕES TAPERA, CAIACANGA-MIRIM, PONTA DO LESSA E RIO DO MEIO</i> .....	187
5.1.1. <b>A ocupação Tapera</b> .....	188
5.1.1.1. <u>Histórico</u> .....	188
5.1.1.2. <u>Localização e aspectos da paisagem</u> .....	190
5.1.1.3. <u>A pesquisa arqueológica</u> .....	196
5.1.1.4. <u>As evidências arqueológicas</u> .....	198
5.1.2. <b>A ocupação Caiacanga-Mirim</b> .....	211
5.1.2.1. <u>Histórico</u> .....	211
5.1.2.2. <u>Localização e aspectos da paisagem</u> .....	211
5.1.2.3. <u>A pesquisa arqueológica</u> .....	212
5.1.2.4. <u>As evidências arqueológicas</u> .....	214
5.1.3. <b>A ocupação Ponta do Lessa</b> .....	218
5.1.3.1. <u>Histórico</u> .....	218
5.1.3.2. <u>Localização e aspectos da paisagem</u> .....	220
5.1.3.3. <u>A pesquisa arqueológica</u> .....	225
5.1.3.4. <u>As evidências arqueológicas</u> .....	226
5.1.4. <b>A ocupação Rio do Meio</b> .....	230
5.1.4.1. <u>Histórico</u> .....	230
5.1.4.2. <u>Localização e aspectos da paisagem</u> .....	232
5.1.4.3. <u>A pesquisa arqueológica</u> .....	237
5.1.4.4. <u>Características da ÁREA I</u> .....	240
5.1.4.4.1. <i>As evidências arqueológicas</i> .....	241
5.1.4.5. <u>Características da ÁREA II</u> .....	243
5.1.4.5.1. <i>As evidências arqueológicas</i> .....	245
5.1.5. <b>Algumas considerações sobre os diferentes assentamentos</b> .....	254

5.2. <i>OUTRAS EVIDÊNCIAS DE OCUPAÇÕES PRÉ-COLONIAIS JÊ</i> .....	258
5.2.1. <b>Ocupação Ponta da Armação</b> .....	261
5.2.2. <b>Ocupação Cruzeiro</b> .....	261
5.2.3. <b>Ocupação Joaquina I</b> .....	266
5.2.4. <b>Ocupação Ponta do Caçador II</b> .....	266
5.2.5. <b>Ocupação Igreja da Barra da Lagoa</b> .....	268
5.2.6. <b>Ocupação Santo Antônio</b> .....	269
5.2.7. <b>Ocupação Ponta do Sambaqui</b> .....	270
5.2.8. <b>Ocupação Ingleses II</b> .....	271
5.2.9. <b>Ocupação Ponta das Canas I</b> .....	271
5.2.10. <b>Ocupação Lagoinha de Ponta das Canas I</b> .....	274
5.3. <i>OFICINAS LÍTICAS</i> .....	275
5.3.1. <b>Oficina lítica do Pântano do Sul II</b> .....	276
5.3.2. <b>Oficina lítica Ponta da Armação III</b> .....	277
5.3.3. <b>Oficina lítica Caiacanga-Mirim I</b> .....	277
5.3.4. <b>Oficina lítica Joaquina III</b> .....	278
5.3.5. <b>Oficina lítica Praia Mole II</b> .....	278
5.3.6. <b>Oficinas líticas da Ponta do Caçador</b> .....	278
5.3.6.1. <u>Oficina lítica Ponta do Caçador I</u> .....	278
5.3.6.2. <u>Oficina lítica Ponta do Caçador IV</u> .....	280
5.3.6.3. <u>Oficina lítica Ponta do Caçador V</u> .....	280
5.3.6.4. <u>Oficina lítica Ponta do Caçador VII</u> .....	280
5.3.7. <b>Oficinas líticas da Barra da Lagoa</b> .....	282
5.3.7.1. <u>Oficina lítica Barra da Lagoa I</u> .....	282
5.3.7.2. <u>Oficina lítica Barra Lagoa II</u> .....	282
5.3.7.3. <u>Oficina lítica Barra da Lagoa III</u> .....	282
5.3.8. <b>Oficina lítica Morro das Aranhas I</b> .....	284
5.3.9. <b>Oficinas líticas do Santinho</b> .....	284
5.3.9.1. <u>Oficina lítica Santinho III</u> .....	284
5.3.9.2. <u>Oficina lítica Santinho VII</u> .....	284
5.3.10. <b>Oficina Lítica Ingleses I</b> .....	287
5.3.11. <b>Oficina lítica Ponta das Canas II</b> .....	287
5.3.12. <b>Oficinas líticas da Lagoinha de Ponta das Canas</b> .....	287
5.3.12.1. <u>Oficina lítica Lagoinha de Ponta das Canas II</u> .....	287
5.3.12.2. <u>Oficina lítica Lagoinha de Ponta das Canas III</u> .....	288
5.4. <i>INSCRIÇÕES RUPESTRES</i> .....	288
5.4.1. <b>Inscrição rupestre Pântano do Sul</b> .....	289
5.4.2. <b>Inscrição rupestre Ponta da Armação II</b> .....	289
5.4.3. <b>Inscrição rupestre Praia Mole I</b> .....	290
5.4.4. <b>Inscrições rupestres da Ponta do Caçador</b> .....	290
5.4.4.1. <u>Inscrição rupestre Ponta do Caçador III</u> .....	290
5.4.4.2. <u>Inscrição rupestre Ponta do Caçador VI</u> .....	290
5.4.5. <b>Inscrição rupestre Morro das Aranhas I</b> .....	290
5.4.6. <b>Inscrições rupestres do Santinho</b> .....	294
5.4.6.1. <u>Inscrição rupestre Santinho IV</u> .....	296
5.4.6.2. <u>Inscrição rupestre Santinho V</u> .....	296
5.5. <i>INSCRIÇÕES RUPESTRES E OUTRAS EVIDÊNCIAS</i> <i>ARQUEOLÓGICAS DAS ILHAS ADJACENTES</i> .....	296
5.5.1. <b>Ilha do Arvoredo</b> .....	296
5.5.2. <b>Ilha do Campeche</b> .....	298
5.5.3. <b>Ilha do Coral</b> .....	298

5.6. <i>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES ESPACIAIS DA OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL JÊ</i> .....	303
CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES .....	305
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....	312

## LISTA DAS FIGURAS

Figura 01 – Artefato ósseo com inscrição. Sítio Rio do Meio .....	67
Figura 02 – Sítio Inscrição Rupestre. Ilha do Campeche .....	67
Figura 03 – Artefato Xokleng: recipientes cerâmicos .....	144
Figura 04 – Artefato Xokleng: ponta sobre rocha .....	146
Figura 05 – Artefato Xokleng: machado sobre rocha .....	146
Figura 06 – Artefato Xokleng: cesto impermeabilizado .....	148
Figura 07 – Artefato Kaingang: cestos. ....	148
Figura 08 – Vista parcial da área onde estava o sítio Tapera .....	189
Figura 09 – Vista parcial da Praia da Tapera .....	192
Figura 10 – Vista da Ilha das Laranjeiras .....	192
Figura 11 – Oficina Lítica Caiacanga-Mirim II .....	213
Figura 12 – Vista parcial da praia da Base Aérea. ....	213
Figura 13 – Vista parcial do sítio Ponta do Lessa .....	222
Figura 14 – Blocos de granito e vegetação sobre o sítio Ponta do Lessa .....	224
Figura 15 – Vista da área onde se encontrava o sítio Rio do Meio .....	234
Figura 16 – Ecofatos: ossos de peixes. Sítio Rio do Meio .....	239
Figura 17 – Ecofatos: vértebras de peixes Sítio Rio do Meio .....	239
Figura 18 – Sítio Rio do Meio. Detalhe de um fogão .....	247
Figura 19 – Artefatos líticos. Sítio Rio do Meio .....	249
Figura 20 – Pontas ósseas. Sítio Rio do Meio .....	249
Figura 21 – Artefatos sobre dentes de tubarão. Sítio Rio do Meio .....	250
Figura 22 – Cerâmica pré-colonial Jê. Sítio Rio do Meio .....	252
Figura 23 – Ecofatos: conchas de ostras. Sítio Rio do Meio .....	252
Figura 24 – Rio Alto Ribeirão, perto de sua foz .....	262
Figura 25 – O Sítio Cruzeiro sob a casa e via pavimentada .....	263
Figura 26 – Área do sítio Cruzeiro .....	263
Figura 27 – Vasilhame cerâmico coletado no sítio Cruzeiro .....	265
Figura 28 – Local do sítio Ponta do Caçador I .....	267
Figura 29 – Sítio Ponta das Canas I .....	272
Figura 30 – Ponta do Caçador I .....	279
Figura 31 – Oficina Lítica Ponta do Caçador V, detalhe dos afiadores .....	281
Figura 32 – Oficina Lítica Ponta do Caçador V, detalhe dos afiadores .....	281
Figura 33 – Oficina Lítica Barra da Lagoa I .....	283
Figura 34 – Oficina Lítica Santinho III .....	285
Figura 35 – Oficina lítica Santinho VII .....	285
Figura 36 – Oficina lítica Santinho VII, começando a ser “atacada” pelas “cracas” ....	286
Figura 37 – Inscrição rupestre Praia Mole I .....	291
Figura 38 – Inscrição rupestre Ponta do Caçador .....	292
Figura 39 – Detalhe da inscrição rupestre Ponta do Caçador III .....	292
Figura 40 – Inscrição rupestre Morro das Aranhas I .....	293
Figura 41 – Vista do costão onde se encontram as inscrições do Santinho .....	295
Figura 42 – Inscrição rupestre Santinho IV .....	297
Figura 43 – Sítio Arqueológico Santinho IV, detalhe de desenhos .....	297
Figura 44 – Cerâmica pré-colonial Jê. Sítio Ilha do Arvoredo .....	299
Figura 45 – Vista do costão onde se encontram as inscrições rupestres da Ilha do Campeche .....	299
Figura 46 – Inscrição rupestre da Ilha do Campeche .....	300
Figura 47 – Detalhe de inscrição rupestre da Ilha do Campeche .....	300
Figura 48 – Vista parcial do sítio habitação pré-colonial Jê da Ilha do Campeche .....	301
Figura 49 - Oficina lítica Ilha do Campeche III .....	302

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização da Ilha de Santa Catarina .....	183
Mapa 2 - Áreas de captação de recursos das ocupações pré-coloniais Jê Caiacanga-Mirim, Tapera, Ponta do Lessa e Rio do Meio .....	186
Mapa 3 - Área imediata da ocupação pré-colonial Jê Caiacanga-Mirim e Tapera .....	191

Mapa 4 - Área imediata da ocupação pré-colonial Jê Ponta do Lessa .....	221
Mapa 5 - Área imediata da ocupação pré-colonial Jê Rio do Meio .....	233
Mapa 6 – Distribuição dos espaços da população pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes .....	260

## INTRODUÇÃO

Nesta tese sugere-se que certas evidências arqueológicas presentes na Ilha de Santa Catarina constituem unidades do sistema de assentamento pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina, buscando-se dar visibilidade ao que estava subjacente à Arqueologia catarinense.

Para tanto, se desenvolveu um estudo fundamentado em dados empíricos disponíveis, provenientes de escavações arqueológicas de quatro assentamentos pré-coloniais da Ilha de Santa Catarina; em dados geográficos sobre o ambiente das áreas relacionadas a estes assentamentos; em dados de localização de todas aquelas unidades espaciais - os sítios que remetem aos antigos assentamentos e às áreas de atividades específicas, oficinas líticas e inscrições rupestres. Estes sítios fazem parte da paisagem moderna da Ilha de Santa Catarina e foram construídos há mais de seis séculos atrás.

Os enfoques aqui centrados na população pré-colonial Jê da Ilha, objetivam definir aspectos das inter-relações das unidades espaciais - mais precisamente daqueles locais de residências - com o ambiente desta Ilha, com as demais ilhas do arquipélago, com áreas do continente, bem como, com o mar, tendo em vista as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pela mesma nestes ambientes. Do mesmo modo buscou-se caracterizar a distribuição espacial das diferentes unidades nesta Ilha de locais de residências e/ou os locais de atividades específicas

Desta maneira, trata-se de um primeiro estudo centrado em um sistema de assentamento de população pré-colonial Jê em uma área específica, a Ilha de Santa Catarina, na tentativa de caracterizar particularidades deste sistema local – considerando-se a Ilha inteira como o assentamento da referida população, em termos de um conjunto integrado por diversas unidades espaciais.

A presença de ocupações pré-coloniais Jê vem sendo registrada desde o final da década de 50, focalizada inicialmente de maneira isolada, uma vez que não se tinha idéia deste conjunto na Ilha. Posteriormente, estas ocupações foram evocadas em um contexto espacial e temporal mais amplo, ou seja, enquanto evidências do povoamento da costa catarinense, sob perspectivas de grandes sínteses.

Em escala local a população pré-colonial Jê corresponde à penúltima das

diferentes levadas populacionais que se estabeleceram na Ilha de Santa Catarina durante o período pré-colonial. Na Ilha, este período começou por volta de 5.000 anos A.P. (antes do presente) com a chegada dos primeiros povoadores os caçadores-coletores e terminou no século XV, quando ocorrem os primeiros contatos entre os conquistadores ibéricos e a população Guarani - os habitantes da Ilha naquela época. Aliás, é também sob a perspectiva da vinculação da população Jê do período pré-colonial com a história do povoamento humano desta Ilha que se encaminhou o presente estudo.

As evidências desta população estão nos vários sítios arqueológicos dispersos na Ilha, sítios que apontam para a possibilidade de se tratar de ocupações que além de espacialmente também estariam temporalmente inter-relacionadas, daí que se passou a concebê-los como unidades do sistema de assentamento da população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina. É o sistema formado pelo conjunto destas unidades, o alvo de interesse deste estudo, pois somente através deste referencial que se pode falar em população pré-colonial Jê da Ilha.

Mais precisamente, se pretendeu identificar as oportunidades oferecidas pelos diferentes ambientes da Ilha e dos seus entornos – incluindo as demais ilhas do arquipélago, o mar e áreas do continente - e, assim, definir alguns aspectos dos mecanismos de sobrevivência desenvolvidos pela referida população nesta área costeira. Para tanto se investigou o potencial da Ilha e o que dele teria sido utilizado pela população pré-colonial Jê, através de um levantamento de dados geográficos e dados arqueológicos - em sua maior parte disponíveis na literatura da Arqueologia Catarinense.

Além disso, contou-se com os dados, ainda inéditos, que foram reunidos através de uma pesquisa de salvamento no sítio Rio do Meio - desenvolvida pela equipe de arqueologia do Museu Universitário da UFSC, no início dos anos noventa. Antes desta pesquisa de salvamento não se falava em “uma população”, mas nos sítios arqueológicos da Ilha que tinham sido pesquisados individualmente - Caiacanga-Mirim (Rohr, 1959), Tapera (Rohr, 1966) e Ponta do Lessa ou Rio Lessa (Beck et al., 1969) – e cujas publicações registravam as semelhanças observadas entre certas evidências, notadamente a cerâmica, neles encontradas. Foi a partir da pesquisa do sítio Rio do Meio - identificado por

Fossari (1996) como de Tradição Itararé - que se passou a refletir sobre a população pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina.

A partir desta escavação foram surgindo algumas questões, por exemplo, a ausência de sepultamentos no sítio Rio do Meio – fato indagável uma vez que sepultamentos constavam dos registros dos outros três sítios. A expressiva presença de ossos de peixe em todos os níveis de deposição, o mesmo não sendo verificado para os de mamífero e ave. Pensou-se sobre o que teria levado os habitantes de tais ocupações a instalarem suas áreas de residências em determinados locais da Ilha e não em outros; na possibilidade de identificar algum padrão na distribuição de seus assentamentos na Ilha, ou não. Alguns sítios localizados em determinadas áreas – por exemplo, a área central da sede do município - poderiam ter sido totalmente destruídos, afinal está se falando de uma área bastante ocupada hoje e desde há vários séculos por europeus e mesmo pelos Guarani.

As indagações que foram surgindo - motivadas pela escavação do sítio Rio do Meio e das comparações deste com os sítios Caiacanga-Mirim, Tapera e Ponta do Lessa – não se restringiam a estes quatro sítios, mas se estenderam a vários outros sítios vinculados à Tradição Itararé, cadastrados na Ilha e ilhas adjacentes. Embora se trata de sítios ainda não pesquisados a identificação dos mesmos como de Tradição Itararé e a localização feita através de um levantamento dos sítios pré-coloniais - também desenvolvido pela equipe de arqueologia do Museu Universitário da UFSC, no final da década de 80 – apontavam para a presença de sítios de Tradição Itararé em algumas ilhas do arquipélago, do qual a Ilha de Santa Catarina é a maior. Discutia-se, inclusive, a possibilidade de as inscrições rupestres da Ilha de Santa Catarina estarem relacionadas à referida Tradição, bem como algumas oficinas líticas – pelo menos aquelas espacialmente relacionadas às possíveis aldeias de grupos desta tradição.

Os dados arqueológicos foram importantes na tentativa de caracterizar certos aspectos das inter-relações que a população pré-colonial Jê manteve com os ambientes da Ilha de Santa Catarina de um modo geral, com as áreas mais próximas dos locais de suas moradias e as mais distantes - incluindo o mar, as ilhas adjacentes e o continente.

Foi levado em conta também que as evidências da cultura material da população pré-colonial Jê - concentradas nos espaços que utilizaram como áreas de residência e/ou de outras atividades cotidianas, integram um interessante contexto arqueológico. Neste se inclui a própria Ilha, entendida como território desta população, cujo espaço por ser uma ilha, apesar da redundância é importante que se coloque, tem limites espaciais bem definidos.

O fato, aliás, de terem se instalado numa ilha, por si só, leva a indagações que merecem investigação uma vez que é dentro de seus limites que determinados locais foram selecionados pela população pré-colonial Jê para serem transformados em seus *espaços residenciais* e *espaços* de outras funções. A Ilha se apresentou como um território adequado para investigar tanto a distribuição das diferentes unidades espaciais (principalmente seus locais de residência), quanto os aspectos da paisagem que mais particularmente estariam relacionados a cada unidade espacial, considerando-se que dispensa delimitação geográfica aleatória, entre outros cortes, que se impõe muitas vezes em áreas do continente. Esta população teria na pesca a base de sua subsistência, complementada pela coleta de vegetais e moluscos – de acordo com evidências arqueológicas encontradas nas ocupações desses grupos na Ilha – recursos estes que poderiam estar em parte disponíveis nas proximidades de cada assentamento, durante um ciclo anual inteiro, e em parte em áreas mais distantes dentro ou fora da Ilha. Devendo-se considerar que, embora na Ilha os deslocamentos por terra não são difíceis, no caso do transporte de cargas pesadas, provavelmente, também teriam aproveitado as facilidades de acesso proporcionado por transporte marinho e fluvial – uma vez que há os espaços das baías contíguas relativamente calmas e de fácil domínio e que há vários pequenos rios com setores estuarinos, além dos vários manguezais. No que se refere àqueles mecanismos criados para captar recursos pensou-se não só em termos de subsistência alimentar, mas também naqueles destinados a suprir suas outras necessidades, como água para a higiene corporal; lenha para o fogo - usado para cozer alimentos, aquecer durante a noite, afugentar animais, queimar cerâmica entre outros empregos -, lenha ou casca de árvores para construção de canoas, argila para a elaboração de cerâmica; e no conhecimento dos locais das respectivas fontes provedoras.

Foi a partir de reflexões neste sentido que a idéia de um projeto para investigar esta população acabou sendo concretizado, em cuja proposta inicial já se alinhava um estudo que reunisse dados arqueológicos (provenientes de pesquisas realizadas em sítios arqueológicos da população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina) e dados geográficos que se mostrassem relevantes para tentar alcançar as relações que a população pré-colonial Jê manteve com o ambiente da Ilha.

Este estudo buscou esclarecimentos sobre os mecanismos desenvolvidos pela população pré-colonial Jê que garantiu a manutenção da mesma na Ilha de Santa Catarina. Também deveriam fazer parte destes mecanismos seus conhecimentos sobre os locais mais adequados - como abrigados dos ventos, de ataques inimigos, secos e ensolarados - para instalarem suas habitações permanentes e acampamentos temporários. Neste conhecimento se incluíam os caminhos mais fáceis e o tempo despendido em seus deslocamentos por terra - noções da morfologia dos terrenos, formas do espaço - e por mar - noções dos locais de “abrigos” ou segurança nas ilhas e ilhotas adjacentes, dos perigos implicados no afastamento do continente adentrando no oceano aberto de onde vêm os tubarões e baleias, ondulações altas, correntes, entre outras ameaças, não se descartando a possibilidade de contarem com o temor de entes mitológicos.

Embora se trate de um estudo de interesse arqueológico, a dependência de dados geográficos foi a principal motivação do seu desenvolvimento junto a um Curso de Pós-Graduação em Geografia. Sob tal perspectiva, deve-se dizer que foi indispensável a colaboração da geógrafa Profa. Dra. Gerusa Maria Duarte que, além de orientadora desta tese, valendo-se de seu aprimorado conhecimento sobre a Ilha de Santa Catarina, elaborou as descrições - aqui apresentadas em caráter de *comunicação pessoal* - que retratam os diferentes ambientes transformados em áreas residenciais pela população pré-colonial Jê.

Pelo fato de este estudo estar vinculado a um curso de Pós-Graduação em Geografia, sentiu-se a necessidade de prestar alguns esclarecimentos de caráter arqueológico, daí que no **Capítulo 1** são discutidas questões que dizem respeito à Arqueologia Brasileira, alguns desencontros na sua nomenclatura e sistemas de classificações para identificar as diferentes culturas do período pré-colonial. Neste capítulo inicial são apresentadas, também, as principais características da

documentação arqueológica que remete aos sítios da população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina. E, tendo em vista situar população pré-colonial Jê dentro do contexto da história pré-colonial da Ilha de Santa Catarina, acrescentou-se uma síntese deste período, precedido de alguns aspectos de seu contexto mais amplo, a começar pelo maior, o do povoamento do Novo Mundo.

Tendo em vista que a paisagem neste estudo foi considerada como uma possibilidade a mais para investigar esta população pré-colonial, dedicou-se o **Capítulo 2** à discussão de alguns aspectos mais gerais em torno do tema paisagem. Desta maneira, foram feitas algumas considerações a respeito do termo paisagem, das relações entre o homem e o ambiente, das preocupações que movem estudos da paisagem sob o domínio da Arqueologia e dos paralelos entre Arqueologia e Geografia.

**No Capítulo 3** foram reunidos vários exemplos sobre o comportamento de sociedades indígenas brasileiras diante de seus respectivos ambientes, tendo em vista evidenciar o caráter e a diversidade das interações entre o homem e o ambiente em sociedades que, se comparadas com as do "mundo capitalista", poucas transformações impõem ao seu ambiente. E, principalmente, evidenciar o fator - que para a Arqueologia é terreno movediço - cultural subjacente a todas as atividades de uma sociedade. Por isso, justifica-se a inclusão deste quadro. Através dele, levanta-se algumas possibilidades de se pensar as interações entre a sociedade pré-colonial Jê e o ambiente da Ilha de Santa Catarina.

O **Capítulo 4** é um esboço de paisagens da Ilha de Santa Catarina desde a visão que se tem nos dias atuais, passando por aquela de outras épocas do passado, até a da ocupação pré-colonial Jê, apoiado na identificação dos principais componentes que caracterizam esta ilha - em seus aspectos geográficos.

É **no Capítulo 5** que se trata em detalhes da população pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina, apoiando-se no registro arqueológico de quatro ocupações: Caiacanga-mirim (Rohr, 1959), Tapera (Rohr, 1966) e Ponta do Lessa (Beck et al., 1969) e Rio do Meio (Fossari et al., 1998). Neste último capítulo também foram incluídas descrições de outras ocupações atribuídas à população pré-colonial Jê, mas que ainda não foram escavadas, por isso são apenas descritas, além de algumas oficinas líticas e inscrições rupestres.

Finalizando esta tese apresenta-se, sob o título de Considerações finais e conclusões, alguns resultados a que se chegou, dando-se ênfase àqueles relacionados ao conjunto das unidades espaciais da população pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina e demais ilhas do arquipélago.

## OBJETIVOS

Os enfoques centrados na população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina, objetivaram:

Definir aspectos das inter-relações das unidades espaciais - mais precisamente daqueles locais de residências - com o ambiente desta Ilha, com as demais ilhas do arquipélago, com áreas do continente, bem como, com o mar.

Identificar os aspectos físicos que mais particularmente estariam relacionados a tais unidades espaciais.

Estabelecer quais as possíveis estratégias de sobrevivência desenvolvidas pela população pré-colonial Jê, nos diferentes espaços que ocupou na Ilha de Santa Catarina.

Caracterizar a distribuição espacial das diferentes unidades - locais de residências e/ou de atividades específicas - nesta Ilha e demais ilhas do arquipélago.

Contribuir para a preservação dos vestígios arqueológicos, ainda existentes na Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes.

## 1.1. A DOCUMENTAÇÃO ARQUEOLÓGICA

### 1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Antes de mais nada, convém prestar alguns esclarecimentos sobre a terminologia aqui utilizada de caráter arqueológico. Do mesmo modo, apontam-se alguns de seus desencontros, detendo-se na questão da Tradição Itararé - atribuída às evidências arqueológicas de ocupações pré-coloniais Jê – principalmente àquelas da zona costeira catarinense.

Teve-se, também, a preocupação de falar das principais características da documentação arqueológica que remete aos sítios da população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina; bem como situar esta população dentro do contexto da História Pré-colonial da Ilha de Santa Catarina. Antes, porém, deu-se destaque a certos aspectos que permitem estabelecer as vinculações desta história com o processo do povoamento do Novo Mundo.

#### 1.1.1. Comentário sobre a nomenclatura

A título de esclarecimentos, segue um comentário sobre termos que são empregados na literatura da Arqueologia Brasileira para identificar culturas passadas e suas dimensões temporais e espaciais, sob contextos dos mais amplos até os mais particulares.

Destaca-se inicialmente o termo pré-histórico, o de maior utilização na literatura brasileira e norte-americana, que se refere a todas as populações que fizeram a História do povoamento do Novo Mundo durante o período que antecedeu a conquista européia.

Esta conquista se iniciou “oficialmente” em 1492, com o desembarque do genovês Cristóvão Colombo, em Guanahani, uma das ilhas do Caribe. Aliás, deve-se a este navegador a equivocada denominação **índio** - pois acreditando ter atingido terras asiáticas naquela data, registrou em seu Diário as palavras Índia e índios - e mesmo depois que os conquistadores perceberam que a América correspondia a um continente distinto da Ásia, “... *os habitantes do Novo Mundo continuaram a ser chamados de índios. Entretanto com este termo, índios, os conquistadores rotulavam as populações mais diversas desde o norte até o sul do continente americano*”. (Melatti, 1987:19).

Abre-se aqui um parêntese para lembrar que a identidade índio remete, segundo Batalla (1981, apud Santos, 1989:54):

*“... ao setor colonizado e faz referência necessariamente à relação colonial.*

*O índio surge com o estabelecimento da ordem colonial européia na América: antes não há índios, mas povos diversos com suas identidades próprias. O índio é criado pelo europeu, porque a atuação colonial exige a definição global do colonizado como diferente e inferior (de uma perspectiva total: racial, cultural, intelectual, religiosa, etc.); com base nessa categoria de índio, o colonizador racionaliza e justifica a dominação e sua posição de privilégio (a conquista se transforma, ideologicamente, em empresa redentora e civilizadora).”*

Desta maneira, o termo índio vincula-se às comunidades indígenas<sup>1</sup> que a partir da invasão européia passaram a carregar o ônus das conquistas, da ruptura de suas trajetórias de vida, do extermínio físico de muitas delas, além de outras conseqüências nefastas.

Considerando que o termo índio possui tais implicações, não seria adequado fazer uso do mesmo para designar os habitantes das Américas no período que antecedeu a dominação européia.

Voltando a questão do termo Pré-História, convém destacar que este foi cunhado por Daniel Wilson em 1851, para incorporar a História do desenvolvimento humano que antecedeu ao aparecimento da escrita (cf. Bray & Trump, 1973).

Entretanto, de acordo com Young (1988), descontando-se os primeiros momentos do Paleolítico Inferior<sup>2</sup> - o da fronteira entre a História Natural e o surgimento do *Homo sapiens sapiens* - a distinção entre História e Pré-História não se sustenta. Para este autor, História corresponde, em seu sentido mais amplo, às concepções formuladas no presente sobre eventos do passado. Estes eventos só se tornam parte da História quando interpretados por um historiador, imbuído da visão do seu tempo e de sua cultura. Para Young (1988), todas as coisas, sejam documentos ou artefatos preservados do passado, constituem produtos do pensamento humano, por isso, questiona o fato de atribuírem à invenção da escrita o divisor entre a História e a Pré-História, uma vez que trata-se de uma das muitas manifestações do pensamento da humanidade.

---

<sup>1</sup> Segundo Cunha (1985:36-37): “Comunidades indígenas são aquelas comunidades que se consideram segmentos distintos da sociedade nacional em virtude de uma consciência de sua continuidade histórica com sociedades pré-colombianas (...) é índio quem se considera pertencente a uma dessas comunidades e é por ela reconhecido como membro.”

<sup>2</sup> Convém lembrar que o Paleolítico Inferior (a primeira das três subdivisões do Paleolítico, as outras são Médio e Superior), é o período que se iniciou há alguns milhões de anos com a emergência do gênero Homo - cujos vestígios de sua cultura material testemunham a produção dos primeiros instrumentos mais elaborados e variados sobre rocha, no continente africano. Muito sintomático aliás é o fato de que segundo Jorge (1987:77) os arqueólogos que se dedicam ao Paleolítico na Europa sejam “... normalmente geólogos do Quaternário.”

Há de se levar em conta também que, em escala temporal, o início do povoamento humano na América não se compara com aquele que os arqueólogos confrontam no Velho Mundo, como na África, onde focalizam o despertar da humanidade, ocorrido há mais de 1 milhão de anos, reconstruindo as épocas mais recuadas da evolução humana, enquanto que os arqueólogos americanos, no espaço das Américas

*“... enfrentam problemáticas bem diferentes, devido à origem asiática dos primeiros povoadores do continente, remontando suas discussões a épocas em que o Homo sapiens sapiens já estava conformado como tal e dispersado por amplas zonas do planeta, (...) no Paleolítico.”* (Jácome, 1987:12).

Acrescente-se que a escrita não é o único meio de registrar a História de um povo. Entre algumas sociedades indígenas brasileiras, por exemplo, é através da arte que *“são transmitidas referências sobre a vida em sociedade: o sexo, a idade, o grau de parentesco, a filiação clânica, a metade exogâmica de seus membros e também noções acerca do mundo não social ...”* (Velthem, 1994:87-88).

Remetendo-se à linguagem simbólica de certos ornamentos corporais dos Kayapó e dos Suyá, Ribeiro (1992:13) comenta que:

*“A pintura corporal, além de marca de identificação étnica (...) informa a respeito do sexo, idade e condição social do indivíduo. (...) estudos mostraram que, na atividade ritualística, que corresponde a um tempo e a um espaço sagrado em que se constrói a identidade étnica, estão embutidos símbolos e significados metafóricos, traduzidos nos ornamentos pessoais com que os participantes se paramentam e nos objetos cerimoniais de que se cercam.”*

Para encerrar este comentário sobre registros históricos de sociedades ágrafas, vale a pena transcrever, ainda de Ribeiro (1992:135), o que segue:

*“Os estudos da **linguagem** das representações gráficas e dos ornamentos corporais levam a concluir que, no caso dos povos ágrafos, as manifestações mágico-religiosas e a rede de relações sociais se expressam através da arte. A reiteração de motivos e significados semânticos aplicados ao embelezamento do corpo, da casa e dos utensílios confere uma homogeneidade visual ao universo tribal que milita em favor de sua unicidade e diferenciação em relação às demais tribos. (...) Neste sentido, tal como a língua, as crenças e as narrativas míticas, os elementos materiais da cultura, de que formam parte as artes gráficas, vêm a ser um mecanismo ideológico que reforça a etnicidade e, em consequência, a resistência à dissolução da etnia.”*

Por outro lado, referindo-se aos povos agricultores que ocuparam o Centro-Oeste brasileiro, no período pré-colonial, Wüst (1999:330) comenta que:

*“Embora comumente rotulemos (...) de **pré-históricos** por não possuírem documentos escritos, o seu corpo e a sua tradição oral, na medida em que é apropriadamente decodificada, revelam (...) aspectos extremamente ricos quanto à construção coletiva de suas trajetórias históricas.”*

Na literatura de certos países de língua espanhola - como México, Peru, Colômbia e Argentina - termos como *pré-colombiano* (González, 1992), *pré-hispânico* (Arellano, 1992) e *pré-colonial* (Lumbreras, 1992) são comumente empregados. Estes são bem mais adequados do que “pré-históricos”, considerando-se que, a ausência de registros escritos não é argumento para negar a História destas populações do passado que, como nós, são *Homo sapiens sapiens*.

Alguns autores brasileiros como Meneses (1984), Wüst (1990, 1999) também adotaram o termo *pré-colonial*, cujo sentido aponta para o período que antecede o “primeiro capítulo” da **História Oficial** do Brasil, o período colonial - que se estendeu entre os séculos XVI e XIX, quando estas terras pertenceram à Coroa Portuguesa. O termo pré-colonial, por não acarretar maiores equívocos, é mais adequado para designar o período mais remoto e de maior duração de nossa História, anterior ao domínio luso. Período que, aliás, além de longo compreende uma considerável diversidade cultural.

Para dar conta da diversidade cultural das populações pré-colombianas, sob a visão da abordagem histórico-cultural, os arqueólogos americanos Philip Phillips e Gordon Willey (1954) propuseram um esquema classificatório - a exemplo daqueles estabelecidos para a “Pré-História da Europa”. A sistematização que resultou no referido esquema teria sido, no dizer destes autores, uma *“divisão arbitrária do continuum cultural-espacial-temporal”* (Phillips & Willey, 1954:275) e que se fundamentou nos restos materiais que chegaram até o presente e nas tradições sociais comuns que destes restos se pode deduzir. Para os autores, o *“conteúdo cultural total é representado pelos instrumentos líticos e cerâmicos.”* (p. 274) e, assim, sob tal concepção, a nomenclatura, evocando características da tecnologia lítica ou cerâmica passou a ser empregada para identificar muitas das distintas populações do período pré-colonial.

Do esquema classificatório proposto por aqueles arqueólogos americanos, *“tradição”* e *“fase”* tornaram-se de uso comum na Arqueologia brasileira a partir da implantação do *Programa Nacional de Pesquisas*

Arqueológicas (PRONAPA), sobre o qual tratar-se-á mais adiante.

Para Phillips & Willey (1954: 280) o termo *tradição* corresponde a uma continuidade temporal “...caracterizada por configurações persistentes de tecnologias simples ...” que se prolongam por um considerável intervalo de tempo, enquanto que uma *fase* corresponde à unidade representativa de uma cultura em um determinado espaço de tempo.

Na arqueologia brasileira encontra-se algumas tentativas de esclarecer os conceitos de “*tradição*” e “*fase*” como a de Kern (1991:8) reforçando as noções de tempo e espaço:

*“A fase rotula elementos (tipos de habitação, implementos, manifestações artísticas etc.) associados entre eles no tempo e no espaço (...) A tradição indica a persistência através do tempo e de uma certa localização geográfica de elementos culturais (...), sendo um rótulo para reunir os conjuntos de dados das fases.”*

No entender de Schmitz & Becker (1991):

*“Tradições são conjuntos maiores de materiais com características semelhantes, reunindo em geral diversas fases e que mantêm as características, isoladas como diagnósticas, dentro de um tempo (e espaço) mais amplos; mal comparando, abrangeriam o espaço e o tempo de uma nação indígena. O nome da primeira fase determinada para um certo material costuma dar o nome à tradição.”* (p. 257).

*“... fases denominam conjuntos de materiais com características semelhantes (cerâmica, artefatos de pedra ou osso, gravações ou pinturas em rochas) e que mantêm as características, isoladas como diagnósticas, dentro de um espaço e tempo reduzidos; mal comparando, abrangeriam o espaço e o tempo de uma tribo indígena.”* (p.256).

Referindo-se à aplicação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), na década de 70, Meggers (1990:191) exemplifica o emprego das categorias *fase* e *tradição*:

*“Uma fase consiste no conjunto de sítios com amostras de cerâmica que podem ser interdigitadas em uma única seqüência seriada. As amostras que não podem ser interdigitadas pertencem, por definição, a outra fase (...), uma fase pode ser entendida como a representação de uma unidade social similar, a saber, uma comunidade que consiste em uma ou mais aldeias que interagem mais intensamente entre si do que com aldeias de outras comunidades da mesma tribo ou filiação lingüística.”*

Na Arqueologia Brasileira foram estabelecidas inúmeras fases - por exemplo, o *Índice das fases arqueológicas brasileiras* (Simões, 1972) destaca mais de 100 – relacionadas a algumas tradições, sendo que a Tradição Tupi-

Guarani<sup>3</sup>, a Tradição Itararé, a Tradição Umbu, a Tradição Humaitá, entre outras, também fazem parte dos referenciais da Arqueologia Catarinense.

A maior parte das fases estabelecidas constitui “unidades” de uma *tradição*, assim, por exemplo, a Tradição Itararé reúne, entre outras, as Fases: Ibirama (Piazza & Eble 1968), Enseada (Beck, 1970) relacionadas a ocupações de Santa Catarina; Açungui (Chmyz, 1968), Candoi (Chmyz, 1971), Cantu (Chmyz, 1982) a ocupações do Paraná.

Diagnosticadas a partir de características dos artefatos, as diferentes populações do período pré-colonial também vêm sendo classificadas em *ceramistas* e *pré-ceramistas* por autores como Prous (1992), Schmitz (1988), Neves (1988), Bandeira (1999), entre outros. O primeiro termo nomeia as populações que deixaram nos locais de seus antigos assentamentos vestígios de sua produção cerâmica. Aliás, das evidências arqueológicas, a cerâmica constitui um dos principais instrumentos para o estabelecimento de taxonomias, uma vez que a sua fragilidade, como salientam Meggers & Evans (1970:10):

*“...exige uma produção em larga escala, mas os cacos são suficientemente resistentes para persistir mesmo em condições climáticas adversas; porque foi usada no sítio de habitação e, portanto, aí deixada em certa quantidade (...) e porque uma variedade (...) de acabamentos de superfície, decoração e formas de vasilhames é compatível [mas não determinante] com o preenchimento de sua função de recipiente.”*

Populações *pré-ceramistas* são aquelas que não deixaram vestígios cerâmicos no local de suas habitações abandonadas, e por isso consideradas como não produtoras de cerâmica.

Os conceitos de *ceramistas* e de *pré-ceramistas* conseqüentemente também são evocados no estabelecimento de tradições. Assim, por exemplo, a Tradição Itararé é identificada como tradição cerâmica, enquanto que outras - como a Tradição Umbu<sup>4</sup> diagnosticada por artefatos líticos, mais precisamente por pontas de projétil – correspondem a tradições pré-ceramistas.

---

<sup>3</sup> O termo Tupi-Guarani também nomeia uma família lingüística que agrupa 17 línguas faladas no Brasil (cf. Teixeira, 1995). Boiteux (1912:44-45), referindo-se à língua dos índios da costa brasileira que identifica como Tupi-Guarani, comenta que “...os primeiros colonos portugueses [a] denominaram **Língua geral**. Esta língua que foi falada quase dois séculos depois da descoberta, esteve tão em voga entre os colonos, que o governo lusitano, temendo que ela sobrepujasse o idioma nacional, aboliu-a pela Provisão de 12 de Outubro de 1727.”

<sup>4</sup> Conforme Schmitz (1984:15) a Tradição Umbu “...compreende aqueles sítios pré-cerâmicos que tem as suas indústrias caracterizadas por pontas de projétil, nos três estados do Sul do Brasil, do 7º milênio para cá.”

O emprego de ambas as denominações, *ceramistas* e *pré-ceramistas*, além de uma conotação evolucionista, pode ser fonte de equívocos, começando pela motivação que teria levado certos arqueólogos a adotarem tal classificação, como em Neves (1995:186):

*“Em muitos casos, populações agricultoras são também fabricantes de cerâmica, e é por isso que alguns arqueólogos fazem referência a **populações ceramistas** ou **pré-ceramistas** na apresentação e discussão de seus trabalhos. Existem porém vários exemplos documentados de populações ceramistas que não praticam a agricultura ou vice-versa e por isso tal correlação - embora válida em um nível geral - deve ser sempre tomada com cautela.”*

O mais acertado, porém, seria não evocar a presença ou ausência da cerâmica - entre as evidências de assentamentos do passado - para classificar as populações pré-coloniais. Esta classificação torna-se imprópria diante da possibilidade de que a produção cerâmica nem sempre tenha sido uma prática comum a todos os grupos de uma mesma etnia. Por exemplo, alguns grupos Nambikwara - indígenas habitantes dos estados Mato Grosso e de Rondônia - produzem cerâmica, enquanto que outros não (cf. Lima, 1987). Além disso, talvez nem todas as populações que utilizaram recipientes cerâmicos também os produziram, é o que informa Baldus (1970) comentando que os Tapirapé e os Kamayurá - indígenas que ocupam áreas do Xingu - teriam abandonado a produção de recipientes cerâmicos e passado a adquiri-los de tribos vizinhas.

Por outro lado, Lavina (2002)<sup>5</sup> encontrou um sítio no município de Jacinto Machado/SC, cujas evidências arqueológicas (vasilhames cerâmicos simples, e decorados com impressões de cestaria) atribuídas a grupos “ceramistas” de Tradição Taquara<sup>6</sup> estavam associadas a artefatos (pontas de projétil pedunculadas, triangulares, produzidas sobre calcedônia e quartzo) identificados como sendo de populações “pré-ceramistas” de Tradição Umbu.

Entre as inúmeras ocupações pré-coloniais registradas pelo Pe. João Alfredo Rohr, algumas preservaram evidências que apontam para associações como a acima mencionada. Por exemplo, referindo-se a 15 sítios arqueológicos cadastrados no município de Urussanga, Rohr (1982: 53) comenta que

*“Estes sítios caracterizam-se por uma indústria lítica, predominantemente, de (...) pontas de flecha, munidas de pedúnculo e aletas; facas,*

---

<sup>5</sup> Comunicação pessoal.

<sup>6</sup> Esta tradição, conforme comentário mais adiante, vem sendo associada por Schmitz (1988) entre outros, à Tradição Itararé.

*raspadores, furadores e grande número de lascas. (...) Inicialmente, eram encontrados, também, cacos de cerâmica<sup>7</sup> e alguma vasilha inteira; que, entretanto se desvaneceram, devido a cem anos de lavoura intensa.”*

Os equívocos que vem acarretando esta divisão das ocupações pré-coloniais - em tradições *pré-ceramistas* e *ceramistas* - também são evidentes em Silva & Noelli (1996:7-8)<sup>8</sup>, quando comentam que as

*“...tradições pré-ceramistas Umbu e ceramistas (Itararé, Casa de Pedra e Taquara), que a princípio, parecem bem definidas tornam-se ambíguas e intrincadas, na medida em que realizamos uma análise mais acurada das suas características, conseqüentemente, a ligação destas tradições (pré-ceramistas e ceramistas) com os grupos historicamente conhecidos torna-se mais complexa e dependente de detalhes, só obtidos com pesquisas interdisciplinares.”*

### 1.1.2. O estabelecimento das tradições na Arqueologia Brasileira

Os termos anteriormente destacados, de um modo geral, passaram a ser amplamente utilizados na literatura da Arqueologia Brasileira a partir da implantação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), coordenado pelos arqueólogos americanos Betty Meggers e Clifford Evans, no final dos anos 60.

Através do PRONAPA - desenvolvido entre os anos de 1965 a 1970 – conforme Dias (1995:36):

*“... criou-se entre os participantes uma mentalidade: o hábito de realizarem numerosas prospecções rápidas, interessados sobretudo em sítios superficiais, com coletas de material em superfícies limitadas, para serem estudadas como amostragens. Esta filosofia (sic) de trabalho a qual aderiram outros pesquisadores (...) preenche bem as necessidades de arqueólogos que iniciam as pesquisas em regiões desconhecidas, propiciando rapidamente uma visão geral, ainda que superficial.”*

O PRONAPA pode ser visto como um marco na Arqueologia Brasileira. Através de suas pesquisas revelou-se um quadro bem mais complexo de amplitude espaço-temporal do que aquele que se conhecia até então sobre a ocupação pré-colonial do país (Dias, 1995).

Por outro lado, nem todos os autores concordam que os trabalhos desenvolvidos pelo PRONAPA tenham contribuído para o avanço da Arqueologia Brasileira. Das críticas dirigidas a este programa destaca-se, por exemplo, a de

---

<sup>7</sup> Grifo nosso

<sup>8</sup> Estes autores, entretanto, não questionam a divisão entre pré-cerâmico e cerâmico. Suas preocupações estão canalizadas para a questão da história dos grupos Jê no sul do Brasil, incluindo a do período pré-colonial.

Dias (1995:39) que comentando sobre “os métodos pronapianos” diz que estes proporcionaram

*“...um conhecimento apenas aproximativo dos grupos pré-históricos brasileiros, decorrente das limitações explicativas oferecidas pela abordagem teórica que sustentava suas pesquisas. Torna-se necessário, portanto, situar e avaliar de forma detida as posturas teóricas subjacentes ao PRONAPA, para que possamos redimensionar o conhecimento arqueológico produzido pelo Programa, na busca de novas alternativas de pesquisa que rompam os limites interpretativos sob os quais este se encontra.”*

Mais severa, porém, é a crítica de Noelli (2000) não deixando espaço para qualquer ponto positivo - inclusive as datações absolutas, cujas estimativas certamente não são de “autoria” dos arqueólogos do PRONAPA - manifestada no trecho que segue:

*“Considerando que os dados pronapianos são pouco confiáveis, temos poucas informações úteis e que constituem objetos independentes dos observadores: a localização geográfica dos sítios, as coleções arqueológicas depositadas em museus e laboratórios e, provisoriamente, com muita cautela, as datações radiocarbônicas. Isso nos leva a uma ingrata e radical conclusão;1) os sítios devem ser pesquisados novamente, 2) as coleções re-analisadas e comparadas, 3) as datações devem ser refeitas”. (p. 38).*

Mesmo que se tenha uma certa reserva em relação ao PRONAPA, não dá para negar a importância deste programa à Arqueologia Brasileira em termos dos intensos levantamentos que cobriram grande parte do território nacional, registrando a ocorrência de ocupações pré-coloniais em áreas até então não perscrutadas arqueologicamente. Além disso, vale lembrar que através do PRONAPA foram canalizadas verbas para um tipo de trabalho até então pouco favorecido pelos órgãos governamentais de fomento à pesquisa, ganhando com isto a Arqueologia Brasileira.

Anteriormente à implantação do PRONAPA, a Arqueologia desenvolvida no Brasil Meridional estava voltada essencialmente para, segundo Silva & Meggers (1963:125) “... três problemas: a Antigüidade do homem na região da Lagoa Santa, a idade e cronologia da cultura do sambaqui<sup>9</sup> (...), a cerâmica produzida em sítios de origem Tupi-Guarani.”

---

<sup>9</sup> Sambaqui é um tipo de sítio arqueológico que se apresenta em elevação estratificada por camadas de conchas associadas com outros restos faunísticos, carvão, artefatos e sepultamentos. Encontrados ao longo de quase toda a costa brasileira este tipo de sítio também ocorre em outros países das Américas e fora delas como no Japão, Dinamarca, Austrália (cf. Duarte, 1968). Sendo assim trata-se de uma categoria genérica que identifica apenas a esta característica morfológica cujos registros arqueológicos podem estar relacionados a diferentes populações no tempo e no espaço.

Entretanto, nos anos 50, já se sabia da existência de uma outra tradição cultural - identificada através de vestígios da produção cerâmica - evidenciada no contexto de ocupações pré-coloniais da Ilha de Santa Catarina (Schmitz, 1959) e Joinville (Tiburtius, Bigarella & Bigarella, 1951). Sobre as características desta produção cerâmica, Silva & Meggers, (1963:126) comentam que: “*Material semelhante tem sido registrado na costa de São Paulo. A mais característica é a com decoração punctada, que geralmente está ausente em sítios Tupi-Guarani.*”

Todos estes autores se referem a um dos primeiros registros sobre as populações pré-coloniais que, embora tivessem ocupado áreas conhecidas como sendo de territórios dominados pelas populações do tronco lingüístico Tupi-Guarani - também diagnosticadas por seus vestígios cerâmicos - não teriam vinculações com essas populações; motivo pelo qual passaram a ser nomeadas de *Tradição não Tupi-Guarani* por Schmitz (1959), Bryan (1961), Piazza (1969a e 1969b, 1971), Beck (1970), Beck et al. (1969), entre outros.

Para Brochado (1984), entretanto, o termo Tradição Tupi-Guarani é impropriamente empregado, uma vez que se trata de duas sub-tradições derivadas “... *da Tradição Policrômica Amazônica no leste da América do Sul (...)* produzidas por dois grupos Tupi distintos - os Guarani e os Tupinambá - os quais tiveram histórias totalmente separadas durante os últimos dois mil anos.” (p. 565-566). Assim, a partir da publicação de Brochado (1984) as populações pré-coloniais de Tradição Tupi-Guarani do sul do Brasil também passaram a ser identificadas como de Tradição Guarani.

Depois de analisar as evidências arqueológicas de centenas de ocupações que até então vinham sendo atribuídas à Tradição Tupi-Guarani, Brochado (1984:564) conclui que por volta do século I da era cristã as populações de cultura Guarani estavam estabelecidas:

“...*no sul do Brasil e ao redor do ano 500 a cultura ou sub-cultura Tupinambá, (...), chegou ao Nordeste do Brasil. A expansão para leste da cultura Guarani no sul do Brasil foi lenta e se desenvolveu em vagas sucessivas, cada vez cobrindo áreas maiores de território. A expansão da cultura Tupinambá para o sul foi pelo contrário rápida e linear movendo-se ao longo da estreita faixa costeira.*”

Por outro lado, referindo-se às chamadas tradições *não Tupi-Guarani* - também conhecidas como *tradições cerâmicas regionais do leste do Brasil* - Brochado (1984:564) diz acreditar que se trata dos “...*habitantes mais antigos do*

leste da América do Sul, os quais podem ser definidos lingüisticamente como falantes das línguas do Brasil Oriental, Antigo Macro-Jê e Charrua.”

A este respeito, Eble (1977:44) já havia se manifestado ao apontar que:

*“Atualmente buscam-se e discutem-se novos dados sobre a própria origem dos Jê que, segundo Steward (1949), Lathrap (1968) e outros, estavam adaptados à várzea amazônica e sofreram pressões ambientais a ponto de abandonar estas terras ribeirinhas e passar a ocupar a terra-firme dos interflúvios. Aí se teriam adaptado através de atividades econômicas e sociais baseadas na caça e coleta e no movimento nômade de bandos.”*

É dentro do quadro das populações que vêm sendo identificadas como de tradições *não Tupi-Guarani* ou *tradições cerâmicas regionais do leste do Brasil*, que se encaixa a Tradição Itararé.

### 1.1.3. A Tradição Itararé na literatura da Arqueologia Brasileira

Na década de 60 os arqueólogos do PRONAPA estabeleceram várias tradições arqueológicas, sendo que aquelas relacionadas às populações pré-coloniais do Brasil Meridional, registradas como de *Tradições não Tupi-Guarani*, foram divididas em três tradições: Taquara, Itararé e Casa de Pedra (Brochado et al., 1969).

A Tradição Itararé foi estabelecida e registrada inicialmente por Chmyz (1967, 1968a) que a definiu a partir de vestígios cerâmicos relacionados a ocupações pré-coloniais dos vales dos rios Itararé e Paranapanema, nos Estados do Paraná e São Paulo (Simões, 1972). Sendo a cerâmica o elemento diagnóstico da Tradição Itararé, ela vem sendo caracterizada, como em Prous (1992:322), pela

*“...raridade da decoração que nunca atinge 10% dos cacos, e raramente 5%. (...) Os recipientes são pequenos (quase todos têm entre 12 e 20 centímetros de diâmetro maior), com paredes finas (de três até 11 milímetros (...)); as formas, pouco numerosas, são simples e geralmente mais altas do que largas; existem vasos cônicos, hemisféricos, quase cilíndricos, com base arredondada. A cor das paredes vai de tijolo a cinza, geralmente escura, quase preta. A queima é boa e a forma dos cacos sugere que os potes eram normalmente modelados, não roletados.”*

*“Quando existe decoração esta parece restrita às partes superiores de vasos particularmente pequenos (menos de 14 centímetros de diâmetro) (...). O unglado domina amplamente (41% dos decorados na maior coleção, reunida pelo Pe. Rohr) havendo vários tipos incisos, ponteados, e impressões de cestaria.”*

Entretanto, as três tradições - Taquara, Itararé e Casa de Pedra - no entender de Schmitz (1988:75), estariam vinculadas a uma única

*“... tradição tecnológica e cultural, que ocupa diferentes ambientes contíguos: as terras altas e frias cobertas pela floresta subtropical com pinheiros, onde os sítios típicos apresentam casas subterrâneas, às vezes com aterros, recintos entaipados e galerias subterrâneas; a encosta do planalto, o vale dos rios que drenam o planalto, cobertos por floresta subcaducifólia subtropical e tropical, ou mesmo Mata Atlântica, onde os sítios podem ser restos de aldeias superficiais ou ocupação de abrigos rochosos; o litoral atlântico, coberto de vegetação característica ou pela floresta atlântica, onde os sítios se apresentam como acúmulos de ossos de peixes, conchas e outros restos, sendo geralmente descritos como se fossem sambaquis. Esses diferentes domínios naturais formam um território contínuo com uma soma de recursos muito grande: nas áreas mais frias especialmente o fruto do pinheiro; (...) no litoral, os recursos do mar, das lagoas e alagados.”*

Rodriguez (1992) por sua vez, incorpora as três tradições a uma única que denomina de Tradição Planáltica, termo que se refere à distribuição geográfica dos antigos assentamentos das populações a ela vinculada, ou seja o planalto meridional e planície costeira adjacente. Sobre a Tradição Itararé, ele diz que teria se desenvolvido nos estados do Paraná e Santa Catarina. Considerando, porém, que ocupações de zona costeiras também são incluídas nesta tradição, o termo Tradição Planáltica não é adequado.

Os critérios adotados pelos arqueólogos do PRONAPA para o estabelecimento de tradições arqueológicas, se prendiam principalmente às características das *“...vasilhas e/ou fragmentos cerâmicos, como o antiplástico, a cor, o acabamento de superfície e (...) os diferentes ambientes de inserção dos sítios arqueológicos para definir suas tradições.”* (Noelli, 2000:16).

Nem todos os arqueólogos do PRONAPA teriam aceitado tal classificação, comenta Noelli (2000), apoiando-se no depoimento do “*ex-pronapiano*” José Proenza Brochado:

*“... a criação dessas **3 tradições** foi muito mais um ato de vaidade do que a delimitação de uma descoberta científica, pois alguns dos seus colegas do programa estavam mais interessados em **batizar** novas **tradições arqueológicas** (...) [do] território que ia sendo pesquisado pela primeira vez. Já naquela época durante a primeira reunião do PRONAPA em Belém, (...) não havia acordo em torno da definição das três tradições. Porém acabaram obedecendo Meggers, dona do programa e do dinheiro, que decidiu pela criação das tradições Itararé, Casa de Pedra e Taquara.”* (Noelli, 2000:19).

Embora concordando com a idéia de que a cerâmica pode ser um elemento para diagnosticar as tradições *não Tupi-Guarani*, Eble (1977: 44) ressalta que outros contextos informativos poderiam ser

*“...utilizados nas análises comparativas objetivando reconstruções histórico-culturais. (...) Temos a impressão de que análises locais, estudos de captação de recursos, reconhecimentos de sistemas micro-regionais, etc., deverão permitir uma reavaliação dos problemas arqueológicos referentes ao sul do país.”*

Pelos destaques anteriores, torna-se evidente a polêmica em torno do termo Tradição Itararé. Discutindo-se inclusive a eficácia de reunir elementos culturais do passado sob rótulos de tradições. Aliás, há propostas sobre a formulação de alternativas à classificação que passou a ser adotada através dos trabalhos do PRONAPA.

Considerando, entretanto, a grande diversidade cultural das populações pré-coloniais que ocuparam, em diferentes tempos e espaços geográficos, o atual território brasileiro seria impossível dispensar algum tipo de sistematização. No caso mais específico da Tradição Itararé (isolando-a ou não das outras duas tradições, a Taquara e a Casa de Pedra) não dá para negar que certas características da cerâmica - encontrada em ocupações identificadas como pertencentes a esta(s) tradição(ões) - ao mesmo tempo que permitem supor traços culturais em comum na produção da mesma, também permitem diferenciá-la(s) daquela produzida pelas populações de Tradição Tupi-Guarani ou Tradição Guarani que ocuparam, da mesma maneira, áreas costeiras e do planalto no sul do Brasil.

Para situar as populações que vêm sendo identificadas como de Tradições Taquara, Itararé e Casa de Pedra no seu contexto mais amplo, ou seja dentro do quadro do povoamento do território sul brasileiro, conta-se com a possibilidade de associá-las aos Jê do Sul do Brasil.

Desde os primeiros registros sobre as ocupações de Tradição *não Tupi-Guarani*, identificadas em sítios do Brasil Meridional, vem sendo sugerido que estas poderiam estar vinculadas a populações de origem Jê, historicamente documentadas.

Segundo Urban (1992:90), o grupo Jê teria uma origem comum “... em algum lugar entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia ...”, sendo que os povos Jê meridionais - os Kaingang, habitantes de áreas compreendidas entre os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul e os Xokleng, habitantes do estado de Santa Catarina - foram os primeiros a se separarem, cuja migração em direção ao sul teria ocorrido “... há uns 3.000 anos, mas não se tem idéia de

quando teriam chegado à região que atualmente ocupam no sul do Brasil. Tampouco se sabe porque migraram ...” (p. 90).

De acordo com Davis (1966, apud Urban, 1992:90):

*“É comum atualmente fazer-se uma distinção entre a família Jê propriamente dita e o chamado Macro-Jê. (...) a família Jê (...) se separou há uns 3 mil anos ou mais, a julgar pelas semelhanças internas entre as línguas Jê atualmente encontradas. (...) Mas foi demonstrado que todas as línguas Jê estão ligadas.”*

A respeito das relações da família Jê com o tronco Macro-Jê, Urban (1992) destaca a distância temporal que há entre elas, ou seja uns 5 ou 6 mil anos. *“Conseqüentemente, sabe-se menos quanto às suas filiações genéticas e, na verdade, foram feitas muito poucas tentativas de aplicação rigorosa do método comparativo a esses casos.”* (p. 90).

No século XVI a costa catarinense era habitada pelos Guarani, sendo que no interior, segundo Santos (1973:28). *“...viviam os Xokleng e os Kaingang, ambos integrantes do grupo lingüístico Jê. É provável, entretanto, que outros grupos tribais realizassem incursões nesse território.”*

Os Xokleng habitavam as florestas localizadas entre a zona costeira e o planalto. Segundo Schaden (1958:108) *“eram índios da mata, que se dirigiam para os faxinais vizinhos somente no inverno, quando estavam maduros os pinhões.”* Enquanto que os Kaingang<sup>10</sup> no dizer de Santos (1970:7-8)

*“... eram senhores dos campos do Oeste. Os Xokleng eram nômades-caçadores. Os Kaingang viviam um semi-nomadismo, pois praticavam a agricultura, associada à caça e à coleta. Esses grupos tribais mantinham, segundo a tradição, lutas constantes entre si. Entretanto **tudo indica**<sup>11</sup> que ambos são originários dos antigos Guaianá ou Caaguá que dominavam as terras do interior no sul do País, à época da conquista. (...) Mas, entre os Xokleng e os Kaingang, existem diferenciações quanto à organização social, rituais de passagem, mitologia, (...), e por isso mesmo eles aparecem na literatura etnológica como grupos distintos.”*

Um dos primeiros autores a sugerir a relação entre a produção cerâmica de grupos de língua Jê e a de grupos pré-coloniais identificados como de tradições *não Tupi-Guarani* foi Chmyz (1967a, 1969) – apontando para a semelhança que teria verificado entre a cerâmica dos índios Kaingang, aldeados em Palmas, no Paraná, e a que encontrou em ocupações de Tradição Itararé

---

<sup>10</sup> Apoiando-se em informações colhidas sobre índios Kaingang de Santa Catarina, Kempf (1947:26) diz o seguinte; *“Antigamente moravam, de certo, à beira do mar, pois falavam muito de uma grande água.”*

<sup>11</sup> Grifo nosso.

também localizadas no referido estado.

La Salvia et al. (1969) do mesmo modo sugerem que a cerâmica encontrada em uma casa subterrânea do município de Vacaria, RS, seria “... semelhante às já descritas no planalto meridional do Brasil, como prováveis manufaturas do grupo Jê.” (p. 493). E, comparando esta cerâmica com a coletada em outras ocupações pré-coloniais, dizem que poderiam relacioná-la

“... com aquelas descritas por Schmitz (1959) para Base Aérea, em Santa Catarina; por Ana Maria Beck (1968) para os sambaquis do litoral norte de Santa Catarina; Schmitz (1958, 1967) para a Fase Osório e a Fase Caxias, Rio Grande do Sul; por Miller (1968) para a Fase Taquaruçu, Rio Grande do Sul; por Chmyz (1968) para a Fase Itararé no Paraná e Rauth (1963) para o sambaqui da ilha das Cobras no Paraná.” (La Salvia et al. 1969:496).

Por outro lado, Rohr (1972) remetendo-se à produção cerâmica evidenciada no sambaqui Enseada I, na Ilha de São Francisco do Sul, por Beck (1970), compara-a com aquela das casas subterrâneas, do planalto e de certos sítios costeiros, dizendo que se trata de “... uma cerâmica de tradição não Tupi Guarani, [e que] possivelmente, possa ser atribuída aos Índios Jê ou Kaingang.”

Este mesmo autor, relatando um levantamento arqueológico realizado no município de Urussanga, comenta que tanto

“... documentos históricos, como os numerosos sítios arqueológicos com farto material, atestam, que a região de Urussanga, antes da conquista, era densamente povoada por indígenas. Estes indígenas, segundo os documentos históricos e arqueológicos, de que dispomos, até a presente data, eram os Índios Kaingang ou Xokleng, que habitavam as encostas da serra e o planalto catarinense e, esporadicamente, acorriam ao litoral. (...) Possuíam como armas, lanças, clavas e arcos. As suas flechas eram munidas de pontas de sílex; outras tinham compridas pontas de madeira, munidas de grande número de farpas. (...). Conheciam, também, a arte de preparar vasos de barro cozido de pequeno porte, para usos domésticos e culinários. A cerâmica Kaingang, via de regra, é mal cozida e de coloração escura, muitas vezes, até negra, e algumas vezes, decorada com linhas incisadas ou pontilhadas.” (Rohr, 1982: 58).

Entretanto, também, há comparações estabelecidas entre a cerâmica produzida pelos Xokleng com a cerâmica de populações de Tradição Itararé, como em Piazza & Eble (1968). Estes autores inclusive falam da cerâmica produzida pelos Xokleng, mencionando, entre outros aspectos, que a mesma era confeccionada pelas mulheres, que em geral fabricavam recipientes de tamanho pequeno e de uso estritamente utilitário, aproveitando a

“... argila preta, de terrenos encharcados ou banhados, à qual adicionavam

*carvão triturado a essa massa de argila e carvão...”.*

*“Dada a conformação desejada ao recipiente, este era posto a secar ao ar livre, e, quando estivesse quase seco era alisado e polido com seixos, e, só, então, levado ao fogo. Este fogo era brando.” (p. 12).*

Sobre a cerâmica produzida pelas mulheres Xokleng, Santos (1973:214) diz que

*“Ela era pobre. De cor preta, os objetos tinham consistência e tamanhos reduzidos. Seu acabamento era precário. (...) Ocorrendo o contato com os civilizados, os Xokleng logo descobriram o valor das panelas de ferro. Com isto, a cerâmica praticamente desapareceu do grupo. A base de estímulos, conseguimos que algumas mulheres fizessem algumas peças de cerâmica. Isto ocorreu em 1967.”*

Descrevendo a cerâmica que coletou entre as evidências da ocupação do Rio Lessa (ou Ponta do Lessa), Beck et al. (1969:167) comentam que a mesma

*“... possui, quanto à forma e tratamento de superfície, grande semelhança com a cerâmica etnográfica dos Índios Xokleng, aldeados no Posto Indígena Duque de Caxias, em Ibirama (...). Vários recipientes foram obtidos pelo Professor Sílvio C. dos Santos, em trabalho de campo desenvolvido entre esses índios. No entanto, (...) a técnica utilizada pelos Xokleng, na confecção de seus recipientes cerâmicos diferia, bastante, daquela que pudemos observar na cerâmica do Rio Lessa.”*

No entender de Noelli (1996:16) é possível estabelecer associações entre os Kaingang e

*“... seus antepassados, das tradições ceramistas Taquara, Itararé e Casa de Pedra (Schmitz, 1988; Schmitz e Becker, 1991). Apesar de pequenas diferenças entre si, atualmente estas três tradições são consideradas uma só, ainda sem denominação, com artefatos e vestígios vegetais ligados à agricultura (Cf. Schmitz, 1988:75; Silva et. al., 1988:28-36).”*

Este mesmo autor reconhece a dificuldade de se relacionar os Xokleng com sítios arqueológicos de Tradição Itararé:

*“Os sítios com esta cerâmica ocupam basicamente os territórios que contornam o planalto, localizados nos vales, encostas baixas, planícies e litoral paranaense e catarinense, (...). Se os Xokleng descendem dos ceramistas [de tradição]<sup>12</sup> Itararé, há um problema importante para ser resolvido, alterando a concepção corrente de que eles seriam exclusivamente caçadores-coletores.” (Noelli 1996:21).*

Estabelecendo paralelos entre a produção da cerâmica dos Kaingang e Xokleng - em termos dos processos de seleção, extração e tratamento da

---

<sup>12</sup> Considerando que o termo Itararé denomina uma tradição estabelecida por Chmyz (1967) - a partir de vestígios cerâmicos, conforme já foi mencionado - não se pode falar em população Itararé, mas em população de tradição Itararé.

matéria-prima; técnicas de construção, secagem, queima e acabamento de superfície - Silva (s.d., apud Noelli, 1999-2000:242) constatou que "*são bastante semelhantes, principalmente no que se refere ao processo de manufatura e, mais especificamente, à construção do vasilhame*". Aos resultados de Silva (s.d.), que destacou, Noelli (1999-2000:242) acrescenta que:

*"Isso contribui para demonstrar que essas cerâmicas possuem uma tecnologia e uma aparência comuns, definidas a partir da mesma matriz cultural dos povos Jê. Considerando que as razões culturais, além das estritamente materiais, podem ter influenciado na uniformidade de escolha de certos elementos (matéria-prima, antiplástico, acabamentos de superfície, etc), Silva (op. cit.) sugere o abandono da perspectiva pronapiana sobre as três tradições, deixando claro que a cerâmica não é o indicador adequado para estabelecer as diferenças entre os Kaingang e Xokleng, sendo necessário buscar outros indicadores."*

Por outro lado, Chmyz (1967a:35) recomenda precaução ao se apontar para "*... a semelhança existente entre a cerâmica atribuída aos Kaingang...*" e as de tradições como a Casa de Pedra. Preocupações neste sentido também estão implícitas em trabalhos de Eble (1977), Reis (1980), Schmitz (1988), Bryan (1993), Goulart (1997) entre outros.

Este, aliás, é um tema que tem suscitado reflexões como a de Eble (1977:43) questionando se

*"... o material cerâmico destas tradições regionalizadas, constitui um dos elementos culturais suficientes para a imediata identificação com os grupos Jê? Alguns colegas do sul têm mostrado certa tendência para fazer tal aproximação imediatista que não oferece segurança nem consistência sistêmica. Trata-se de diversificações regionais resultantes de um mesmo tronco cultural e/ou lingüístico (...)? Exposta as influências originárias da Amazônia, teria esta grande tradição incorporado técnicas ceramistas ao mesmo tempo em que uma agricultura incipiente se soma à atividade econômica tradicional?"*

O surgimento desta questão - se as populações identificadas como de tradições Taquara, Casa de Pedra e Itararé são antepassados dos grupos indígenas Xokleng ou dos Kaingang - não deixa de ser um pouco precipitado ou talvez ingênuo, levando-se em consideração que mesmo em períodos pós-contato as vinculações entre estas duas etnias não estão esclarecidas, como expõe Santos (1970:8) no destaque que segue:

*"A discussão científica sobre a identidade dos grupos Xokleng e Kaingang até hoje perdura. Henry, J. (1941) estuda os Xokleng como sendo Kaingang; Baldus, H. (1937 e 1952) afirma que não há afinidade cultural entre os dois grupos tribais; Metraux, A. (1947) compara o sistema de **metades** Kaingang com os **clãs** Xokleng e opta por sua identidade.*

*Recentemente, Hicks, D. (1966) retomou a questão num artigo intitulado **The Kaingang and The Aweikoma: a Cultural Contrast** e relaciona nove itens em que a evidência dos dados etnográficos demonstram se tratar de grupos culturais distintos. As informações sobre a origem dos Xokleng e Kaingang estão baseadas em Serrano, A. (1936) e Metraux, A. (1944), relacionadas por Schmitz e Becker (1966)."*

Entretanto, constituindo ou não grupos culturais distintos, tanto os Xokleng como os Kaingang pertencem à família lingüística Jê. E, mesmo que se contasse com comprovações da filiação direta destas populações conhecidas - a partir do contato com o colonizador europeu - com as populações identificadas como de *Tradição não Tupi-Guarani*, não daria para ignorar que são populações distanciadas no tempo (cujo intervalo entre elas pode atingir várias centenas de anos). Tal fato por si só implica em diferenciações culturais decorrentes da própria dinâmica da cultura, cujas mudanças resultantes podem ser, ou não, perceptíveis através de um distanciamento temporal.

Incertezas, aliás, também podem surgir em tentativas de relacionar populações indígenas dos séculos XVI e XVII - descritas por cronistas e viajantes - com aquelas que hoje vivem em reservas. Por exemplo, Santos (1970) tratando da origem dos Xokleng e Kaingang os relaciona com os antigos Guaianá ou Caaguá, habitantes do sul do Brasil no tempo da conquista, porém de maneira cautelosa, empregando a expressão "*tudo indica*" (ver a citação deste autor na p. 15) para estabelecer tal paralelo.

Por outro lado, não deixa de ser viável o posicionamento de certos arqueólogos como Bryan (1993) que ao se referir à cerâmica - classificada por Schmitz (1988) como sendo de Tradição Itararé - da ocupação do Forte Marechal Luz, no município de São Francisco do Sul/SC, declara tratar-se da mais antiga tradição cerâmica de populações pré-coloniais do sul do Brasil, podendo ser identificada com povos Jê. Ressalta-se ainda que não se encontrou qualquer argumento que comprove que estas populações pré-coloniais do sul do Brasil **não** tiveram qualquer vinculação com povos conhecidos historicamente como Jê.

Além disso, sendo a característica da cerâmica produzida pelas populações pré-coloniais Guarani um importante fator de sua identificação, do mesmo modo pode ser válida para identificação das populações pré-coloniais Jê. Por este motivo passou-se a denominar a população da Ilha de Santa Catarina, alvo deste estudo de pré-colonial Jê.

Problemática também é a suposição aventada na literatura da

Arqueologia, que estas populações pré-coloniais “... *passariam o inverno no planalto para aproveitar o período de maturação do pinhão, enquanto ficariam no litoral durante o verão.*” (Prous, 1992: 330-332). E o mais intrigante é que não apresentam indícios apontando para tal possibilidade, por exemplo, Schmitz et al. (1993:24) dizem que “*Uma pendulação estacional entre o planalto e o litoral é possível, mas não conta, neste momento, com suficiente apoio arqueológico.*”

Sobre a suposição de tais excursões sazonais, algumas considerações poderiam ser feitas, e que fique claro, não se contesta a possibilidade de ocupações sazonais, e nem preocupações como a de Schmitz et al. (1993), ou seja de que:

*“Adaptações teriam de ser feitas nas habitações, construindo choças de palha nos terrenos friáveis e quentes do litoral e esquecendo as casas subterrâneas dos terrenos consistentes e frios do planalto.” (p25).*

A respeito das colocações destes autores, vale a pena destacar que, segundo Duarte (2003)<sup>13</sup>, os terrenos das elevações da Ilha são tão consistentes como os do planalto (onde tem basalto) por serem principalmente de rochas ígneas; e, uma área com arenito alterado pode ser tão inconsistente como os depósitos pleistocênicos.

Por outro lado, Bandeira (1999:193) observa que nas ocupações pesquisadas em áreas costeiras verificou-se

*“...que a pesca era atividade importante juntamente com a caça de mamíferos terrestres e marinhos e que, entre os animais aproveitados, alguns ocorrem o ano todo e outros somente no inverno (lobo e leão marinho, pingüim e tainha). Isto nos permite pensar que estas populações [de tradição] Itararé do litoral (se é que podemos considerá-las únicas, apesar das diferenças existentes, já apontadas) estavam adaptadas aos recursos marinhos, que em alguns casos implicam modos de captura diferentes dos utilizados no interior, como a pesca em alto mar. Isto indica longa e contínua estada no litoral por estas populações e exclui a possibilidade de serem acampamentos resultantes de migrações sazonais entre o interior e o litoral.”*

Perambulações, como as mencionadas anteriormente são aceitáveis, porém é difícil imaginar comunidades inteiras trocando sazonalmente suas moradias entre o planalto e a zona costeira. Mesmo supondo que seria um reduzido número de pessoas por comunidade - as quais provavelmente também incluíam crianças e idosos - elas teriam que fazer um percurso de mais de 100

---

<sup>13</sup> Comunicação pessoal.

km (em linha reta se, por exemplo, fosse do atual Campos de Lages até a Ilha de Santa Catarina) incluindo “descida da serra”, para passar o verão na costa. E, depois de alguns meses, fazer o mesmo trajeto de volta “subindo a serra” para aproveitar o pinhão. Isto implicaria em sistema de assentamento integrado por residências - digamos de verão e inverno – distribuídas entre áreas da zona costeira e do planalto.

Sabe-se que no planalto muitas destas comunidades construíram *estruturas subterrâneas*, como forma de habitações que, segundo Reis (2003?) foram localizadas em áreas de temperaturas mais baixas do que em outras partes do Brasil. Por outro lado, citando Rapoport (1972) e Cruz da Costa (1977), Reis (2003?:51) diz que estes autores “... *apresentam exemplos da utilização de moradias subterrâneas como recurso básico para amenizar as agruras de temperaturas extremadas, tanto baixas quanto altas.*”

Se este era o modo de vida desta população, as motivações não estariam na exploração de recursos alimentares, uma vez que cada um destes ambientes ofereciam, provavelmente, condições para a manutenção de populações humanas durante todo um ciclo anual de subsistência. Por exemplo, os grupos que estavam estabelecidos no planalto certamente não explorariam somente o pinhão. Aliás, tanto os Xokleng quanto os Kaingang armazenavam pinhão para consumi-lo durante os meses em que não podiam coletá-lo (cf, consta no Capítulo 3).

Deveriam ter desenvolvido estratégias para obter outros recursos, enquanto que aqueles habitando áreas costeiras, por sua vez, deveriam ter conhecimento acumulado de ambientes costeiros para terem desenvolvido mecanismos eficientes para pescar em tais ambientes, bem como para coletar moluscos, utilizar vegetais e outros recursos de zonas costeiras.

Não se descarta, entretanto, que os habitantes do planalto excursionassem até a costa e vice-versa, e que ocupantes de ambos os ambientes mantivessem contatos entre si. Aliás, conta-se com referências sobre caminhos cruzando a Serra Geral em vários locais, desde os muito íngremes – aqueles depois usados pelos tropeiros no sul do Estado e outros, defronte a Ilha. Por exemplo, Fraga (2002:79) relata que:

*“Pelo município de Anitápolis, pode-se subir até o topo da serra pela trilha conhecida pelos moradores desta área, como **trilha dos índios**. Eles contam, que no início do século XX, um grupo de **bugreiros**, numa de*

*suas incursões pela mata em busca de índios, encontraram um grupo destes na base da serra. Assustados e perseguidos pelos bugreiros, os índios se embrenharam na mata em direção ao topo da serra, por esta trilha. Assim, os bugreiros **descobriram** este novo acesso para o alto da Serra Geral.”*

Parece, entretanto, que os colonizadores não tiveram interesse “em penetrar nos vales litorâneos e assim travar relações com os Xokleng que ali habitavam...” segundo comentário de Santos (1970:21) que, citando Charles Van Lede [1848], diz o seguinte: “... as terras catarinenses situadas a 10 km da costa eram designadas como **sertões incultos** e que muito poucas concessões se haviam feito dessas terras, mesmo nos vales do Itajaí e Tubarão.” (p.21).

Eble (1977:45) se propôs, inclusive, a “... testar a hipótese de o Vale do Itajaí ter sido uma via de acesso destes grupos em suas andanças entre o litoral e o planalto.” Sugerindo mais adiante que

*“...pressões ambientais tenham provocado a vinda dos Xokleng para o Alto Vale do Itajaí, e posterior elaboração adaptativa às situações ambientais novas. Pela documentação etnográfica sabe-se que seu alimento tradicional e principal era o pinhão<sup>14</sup>, e os Xokleng conseguiram permanecer no refúgio desta zona de transição ecológica entre o vale e o planalto, graças à superposição das bordas de cada uma das áreas ecológicas nucleares: de campo com araucária e caça abundante ...”* (Eble, 1977:46).

Finalmente, caberia destacar a suposição de Schmitz (1988) sobre a possibilidade de que os grupos de Tradição Itararé assentados no litoral tenham praticado algum tipo de cultivo, quando diz que suas aldeias seriam locais “... de atividades múltiplas, entre as quais o cultivo de plantas tropicais em terras mais ricas que as do planalto e de clima mais propício” (p. 119); ou, ainda, que

*“... muitos desses sítios estão próximos de sítios Tupiguarani, e (...) apresentam claros sinais de contato ou mesmo convívio, [o que] nos faz supor uma intensificação dos cultivos, ou o estabelecimento de um pacto de trocas que favoreceria ambas as partes...”* (Schmitz: 1988:119).

Porém, além de comentários como estes de Schmitz (1988), não se dispõem de indícios - pelo menos no caso daqueles da Ilha de Santa Catarina - que apontem para tal prática.

---

<sup>14</sup> A utilização do pinhão, aliás, também foi comprovada através de registro arqueológico, conforme relato de Rohr (1984) sobre uma estrutura subterrânea localizada em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, na qual foi colocado a descoberto “... um fogão de pedras com pinhão queimado e ao redor do mesmo, cerâmica indígena e artefatos líticos.” (p.82).

Entretanto, esses grupos mantendo-se ou não com produtos da agricultura, deveriam ter um auto-conhecimento aplicado à nutrição. Precisavam de proteínas: carnes; de carboidratos: o pinhão talvez fosse o principal, o mais volumoso, mas eles poderiam usar raízes, leguminosas; sais minerais: as frutas. No litoral além da carne de caça, podiam contar com moluscos e uma grande variedade de peixes marinhos.

Porém, em escala local ou micro-regional, concorda-se com Eble (1977) quando diz que muitos e mais aprofundados estudos devem ser feitos para que se possa caracterizar as diferenças temporais e/ou espaciais de tais populações. No caso da população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina parte-se do princípio que suas diferenças, com aquelas do planalto, começam pelo fato de que suas estratégias de sobrevivência estiveram voltadas para ambientes costeiros. Não se descarta a possibilidade de que em suas concepções de mundo (como apontam os exemplos destacados do capítulo 3) tais ambientes também comparecerem de alguma maneira.

#### 1.1.4. Síntese das ocupações pré-coloniais Jê da costa catarinense

Na literatura pertinente, os registros que permitem inferir a presença de ocupações pré-coloniais Jê na zona costeira catarinense remetem a pesquisas efetuadas em sítios da costa norte – Itacoara (Tiburtius, Bigarella & Bigarella, 1951), Rio Pinheiros (Tiburtius, Bigarella & Bigarella, 1954), Forte Marechal Luz (Bryan, 1961 e 1977) e Enseada (Beck, 1968, 1970, 1973, 1978); central - Praia das Laranjeiras (Rohr, 1977), Praia do Embrulho (Fossari & Richter, 1983; Kohl, 2001), Balneário de Cabeçudas (Rohr, 1973) e na Ilha de Santa Catarina - Tapera (Rohr, 1966), Base Aérea (Rohr, 1959) Rio Lessa (Beck et al., 1969) e Rio do Meio (Fossari et al., 1998).

Eble (1977) sugere uma possível correlação entre as ocupações pré-coloniais do Vale do Itajaí, identificadas como Fase Ibirama por Piazza & Eble (1968) e de áreas costeiras (identificadas como Fases Lessa e Enseada por Beck, 1970), considerando que tais fases foram diagnosticadas através de evidências da produção de uma *“cerâmica simples, preta e polida que se pode tomar como elemento típico para a identificação de tradições não Tupi-Guarani.”* (p. 43).

Alguns autores, como Schmitz (1988) e Goulart (1997) acreditam que eles teriam ocupado o Planalto antes de migrarem para áreas costeiras. Embora não

se tenha qualquer intenção de entrar na questão, polêmica aliás, sobre as hipóteses levantadas em torno dos antecedentes das populações pré-coloniais Jê da zona costeira catarinense, caberia aqui destacar algumas hipóteses reunidas por Schmitz et al. (1993:10) que

*“...falam de deslocamentos em caráter permanente de populações do planalto, deixando um modo de vida e assumindo a do litoral (Bandeira, 1992), incluída mestiçagem com populações locais (Neves 1984); de deslocamentos estacionais das populações do planalto em busca de recursos complementares (Beck, 1971), de aculturação de populações litorâneas em contato com as do planalto (...) (Prous & Piazza, 1977) ...”*

No que se refere mais especificamente às ocupações pré-coloniais Jê de áreas costeiras, as possíveis correlações entre elas se fazem notar não só através das semelhanças de certas características dos vasilhames cerâmicos encontrados nas mesmas, mas também pelas evidências de intensa atividade de pesca - atestada pelos vestígios faunísticos - praticada pelos seus habitantes. Aliás, estes vestígios também apontam para o domínio que seus habitantes tinham de ambientes costeiros.

De acordo com o que Schmitz et al. (1993) apresentam, tais ocupações podem ser caracterizadas, em termos mais gerais, como ocupações estáveis sendo que os seus habitantes eram sepultados no interior de suas casas e/ou nas proximidades das mesmas. Em quase todas elas inúmeros sepultamentos foram reservados, sendo que em alguns casos ultrapassando uma centena, como nas ocupações da Tapera, na Ilha de Santa Catarina - na qual evidenciou-se 172 sepultamentos primários - e da Praia das Laranjeiras, em Balneário Camboriú - 114 sepultamentos primários.

Entretanto comparações como a destes autores – estabelecidas entre os *sítios cerâmicos* ou Tradição Itararé com os *sítios pré-cerâmicos* ou dos sambaquis, visando levantar, *“elementos que os distinguem”* (Schmitz, et al. 1993:22) - são de pouca eficácia. Isto porque envolvem fenômenos distintos, pois enquanto as ocupações da costa catarinense representadas por sambaquis podem ter ocorrido até 5.000 anos A.P., as de grupos pré-coloniais Jê talvez remontem a pouco mais de 1.000 anos A.P.

Comparações como estas também se encontram em De Masi (2001) em um estudo sobre três sambaquis<sup>15</sup> da Lagoa da Conceição. E o mais intrigante é

---

<sup>15</sup> Localizados *“...no subsistema norte (Rio Vermelho I/SC-PRV- 01 e Rio Vermelho II/SC-PRV-02), e o terceiro (...) no subsistema sul (Costa da Lagoa I/SC-CL-01)”* (De Masi, 2001:56), dos quais o sítio SC-

que De Masi (2001:59) também identifica uma “ocupação Jê” no sambaqui SC-CL-01 apoiando-se, como ele mesmo diz, em apenas “*Um fragmento de cerâmica da Tradição Itararé atribuída ao grupo lingüístico Jê [que] foi escavado perto da superfície, nível 02.*”

Por outro lado, Schmitz et al. (1993:22) - apoiando-se em trabalhos de vários autores, como Beck, 1971; Piazza 1974; Rohr, 1959, 1962, 1963, 1964, 1965 e 1966; Neves 1984; Silva et al. 1990; Schmitz et al., 1992; Bandeira, 1992; entre outros - apresentam um interessante levantamento dos “*elementos culturais e biológicos*” que seriam comuns entre as ocupações que identifica como de Tradição Itararé, do qual extraiu-se o que segue:

*“Aprovisionamento alimentar variado, incluindo peixes, moluscos, equinodermas, aves, mamíferos marinhos e terrestres.*

*- Instrumental ósseo abundante, compreendendo pontas de projétil uni e biterminadas e triangulares pedunculadas, além de dentes de animais transformados para uso como instrumentos ou adornos. No Litoral Norte também anzóis.*

*- Uma indústria lítica de artefatos polidos e/ou lascados, além de peças usadas com pouca ou nenhuma modificação intencional.*

*- Uma indústria cerâmica de vasilhames utilitários pequenos e simples, em tudo semelhante a que existe no planalto do Paraná, com o nome de Tradição Itararé.*

*- Abundantes sepultamentos de indivíduos de ambos os sexos, pertencentes a diversas faixas etárias.*

*- Semelhança biológica das populações por grupos de sítios.”*

Dos registros sobre as ocupações pré-coloniais Jê na Ilha de Santa Catarina, deve-se a Schmitz (1959) a primeira informação sobre a ocorrência de uma cerâmica diferente daquela conhecida na época como *cerâmica Guarani*:

*“Ao examinarmos a coleção Berenhauser<sup>16</sup> encontrávamos certos fragmentos que, a princípio, não se enquadravam dentro do conjunto da cerâmica Guarani, deixando-nos sem saber onde os colocaríamos. Não era cerâmica Guarani, nem moderna, mas por todo o seu aspecto parecia-nos nativa. A dúvida resolveu-se imediatamente quando principiámos a trabalhar com Alfredo Rohr na escavação e exame do material recolhido por ele. A estranha cerâmica da coleção era idêntica à desenterrada na jazida da Base Aérea. Isso indica, a nosso ver, que existiram no sul da Ilha, território da coleta do Sr. Berenhauser, ainda outros jazigos da mesma cultura que a da Base Aérea.” (Schmitz, 1959:298-299).*

---

PRV-01 é o mais antigo “...com ocupação inicial em 5.020 A.P. e final em 910 A.P. O sítio SC-PRV-02 foi ocupado de 1.735 A.P. até 1.067 A.P., sendo contemporâneo do sítio SC-CL-01 que foi ocupado de 1.597 A.P. até 1.169 A.P.” (p.57).

<sup>16</sup> Acervo arqueológico que leva o nome do seu coletor e que foi adquirida na década de 40 pelo Colégio Catarinense, de Florianópolis, “por vontade do colecionador, que não desejava que ela saísse da região a que se refere.” (Schmitz, 1959).

A maior parte das informações sobre as ocupações pré-coloniais Jê na Ilha, porém, foram reunidas pelo arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr, cujas publicações – apresentando resultados das escavações arqueológicas que realizou – ao mesmo tempo em que relatam vestígios de assentamentos humanos desse passado distante, também, documentam aspectos da paisagem da Ilha que, nos últimos anos, vêm se apagando, como se pode constatar no comentário a seguir:

*“Onde quer que, atualmente, se encontre uma praia particularmente amena e piscosa, com toda a certeza encontraremos também vestígios inequívocos da passagem do homem pré-histórico. Inclusive temos a impressão nítida de que as praias, (sic) em tempos idos, eram mais densamente povoadas que nos tempos atuais.”* (Rohr, 1967a: 721).

A primeira escavação arqueológica de uma ocupação pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina foi desenvolvida por Rohr (1959), em caráter de salvamento, que a apresentou como sendo uma *jazida paleo-etnográfica*. Este termo conforme relata Rohr (1972) foi *“sugerido por Tiburtius e Bigarella”* para identificar os sítios com um número elevado de sepultamentos, e bem conservados; cujo perfil estratigráfico revela uma camada de areia, conchas<sup>17</sup> e uma grande quantidade de ossos de peixe. Mais adiante este autor acrescenta que *“Um dos elementos característicos (...) é a cerâmica lisa, preta, de recipientes de uso culinário.”* (p.6).

Poucos anos depois da escavação da *jazida paleo-etnográfica* Caiacanga-Mirim, Rohr (1966) divulga a de outra *jazida paleo-etnográfica* da Ilha de Santa Catarina, a da Tapera, também desenvolvida em caráter de salvamento. Por sua vez, Beck et al. (1969) apresentam a ocupação evidenciada nos estratos superiores do sambaqui Rio Lessa (ou Ponta do Lessa), cuja pesquisa esteve relacionada ao projeto de Beck (1968) sobre o *“conteúdo cultural”* dos sambaquis no Litoral de Santa Catarina - que dividiu em três áreas: Litoral Sul (área de Laguna), Litoral Central (área de Florianópolis) e Litoral Norte (área de São Francisco do Sul. A respeito dos sambaquis do *Litoral Central*, onde se situa a Ilha de Santa Catarina Beck (1978) comenta que estes pertencem a

*“... dois horizontes<sup>18</sup> culturais. O primeiro deles caracterizado como pré-*

---

<sup>17</sup> Estes sítios também denominados de acampamentos litorâneos, não são considerados do tipo sambaqui porque a presença de conchas em seus estratos é bem menor do que nos daquele tipo de sítio (cf. Prous & Piazza, 1977).

<sup>18</sup> Termo empregado na arqueologia para identificar evidências arqueológicas relacionadas a uma única cultura.

*cerâmico em que a coleta de moluscos parece ter sido a principal atividade de subsistência. O segundo, um horizonte cerâmico, caracterizado pela associação entre a cerâmica, artefatos de ossos e concha e pela expressiva prática da pesca, que passou a se constituir no principal componente da dieta alimentar.” (p.126).*

O primeiro destes *horizontes culturais*, o mais antigo, hoje é relacionado a ocupações de caçadores-coletores, enquanto que o outro *horizonte cultural*, das ocupações pré-coloniais Jê é bem mais recente. Por este motivo as atenções dispensadas a ocupações cultural e temporalmente distanciadas não deveriam ser orientadas por um projeto que não contemplasse suas especificidades. Antes dever-se-ia observar suas respectivas problemáticas - a das ocupações mais antigas, de caçadores-coletores, e a das ocupações pré-coloniais Jê.

Outra pesquisa, envolvendo uma ocupação pré-colonial Jê da ilha de Santa Catarina diz respeito ao sítio Rio do Meio (Fossari et al., 1998), ocorrida na década de 90. Como as da Base Aérea (ou Caiacanga-Mirim) e Tapera também foi realizada em caráter de salvamento, embora encaminhada sob um projeto voltado para a questão da Tradição Itararé na Ilha de Santa Catarina.

Desta maneira pode-se dizer que as escavações dos quatro sítios arqueológicos - relacionados a ocupações pré-colônias Jê na Ilha - foram conduzidas isoladamente em diferentes épocas. Em três destes sítios as escavações se realizaram entre os anos de 1959 e 1969, anteriormente às discussões sobre a Tradição Itararé - que somente a partir dos anos oitenta começaram a tomar vulto. E a última delas, a do Rio do Meio, cujas escavações ocorreram na década de 90, embora encaminhada sob tal perspectiva, os seus estudos sobre este sítio arqueológico limitaram-se, como os demais, à caracterização da ocupação em si.

Portanto, antes deste estudo, não se tratou de tais ocupações sob a perspectiva de seu conjunto, ou seja, enquanto um sistema de assentamento da população pré-colonial Jê, na paisagem da Ilha de Santa Catarina.

Por outro lado, as atenções dispensadas aos aspectos físicos do ambiente das ocupações pré-coloniais Jê pesquisadas na Ilha limitam-se, de um modo geral, ao registro de componentes da paisagem contemporânea. Entretanto, para investigar uma paisagem do passado, relacionada a um assentamento humano, é indispensável que sejam feitas projeções para a época que se está focalizando, buscando-se antes de tudo caracterizar a paisagem daquele passado.

Informações sobre paisagens do passado como aquelas produzidas por Duarte (1969), constituem exceção. Esta autora, reconhecendo a importância de “... estudos do ambiente, tanto físico como biológico, para reconhecimento do paleo-ambiente em que se desenvolveram antigos grupos humanos...”, (op. cit.:143) constatou que o sítio do Rio Lessa (ou Ponta do Lessa) junto à baía norte assentava-se:

“... sobre um pontal granítico, guardando para NE depósitos de uma praia antiga, revelando, assim, um outro nível de mar. Essa assertiva é corroborada pela presença das carapaças de colônia de molusco<sup>19</sup>. Esses animais deveriam ter vivido, pelo menos, entre os limites de maré. (...) A porção mais alta da antiga praia, medida no setor A5, situa-se de 1,40 a 1,70m acima do nível médio atual.” (p.150).

Não caberia aqui tecer comentários críticos sobre objetivos das pesquisas e sobre o tratamento que os autores dispensaram às evidências arqueológicas que estudaram, mas apenas apontar aquelas lacunas que justificam esta proposta de trabalho. Antes de qualquer coisa, tais pesquisas resultaram em conhecimento do passado, conhecimento este que “... ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa.” (Bloch, s/d:55). Elas serão destacadas como fontes de dados importantes - sobre os mais diferentes aspectos da cultura dos grupos pré-coloniais Jê - que instigaram esta proposta de trabalho e que também foram indispensáveis ao desenvolvimento do mesmo.

## 1.2. CARACTERÍSTICAS DA DOCUMENTAÇÃO ARQUEOLÓGICA

As informações sobre as evidências arqueológicas da população pré-colonial Jê que ocupou zonas costeiras catarinenses, seja sob que rótulos foram registradas - jazida paleo-etnográfica, sambaqui, Tradição Itararé ou Fase Rio Lessa - constituem a documentação fundamental para a produção de conhecimento sobre esta população do passado na Ilha de Santa Catarina e demais ilhas deste arquipélago.

De uma maneira geral, tais registros tratam de sítios arqueológicos representando locais de habitação, diagnosticados por artefatos (inteiros ou fragmentados - como cacos de cerâmica, pontas de flecha e machados líticos, agulhas em osso) e outros objetos que remetem a atividades de produção e

---

<sup>19</sup> Trata-se de “... carapaças de uma colônia de moluscos – *Concholepas sp*, Família *Vermittidae*, fixos a três pequenos blocos de granito (...) Pela disposição dos blocos e das carapaças eles se encontravam em sua posição original.” (Duarte, 1969:148).

consumo, entre outras desempenhadas cotidianamente ou não, refletindo aspectos culturais da mencionada população. Diga-se de passagem que certos artefatos derivados de matérias-primas orgânicas - como objetos cesteiros, de couro ou de madeira - que teriam sido usados pelas sociedades do passado não sobreviveram nos sítios arqueológicos do atual território brasileiro. Em sítios de Santa Catarina, uma exceção é aquele pesquisado por Rohr (1967) no município de Alfredo Wagner, no qual se preservaram artefatos de madeira (fragmento de nó de pinho com evidências de trabalho humano) e de fibra de imbé (fragmentos de trançados).

Outrossim, considerando-se que a distribuição dos sítios arqueológicos em uma certa paisagem contemporânea não representa espaços ocupados aleatoriamente no passado (SARG<sup>20</sup>, 1973), os dados sobre o ambiente também são de crucial interesse. As características do ambiente natural onde os sítios estão localizados podem sugerir alguns dos vários fatores que teriam motivado seus ocupantes a escolher tais espaços para instalarem suas aldeias.

Saliente-se que, embora, o sítio e a paisagem na qual este se insere constituem o referencial básico da produção de conhecimento em Arqueologia, não é o sítio em si o seu interesse último, mas a comunidade do passado que ele representa. Os vestígios contextualizados de atividades dos membros da comunidade do passado, desenvolvidas no local hoje transformado em sítio, constituem a documentação arqueológica. Assim, o sítio arqueológico deve ser investigado enquanto documentação de comportamento humano e não como uma entidade que tenha existência própria.

Antes de falar da documentação arqueológica referente à população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina, convém tecer algumas considerações sobre o objeto de estudo da Arqueologia, bem como sobre o registro arqueológico, os sítios e suas unidades de análise.

### **1.2.1. O objeto de estudo da Arqueologia, sítio e unidades de análise**

Como já se mencionou, a Arqueologia tem por objeto de estudo as comunidades do passado – e não sítio arqueológico -, as quais deixaram suas marcas nos locais em que conviveram e que, após o abandono dos mesmos, se transformaram em sítios arqueológicos. Porém, há diferentes maneiras de uma comunidade ocupar um determinado local. Numa tentativa de classificar os

---

<sup>20</sup> Southwestern Anthropological Research Group.

diferentes locais de convivência de uma comunidade, Cook & Heizer (1968) distinguiram três níveis de espaços, sendo que o primeiro corresponde ao *da habitação* - da família, ou de um grupo familiar, cujos membros comem, dormem e desempenham atividades pessoais íntimas. O segundo diz respeito aos diferentes espaços das atividades coletivas – onde várias famílias desempenham funções que fazem parte da vida em comunidade, ou seja, funções sociais, econômicas e cerimoniais. O terceiro nível de espaço constitui uma categoria muito difícil de delimitar, uma vez que abrange a totalidade dos espaços nos quais a comunidade inteira desenvolve suas atividades, podendo ser delimitado, ou não, por fronteiras políticas, circunscritas por rios, montanhas ou outros marcos.

Convém esclarecer que, sob o domínio da Arqueologia, uma comunidade é percebida através do assentamento, uma vez que neste caso ela só pode ser definida

*“... como uma abstração, por meio de reconstrução, devido à perecibilidade de seus elementos constituintes - homens e suas interações. Na prática (...) o **assentamento** - contexto local no qual presume-se que a comunidade tenha residido e tenha desempenhado suas funções cotidianas - deve substituir a comunidade.”* (Chang, 1968:3).

De uso comum na Arqueologia, o termo assentamento sob a perspectiva de Mauss (1971, apud Costa & Malhano, 1987:28) poderia compreender a Ilha de Santa Catarina inteira, considerando que para este autor trata-se da

*“... massa de casas, o conjunto do espaço destinado a tendas, bem como o espaço dedicado à caça marinha e terrestre, que pertence a um número determinado de indivíduos; e, do mesmo modo, o conjunto de caminhos e trilhas, de canais e de portos usados por esses indivíduos e onde se encontram constantemente. Tudo isto forma um todo possuído de unidade e com características distintas que permitem reconhecer um grupo social limitado.”*

O surgimento dos estudos de assentamentos na Inglaterra e nos Estados Unidos, por exemplo, embora motivados por diferentes interesses, em ambos países buscavam desde o início definir como as ocupações humanas se distribuem na paisagem (Sharer & Ashmore, 1979). Na Arqueologia norte-americana, o termo assentamento passou a ser amplamente utilizado principalmente, a partir da publicação do trabalho de Willey (1953) - “Prehistoric settlement patterns in the Viru Valley, Peru” - formulando os primeiros instrumentos da análise do padrão de assentamento, padrão este que o autor definiu como sendo

*“...o modo pelo qual o homem se ordenava na paisagem na qual viveu. Refere-se às habitações, a seus arranjos, e à natureza e disposição de outras construções pertencentes à comunidade. Esses assentamentos refletem o ambiente natural, o nível de tecnologia no qual seus moradores atuaram, e várias instituições de interação social; e controle mantidos pela cultura [ou melhor pela população do passado].” (p.1).*

Um assentamento, além do espaço de habitação, pode ser integrado por outros espaços reservados a atividades de trabalho, sociais, cerimoniais. Porém, é a área residencial ou local de residência uma das características mais marcantes dos sistemas humanos (Binford 1982).

O estudo de um assentamento sob a perspectiva da Arqueologia visa o entendimento da distribuição espacial de todos os espaços de uma ocupação humana, incluindo, as moradias e as áreas de atividades<sup>21</sup> desenvolvidas cotidianamente ou não, de caráter de subsistência e/ou cerimonial - podendo ser, uma área de cozinha comunitária, de sepultamento, de produção de artefatos, de matança e descarte de caças, de acampamento temporário. Em síntese, um assentamento arqueológico pode ser um simples acampamento temporário de caça, uma aldeia estável e até uma cidade.

Um conjunto de assentamentos temporal e espacialmente articulados formam um sistema de assentamento que, além do ambiente social, é integrado pelo ambiente natural, isto é, os elementos de fauna, flora, hidrografia, e outros aspectos que poderiam ter sido aproveitados como recursos para a manutenção das populações do passado (cf. Rathje & Schiffer, 1983).

Assim, o estudo de assentamentos em Arqueologia deve ser encaminhado em diferentes escalas, desde o *micro assentamento* (uma única estrutura com função de moradia, de cerimonial ou de trabalho específico), passando pelo *assentamento* (o espaço de uma comunidade) até o *sistema de assentamento* (o conjunto de assentamentos de um sistema cultural de determinada área geográfica).

Entretanto, diga-se de passagem, os assentamentos, podem ser tema de estudos de várias disciplinas, através da Geografia, por exemplo, busca-se verificar principalmente como os objetos estão organizados espacialmente. Neste

---

<sup>21</sup>Citando Kent (1984), Amaral (1995:18) assim define áreas de atividades: “... os lugares ou superfícies onde se realizaram atividades tecnológicas, sociais ou rituais, ou seja, é um local onde um evento particular humano ocorreu. Pode corresponder a uma única atividade executada por um indivíduo ou múltiplas atividades conduzidas por grupos em um dado momento e lugar.”

ampo de estudo os fatores sociais - no que se refere à localização e às características de organização de um assentamento - são considerados tão importantes quanto as condições físicas da área em que se encontram. Os geógrafos reconhecem que, em qualquer forma de assentamento, em uma dada paisagem, é possível que certos locais tenham sido selecionados em detrimento de outros e que a maneira como foram usados dependeu da tecnologia desenvolvida pelo grupo que viveu no local (Daniel & Hopkinson, 1979).

Voltando ao domínio da Arqueologia, estudar um assentamento significa investigar a distribuição espacial das moradias e outras áreas de atividades humanas do passado, fundamentando-se em informações sobre sua localização na paisagem (Sharer & Ashmore, 1979). E, ainda, investigar os arranjos físicos dos assentamentos dispersos em um determinado território, buscando-se entender aspectos do sistema de assentamento de uma população do passado, preocupação esta que, no entender de Meneses et al. (1987:199) “...é o *único horizonte completo num estudo arqueológico.*”

Por outro lado, a Arqueologia trata dos acontecimentos do passado através de vestígios da cultura material, ou seja:

*“...aquele segmento do universo físico que é socialmente apropriado pelo homem e que engloba tanto objetos, (...) como a natureza transformada em paisagem e todos os elementos bióticos e abióticos que integram o assentamento humano.”* (Meneses, 1984:36).

A produção de cultura material, porém, não esteve desvinculada das representações mentais, as quais constituem, segundo Godelier (1984, apud Diegues, 1998:28-29)

*“...a força mais profunda que movimenta o homem e faz com que construa novas formas de sociedade é sua capacidade de mudar suas relações com a natureza, (...) nenhuma ação intencional do homem sobre a natureza pode iniciar-se sem a existência prévia de representações mentais e idéias que, de algum modo, são somente o reflexo das condições materiais de produção. Em suma, no coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal, não-material, na qual se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza.”*

Entretanto, dificilmente chega-se a inferências neste sentido através de vestígios arqueológicos. Convém lembrar que os restos da cultura material – que formam o registro arqueológico – não constituem dados em si, mas fenômenos, cujas possibilidades de leituras e interpretações permitem que o arqueólogo as

transforme em informações (Meneses, 1983). Desta maneira, é lícito dizer que a produção de conhecimento em Arqueologia “... é *totalmente dependente do significado aproximado que os arqueólogos dão às observações sobre o registro arqueológico.*” (Binford & Sabloff, 1982: 149).

O objeto de interesse da Arqueologia, as sociedades passadas, nunca poderão interagir no processo de construção desse conhecimento e nem podem ser observadas. Sob tal perspectiva, a Arqueologia estaria mais próxima da História<sup>22</sup> do que da Antropologia<sup>23</sup>. Isto é, em termos de seus métodos que são apropriados à narrativa e aplicáveis aos estudos onde nada é reproduzível e nem pode ser observado - e por isso experiências para verificar como seus objetos de estudo foram concebidos na prática não podem fazer parte de seus procedimentos - mas sendo possível, entretanto, explicar o que aconteceu no passado.

Contudo, também, não deixa de ser História naquele sentido expressado por Morin (2000:129):

*“A História, ainda que durante um tempo esvaziada da noção de acontecimento, de acaso e de **grandes homens**, enriqueceu-se de profundidade. Desse modo, a tendência ilustrada na França pela Escola de Annales teve por virtude, não como ela acreditou, desvencilhar-se do acontecimento e do contingente, mas tornar-se multidimensional, integrando nela o substrato econômico e técnico, a vida cotidiana, as crenças e os ritos, as atitudes diante da vida e da morte de uma época. Ela apenas começa a reconhecer o acontecimento e o contingente que paradoxalmente foram, após trinta anos, reencontrados na Cosmologia, na Física, na Biologia.”*

Não há como negar, porém, as fundamentais vinculações da Arqueologia com a Antropologia, o que aliás há anos vem sendo defendida por muitos arqueólogos, principalmente, a partir da publicação do artigo de Binford (1962), cujo próprio título indica tal vinculação - “*Archaeology as Anthropology*”. (cf. Watson, 1994). Para evitar uma longa discussão, pode-se simplificar lembrando apenas que ambas as disciplinas têm na cultura o seu foco de interesse, com a diferença que enquanto uma se atém àquela do passado, a outra à do presente.

---

<sup>22</sup> Encaixando-se na mesma categoria de investigação que Bak (1997), apoiado em Gould (1989), reserva para os fenômenos geológicos, a evolução da Terra, a evolução da vida, entre muitos outros grandes domínios da natureza, cujos estudos utilizam instrumentos da História.

<sup>23</sup> Salienta-se aqui apenas uma das diferenças entre Arqueologia e Antropologia, ou seja, o fato de a primeira não poder observar, por exemplo, ações humanas ao “vivo”.

O registro arqueológico - que engloba restos materiais de atividades culturais, concentrados nos espaços de antigos assentamentos e os locais onde estas atividades se desenvolveram tecnicamente - apresenta-se numa paisagem contemporânea sob forma de *sítio arqueológico*.

O termo sítio - fora outros significados, como o “local” onde está situada uma cidade atual, ou seja o sítio urbano por exemplo - entretanto, pouco diz, além de muito vago é de vasta aplicabilidade, sendo empregado para identificar tanto locais onde há concentração de restos materiais de populações do passado quanto locais com restos materiais insuficientes para se desenvolver um estudo arqueológico (Malina & Vasicek, 1990).

Considerado a unidade espacial básica a ser investigada, pelos arqueólogos, um sítio arqueológico pode restringir-se a uma área de poucos ou até centenas de metros quadrados. Em termos genéricos, qualquer espaço que apresente alguma indicação de atividade humana do passado - por exemplo, alguns artefatos encontrados *in situ*, sugerindo local de matança de animais de caça, em determinado ponto geográfico - é suficiente para designá-lo como um sítio arqueológico. Um sítio pode representar local de poucas ou intensas atividades, de curta ou longa duração (Smith, 1976).

E, mesmo entre aqueles sítios que reúnem potencial - isto é, restos materiais suficientes - para um estudo arqueológico muitas são as limitações que cercam as tentativas de se interpretar acontecimentos passados através do seu registro. Metaforicamente, um sítio pode ser comparado a uma janela para observar eventos do passado, porém, a visão que dele se tem é semelhante a de alguém que, sentado imóvel no fundo de um poço, procura enxergar detalhes a sua volta (Binford & Sabloff, 1982).

Dificuldades a parte, concebido como a unidade empírica básica da Arqueologia, o sítio é o “...*espaço de concentração de vestígios arqueológicos, mas constituindo ele próprio um artefato e não somente o depósito de achados arqueológicos.*” (Meneses, 1984:34).

Os vestígios materiais de atividades de culturas humanas passadas - desenvolvidas num determinado espaço e deixadas para trás pelo grupo ao abandonar o local que vinha ocupando – são “... *produtos do comportamento padronizado dos membros de uma sociedade do passado...*” (Binford, 1983, apud Wagstaff, 1987:31).

Esses produtos - derivados diretamente do comportamento humano e seus respectivos contextos de ambiente, que compõem os registros arqueológicos - respondem, porém, por apenas uma parte do que teria sido deixado para trás no momento do abandono. Através da ação do tempo tais produtos chegaram até o presente transformados por processos de deposição, decomposição, erosão e deslocamento (Wagstaff, 1987:26).

Se por um lado, o sítio arqueológico é registro de manifestações do passado e, por isso, suporte de informações sobre as mesmas, por outro, também, é fenômeno contemporâneo. As observações que os arqueólogos fazem sobre os vestígios materiais do passado - dando algum sentido aos mesmos - não constituem observações históricas, uma vez que só se processam através de instrumentos teóricos (Binford, 1994).

Há de se levar em conta que entre os sítios arqueológicos também há distinções morfológicas<sup>24</sup> resultantes, de uma certa maneira, das atividades desenvolvidas no passado, atestadas pelas diferentes categorias de objetos que integram o contexto arqueológico. Outras diferenciações têm a ver com as características naturais dos locais ocupados, como por exemplo *abrigos-sob-rocha*<sup>25</sup>, ou ainda pelas formas das construções que se preservaram, como as *estruturas subterrâneas*<sup>26</sup>. Assim, dependendo dos vestígios materiais concentrados no espaço físico de um sítio, e/ou de certos arranjos espaciais

---

<sup>24</sup>Muitas vezes os sítios arqueológicos são classificados em categorias genéricas - como *grutas*, *abrigos-sob-rocha*, *sítios a céu aberto*; *sítios rasos*, *sítios de mancha preta*; *sítios líticos*, *sítios cerâmicos*, *sítios pré-cerâmicos* - estabelecidas de acordo com os aspectos morfológicos, de conteúdo, entre outros critérios, sendo de utilidade para fins de registros e levantamentos arqueológicos,

<sup>25</sup> Segundo Rohr (1976:19): “Os abrigos sob-rocha são formados por paredões rochosos, que apresentam uma parte alta saliente, projetada para fora, formando uma espécie de telhado natural, capaz de oferecer abrigo contra chuvas ventos e outras inclemências do tempo.”

<sup>26</sup> Maria José Reis (2003?), com propriedade de quem na década de 70 se aprofundou neste tema – empreendendo, inclusive, exaustivas pesquisas de campo, expressa o seguinte: “*Por estruturas subterrâneas entendemos todos aqueles espaços vazios construídos, representados por concavidades no solo, de formas e dimensões variadas, além de várias funções. A subdivisão (útil para certas áreas, embora sempre um tanto arbitrária), entre estruturas subterrâneas e semi-subterrâneas, não parece relevante ao nosso caso. Evitamos a expressão casa subterrânea, comumente utilizada na literatura americana de modo geral (inclusive a brasileira), tendo em vista as conotações funcionais específicas que o termo casa pode sugerir.*” Acrescente-se que tais estruturas também foram construídas em rocha.

Posteriormente, José Alberione dos Reis (2002) adotou a denominação *buraco de bugre*, em substituição ao termo *estrutura subterrânea* - sendo que na apresentação deste trabalho, Funari (2002:12) diz que “... Reis preferiu referir-se aos *buracos de bugre*, termos do cotidiano da língua, extraídos do vernáculo diário, muito distante da linguagem abstrusa do *jargão científico*, com suas famigeradas tradições, tão distantes, como lembra o autor, do sentido próprio do termo.” Entretanto, há de se lembrar que cada um dos termos **buraco** e **bugre** no jargão popular também têm conotação pejorativa e preconceituosa, **bugre**, por exemplo, “...encerra as noções de *selvagem* e *inimigo*.” (Santos, 1973:28).

destes vestígios, é possível inferir a função do sítio no passado, ou seja, se de área de moradia, área de atividades de trabalho ou de atividade cerimonial.

Em termos de seus aspectos morfológicos, - mais especificamente de suas estruturas físicas - os sítios pré-coloniais Jê da Ilha de Santa Catarina são semelhantes aos demais que ocorrem na zona costeira catarinense que, segundo Schmitz et al. (1993:22) são formados por “*Estratos terrosos, com restos faunísticos dispersos, espessura pequena, não ultrapassando os 150 cm.*”

A maioria dos sítios que integram a documentação arqueológica sobre a população pré-colonial Jê da Ilha podem ser identificados como sítios habitação, levando-se em conta as características dos artefatos, ecofatos e *features* que fazem parte de tais registros.

Do registro arqueológico, entre os itens que se concebe como representações da cultura material, os *artefatos* - objetos materiais portáteis ou imóveis fabricados e/ou usados pelo homem e resultantes de suas interferências na natureza - constituem, o principal contingente, devendo-se observá-los sob

“...duplo aspecto: como **produtos** e como **vetores** de relações sociais. De um lado, eles são o resultado de certas formas específicas e historicamente determináveis de organização dos homens em sociedade (...). De outro lado, eles canalizam e dão condições a que se produzam e efetivem, em certas direções, as relações sociais.” (Meneses, 1983a: 112-113).

Há outros restos materiais, entretanto, que são indispensáveis à reconstituição de eventos passados, tais como restos de animais e vegetais - neste caso também se incluem fragmentos de carvão -, fragmentos de rocha, ou qualquer material que possa levar a algum

“... esclarecimento sobre o meio natural no qual os homens do passado executaram suas atividades e o modo pelo qual o exploraram em um dado lugar para as suas necessidades e suas satisfações. Para designar esta categoria de dados tem-se empregado o termo **ecofatos** da natureza, modificados ou não pela ação do homem, como oposição aos **artefatos** da cultura material, produzidos pelo homem.” (Gardin, 1980:4).

Os *ecofatos* correspondem aos materiais orgânicos ou inorgânicos, cuja presença no sítio pode representar frações de elementos da paisagem coletados e utilizados, como recursos alimentares, para a produção de artefatos, para combustão ou outros fins.

No contexto do registro arqueológico observam-se, ainda os *features*, termo que, grosso modo, pode ser traduzido por estruturas. De um modo geral

designam arranjos espaciais de conjuntos formados com artefatos e ecofatos ou, só com artefatos, ou, ainda, só com ecofatos - dispersos nas áreas de residências e/ou de outras atividades específicas - sugerindo locais destinados ao desempenho de determinadas funções como cozinhar alimentos (p. ex. concentrações de restos de animais, cinzas e carvão apontando para área de *fogueira*). Também podem ser consideradas *features*, marcas como as de buracos de estacas de cabana - cuja disposição espacial permite inferir tamanho e forma das moradias.

Um sepultamento humano, se observado sob a perspectiva de evidências indicando aspectos do ritual funerário e/ou de certos tratamentos dispensados aos mortos - como a presença de covas, deposição de possíveis objetos pessoais, sepultamentos primários ou secundários, sepultamentos múltiplos, dentro das habitações, fora delas, entre outros - também, poderia ser incluído nesta categoria do registro arqueológico.

Entretanto, no que se refere às análises do esqueleto humano, estas devem ser conduzidas por especialistas em Antropologia Física. Ao arqueólogo cabem as observações de contexto na tentativa de levantar aspectos do ritual funerário (como disposição do corpo, presença ou ausência de covas, locais e disposição dos sepultamentos) ou inferir aspectos que permitem, por exemplo, apontar para organização espacial do grupo - como se vê em Rohr (1966), que obteve dados sobre o tamanho e forma das moradias da ocupação pré-colonial Jê da Tapera levando em conta a disposição espacial dos sepultamentos e das fogueiras a eles associadas.

Ao lado destas unidades - quase sempre focalizadas em estudos de sítios habitação - outras informações, como se mencionou no início deste capítulo, reportam-se aos fatores que condicionaram as populações do passado a escolherem uma localização no ambiente para instalarem seus assentamentos; como prepararam tais espaços e exploraram aquela paisagem; e, ainda, como todos os assentamentos contemporâneos de uma mesma área estariam articulados entre si (Binford, 1994).

Sob a perspectiva das condicionantes de localização e das relações entre sítios espacial e temporalmente articulados, além dos sítios habitação, incluiu-se, como parte da documentação arqueológica da população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina, outros dois tipos de sítios. É preciso esclarecer precipuamente

que tal inclusão fundamenta-se em indícios apenas - por isso conduzido como um exercício para testar articulações espaciais com possíveis extensões das áreas de habitação. Trata-se daqueles sítios identificados como *oficinas líticas* e *inscrições rupestres*, cujas ocorrências na Ilha de Santa Catarina têm suscitado inúmeras indagações e cujas respostas, talvez, não se possa atingir. Aliás, na prática arqueológica - na busca de interpretar comportamento humano do passado - pouco ou quase nada pode ser comprovado, mas apenas sugerido, com maior ou menor “força de argumentação”.

Um dos pontos polêmicos diz respeito às vinculações culturais destes dois tipos de sítios, ou seja, se eles teriam sido produzidos pelos próprios grupos pré-coloniais Jê ou pela população que os antecederam (de caçadores-coletores) ou, ainda, pela que os sucederam (de Tradição Guarani).

No que se refere a certas *oficinas líticas* e às *inscrições rupestres*<sup>27</sup>, além de tecer alguns comentários sobre suas características, convém prestar alguns esclarecimentos sobre as motivações que levaram a se pensar na possibilidade de estarem associadas à população pré-colonial Jê. Volta-se a reafirmar que a inclusão das *oficinas líticas* e *inscrições rupestres* se deu em caráter de exercício, uma vez que não se dispõe de dados para sustentar, com segurança, a vinculação das mesmas com a população pré-colonial Jê.

Sobre as *oficinas líticas* ou *estações líticas*, como também são nomeadas, Rohr (1959:202) comenta que onde há diabásio aflorando

*“... numa praia, por entre os maciços de granito, que constituem as principais rochas da Ilha de Santa Catarina, aparecem (...) superfícies alisadas, tipo de prato rasos, mais ou menos circulares, em que os índios outrora alisavam, afiavam e poliam os seus utensílios (...) e talvez moíam as suas sementes e raízes. (...) Devassando os arredores destas estações líticas, habitualmente, encontram-se também machados (...) lascados e polidos, inteiros ou fragmentados e inúmeras lascas (...), que constituem as aparas do lascamento, o refugio das oficinas líticas.”*

Porém, é em Amaral (1995)<sup>28</sup> que se encontra a definição, mais completa sobre as *oficinas líticas*. Destacando que se tratam de locais, cuja existência

---

<sup>27</sup> A possibilidade de as *inscrições rupestres* localizadas na Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes terem sido produzidas pelos grupos desta tradição já havia sido aventada na década de oitenta pelo arqueólogo Rodrigo Lavina (comunicação pessoal) - na época estagiário do Setor de Arqueologia do Museu Universitário da UFSC e colaborador do Pe. Rohr.

<sup>28</sup> Esta autora desenvolveu - como Dissertação de Mestrado - um estudo bastante minucioso sobre as oficinas líticas da Ilha de Santa Catarina.

deveria de, pelo menos, uma área de habitação, a autora diz que tais oficinas correspondem a locais

*“... de polimento de artefatos líticos, constituindo uma área de atividade específica. O fato de estarem fora da área de habitação, permite concebê-las, também, como uma área extensiva a esta, integradas por uma ou mais rochas (suporte) com marcas resultantes da aplicação da técnica de polimento para a fabricação de artefatos líticos.”*

*“... devem ser vistas, enquanto fenômeno físico (vestígios da cultura material) e enquanto área de atividade específica (local onde se reuniam os artesãos com o objetivo de produzir artefatos fora da área de habitação) que diz respeito a aspecto do comportamento humano.”* (Amaral, 1995:12).

Tendo em vista a função de polimento de artefatos, segundo Amaral (1995), a instalação de uma oficina lítica em um determinado local depende da disponibilidade de uma rocha apropriada (o suporte), água e areia. Tais fatores deveriam ter sido as principais motivações na escolha do local destas áreas de atividades.

Algumas das *oficinas líticas* que Amaral (1995) pesquisou na Ilha de Santa Catarina, estão situadas muito próximas de assentamentos pré-coloniais Jê, por exemplo, a da Caiacanga-Mirim (Rohr, 1959). Entretanto, segundo a referida autora, tais proximidades não permitem apontar se foram ou não áreas de atividades - de produção de artefatos líticos - exclusivas destes grupos, uma vez que outras<sup>29</sup> estão próximas de ocupações de caçadores-coletores.

Por outro lado, esta suposição é reforçada pelo fato de que parte delas também está associada espacialmente às inscrições rupestres que - devido a outros indícios, discriminados mais adiante -, do mesmo modo, supõe-se terem sido produzidas por grupos pré-coloniais Jê.

A respeito desta associação espacial, acrescenta-se que Amaral (1999)<sup>30</sup> observou uma certa predominância de afiadores entre as oficinas líticas que estão próximas de inscrições rupestres - um indício de que talvez nelas fossem afiados os instrumentos utilizados nas gravações destas inscrições.

Além daquelas da Ilha de Santa Catarina, há informações sobre a presença de oficinas líticas associadas espacialmente a assentamentos pré-coloniais Jê em outras áreas da zona costeira catarinense, como o da Praia do Embrulho (Fossari & Richter, 1983), município de Porto Belo e o da Ponta do

---

<sup>29</sup> Nenhuma delas está associada espacialmente à ocupação de tradição Guarani.

<sup>30</sup> Comunicação pessoal.

Leal, no Estreito, município de Florianópolis (Rohr, 1984). Sem contar que na ilhas do Arvoredo e do Campeche, adjacentes à Ilha de Santa Catarina, registrou-se inscrições rupestres (Rohr, 1969) e oficinas líticas (cf. Amaral, 1995). E na ilha do Arvoredo também há evidências de ocupação pré-coloniais Jê (Fossari et al., 1989).

Desta maneira, as *oficinas líticas* que estão espacialmente próximas de locais de habitações da população pré-colonial Jê foram consideradas como possíveis áreas de atividades específicas de tal população. E, do mesmo modo, também foram alvo de observações quanto às relações espaciais com os referidos locais de habitação distribuídos na Ilha de Santa Catarina.

Quanto às *inscrições rupestres* é preciso dizer inicialmente algumas palavras sobre estes fenômenos arqueológicos - um dos temas mais polêmicos da Arqueologia de um modo geral - antes de arrolar os indícios para associá-las à população pré-colonial Jê.

As *inscrições rupestres*, *sinalizações rupestres* ou *petroglifos* como também são conhecidas, se caracterizam morfologicamente por desenhos - figurativos ou não - gravados e/ou pintados em superfícies de rocha e/ou matacões e que podem ser incluídos naquela categoria identificada genericamente como *arte rupestre* ou *arte na rocha*.

Constituindo um fenômeno universal, as *inscrições rupestres* vêm sendo observadas em diferentes áreas. Na América do Sul tais manifestações culturais são atribuídas às populações pré-colombianas, uma vez que, segundo Wüst (1991), a produção das mesmas teria cessado rapidamente com a conquista européia. Para esta autora o termo rupestre é:

*"...expressão etimologicamente derivada do latim: **rupes** (rocha) e refere-se aos testemunhos gráficos das sociedades do passado, deixados sobre as paredes e tetos de cavernas, abrigos-sob-rocha ou lajes a céu aberto. Estas manifestações pictóricas abrangem pinturas geralmente executadas com pigmentos minerais, bem como gravuras em baixo relevo."* (Wust, 1991:47).

Schaafsma (1985:237-8) constatando que: "A maior parte dos registros sobre arte na rocha, devido a sua longevidade, é de natureza arqueológica", acrescenta que estas manifestações não só proporcionam

*"... estudos sobre o passado em termos de informações pertencentes à história da cultura por meio de estilo e análise, mas também com imagens gráficas complexas que refletem conceitos não materiais e ideologias não necessariamente representadas em outros aspectos do registro arqueológico."*

A *arte rupestre*, começou no Paleolítico Superior, persistindo em muitas áreas até tempos mais tardios, sendo razoável supor que no território americano teria sido introduzida pelos caçadores - os primeiros habitantes deste continente. Porém, em todas as partes do mundo seus estudos enfrentam problemas de difícil solução, a despeito do avanço das investigações que vêm sendo feitas (Bosch-Gimpera, 1975).

Por outro lado, das manifestações do passado que chegaram até os dias de hoje, a *arte rupestre* é uma das que mais vem recebendo destaque por parte dos meios de comunicação, porém, geralmente sob notas de cunho fantástico. Aliás, há quase 30 anos Colonelli & Magalhães (1975:117) já denunciavam que “... os periódicos têm dado guarida a um sem número de notícias fantasiosas acerca de achados de inscrições e pinturas rupestres brasileira”; acreditando que algumas delas seriam obras de fenícios, outros de origem hebraica, ou que indicariam caminhos na direção das minas auríferas (no caso da “famosa” Pedra do Ingá) e até há quem afirme tratar-se de uma escrita-mãe da qual derivam todas as escritas arcaicas. Os autores deste tipo de divulgação, são “... pessoas sem conhecimentos científicos de Arqueologia, atraídos pelo fascínio que ela exerce sobre a opinião pública, tentam se promover fazendo sensacionalismo sobre o assunto.” (Nasser, 1971, apud Colonelli & Magalhães, 1975:117)<sup>31</sup>.

Há, ainda, outros tipos de interpretações, como a que relata Rohr (1976: 20-21):

*“As sinalações rupestres, infelizmente, sofrem os mesmos vandalismos que as grutas e os abrigos sob-rocha e isto, devido a erros de interpretação de ingênuos caçadores de tesouros, que querem ver nas sinalações rupestres roteiros de tesouros escondidos ou marco de navios afundados. Em decorrência desta interpretação fantástica, diversos belos conjuntos de petroglifos da Ilha do Campeche e da Ilha de Porto Belo (Ilha João Cunha) foram dinamitados.”*

Ressaltando que a *arte rupestre* constitui um produto pictográfico essencialmente distinto da concepção de arte na nossa sociedade contemporânea, seja em termos de seu contexto de produção seja de consumo visual, Wüst (1991:48) diz que:

---

<sup>31</sup> Tentativas de interpretar *inscrições rupestres* sob tais inspirações, entretanto, não ficaram para trás, continuam a fazer sucesso, inclusive no meio acadêmico. Contam-se, inclusive com livros e CD publicados na década de noventa cujas referências são omitidas aqui, evitando-se assim registrar algo que não merece qualquer tipo de crítica, mas que, infelizmente, estão expostas em certas prateleiras de postos de venda no campus desta universidade.

*“Enquanto na nossa sociedade o contexto de produção das chamadas **obras de arte** se caracteriza por sua natureza individualista, essencialmente criativa e não repetitiva, em sociedades não ocidentais<sup>32</sup> a produção das formas, e sobretudo da **arte rupestre**, pode ser identificada com uma categoria material das chamadas **representações coletivas**. Como é difícil separar, em sociedades não ocidentais, esferas do profano e do sagrado, também as suas manifestações **artísticas**, no seu sentido mais amplo, não representam uma categoria à parte, mas estão intimamente relacionadas à prática do cotidiano do qual os rituais fazem parte e onde as formas, as cores e as matérias-primas veiculam mensagens compreendidas por todos ou por segmentos específicos, ordenando relações sociais, relações entre o natural e o sobrenatural, entre natureza e cultura.”*

Embora estas manifestações em diferentes tempos e lugares foram produzidas para atender aos mais distintos propósitos, há entre muitos estudiosos “... uma tendência inerente para arranjar explicações simples que abranjam tudo” (Bahn, 1996: 90), como aliás acontece em todos os domínios da Arqueologia.

De acordo com Bahn (1996), as interpretações sobre manifestações do gênero, muitas vezes não só refletem as concepções do mundo ocidental contemporâneo, mas inclusive nossos preconceitos. No início do século XX, quando as informações sobre os povos contemporâneos que, naquela época, eram identificados como *povos primitivos* - começaram a avolumar-se, suas manifestações pictóricas foram interpretadas de maneira simplista e acrítica como destinadas a funções mágicas, voltadas para a caça ou a fertilidade. Na década de 50, a partir do surgimento do estruturalismo francês, passou-se a ver nos animais representados nas paredes símbolos sexuais. Outras observações de cunho interpretativo, vinculam os sinais produzidos pelo homem do passado à astronomia; ao papel de registrar e transmitir informações e até mesmo, chegou-se a concebê-los como produtos do homem em estado de transe. Difícil, ou mesmo impossível é dizer se tais interpretações, corresponderiam de fato ao que teria acontecido, uma vez que as idéias e os propósitos que resultaram em suas produções desapareceram juntamente com seus criadores.

As manifestações desta natureza não podem ser estudadas como se

---

<sup>32</sup> Embora se discorde do emprego deste termo com tal conotação – considerando que, por exemplo, os índios brasileiros são tão ocidentais como os demais brasileiros não índios, ele vem sendo amplamente empregado na literatura da Etnografia e Arqueologia para designar aquelas sociedades que não se desenvolveram sob a influência da tradição judaico-cristã. Por exemplo, Vidal (1995:373) ao dizer que “...os ocidentais não dão todo o valor à tecnologia indígena ...” está evocando os brasileiros não índios. Viveiros de Castro (1995:117) contrapondo as culturas indígenas da floresta amazônica e as não indígenas, identifica estas últimas como “modernidade ocidental.”

fossem fenômenos isolados mas, conforme Wüst (1991:66),

*“...em correlação às demais manifestações culturais, tais como: padrões e sistemas de assentamento, quadros tecnológicos (...) Tendo em vista que a arte rupestre ultrapassa a natureza passiva de um texto iconográfico e que ela foi produzida dentro de um contexto sócio-político e ideológico, objetivando efeitos sociais, a sua análise contextual se torna imprescindível.”*

E, citando Tilley (1991), esta mesma autora comenta que

*“... a Arqueologia hoje não está mais tão preocupada em **ler** os símbolos do passado, mas em inscrevê-los dentro do presente. As interpretações do passado não representam mais um fim em si mesmo, tornando-se os conhecimentos adquiridos um instrumento poderoso para uma compreensão e uma crítica do nosso próprio contexto histórico atual.”* (Wüst, 1991:67).

Mais particularmente, neste estudo, a inclusão das *inscrições rupestres* se prendeu a alguns indícios, apontados mais adiante, buscando-se alcançar as relações espaciais das *inscrições rupestres* com as áreas de habitação da população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha.

Convém esclarecer que não se tomou como tarefa neste estudo descrever as características morfológicas de cada uma das *inscrições rupestres*, nem muito menos estabelecer comparações entre as mesmas, uma vez que não há dados disponíveis sobre todas aquelas registradas até o momento. E, desenvolver estudos neste sentido<sup>33</sup> fugiria aos propósitos deste trabalho como já se mencionou anteriormente. As referências às *inscrições rupestres* limitam-se aqui a inseri-las na paisagem da população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina e demais ilhas do arquipélago, bem como focalizar as relações espaciais das mesmas com as demais áreas utilizadas pela referida população.

Segundo Prous & Piazza (1977), as *inscrições rupestres* registradas em Santa Catarina podem ser agrupadas em dois grupos estilísticos e geográficos - as da zona costeira e as do planalto.

Identificando as *inscrições rupestres* localizadas na Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes como sendo de *tradição litorânea catarinense*, Prous (1992: 513) comenta que os

*“... sítios rupestres são os únicos até agora conhecidos no litoral brasileiro. Os painéis, todos gravados e de acesso difícil, por vezes perigoso, estão localizados exclusivamente em ilhas (...). Nem todas as*

---

<sup>33</sup> O estudo de todas as inscrições rupestres do litoral catarinense vem sendo desenvolvido, como tema de tese de doutorado de Fabiana Comerlato (comunicação pessoal).

*ilhas do litoral centro-catarinense foram decoradas, mas somente algumas...”*

Em um estudo expedito sobre essas *inscrições rupestres*, Prous (1992) determinou 14 temas, dos quais 12 seriam puramente geométricos e os outros dois compostos com algumas possíveis representações humanas associadas a sinais geométricos.

Por outro lado, algumas informações do arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr - obtidas através de seus inúmeros levantamentos e pesquisas arqueológicas, realizados nas décadas de 60 e 70, em áreas do planalto e da zona costeira catarinense - permitem levantar alguns indícios sobre as possibilidades de vinculações entre as ocupações pré-coloniais Jê com as *inscrições rupestres* da zona costeira, ampliando assim o campo de investigação sobre tais ocupações do passado.

No que se refere às *inscrições rupestres* que Rohr (1976, 1984) registrou em áreas do planalto e suas encostas, há de se destacar que sob a perspectiva de suas proximidades espaciais, estas inscrições poderiam ser associadas a alguns sítios que vêm sendo apontados como pertencentes às Tradições Taquara, Itararé e Casa de Pedra, apontadas aqui como povos pré-coloniais Jê do sul. Trata-se mais precisamente de certas *estruturas subterrâneas*, *galerias subterrâneas*<sup>34</sup> e *abrigos-sob-rocha* cujos registros destacados a seguir apontam para associações neste sentido.

No município catarinense de Urubici, Rohr (1976) escavou duas estruturas subterrâneas situadas

*“...em pequenos morros, nas vizinhanças de arroios, (...). No chão das mesmas, foram recolhidos milhares de cacos de cerâmica (...) machados, amoladores, batedores, bigornas, raspadores, facas (...) Alguns cacos de cerâmica eram decorados com incisões, em forma de linhas paralelas cruzadas, e nas paredes de uma delas, sinalações rupestres em forma de triângulos, similares, as que são encontradas na mesma região ... ” (p.21).*

---

<sup>34</sup> As *galerias subterrâneas*, estão entre os sítios que o Pe. João Alfredo Rohr levantou em 1970 no planalto catarinense. Sobre as do município de Bom Retiro diz que: “*Situam-se em uma lomba e foram cavadas em forma cilíndrica, (...). A boca pequena é estreitada por terra, húmus e folhas. É preciso entrar rastejando. Por dentro, porém, possui metro e meio de diâmetro. Nas paredes existem sinais de picareta (...). O corredor principal possui uns 40 m de comprimento e apresenta dois braços laterais, de 4 e 5 m de comprimento. (...), tivemos a intuição nítida de estarmos em presença de novo tipo ainda inédito, de sítio arqueológico, construído por populações pré-históricas. Talvez abrigo e esconderijo contra ataques repentinos de inimigos, que subtraindo-os à vista e ao alcance dos perseguidores, abrigaria centenas de indivíduos...*” (Rohr, 1984:83).

Em Urubici, Rohr (1984) também, localizou a uns 60 metros de três estruturas subterrâneas, galerias subterrâneas de “...*trinta metros de comprimento com (...) diversas bocas de entrada e saída. Há vestígios de petroglifos no interior das galerias.*” (p.145).

Em galerias subterrâneas do município de Bom Retiro, Rohr (1984) observou que algumas teriam comunicação com estruturas subterrâneas, “*sugerindo a hipótese de serem da mesma cultura.*” (p. 84). As galerias “...*apresentam os mesmos sinais de picaretas de cavadeira (...). Em algumas delas encontramos sinais de petroglifos e cacos de cerâmica indígena.*” (Rohr 1984:83). Em um abrigo-sob-rocha, no município de Urubici, na localidade de Morro Pelado, Rohr (1984) observou que o mesmo havia sido construído “... *em rocha mole de arenito e encimado por petroglifos.*” (p.146).

Como exemplo de uma associação bastante evidente entre ocupações identificadas como de grupos pré-coloniais Jê e petroglifos, caberia trazer aqui um registro de Chmyz (1969a) sobre o Abrigo Bruacas, município União da Vitória, Paraná, no qual o autor além de uma ocupação relacionada à Tradição Itararé também constatou

*“Nas paredes arenosas do abrigo (...) a existência de conjuntos gravados. Os mais freqüentes são os círculos que formam alinhamentos paralelos. Estes círculos têm, em geral, 2 cm de diâmetro e cerca de 5 mm de profundidade. Outros conjuntos representavam sulcos alongados como os causados pelo polimento de artefatos de pedra.”* (Chmyz 1969a :122)

Quanto às *inscrições rupestres* da Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes, as informações disponíveis sobre as mesmas são também de Rohr (1969, 1984). Aliás, a sua publicação de 1969 constitui, ainda hoje, o trabalho de caráter arqueológico mais exaustivo sobre a ocorrência de tais manifestações na zona costeira catarinense. Nesta publicação limitou-se a localizar e descrever as *inscrições rupestres*, ou petroglifos - o único procedimento cabível no caso destas *inscrições rupestres* - dispensando qualquer tentativa de interpretação, pois gestões neste sentido não passam de uma “brincadeira infantil de adivinhação” como diz Rohr (1969).

Observando que os motivos das *inscrições rupestres* nas diferentes ilhas “... *repetem-se em conjuntos os mais variados...*” Rohr (1969:3) conclui que “...*são produtos de uma e a mesma cultura ou grupo cultural.*” Em outra publicação, diz Rohr (1976:20):

*“Na Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes, há grande número de petroglifos de motivos geométricos e naturalísticos, possivelmente, de origem Tupiguarani (carijó). No planalto catarinense, encontramos petroglifos, (...) geométricos e naturalísticos, também, mas diferentes do litoral, que podem ser atribuídos, com certa segurança, às populações Jê ou Kaingang, que ocupavam o planalto no tempo da conquista.”*

Rohr (1969) atribui a grupos Guarani a possível autoria das  *sinalizações rupestres* da zona costeira catarinense, destacando que:

*“Certos motivos, como por exemplo linhas onduladas paralelas, linhas em zigue-zague, paralelas, são algo semelhantes às decorações existentes nas grandes urnas funerárias de Tradição Guarani. De modo que Menghin<sup>35</sup> admite que não é excluída a hipótese de as inscrições rupestres das ilhas serem de origem Tupiguarani.”* (p. 3).

Entretanto, cerâmica decorada com linhas paralelas em zigue-zague também foram produzidas por populações do planalto, como aquelas da Fase Xaxim<sup>36</sup> identificada por Piazza (1969a, 1969b) – fase que segundo este autor pertenceria a uma “Tradição não Tupiguarani”, conforme comentário anterior.

Caberia aqui evocar o relato de Mabilde (1988) a respeito dos índios Kaingang que habitavam o Rio Grande do Sul no século XIX, os quais delimitavam seus territórios entalhando, em troncos de pinheiros, marcas de diversas formas, sendo que algumas delas reproduziam linhas em zigue-zague, conforme descrição transcrita no capítulo 3.

Outra possibilidade seria a associação das  *sinalizações rupestres* aos sistemas de assentamentos de grupos caçadores-coletores – que na Ilha estão representados por sambaquis, sítios encontrados na zona costeira brasileira desde o Rio de Janeiro até Torres no Rio Grande do Sul. Entretanto, tais manifestações culturais são observadas somente na zona costeira de Santa Catarina e, como destacou Prous (1992), exclusivamente nas ilhas do litoral de Santa Catarina, nas quais há evidências de ocupações Jê.<sup>37</sup>

Reportando-se às  *inscrições rupestres* encontradas, de um modo geral em território brasileiro, Pereira Júnior (1952:197) declara que “...  *nem todas as figurações existentes nas rochas devem datar de época pré-colombiana...*” e não

---

<sup>35</sup> Osvaldo Menghin publicou vários trabalhos arqueológicos desenvolvidos principalmente na Argentina.

<sup>36</sup> Observando evidências da produção desta cerâmica que faz parte do acervo do Museu Osvaldo Rodrigues Cabral da UFSC – verificou-se que uma parte é decorada com linhas paralelas em zigue-zague.

<sup>37</sup> Em um artigo Gruhn (1980) sugere possíveis paralelos entre desenhos feitos pelos índios Apinayé (falantes de língua Jê) e certas pinturas na rocha encontradas em sítios do norte de Minas Gerais. Entretanto, este artigo deve ser visto com uma certa reserva uma vez que se trata da publicação de uma hipótese a ser investigada, mas que remete aos Jê.

deixa de ser instigaste o que diz em seguida, apesar de não entrar em detalhes e nem mencionar as fontes: “... outras [inscrições rupestres] existem, em algumas regiões do Brasil, de autoria, ao que parece, de certas tribos Jê, mas, em sua maioria, não apresentam sinalações muito complexas.” (p.197).

Na década de 60, o Pe. João Alfredo Rohr localizou uma antiga ocupação pré-colonial Jê, na Ilha dos Corais - situada 10 quilômetros a sudeste da Praia da Pinheira, município de Palhoça. Sobre a mesma diz ele:

*“A Ilha dos Corais é muito interessante, sob o ponto de vista arqueológico. No nordeste da mesma, existe um dos mais belos conjuntos de petroglifos de que temos conhecimento. O sitiante, além disto, descobriu em sua rocinha, importante sítio de sepultamentos. Na superfície do mesmo, recolhemos cerâmica e diversos artefatos líticos, que parecem indicar que se trata de um sítio semelhante ao Sítio Arqueológico da Praia da Tapera. Também na praia sul da Ilha existem petroglifos.”* (Rohr 1969:28).

Na parte central da Ilha do Arvoredo, na localidade de Engenho Velho, segundo Fossari et al. (1988a) foram encontradas evidências de uma ocupação pré-colonial Jê - provavelmente acampamento - e, naquela ilha também foi localizado por Rohr (1984:119) um

*“...paredão de diabásio preto, junto à praia norte da Ilha, acha-se coberto de sinalizações, gravadas na rocha, (...). Os motivos são círculos concêntricos, círculos simples e pontos alinhados paralelamente e figuras estilizadas de homens e animais. Outro bloco isolado de diabásio de meio metro de superfície plana acha-se coberto de um ideograma, composto de linhas quebradas paralelas.”*

Além disso, conta-se com uma plaqueta de osso (fragmentada) – proveniente do registro arqueológico da ocupação pré-colonial Jê Rio do Meio, Ilha de Santa Catarina - na qual foi gravado um desenho (Figura 01) cuja forma é muito semelhante a das *inscrições rupestres* - reproduzidas por Rohr (1969) - localizadas nas ilhas do Arvoredo e Campeche (Figura 02), zona costeira de Florianópolis; João Cunha, em Porto Belo, e nos costões laterais à praia do Santinho<sup>38</sup> da Ilha de Santa Catarina. Em algumas destas ilhas foram observadas evidências de ocupações pré-coloniais Jê e/ou nas proximidades das mesmas, no continente.

---

<sup>38</sup> Não daria para deixar de registrar aqui um protesto, quanto ao fato de que a forma destas gravuras foi apropriada “impropriamente” - com o consentimento do órgão que tem como função proteger a coisa pública - por uma empresa particular, que passou a usá-la como marca de seu estabelecimento.

### 1.2.2. A documentação arqueológica das ocupações pré-coloniais Jê na Ilha de Santa Catarina

A documentação arqueológica sobre a população pré-colonial Jê que ocupou a Ilha de Santa Catarina, remete a quatro *sítios habitação* – pesquisados através de escavações sistemáticas –, sendo dois deles pelo Pe. João Alfredo Rohr nas décadas de 50 e 60 (Caiacanga-Mirim e Tapera); um terceiro por Anamaria Beck e equipe, na década de 60 (Ponta do Lessa) e o quarto por Teresa Fossari e equipe, na década de 90 (Rio do Meio). Tais sítios são contextualizados por evidências de atividades de produção e consumo manifestadas através das categorias de artefatos e ecofatos e ainda seus arranjos espaciais na área de ocupação, sugeridos pelos *features*. Estas evidências da cultura material, constituem testemunhos concretos das inter-relações desta população com a paisagem da Ilha, das ilhas adjacentes e do continente.

Além da documentação sobre estes quatro, conta-se ainda com registros de outros dez sítios - prováveis áreas de habitação (ver Capítulo 5) - efetuados a partir dos levantamentos arqueológicos realizados por Teresa Fossari e equipe, na década de 80. Estes sítios, que ainda não foram escavados, também sugerem áreas de residência de grupos pré-coloniais Jê na Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes - diagnosticadas através de evidências materiais coletadas em suas superfícies.

Os contextos arqueológicos que atestam assentamentos desta população pré-colonial na Ilha de Santa Catarina - descritos na mencionada documentação - se encaixam perfeitamente nos dizeres de Meneses (1984), sobre os sítios brasileiros, de um modo geral:

*“...nada temos de espetaculoso, como nos Andes ou na Mesoamerica. É verdade que alguns tipos de sítio como os sambaquis, apresentam certo interesse visual e alguns deles foram mesmo preservados para visitação. (...). Talvez a exceção mais conspícua sejam os sítios rupestres (...) no que diz respeito aos artefatos (...) há peças de interesse formal excepcional (...), como na cerâmica plástica ou pintada da Amazônia, nos muiraquitãs do Tapajós, nos zoólitos<sup>39</sup> de concheiros do litoral meridional, a maioria é de extrema banalidade<sup>40</sup>. Esta qualificação, do ponto de vista científico, não constitui demérito; pelo contrário, favorece o conhecimento de padrões em*

---

<sup>39</sup> Artefatos esculpidos sobre rocha, geralmente, muito resistente e de difícil entalhe mas de fácil desgaste por polimento, em forma de animais são denominados de zoólitos e aqueles em forma de figuras humanas de antropomorfos; a singularidade e a beleza indiscutível de tais artefatos denota muita sensibilidade por parte das populações pré-coloniais que os produziram.

<sup>40</sup> Grifo nosso.



Figura 01 – Artefato ósseo com inscrição. Ocupação Rio do Meio.  
Acervo do Museu Universitário/UFSC.  
Foto: Teresa Fossari



Figura 02 – Inscrição Rupestre Ilha do Campeche, medindo 1,40m por  
0,50m na parte visível.  
Foto: Maria Madalena Velho do Amaral

*que é o banal, o corriqueiro, a série, e não o excepcional, que contam.”*  
(Meneses, 1984:35).

No caso específico da população pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina, a documentação arqueológica sobre a *produção cerâmica*, por exemplo, é representada em grande parte por fragmentos de vasilhames utilitários e sem decoração. Tais evidências tornam-se qualitativamente mais inexpressivas se comparadas com aquelas da produção dos grupos de Tradição Guarani (ou Tupiguarani) – também deixadas nesta Ilha - cujos fragmentos apontam para diferentes formas de recipientes decorados e, inclusive, com pinturas geométricas de esmerado acabamento (cf. Schmitz, 1959). Poder-se-ia dizer o mesmo a respeito dos *artefatos líticos*, entre os quais nenhum deles teria sido produzido com tanto esmero e delicadeza de formas como os zoólitos dos grupos caçadores-coletores, ou seja os povoadores mais antigos da Ilha de Santa Catarina. E, quanto aos *artefatos ósseos*, estes são constituídos em grande parte por pontas, não havendo, por exemplo, anzóis como aqueles produzidos por grupos pré-coloniais Jê, nas ocupações de Enseada I (Beck, 1978), Forte Marechal Luz (Bryan, 1961), Praia das Laranjeiras (Rohr, 1977), entre outras da zona costeira deste estado.

Entretanto, se é o corriqueiro que conta para a construção do conhecimento em Arqueologia, foi a partir dos artefatos produzidos pela população pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina que os arqueólogos que até então a estudaram, conseguiram inferir, entre outros, aspectos da sua tecnologia. Tais aspectos, seja em termos de seus instrumentais de trabalho ou de matéria-prima selecionada para a obtenção dos mesmos, constituem dados de interesse fundamental para o estudo que se está apresentando. De especial importância também foram os dados derivados dos ecofatos, enquanto indicadores da variedade e quantidade de recursos consumidos, das prováveis fontes de obtenção destes recursos, de certos componentes da fauna aquática, principalmente marinha, e terrestre existente na época em que a Ilha foi ocupada pela referida população.

Além disso, todos os sítios, ou seja, os já escavados e os apenas registrados - testemunhos da população pré-colonial Jê - distribuídos na paisagem da Ilha de Santa Catarina constituem marcos de locais selecionados e transformados por esta população em áreas de atividades – seja de moradia, de

trabalho ou de cerimonial. Por isso, os dados de localização e de seus arranjos espaciais na paisagem desta Ilha constituem, do mesmo modo, dados cruciais. Neste sentido, buscou-se levantar informações sobre as localizações na Ilha de Santa Catarina de todos os sítios de habitações cadastrados (submetidos a escavações ou não) e, ainda, as localizações das *inscrições rupestres* e daquelas *oficinas líticas* que se encontram associadas espacialmente a sítios habitação e/ou a *inscrições rupestres*.

Em síntese, as evidências arqueológicas da cultura material da população pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina estão concentradas nos espaços geográficos que foram selecionados e transformados em áreas de residência, de atividades cotidianas, em espaços cerimoniais (no caso daqueles assentamentos com presença de sepultamentos) e, ainda, quem sabe, em áreas de atividades específicas (as *oficinas líticas*) e em áreas de representações simbólicas (no caso, *inscrições rupestres*).

Entendendo que as populações humanas também podem ser vistas enquanto parte do mundo natural - interagindo com outros componentes dos ecossistemas – os arqueólogos passaram a reconhecer a importância de se entender os assentamentos humanos do passado em seu ambiente, bem como considerar os processos geomorfológicos e biológicos, que ocorreram ao redor dos mesmos. Desta maneira, a paisagem vem sendo considerada como uma variável e não mais algo constante ou homogêneo através do espaço e do tempo (Renfrew & Bahn, 1991).

Sob tal perspectiva, é que se focalizou a população Jê na Ilha de Santa Catarina buscando entender como se deram suas relações com o ambiente desta e demais ilhas do arquipélago, com áreas do continente e com o mar que separa as diversas áreas citadas e que também é ponto de união entre elas.

Os sítios arqueológicos - resultantes das mais diferentes atividades desenvolvidas pela referida população nesta Ilha e, das relações que mantiveram com o ambiente do seu convívio - compõem um importante contexto arqueológico, do qual a própria Ilha entendida como território desta população faz parte.

Foi, através do referido contexto arqueológico que se tentou caracterizar, a população pré-colonial Jê desta Ilha, buscando-se conhecer em escala local aspectos singulares da cultura de uma das várias populações que, no decorrer de

mais de 500 anos fizeram da zona costeira do atual estado de Santa Catarina o seu território.

### 1.3. A ILHA DE SANTA CATARINA NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

Para falar do período pré-colonial da Ilha Santa Catarina convém situá-lo no seu contexto mais amplo que, ultrapassando os limites deste Estado e do Brasil, amplia-se pela História pré-colombiana – a das populações que em territórios das atuais nações americanas viveram em épocas anteriores ao primeiro desembarque de Cristóvão Colombo no século XV.

Deve-se esclarecer que não se trata de apresentar uma síntese da história primeva do povoamento americano, mas destacar alguns aspectos que permitem caracterizar, em poucas palavras, aquele que foi o

*“... mais longo período de tempo e a mais complexa trajetória de homens (...). Uma história que possui maior profundidade de tempo quando estendida para a época ou épocas da passagem dos asiáticos para as Américas.” (Ab’ Sáber, 2000:32).*

#### 1.3.1. Aspectos gerais do povoamento pré-colombiano

Das hipóteses que se apresentam sobre o povoamento inicial das Américas, a mais aceita é a da rota via Estreito de Bering, localizado entre a Sibéria asiática e o Alasca americano, é o ponto no qual o Velho e o Novo Mundo quase se tocam. Esta hipótese (cf. Laming-Emperaire, 1964) foi proposta por Ales Hrdlicka que entre 1912 e 1923 publicou seus estudos, defendendo inclusive que, apesar das diferenças que reconhecia existir entre os vários grupos *ameríndios*, alguns caracteres físicos em comum entre eles apontavam para a unidade de origem dos mesmos. Segundo Doig (1990), Hrdlicka teria se fundamentado em uma suposição do Padre José de Acosta - que viveu no século XVI - e em certos fatores geográficos, como a proximidade da América e Ásia no Estreito de Bering, e na maior semelhança que há entre os indígenas e os descendentes do tronco páleo-mongolóide do Velho Mundo (como os japoneses e coreanos) do que com os negróides e caucásicos. Paulatinamente esta hipótese passou a ser considerada como a mais provável, porém não sob o ponto de vista cronológico - uma vez que para Hrdlicka esta travessia teria ocorrido há 10 mil ou 12 mil anos.

Desde o início do século XX, já se suspeitava da existência de alguma ligação terrestre entre a Ásia e a América – um páleo-espaco (Ab’Sáber, 2000)

denominado Beríngia que se estendia por mais de 1000 km e constituído de ambientes terrestres (Waters, 1992).

Rivet (1960) dando crédito à hipótese de Ales Hrdlicka, e evocando a grande antigüidade da chegada dos primeiros povoadores neste continente declara que esta explicaria,

*“... por que se torna tão difícil encontrar nos caracteres físicos, culturais e lingüísticos das populações atuais, traços que demonstrem de um modo indiscutível a sua origem asiática e permitam relacionar cada uma das suas vagas migratórias com uma determinada população asiática.”* (p. 78).

Não se pode desconsiderar que a população asiática também mudou e que os grupos americanos não são descendentes dos atuais asiáticos - afinal se passaram milhares de anos após a chegada daqueles que deram início ao povoamento do Novo Mundo.

Em finais da década de 80, os especialistas já admitiam existir um certo consenso de que a região de Beríngia foi a porta de entrada dos primeiros povoadores das Américas. As raízes asiáticas das primeiras culturas americanas vêm revelando-se cada vez mais prováveis em termos de dados arqueológicos, antropológicos, etnográficos e genéticos. Tais pesquisas vêm reforçando a hipótese de que as populações que começaram a entrar no Continente Americano eram, como nós, *Homo sapiens sapiens*. Entretanto, as investigações arqueológicas na busca da profundidade dos tempos iniciais do povoamento da América a partir da Ásia tem produzido dados que, no dizer de Dikov (1987) não podem ser considerados tão confiáveis como os produzidos pela Antropologia Física, - que apontam para a possibilidade de as populações americanas serem descendentes dos primeiros asiáticos.

Se por um lado há consenso entre antropólogos físicos e arqueólogos quanto a possibilidade de ter sido o Estreito de Bering a porta de entrada pela primeira vez do *Homo sapiens sapiens*, por outro, isto não acontece quanto às datações referentes à antigüidade do homem na América (Jácome, 1987).

Arenas & Obediente (1992:37) não descartam a possibilidade de ter havido contatos entre a Ásia e a América em tempos muito mais recuados, acreditando que há 20.000 anos antes de Cristo algumas áreas da América do Sul já estariam povoadas - evocando as datações de mais de 26.000 anos que vêm sendo atribuídas a sítios do nordeste brasileiro por Guidon (1992).

Mais recentemente, o geneticista Francisco Salzano (1997) referindo-se à

rota via Estreito de Bering declara que as dúvidas que existem pairam sobre o “... número de ondas migratórias. As análises genéticas apontam para uma data de entrada situada ao redor de 30.000 anos.” (p. 43).

No entender de Ab’Sáber (1989:10) o povoamento da América ocorreu “a partir do domínio das terras geladas”, sendo iniciado em épocas mais recuadas ainda, ou seja, em Würm I (80.000 a 70.000 A.P.) ou em Würm II (50.000 a 40.000 A.P.), reafirmando, assim, a possibilidade de ter sido um processo que envolveu vários momentos - as ondas migratórias apontadas acima por Salzano - entre estes dois períodos glaciais. É provável que alguns grupos mais arcaicos já estariam distantes do páleo-espaço Beríngia quando outros grupos tardios ainda estivessem fazendo a travessia do mesmo (cf. Ab’Sáber, 1989).

Por outro lado, Mackneish (1988), lembrando que quase nada se sabe sobre as rotas migratórias entre a Ásia e a América, que teriam ocorrido naquele longínquo passado e que a maior parte do Alasca nunca esteve totalmente coberta de geleiras, não descarta outras possibilidades, mas ao mesmo tempo reconhece que para tratar de tais rotas migratórias “...necessitamos de mais sítios, necessitamos de mais dados de todos os sítios (...) necessitamos de mais conferências (...) para trocar idéias e talvez romper com alguns destes impasses sobre o homem primitivo na América.” (p. 67).

A entrada de bandos de caçadores asiáticos na América, segundo Ab’Sáber (1989) teria sido motivado pela perseguição às suas presas. Seguindo o tradicional caminho da fauna<sup>41</sup>, durante estes períodos glaciais, eles foram deslocando-se do continente asiático e paulatinamente povoando o continente americano, ao longo de grandes espaços no interior da América Tropical.

Em outra comunicação Ab’ Sáber (2000:34) levanta a suposição de que:

*“Componentes da fauna pleistocênica da Eurásia não teriam passado para o continente americano se não existissem essas presumidas pontes de gelo. E, não fossem as manadas faunísticas em migração pelas terras baixas da Eurásia, os caçadores adaptados aos climas gélidos jamais teriam uma fonte tão rica para sua alimentação.”*

Entretanto, quando se fala destes primeiros caçadores a adentrar na América, não se deve imaginar que se tratava, como bem lembra Meneses (1991/1992:10) de:

---

<sup>41</sup> Convém ressaltar que certas espécies de fauna precisavam de muitos vegetais para se manterem.

*“... minúsculos bandos, em constante movimento, freneticamente obcecados pela ameaça da fome. O que se conhece hoje dos padrões mais correntes de caçadores-coletores, os apresenta como capazes de entender perfeitamente a organização da paisagem e de formular estratégias eficientes e econômicas, para a garantia da sobrevivência.”*

Além da hipótese sobre a travessia via Estreito de Bering, postulada por Hrdlicka, surgiram outras como a de Paul Rivet que a partir da década de 20 propôs a possibilidade de múltiplas vias de penetração na América (Laming-Emperaire, 1964). Populações vindas da Austrália, segundo Rivet (1960), teriam chegado ao extremo sul do continente, outras da Oceania, principalmente da Polinésia; e na tentativa de levantar prova para suas hipóteses diz que:

*“É conhecida a existência de uma semelhança estreita entre algumas palavras de certas línguas da parte ocidental da América do Sul e outros idiomas oceânicos, especialmente a língua polinésica. Essas concordâncias referem-se às palavras que designam a batata doce ou plantas cultivadas e certos objetos.”* (Rivet, 1960:135).

Contatos trans-Pacífico, também foram aventados por Estrada, Evans & Meggers (1962, apud Willey, 1966), sugerindo inclusive que a introdução da cerâmica no Novo Mundo teria sido feita através desta rota. Apoiados em comparações que estabeleceram entre a cerâmica do complexo Valdívia (a da produção cerâmica mais antiga da costa equatoriana) e a cerâmica utilitária Jomon (relacionada a ocupações do Japão), comparações estas que, além de apontarem para uma faixa cronológica aproximada, evidenciaram a semelhança entre as formas e decorações destas duas produções cerâmicas (Willey, 1966).

Remetendo-se às Sagas escandinavas, Rivet (1960) transcreve relatos das viagens dos Vikings *“... que teriam chegado primeiro à Islândia e depois à Groenlândia, onde, (...) estabeleceram duas colônias (...) Da Groenlândia, os Vikings tentaram atingir o continente Americano.”* (p. 128). Entretanto, este autor reconhece que tais incursões por serem efêmeras *“... não conseguiram evidentemente deixar traço algum, nem etnográfico, nem antropológico, nem lingüístico.”* (p. 133).

Meneses (1991/1992:9) referindo-se a estas hipóteses sobre contatos transatlântico e trans-pacífico que teriam ocorrido no período pré-colombiano, dá a entender que não são muito confiáveis, e o mais provável é *“... que o continente americano permaneceu substancialmente isolado, até mesmo da Ásia, após a*

*chegada das vagas originais (...) Funcionou, assim, durante milênios.*” Aliás, o páleo-espaço Beríngia, foi pouco a pouco encoberto:

*“...pelo mar, há cerca de 10.000 anos, à medida que se iam derretendo as gigantescas geleiras do último grande período glacial. (...) Depois, a América do Norte foi separada da Ásia pelo estreito de Bering, onde se misturam as águas do Pacífico e do oceano Ártico.”* (Dikov, 1988:32).

Se durante o longo período da história pré-colombiana até a chegada de Colombo (cf. Amado, 1989) as vastíssimas terras dos demais continentes eram ignoradas pelas populações americanas - pelo menos não há evidências contrárias - nos finais da Idade Média, na Europa, os conhecimentos geográficos não iam muito além daqueles que os gregos detinham há 1.500 anos antes. Entre os europeus que freqüentavam universidades tais conhecimentos limitavam-se aos aspectos do seu continente, complementado com algumas informações sobre o norte da África e das costas meridionais da Ásia. Das hipóteses sobre a Terra naquela época, uma delas concebia nosso planeta como sendo *“... uma enorme esfera de água da qual emergiam os continentes ...”* (Amado, 1989:7), hipótese esta que teria instigado Cristóvão Colombo a empreender a viagem que o trouxe até à América - circundando os continentes ele retornaria ao seu ponto de partida.

A partir da chegada de Colombo na América e das conquistas que se seguiram - subjugando os povos que aqui viviam – se deu o rompimento<sup>42</sup> do longo isolamento do Novo Mundo em relação ao Velho Mundo. Este isolamento pode ser comprovado, por exemplo, pelas diferentes espécies de plantas e animais domesticados nos dois continentes. No Continente Americano, segundo Gilmore (1987:190) a domesticação das plantas teria acontecido muito tempo antes do que a dos animais levando em conta *“... as muitas espécies de plantas cultivadas - que existem apenas em estado domesticado no Novo Mundo - com os poucos animais que podem ser colocados com certeza nesta categoria ...”*

Há mais ou menos 3.000 anos AP, certas populações pré-colombianas passaram a praticar a horticultura de modo mais intenso, porém, o processo de domesticação de plantas na América, que teve início no México e no Peru, foi lento. Por exemplo, no México por volta de 5.000 e 3.000 AP, alimentos derivados de plantas semi-domesticadas, tais como milho, pimenta, feijão e abóbora, constituíam 10% do total de sua dieta alimentar (Meggers, 1970:13).

---

<sup>42</sup> Em termos da interferência do Velho Mundo sobre o Novo Mundo, o que até então não acontecia.

Além disso, na América, ao contrário do Velho Mundo, apenas cinco espécies de animais foram domesticadas, das quais três são de mamíferos, sendo dois camelídeos: lhama (*Lama glama*), utilizada principalmente como animal de carga; e alpaca (*Lama pacos*) também criada para aproveitamento da lã; e o terceiro um roedor, a cobaia (*Cavia cobaya*) cuja carne era consumida, todas conhecidas desde há uns 6.000 anos nos Andes Centrais. As duas outras espécies são de aves: peru (*Melleagris gallopavo*) e o pato almiscareiro (*Cariama moschata*), ambos fornecedores de carne, conhecidos, principalmente, no México. (Cook, 1988). Na América até a chegada dos europeus, não havia cavalo (*Equus caballus*), boi (*Bos taurus*), ovelha (*Ovis ammon*), cabra (*Capra hircus*), entre outros animais domesticados no Velho Mundo.

Gilmore (1987:190) referindo-se aos animais utilizados pelas populações andinas, diz que além dos domesticados, também contavam com outros semi-domesticados, que mantinham como animais de estimação, para uso cerimonial, utilização das penas (no caso das aves) e/ou para alimentação, tais como a doninha (*Galictis furax*); a lontra (*Lutra* sp.); a paca extinta (*Cuniculus thomasi*); a ema (*Rhea americana*); o marreco (*Dendrocygna viduata*); entre outros. Sobre a utilização destes animais, o referido autor comenta que:

*“Tanto quanto se sabe, o aborígine (...) não processava qualquer produto animal, como, por exemplo, curtir peles para fazer couro por meios químicos (...), preparar perfumes (...), exceto possivelmente tinta vermelha extraída de insetos cochinelhas.”* (Gilmore, 1987:190).

### 1.3.2. Diversidade das populações pré-colombianas: algumas notas

A partir do isolamento, segundo Ab' Sáber (2000:34), a trajetória da população que havia transposto o espaço do estreito de Bering “... *perambulando pelas diferentes regiões do oeste americano -, deve ter sido muito complexa, através de montanhas e depressões intermontanas de três alinhamentos cordilheiranos; forte glaciação de altitude ...*”

Inicialmente, no hemisfério norte, os movimentos dos bandos caçadores-coletores teriam sido do oeste para leste e, posteriormente, para o sul atravessando o istmo do Panamá. A partir deste istmo, se deu a expansão do povoamento humano na América do Sul. Ab'Sáber (1989) comenta que a arqueóloga Betty Meggers cruzando dados de localização de sítios arqueológicos com outros sobre as condições paleoclimáticas e paleoecológicas - indicadas num mapa de autoria de Ab'Sáber (1977) – sugere três possíveis rotas de penetração

e expansão na América do Sul, de povos pré-colombianos:

*“... uma alongada rota andina desdobrada (um ramo costeiro, um ramo do Altiplano) que teria alcançado o sul da Patagônia; um eixo mais curto seguindo a faixa sub-litorânea da Colômbia e da Venezuela, até aproximadamente às Guianas, (...) e, por fim um eixo geral de acesso aos planaltos do Brasil, a partir da Venezuela.” (Ab’Sáber, 1989:12).*

Deslocando-se do México onde teriam explorado recursos naturais biodiversos relacionados a *“sucessivos redutos florestais, até chegar ao território atual da Colômbia e Venezuela; e, mais tarde, por vários flancos, atingir espaços intertropicais das terras brasileiras.” (Ab’ Sáber, 2000:35).*

Como qualquer sociedade humana, as populações pré-colombianas também estiveram sujeitas a mudanças - por contingências as mais diversas, provocadas por alterações ambientais, pressões demográficas, relações históricas, entre outras causas - que foram se acentuando no transcorrer dos milênios, comprovados pelos incontáveis sistemas culturais vinculados a populações de diferentes dimensões temporais e espaciais.

A diversidade cultural das populações pré-colombianas instigou algumas tentativas de classificação das mesmas. Destaca-se aqui, por exemplo, a síntese histórico-cultural do Novo Mundo formulada por Willey & Phillips (1958), que compreende cinco *estágios de desenvolvimento*, cada qual caracterizado por atributos tecnológico, social e ideológico (este não apontado para os dois estágios mais antigos). Tais *estágios*, identificados a começar pelo mais antigo, conforme Sharer & Ashmore (1979), são: o **Lítico** (tecnologia - instrumentos líticos lascados; social - grupos de caçadores e coletores nômades); o **Arcaico** (tecnologia - instrumentos diversificados, início da produção de alimentos; social - início das vilas permanentes); o **Formativo** (tecnologia - cerâmica, tecelagem, desenvolvimento da produção de alimento, isto é, da domesticação de plantas; social - vilas e cidades permanentes primeiros centros cerimoniais; ideológico - início das classes sacerdotais); o **Clássico** (tecnologia - especialização de artesanato, início da metalurgia; social - grandes centros cerimoniais, início dos centros urbanos; ideológico - desenvolvimento das teocracias); e o **Pós-clássico** (tecnologia - metalurgia; social - centros urbanos complexos, militarismo; ideológico - secularização da sociedade).

Ramos (1986) referindo-se à diversidade de sistemas sócio-políticos das populações que já existiam, antes da conquista, nas terras da América do Sul, os

distingue como formados por:

*“... sociedades de caçadores, pescadores e coletores vivendo em comunidades altamente móveis, desfrutando de sistemas culturais baseados na posse coletiva de um território, na distribuição igualitária de recursos, em formas acéfalas de organização política; populações organizadas em aldeias permanentes, com agricultura acompanhada de caça, pesca e coleta, onde o governo descentralizado não permite o exercício de força ou dominação de uns membros sobre os outros; cacicados hierárquicos, com centralização de poder coordenando uma vasta rede de comunidades inter-relacionadas, sem falar em cidades-Estados e impérios como o incaico e seus precursores.”* (Ramos, 1986:9).

Quando Colombo, no século XV, ancorou em terras do Novo Mundo, a “dinastia” Inca - ou melhor um grupo de menos de 40.000 indivíduos - controlava um dos maiores impérios da Terra na Antigüidade. Os Inca mantinham, por exemplo, um sistema de comunicação - com estradas e ramificações - que cobria de norte a sul uma extensão de aproximadamente 6.000 km. Deste império, conhecido como “*a terra dos quatro quadrantes*” faziam parte áreas montanhosas andinas, o deserto de Atacama e até os flancos da Amazônia com floresta tropical, incluindo terras que hoje formam parte da Argentina, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (Moseley, 1992).

Devendo-se considerar neste caso, como bem lembra Moseley (1992), os mecanismos de adaptação destas populações a ambiente de elevações extremamente altas – aliás, o único local onde se encontram vestígios de um império antigo no qual os turistas têm que se preocupar com as possibilidades de terem ataques cardíacos devido ao ar rarefeito daquelas altitudes onde foi instalada a capital Cuzco. Nos altiplanos andinos a população esteve sujeita às altitudes de 3000 m, radiação solar elevada, ventos frios, terras cultiváveis limitada e pobres, aridez, chuva irregular, neve, terremotos, vulcões, entre outros fatores adversos.

Falar em “dinastia” Inca, é falar no domínio que exerceram sobre populações de diferentes etnias que ocupavam o altiplano, a cordilheira, os vales e a costa do Pacífico estendendo os limites de seu território de Cuzco - a capital - ao longo da cordilheira andina, somando uma área de milhares de km<sup>2</sup>. O esplendor de Cuzco naquele tempo não poderia ser comparado com a capital dos invasores castelhanos, invocando-se, por exemplo, o palácio do deus Inti - o protetor sagrado da cidade e de seu império – no qual o ouro era a sua essência (Moseley, 1992). Entre os seus meios de comunicação, destacam-se estradas

com escadarias e túneis abertos na rocha sólida, pontes cruzando rios e gargantas, e estalagens localizadas em intervalos regulares. O pescado da zona costeira, por exemplo, chegava até Cuzco, transportado em dois dias (Meggers, 1985).

Em tempos mais recuados, por volta dos anos 500 e 600 da Era Cristã, já existia na América um grande centro, conhecido como *Teotihuacan*, nas terras altas do México central. Este centro abrigava uma população de uns 125.000 habitantes - número equivalente ao da população de algumas cidades do Velho Mundo. Mas não foi apenas esta dimensão que a tornou um centro urbano complexo. Embora a maioria da população estivesse envolvida com atividades agrícolas uma outra parte dedicava-se à manufatura de artefatos, destacando-se a produção de objetos de obsidiana para uso doméstico e troca (Millon, 1991). O traçado retangular de Teotihuacan era cortado por duas avenidas (nas direções norte/sul e leste/oeste), das quais uma abrangia 4 km de extensão, ladeadas de praças, casas, templos e palácios (decorados com afrescos policromos) e 15 pirâmides simetricamente distribuídas, entre as quais destaca-se a do Sol com 64 m de altura erguida sobre uma base de 210 m<sup>2</sup> (Meggers, 1985).

Referindo-se às populações pré-coloniais do Brasil Ramos (1986:47) comenta que:

*“Em séculos passados, as margens do Amazonas e seus afluentes, o planalto central brasileiro, a costa atlântica e outras áreas do continente a leste da cordilheira dos Andes tinham populações indígenas muito mais densas do que atualmente. Por exemplo, as várzeas dos grandes rios amazônicos abrigavam grandes comunidades de índios Tapajós e Omáqua, já extintos; hoje não há mais povos indígenas na várzea. Os Tupinambá do litoral, também extintos, ocupavam aldeias populosas desde o Pará até o Paraná. Os povos de fala Jê do Brasil Central mantinham aldeamentos de mais de mil habitantes, quando hoje raramente chegam a uma centena por aldeia.”*

O processo de povoamento em terras que hoje compreendem o território brasileiro começou há mais de 26.000 anos A.P. - conforme as datações, amplamente divulgadas, de sítios arqueológicos, de São Raimundo Nonato, Piauí, obtidas por Guidon (1992).

Nos primeiros momentos do período pré-colonial, grupos humanos de diferentes culturas, teriam habitado, conforme Ab'Sáber (2000:41):

*“... lapas e cavernas até aproximadamente a grande diáspora dos povos de língua Guaraní ou até as mudanças climáticas e ecológicas processadas no território pela (re)tropicalização plena, que fez emendar*

*florestas na fachada atlântica e na Amazônia; reduzir cerrados aos chapadões e altiplanos do Brasil Central; e retrain caatingas para o contexto do atual Nordeste Seco. O aparecimento de sedimentos aluviais argilosos nas planícies de inundação, assim como a perenização da drenagem, durante os últimos milênios do Holoceno favoreceu uma preferência por sítios beiradeiros, descoberta da cerâmica, e um importante acréscimo de ofertas da natureza pela piscosidade dos rios que ficaram em franca e extensiva perenização ressaltando o caso do Nordeste Seco.”*

Por outro lado, não se pode perder de vista que no período pré-colonial, além das pressões ambientais, as populações teriam, segundo Meneses (1991/1992:12):

*“... todas aquelas motivações para a mobilidade de grupos tribais, ainda que semi-sedentários, de variadíssima natureza e alcance: razões rituais, rixas familiares ou políticas, trocas simbólicas (de bens materiais, informações e mulheres), pragas animais, e, sem dúvida, a guerra, fator importante de coesão social e de qualificação dos guerreiros no seio do grupo. É claro que também se poderia falar nas guerras para a garantia de territórios de caça ou campos agricultáveis, mas seus indícios são bem mais tênues. Sem dúvida a agricultura impõe outra base de territorialidade e suscita mudanças periódicas em função do esgotamento do solo pelo sistema de coivara e a necessidade de pousio, por algum tempo.”*

Mais particularmente, o atual território catarinense começou a ser habitado a partir do oeste há, aproximadamente, 8.000 anos A.P. cuja datação foi obtida por Rohr (1972), em uma ocupação, identificada como de Tradição Alto-paranaense – caracterizada a partir de instrumentos líticos lascados – localizada no vale do rio Uruguai, oeste catarinense. Foi encontrado carvão a 7,30 m de profundidade cuja datação resultou em 8.640 anos A.P.

Por outro lado, a zona costeira passou a ser ocupada por populações humanas bem mais tarde, ao redor de 5.200 A.P. conforme uma datação do sambaqui Gaspar (Rohr, 1972).

### **1.3.3. O povoamento pré-colonial da Ilha de Santa Catarina**

Durante mais de 40 séculos a Ilha de Santa Catarina – a contar das primeiras levadas migratórias até o século XVI, quando termina o período pré-colonial, com a chegada dos primeiros navegadores ibéricos<sup>43</sup> que teriam entrado

---

<sup>43</sup> Sendo que os primeiros teriam sido os espanhóis João Dias Solis, em 1515 e Sebastião Caboto, em 1526; o português – a serviço do rei da Espanha - Diogo Garcia, em 1527 e o espanhol Alvaro Nuñez Cabeça de Vaca, em 1540. (cf. Almeida Coelho, 1856).

em contato com os índios Guarani<sup>44</sup>, a população ilhoa da época - foi ocupada por populações detentoras de diferentes culturas.

Conta-se com evidências arqueológicas atestando que estas populações, também, teriam se instalado nas ilhas do Arvoredo, Campeche e Corais. Certas ilhas, entretanto, como as dos Noivos, Moleques do Sul, Aranhas, Mata Fome, Badejo, Ratonas Pequena, Guará Grande e Papagaio Pequeno não oferecem condições para ocupações mais duradouras, não se descartando, porém, que tivessem sido utilizadas para a exploração de recursos alimentares ou para outros fins.

De acordo com a literatura arqueológica pertinente (Bigarella, 1949; Rohr, 1959, 1960, 1961, 1967, 1977; Piazza, 1965, 1966; Beck et al. 1969; Duarte, 1969, 1971; Hurt, 1974; Fossari et al. 1998; De Masi, 1999, 2001 entre outros) é possível distinguir, pelo menos, três levas populacionais distintas que ocuparam a Ilha de Santa Catarina. Além das temporais, suas diferenças também se manifestam na localização de seus assentamentos, na produção de artefatos (em termos de variações morfológicas e matérias-primas empregadas) e nos restos de alimentação (mais especificamente, de origem animal).

Este quadro está sujeito a alterações, dependendo do que vier a ser levantado a partir de novas pesquisas, sendo provável que durante o período pré-colonial a Ilha de Santa Catarina, tenha sido ocupada por grupos de outras tradições não evidenciadas até o presente. Não se descarta, inclusive, a possibilidade de que tenha sido habitada concomitantemente por grupos de diferentes tradições culturais.

Das três levas populacionais já conhecidas, a mais antiga delas deixou seus testemunhos em sítios arqueológicos do tipo *sambaqui* - ocupações dos caçadores-coletores<sup>45</sup>; depois destes passaram a morar na Ilha a população pré-

---

<sup>44</sup> Também conhecidos como Carijó, denominação esta que era atribuída aos índios Guarani que habitavam as zonas costeiras, por exemplo, Gabriel Soares de Sousa, um português que esteve no Brasil no século XVI elata que "... *esses carijós estão de paz com os portugueses, que vivem na capitania de São Vicente e Santo Amaro ...*" (Soares de Sousa, 1987: 118).

<sup>45</sup> Conforme Larrín (1989:31) este termo identifica sociedades que exploram recursos não domesticados, cujo emprego - a despeito das conotações semânticas inerentes ao rótulo de "caçadores-coletores" - é preferível a outras denominações alternativas, como "coletores-pescadores-caçadores", "bandos", que não estão livres de conotações tanto ou mais perniciosas, considerando a complexidade e diversidade do fenômeno estudado; outras denominações como "forrageiros" sugerem uma atitude passiva, idêntica a de outras espécies animais, camuflando a atitude criativa, de planejamento e intencional, que é essencial neste modo e vida - que depende de conhecimentos e técnicas para facilitar a captação de recursos, modificar sua disponibilidade espacial e temporal.

colonial Jê - os pescadores tratados neste estudo e, por último, a população de Tradição Guarani - provavelmente os primeiros agricultores da Ilha.

Em uma de suas primeiras publicações, Rohr (1959), já mencionava a ocorrência destas três distintas ocupações, com outras denominações, sobre as quais diz que:

*“... estamos cômnicos da sua arbitrariedade, mas empregamos esta terminologia para distinguir fenômenos diferentes. Chamamos parapeiros aos antigos aldeamentos Guarani, jazida paleo-etnográfica aos jazigos de cultura intermédia [hoje, relacionados às ocupações de grupos pré-coloniais Jê] entre Guarani e a sambaquiana, e de sambaquis aquilo que todos conhecem sobre este nome.”* (p.203).

### 1.3. 3.1. Os caçadores-coletores

O uso da denominação caçador-coletor, para identificar os “construtores de sambaquis”, talvez não seja o mais apropriado, como já foi dito, considerando que na Ilha de Santa Catarina as evidências arqueológicas indicam que a pesca entre eles era uma prática comum. Porém, eles pescavam com menos intensidade do que a população pré-colonial Jê, enquanto que as evidências de caça e de coleta de moluscos são quantitativamente bem mais representativas do que aquelas verificadas nas ocupações pré-coloniais Jê da Ilha.

Por outro lado, o termo “sambaquieiros”, usado por certos autores como Gaspar (2000) também é impróprio, uma vez que sítios arqueológicos com a morfologia dos *sambaquis* - elevações estruturadas por camadas sucessivas de conchas, misturados com outros restos de cozinha (como ossos de animais associados a vestígios de fogueira), artefatos líticos e ósseos, sendo que em muitos deles, há registro de sepultamentos humanos – são observados em diversas partes do mundo. Além disso, no que se refere aos encontrados em território brasileiro, não se dispõe de confirmações se os grupos que os construíram (na zona costeira que se estende do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, dentro de uma faixa cronológica de 7.000 a 1.000 anos AP.) teriam ou não pertencido a uma única tradição cultural.

Não são raros os registros de ocupações bem mais recentes encontradas nas camadas superiores de certos sambaquis; por exemplo, em Santa Catarina Beck (1971) observou evidências de cerâmica da Tradição Guarani na superfície do sambaqui Congonhas I, costa sul; Beck (1973) observou cerâmica de Tradição Itararé na superfície do sambaqui Enseada I, na costa norte; e Fossari et al.

(1987) encontraram cerâmica de Tradição Itararé na superfície dos sambaquis Ponta das Canas, Lagoinha de Ponta das Canas e Ponta do Lessa, na Ilha de Santa Catarina.

Diante de tais ponderações optou-se pelo termo caçador-coletor para identificar os “construtores de sambaqui” da Ilha de Santa Catarina, cujo critério de escolha - a indicação de sua principal técnica de subsistência – é o mesmo empregado para identificar as outras duas populações, ou seja a dos pescadores e agricultores que os sucederam.

Pelo que expõe Duarte (1971) sobre os sambaquis da Ilha de Santa Catarina, pode-se dizer que é na parte norte - nas localidades de Ratonas, Jurerê, Vargem Pequena, Vargem do Bom Jesus; e leste - junto à Lagoa da Conceição - que estão concentradas as evidências das ocupações dos caçadores-coletores, enquanto que na parte sul, estão junto ao rio Tavares, sendo que a mais ao sul de todas situa-se na Praia do Pântano do Sul. Sobre a distribuição de tais ocupações na Ilha, Duarte (1971: 37) diz ainda que:

*“A maioria está sobre terreno arenoso de antigos cordões litorâneos, juntos à antiga linha d’água. Na maioria dos casos as áreas anteriormente ocupadas por água são hoje zonas alagadiças, isto é evidenciado pela localização dos sítios e dos bancos naturais de valvas de moluscos. Os sítios arqueológicos de Ratonas e Vargem Pequena distribuem-se à margem de antiga enseada que banhava esta área e que por sua vez fazia parte de um braço de mar que também banhava Jurerê e Canasvieiras. Nestas localidades estão outros sítios em situação semelhante aos anteriores. Neste braço de mar, raso e sem fortes correntes desenvolviam-se os moluscos que contribuía em grande parte para a alimentação desses antigos grupos humanos. Este antigo braço de mar teria saída na região do rio do Braz para o norte, cortando antigo feixe de restinga cujos resíduos são bem notados em fotografias aéreas, e, para o Oeste, na região da foz do rio Ratonas.”*

*“No Sul estão em situação semelhante, sobre terrenos arenosos na borda de terrenos alagadiços drenados pelos rios Tavares e Ribeirão da Fazenda, principalmente.”*

Por volta de uns 4.500 anos A.P<sup>46</sup>. teriam chegado na Ilha de Santa Catarina os primeiros grupos de caçadores-coletores. Talvez, estes tenham sido os primeiros a aportarem na Ilha de canoas ou balsas ou outros meios de locomoção usados em vias aquáticas e, quem sabe, também foram bons nadadores.

---

<sup>46</sup> Mais precisamente 4.460 anos A.P, datação do sambaqui Pântano do Sul (cf. Rohr, 1977) e 4.440 anos

Em suas atividades de coleta de moluscos davam preferência para *Anomalocardia brasiliana* (berbigão), *Ostrea arborea* (ostra), *Mytilus perna* (mexilhão), *Lucina pectinatus*, *Thais sp*, entre outros. Os vestígios disponíveis sobre a caça, apontam para animais terrestres que viviam nas matas próximas, uma vez que consumiam anta, capivara, gambá, porco do mato, ratão do banhado, tatu, cutia, paca, graxaim, coati, onça, jaguatirica. Rohr (1977) comenta que encontrou galhadas de grandes cervos de banhados, animais estes que estão extintos na Ilha desde há alguns séculos. Pescavam uma grande variedade de peixes marinhos, como bagre, miraguaia, badejo, mero, garopa, robalo, paru, enchova, corvina, cocoroca, cangulo, baicu, arraia, mangona. Também, capturavam mamíferos marinhos, preferencialmente, leão-marinho e lontra, além de aproveitarem a carne e/ou a gordura das baleias, quando elas encalhavam nos baixios próximos das praias da Ilha. Outros recursos alimentares de origem animal eram providos de certas espécies de ave como albatroz, pingüim e falconídeos e, ainda, répteis.

Dos caçadores-coletores da Ilha de Santa Catarina, é digno de nota o trabalho que desenvolveram com a matéria-prima lítica, com a qual produziam artefatos em grande quantidade. Produziam instrumentos de uso cotidiano - machados, batedores, quebra-coquinhos, amoladores, pesos-de-rede entre outros – e esculturas com forma de animais (zoólitos) e, mais raramente, com forma humana (antropomorfos). Por exemplo, no sambaqui Pântano do Sul, no sul da Ilha, Rohr (1977) coletou zoólitos em forma de tartaruga, ganso, andorinha, corvo, boto e frango d'água. Estes artefatos, como já foi dito, foram esculpido em rocha muito resistente, provavelmente diabásio, de difícil entalhe; a singularidade e a beleza indiscutível destes artefatos denotam muita sensibilidade. Também produziam artefatos de ossos, principalmente pontas de flechas e adornos.

Embora não hajam evidências de produção cerâmica entre eles, pode-se dizer que sabiam preparar o barro, pois confeccionavam recipientes de barro cru. Rohr (1959), evidenciou no sambaqui Praia Grande, Distrito de Rio Vermelho, vasos de barro vermelho não cozido, alguns deles mediam 60 cm de altura e 40 cm de diâmetro. Suas paredes irregulares apresentavam espessura máxima de 5 cm. Um destes vasos foi encontrado junto ao sepultamento de uma criança, indicando que teria feito parte do ritual funerário da mesma.

### 1.3.3.2. Os pescadores pré-coloniais Jê

Lembrando que é em torno destes pescadores que se desenvolveu este estudo, destaca-se neste espaço apenas alguns aspectos mais gerais, ou seja, aqueles que permitem diferenciá-los das demais populações pré-coloniais da Ilha de Santa Catarina.

Não se sabe, entretanto, se quando chegaram na Ilha, a partir do século VIII, esta era ocupada por grupo(s) de outra tradição cultural. Como já foi dito, constatou-se, entretanto, que teriam re-ocupado alguns locais de antigos assentamentos de grupos caçadores-coletores, apontando, neste caso, para ocupações posteriores a estes e não concomitantes. Por outro lado, áreas de moradia de grupos pré-colônias Jê foram re-ocupadas por agricultores de Tradição Guarani<sup>47</sup>, mas também, há indícios de que pelo menos uma ocupação Guarani teria sido contemporânea dos Jê pré-coloniais na Ilha - sugerindo que grupos destas duas tradições teriam mantido contato entre si na Ilha.

Rohr (1977) comenta que teriam ocupado áreas próximas de locais piscosos, junto à desembocadura das correntes d'água, onde nos dias atuais, encontram-se aldeias de pescadores. Além do local de suas moradias, as evidências arqueológicas encontradas nos sítios na Ilha de Santa Catarina atribuídos a eles apontam para uma intensa atividade pesqueira, o que permite caracterizá-los como uma população de pescadores.

Além da pesca também praticavam a caça de mamíferos e de aves. Coletavam algumas espécies de moluscos e crustáceos, coleta esta que era efetuada de maneira bem menos intensa do que a dos caçadores-coletores que os antecederam, como já foi dito. E, quanto a agricultura, não se sabe se a praticavam, não há dados que indiquem tal prática.

A produção cerâmica, um dos aspectos que caracterizam esta população, limitava-se a recipientes utilitários, talvez, usados para cozinhar alimentos, os quais deveriam ser colocados diretamente sobre o fogo - pois é comum encontrar fragmentos da base de seus vasilhames impregnados de carvão. Fabricavam recipientes em formas esféricas e de tamanhos pequenos, cujos diâmetros

---

<sup>47</sup> Schmitz (1988:124), referindo-se a população pré-colonial Jê ocupante de áreas costeiras, diz que: “*Em quase todas as áreas são mencionados contatos com os horticultores Tupiguarani. As informações veiculadas sugerem contatos muito diferentes através de séculos de vizinhança, sendo os primeiros contatos aparentemente esporádicos e os finais talvez uma verdadeira simbiose.*”

variavam entre 12 a 20cm e, em geral, eram mais altos do que largos; de coloração variando entre o laranja e o cinza-escuro ou mesmo preto; sendo que, raramente os decoravam, dando apenas um acabamento que consistia no alisamento das paredes dos mesmos.

Produziam, ainda, artefatos líticos, principalmente, instrumentos utilitários - como machados, percutores, pesos-de-rede, alisadores, polidores, quebra-cocos, entre outros e, com menos intensidade, adornos. Também transformavam ossos (de mamífero, ave e peixe), dentes (de mamífero e peixe) e, ainda conchas, em instrumentos utilitários e adornos. Com ossos produziam, principalmente, pontas de flecha; sendo que os adornos eram feitos de vértebras de peixe. Os dentes de animais – principalmente de algumas espécies de seláquios - eram transformados em raspadores-alisadores e formões. Perfurando as raízes dos mesmos (para possibilitar a passagem do cordão de sustentação), obtinham adornos. Com conchas faziam pequenos discos perfurados, sugerindo contas de colar.

#### 1.3.3.3. Os agricultores de Tradição Guarani

A última leva migratória, dentro do período pré-colonial da Ilha de Santa Catarina, foi a dos agricultores de Tradição Guarani. Ao redor de 900 anos A.P. (cf. De Masi, 2001) já havia pelo menos uma ocupação destes agricultores na Ilha, apontando para a possibilidade de que teriam mantido contato com grupos pré-coloniais Jê. Entretanto, nada se sabe sobre tais contatos, se eram amistosos ou não.

No século XVI, os seus descendentes, como os demais índios Guarani da zona costeira do Brasil, entraram em contato com os primeiros navegantes ibéricos. A partir deste contato, encerra-se o período pré-colonial e começa o período colonial - conhecido através dos relatos dos viajantes que passaram pela Ilha.

Álvar Nuñez Cabeza de Vaca, um viajante espanhol que esteve na Ilha de Santa Catarina, a serviço do rei de Espanha, em 1541, dá conta de que os Guarani da Ilha conheciam um dos caminhos do Peabiru que correspondia, segundo Pinto (1902, apud Gonçalves, 1998:6 ) a

*“... estradas extensas, construídas pelo gentio (...) pondo em ligação as tribos da nação Guarani da bacia do Paraguai com a tribo dos Patos do litoral de Santa Catarina, com os Carijó de Iguape e Cananéa, e com as tribos de Piratininga e do litoral próximo.”*

Pelo relato do viajante Cabeza de Vaca, infere-se que os seus contatos com os índios Guarani teriam sido bem amistosos, uma vez que deles · obteve ajuda para prosseguir a sua viagem até Assunção, no Paraguai, através de um dos ramais do caminho, o Peabiru. Na saída, alguns Guarani, agradecidos pelos presentes que receberam, decidiram acompanhar a sua comitiva para ensinar o caminho até o atual território paranaense, de onde seguiu com outros indígenas. Depois de dezenove dias

*“... quando já terminavam os mantimentos, quis Deus que chegassem (...) a três povoados de índios, situados muito próximos uns dos outros (...). Quando estes índios souberam de sua chegada saíram para recebê-los, carregados com muitos mantimento e muito alegres, demonstrando grande prazer com a sua vinda.”* (Cabeza de Vaca, 1999:157).

·Segundo Saint-Hilaire, em 1824 - quando estive na Ilha - ainda existia uma casa construída em 1622 para a instalação de uma missão de catequese junto aos índios Guarani, os quais teriam acolhido muito bem os missionários (Saint-Hilaire, 1978). Os padres da Companhia de Jesus, com esta *“....residência fixa para os seus missionários, [vinham] mantendo assim missões continuadas entre os silvícolas...”*, dizem Hobold et al. (1951: 5) sobre esta casa de 1622.

Os Guarani pré-coloniais instalaram seus assentamentos nas proximidades da Lagoa da Conceição, Praia dos Ingleses, Rio Tavares, Pântano do Sul, Ribeirão e outras localidades. Na época dos primeiros contatos esta população estaria distribuída, segundo Boiteux (1912)<sup>48</sup>, em umas cinco aldeias denominadas de Riberaco, Tigua, Tameubre, Trinoga e Aboçapecau.

Esta população do período pré-colonial deve ter usado preferencialmente os depósitos pleistocênicos, mais altos, enxutos, planos e fáceis de neles ser cultivada a mandioca, um dos seus principais recursos alimentares. É fácil arrancá-la sem perdas de raízes, sendo que nas elevações da Ilha os solos não eram tão profundos. Os sítios arqueológicos Guarani que ocorrem, por exemplo, nos depósitos Pleistocênicos do Campeche evidenciam que este grupo retirou a floresta (Duarte, 2003)<sup>49</sup>.

Dos artefatos líticos que produziam - como machados, batedores e alisadores - os registros são mais raros, o mesmo não acontece com as evidências da produção cerâmica. Por exemplo, Rohr (1959) comenta que

---

<sup>48</sup> Apoiando-se na carta de Luiz Ramirez, cronista da expedição de Sebastião Caboto que aportou na Ilha no século XVI.

<sup>49</sup> Comunicação pessoal.

vestígios desta produção foram encontrados espalhados sobre uma área de uns 5 km<sup>2</sup> no sul da Ilha de Santa Catarina.

Entre eles, a produção cerâmica deveria ter sido uma atividade constante, e incluía vasilhames para cozinhar (usados diretamente no fogo), armazenar e transportar seus alimentos, e outros tipos de recipientes em formas de tigelas e pratos. Nos vasos utilitários aplicavam uma decoração simples, na massa de argila, ainda fresca, pressionavam com as unhas, davam pequenos beliscões, ou raspavam as paredes com espiga de milho, o que atesta o cultivo do milho. Porém, também, há evidências de uma cerâmica muito bem acabada e decorada com pintura. Neste caso, cobriam o vasilhame com uma camada de engobe branco, sobre a qual desenhavam, com tinta vermelha (somente) ou ainda vermelha e preta (em combinação), motivos lineares. Os desenhos eram aplicados, de acordo com a forma e/ou tamanho do recipiente, nas paredes externas ou internas (Schmitz, 1959).

Os maiores deles podiam alcançar cerca de 100cm de diâmetro e 100cm de altura e eram utilizados, inclusive, para preparar e armazenar bebidas fermentadas. Com massa de argila também faziam cachimbos, cuja presença em seus antigos assentamentos indica o cultivo do tabaco, ou talvez queimassem outras ervas,

Os Guarani transformavam às vezes seus grandes vasilhames utilitários em urnas funerárias, quando neles depositavam o corpo (sepultamento primário) ou o esqueleto de seus mortos (sepultamento secundário). Este costume, entre os Guarani da Ilha de Santa Catarina, pode ser inferido de um registro de Piazza (1965) que, tratando da pesquisa que realizou na Lagoinha do Rio Tavares, dá conta de dois vasos cerâmicos encontrados com ossos humanos depositados no interior de cada um deles.

## 2. A PAISAGEM: UMA VARIÁVEL NO ESTUDO ARQUEOLÓGICO

### 2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O enfoque à questão da paisagem deve ser entendido como uma possibilidade a mais para investigar a ocupação pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina. Justifica a opção por este enfoque o fato de que esta ocupação não ter sido tratada, ainda, enquanto um sistema de assentamento, formado por unidades espaciais de diferentes funções, localizadas em diversos pontos da paisagem da Ilha.

Tendo em vista que a localização de tais unidades não se deu aleatoriamente, cabe aqui investigar quais são as características da distribuição das mesmas na paisagem da Ilha de Santa Catarina. E, ainda, apontar certos aspectos das relações desta população com o ambiente.

Considera-se que as paisagens “... estão vinculadas a todos os aspectos da vida humana.” (cf. Roberts, 1987:79). E, que os próprios sítios, fontes de dados de caráter estritamente arqueológico, permitem evidenciar - através de suas características morfológicas e dos diferentes tipos de *artefatos*, *features* e *ecofatos* que encerram - as características das relações de uma população com o ambiente.

Observando-se os *ecofatos* identificados naqueles sítios - já pesquisados na Ilha de Santa Catarina - vinculados à população pré-colonial Jê, constatou-se uma intensa e diversificada utilização de recursos animais na alimentação por parte desta população. Diante desta constatação, torna-se oportuno o conselho de Clarke (1968) incentivando os arqueólogos a buscar questões com as quais os seus dados oferecem condições de serem trabalhados. Assim, procurou-se tirar proveito da potencialidade de tais evidências para se investigar as particularidades da população pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina, sob aspectos relacionados ao ambiente desta Ilha.

### 2.2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERMO PAISAGEM

A paisagem na concepção de Barnes & Gregory (1997:295) implica em visão, ou como ele diz o olho é sua palavra chave, suas características múltiplas “... se estendem até onde o olho pode ver (...) As muitas existências de paisagem requerem uma observação, um par de olhos que perscrutem o horizonte.” Santos (1997:61), por sua vez, definindo uma paisagem “... como domínio do visível,

*aquilo que a vista abarca.*”, acrescenta que além de volumes, ela é formada “... *também de cores, movimentos, odores, sons, etc.*”

Segundo Cencini (1999), o primeiro conceito de paisagem evocando uma visão estético-perceptiva, surgiu com o Romantismo dos séculos XVIII e XIX, quando foi introduzido por pintores, poetas e estéticos que passaram a descrever a sublime perfeição da natureza, provocando uma mudança fundamental no modo como, até então, o homem percebia a natureza ao seu redor. Porém a formalização do termo paisagem se deu no século XIX “... *quando um grupo de geógrafos alemães usou o termo para definir a Geografia como uma disciplina ...*” (Barnes & Gregory, 1997:295).

E, posteriormente, no século XX, foi estabelecido o conceito científico de paisagem natural, introduzido através de uma nova disciplina - a da paisagem ecológica - voltada para o estudo das relações físicas e biológicas que controlam as diferentes unidades espaciais de uma região natural (cf. Cencini, 1999).

Por outro lado, paisagens do passado representadas através de expressões artísticas tornaram-se alvo de estudos, como o de Sautter (1987) sobre a pintura de Leonardo Da Vinci, do século XV, e de Sternberg (1998) sobre a música de Richard Wagner, do século XIX. O tema paisagem e literatura, aliás, vem despertando o interesse de geógrafos, como, Squire (1996) que, concebendo paisagens e lugares como construções humanas, destaca a importância de se desenvolver vinculações entre literatura e análise geográfica – desde que não se limite à narrativa textual.

Além da Geografia, as paisagens também são temas de interesse de disciplinas como Agronomia, Ecologia, Arquitetura, cada qual buscando investigá-las sob aspectos de suas especificidades.

Diante das diferentes perspectivas a evocar o termo paisagem, Hosking (1976, apud Roberts, 1987:77), estabelece uma distinção “... *entre **cenário**, para o qual todos nós podemos reagir esteticamente, e **paisagem**, cenário examinado com os olhos treinados.*”

Porém, é no campo da Geografia que o tema se aprofunda, através de disciplinas da Geografia Física - como Geomorfologia, Biogeografia, Pedologia e Hidrologia - ou da Geografia Humana quando voltada para estudos tais como padrões de assentamentos, redes de comunicação e Demografia (Dennell,1987).

É, também, sob o olhar da Geografia, que se insinuam as dificuldades de uma definição de paisagem, como aponta Roberts (1987), lembrando que artigos geográficos mais antigos procuravam estabelecer uma distinção entre a paisagem física ou natural e a paisagem cultural ou feita pelo homem.

Considerando o homem e o ambiente como duas partes de um mesmo sistema, a dicotomia homem/ambiente é apenas aparente. Assim, ao abordar conjuntamente elementos de ambas as partes desse sistema, é preciso ter em conta “... a inseparabilidade do homem e ambiente no estudo da geografia.” (cf. Nir, 1990:9).

Cabe, entretanto ao geógrafo, segundo Bolós (1981), demonstrar que não existe oposição entre natureza e sociedade, mas sim relações que não são simétricas, pois enquanto a natureza oferece às sociedades humanas, disposição de recursos, benefícios ou prejuízos dos mais variados, as sociedades têm necessidade de explorar e controlar a natureza. O homem integra a natureza como ser vivo no ecossistema e tem condições de conhecer e organizar a natureza gerando um novo subsistema – o socioeconômico, devendo-se, portanto, rechaçar a postura de certos geógrafos da Geografia Humana que não reconhecem a importância dos dados físicos e daqueles da Geografia Física que esquecem que a natureza vai além das *condições naturais* (Bolós, 1981).

A concepção de que uma paisagem cultural<sup>50</sup>, seria aquela modificada materialmente pela população humana enquanto que a natural não, fundamenta-se no dualismo, conforme Head (2000:5): “... do pensamento ocidental cultura/natureza, mente/corpo - e os instrumentos intelectuais com que pensamos acerca deles - humanidades/ciências.”<sup>51</sup> Acrescentando que tal dualismo no seio da Geografia se manifesta na separação entre humano e físico, este autor destaca que, para muitos, aí reside a “... mais arcana parte da Geografia Física, o

---

<sup>50</sup> Segundo Santos (1997:64), esta definição teria sido apresentada por Carl Sauer, ao propor “... que considerássemos .dois tipos de paisagem, a natural e a artificial. Argumenta dizendo que, à medida que o homem se defronta com a natureza, há entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnica etc. É a marca do homem sobre a natureza, chamada de socialização por Marx.”

<sup>51</sup> Sobre esta questão, convém destacar aqui o que expressa Morin (2000:129). “Antes de tudo, é preciso constatar que as ciências humanas sofreram, desde o seu nascimento, a marca da grande disjunção que as separou das ciências naturais, o que inibiu qualquer possibilidade de considerar o complexo bioantropológico que constitui a realidade humana. É através de desenvolvimentos recentes, a partir dos anos 60, de uma concepção multidimensional da hominização no seio dos estudos pré-históricos, mas somente no interior desses estudos, que se começa a colocar em relação cérebro/espírito, natureza/cultura, desenvolvimento biológico (anatômico, genético) e desenvolvimento mental/social/cultural.”

*estudo dos ambientes do passado, e a parte mais arcana da Geografia Cultural, a construção do significado em torno da natureza.”* (p. 6).

No entender de Santos (1997), uma definição bastante comum de paisagem cultural, também vista como paisagem artificial é aquela *“...transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano.”* (p.64), comentando em seguida que:

*“Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas.”* (p.64).

Levando em conta que a natureza é afetada pelo homem, Anuchin (1979, apud Bolós, 1981) declara que o estudo de uma paisagem deve ser encaminhado

*“...como um todo no qual os elementos estão reciprocamente relacionados, nem a natureza nem a sociedade devem ser estudadas por si mesmas senão como partes de um todo. (...) transformando a natureza é como o homem se transforma a si mesmo.”* (p.48).

A distinção entre paisagem natural e cultural, entretanto, é útil enquanto referencial para dar conta das atividades do homem na face da terra (Head, 2000), transformando materiais orgânicos e inorgânicos, criando novos elementos, mudando os espaços e até os conceitos (por exemplo, olha-se uma árvore – é uma árvore, um tronco; corta-se a mesma – é madeira, tábua).

Além disso, seria impossível ignorar os elementos que compõem o ambiente físico, como os aspectos topográficos, os solos, ou heterogeneidades destes elementos (Bomer, 1994), como também os fenômenos naturais: terremoto, tempestade, falta de chuvas que levam às religiões, aos deuses.

Por outro lado, as análises limitadas a aspectos físicos são insuficientes para se entender as paisagens culturais, continuamente transformadas pela ação humana (Lundberg & Handegard, 1996). A ação humana que no dizer de Santos (1997:88): *“... é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico.”*, acrescentando em seguida que:

*“Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. Por isso, a Geografia estuda a ação do homem.”* (Santos, 1997:88).

Segundo Bertrand (1982), uma paisagem se apresenta como resultado de

combinações dinâmicas de elementos físicos, biológicos e antrópicos interagindo dialeticamente em um determinado espaço, constituindo assim *“...um conjunto único e indissociável em contínua evolução.”* (p.462).

Para a geógrafa Bolós (1984, apud Jardí, 1990:53) uma paisagem corresponde àquela

*“Porção do espaço geográfico que constitui, em uma escala determinada, um conjunto (...) formado por elementos interconectados tanto abióticos como bióticos (incluindo o homem) que se encontram em constante transformação e que se organizam como um sistema (...) que pode ser delimitado sobre a superfície terrestre de forma mais ou menos precisa.”*

E, um espaço geográfico nos dizeres de Santos (1978:119) poder ser definido como a

*“... natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural onde o homem não existisse ou não fôra o seu centro, cede lugar à idéia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano.”*

Este mesmo autor reconhecendo que definir espaço é uma *“... tarefa extremamente árdua.”*, acrescenta que a noção de espaço é

*“Objeto da preocupação dos filósofos desde Platão e Aristóteles (...), todavia, cobre uma variedade tão ampla de objetos e significações - os utensílios comuns à vida doméstica, (...), qualquer que seja a sua dimensão, são espaço; uma casa é espaço, como uma cidade também o é. Há o sinônimo de território, de Estado ...”* (Santos 1978:119-120).

Em um outro trabalho, Santos (1997a:1), referindo-se à natureza e o conceito de espaço, afirma que *“Uma das fontes mais freqüentes de dúvida entre os estudiosos do tema parece ser o próprio **conceito de espaço** ...”* e mais adiante diz que considera *“... o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo tempo que a instância econômica e a instância cultural-ideológica.”*

Referindo-se à questão do espaço habitado, Santos (1997:37) esclarece que esta também pode ser tratada sob um

*“... ponto de vista biológico, pelo reconhecimento da adaptabilidade do homem, como indivíduo, às mais diversas altitudes e latitudes, aos climas mais diversos, às condições naturais mais extremas. Uma outra abordagem é a que vê o ser humano não mais como indivíduo isolado, mas como um ser social por excelência. (...) O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado.”*

E, Pereira (1998:73-74) evocando o caráter natural do espaço lembra que este *“... apesar de ser social, ou vice-versa.”*, comenta que para se entendê-lo

como tal deve-se “... romper com a concepção cartesiana imperante nos paradigmas da ciência clássica e buscar entender que a sociedade [humana] é um dos elementos componentes da natureza ...”

Concebendo o espaço em termos de uma categoria cultural, quer dizer enquanto reflexo de aspectos culturais de uma sociedade em determinado tempo, é possível, conforme Vitry (2001:5) “... adquirir outra visão da paisagem, onde se encontram os restos materiais de culturas passadas ou presentes, porém com um código diferente do nosso.”

Para Meneses (2002:36) as paisagens oferecem “*pistas materiais*”, pistas estas que dão a perceber o caráter histórico das mesmas, acrescentando que “São esses **traços fósseis** que conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e de suas sucessivas fisionomias anteriores, ao longo do tempo.”

Também tratando da paisagem como ambiente construído pelo homem Santos (1978, 1996, 1997) identifica seus “*traços fósseis*” como sendo as “...heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada, mas também a densidade ou a distribuição da população...”

Desta maneira, Santos (1997) considera as paisagens como um conjunto integrado por frações de formas naturais e artificiais criadas pelo homem em diferentes momentos, resultantes de sucessivos acréscimos e substituições de idades diferentes, que ele foi impondo à natureza. As formas criadas pelo homem do passado - produzidas de acordo com a lógica do momento de sua criação - mudam através dos tempos, daí que as formas de hoje são muito mais complexas do que as dos tempos primitivos.

Santos (1978:138) emprega o termo rugosidade para falar sobre “... o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, ...”, sendo que para este autor

*“O que na paisagem atual representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos **rugosidade** ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.”* (Santos, 1996:113).

*“Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em forma.”* (idem, p.113).

*“As rugosidades, vistas individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados.”* (idem, p.113).

Por outro lado, estudos sobre paisagem podem focar os modos como ela é percebida por diferentes grupos humanos, levando-se em conta que o homem enquanto criador de paisagem atua de maneira diferenciada segundo a percepção que dela tem (Bolós, 1981).

### 2.3. ENFOQUES SOBRE AS INTER-RELAÇÕES HOMEM E AMBIENTE

As tentativas de se entender as relações entre uma população humana e o ambiente - *biótico e abiótico* - em que está estabelecida são vistas através dos instrumentais da ecologia cultural, um enfoque interdisciplinar que concebe o ambiente como sendo integrado pelo ambiente físico, político e sócio-econômico (Moran, 1990).

Segundo Harris (1991), foi o antropólogo Julian Steward, através de sua publicação *The economic and social basis of primitive bands*, em 1936, que acrescentou às explicações da mudança cultural o entendimento acerca de como funcionam as culturas vivas. Este investigador centrou a sua atenção, não apenas na forma como sociedades de diferentes culturas interagem umas com as outras, mas também no modo como o ambiente físico poderia estimular mudanças culturais — aquilo a que chamou *ecologia cultural*. Essa proposta constitui no entender de Harris (1991:577): *“... a primeira exposição coerente de como a interação entre a cultura e o meio físico pode ser estudada (...) sem recair no ingênuo determinismo geográfico.”*

O determinismo geográfico - acreditando ser *“... as condições naturais [que] governam o comportamento do homem e até mesmo aspectos do seu caráter.”* (cf. Drew, 1986:4) - constitui o pensamento dominante do século XVIII e, embora, seus princípios tenham sido bem elaborados na obra de Montesquieu este também teve seus críticos.

Somente no final do século XIX, sob a influência do antropólogo Franz Boas, que se passou a entender que é através da cultura que o homem seleciona e utiliza o ambiente, que *“... o comportamento humano só é compreensível no contexto cultural, um enfoque que substituiu o determinismo ecológico pelo determinismo cultural.”* (Moran,1990:52). Sob as concepções da história cultural, passou-se a enfatizar a capacidade da humanidade em controlar a natureza

(Drew, 1986), capacidade que porém não dá conta de certos fenômenos naturais como furacões, raios, enchentes e terremotos.

Considerando a ineficiência dessas duas concepções para dar conta da complexidade das relações entre populações humanas e o meio ambiente, as contribuições de Julian Steward - enfatizando a importância da ecologia para entender a interação homem/natureza, bem como o papel da cognição humana na compreensão e uso do ambiente - foram amplamente aceitas (Moran, 1990).

O conceito de ecossistema - sugerido por Tansley em 1935, para tratar da dimensão dinâmica das relações entre organismos e seu ambiente físico - passou a ser usado na Antropologia pela primeira vez por Clifford Geertz quando “... *procurou testar a validade da formulação da ecologia cultural de Julian Steward.*” (Moran, 1990: 63).

A ecologia cultural pode ser vista como um modelo sistêmico, levando em conta que incorporou preceitos da *Teoria Geral dos Sistemas* de Ludwig von Bertalanffy e outros (Sharer & Ashmore, 1970: 520).

Bertalanffy (1975) apresentou a *Teoria Geral dos Sistemas*, como sendo uma nova metodologia aplicável às várias ciências<sup>52</sup> e a campos muito diversos, tais como a termodinâmica e a experimentação biológica, instigando o surgimento de formulações sobre sistemas abertos e estados de desequilíbrio mais sofisticados. Esta proposta de Bertalanffy, no entender de Butzer (1989:5), institui

*“... um modelo capaz de ilustrar e inclusive analisar inter-relações complexas, e que tem tido uma profunda influência nas formulações conceituais de diversas disciplinas: nas ciências do meio ambiente, a partir de um texto fundamental e particularmente influente de Chorley 1962; na Antropologia Ecológica, a partir da publicação de **Agricultural Involution**, de Geertz (1963), e na Arqueologia a partir de um artigo de Flannery de 1968.”*

É através da ecologia cultural que as ciências sociais e as ciências naturais mais plenamente se associam (Harris, 1991). Por exemplo, referindo-se ao seu trabalho com os índios Bororo do Mato Grosso, Viertler (1987:114) declara que através da metodologia preconizada por Steward é permitido

---

<sup>52</sup> De acordo com Chorley & Kennedy, (1971) a representação da natureza como sistema, apesar de ser uma abstração, permite descrever a realidade isolando-a em partes, ou seja, em estruturas simplificadas. Cada estrutura é, então, investigada em termos de como opera em si, e em relação aos outros elementos da estrutura, do sistema. O aprofundamento e aperfeiçoamento das idéias sobre os sistemas resultaram em representações mais sofisticadas do mundo real, visto como imensamente complexo e contínuo.

*“... reconstruir as formas de organização social do trabalho, a explicação da emergência dos aglomerados humanos, o sentido das relações entre os antigos Bororo e os seus competidores humanos e animais, além das formas de cooperação e solidariedade, que engendram determinadas instituições sociais.”*

De acordo com Moran (1990), os principais aspectos abordados na proposta de Steward seriam os itens da cultura material derivados dos elementos do ambiente e que foram explorados como recursos através da tecnologia desenvolvida pela sociedade humana em estudo. Sob este instrumento metodológico também busca-se esclarecer as interações das dimensões do sistema de subsistência com outras da vida cultural de uma população. A contribuição mais importante de Steward foi a de ter sugerido que o processo de interação homem/ambiente pode ser entendido através do estudo da “adaptação”. Por outro lado, este estudioso *“... procurou evitar determinismos fáceis e valorizar excessivamente peculiaridades históricas particulares.”* (Moran, 1990: 58). Este mesmo autor, rebatendo a crítica de que a estratégia da ecologia cultural seria um determinismo técnico-econômico, declara que *“... uma avaliação detalhada da formulação de Steward em 1950 não fundamenta tais críticas.”* (p. 60).

Nas palavras de Lévi-Strauss (1972:46, apud Boado, 1991):

*“... a sociedade deve recuperar a unidade entre a natureza e o homem, reconciliar a alma e corpo, a mente e a ecologia, o pensamento e o mundo é a única forma de alcançar uma classe de materialismo de acordo com os desenvolvimentos atuais da ciência ...”*

O modelo ecológico, conforme Sharer & Ashmore (1979), focaliza os aspectos “adaptativos” da cultura, buscando entender como as sociedades humanas se “adaptam” em diferentes graus de eficiência - principalmente através de sua tecnologia - ao seu ambiente. Entretanto, é preciso esclarecer que a ecologia cultural não implica que o ambiente determine a natureza da cultura. O ambiente ao qual as sociedades humanas criam, consiste dos componentes biótico (espécies de vida vegetal e animal) e abiótico (o ambiente físico) e do componente constituído por outros sistemas culturais de sociedades vizinhas.

O conceito de “adaptação” tem considerável poder explicativo, quando considerado de forma abrangente com o objetivo de estudar os processos pelos quais uma população interage com seu ambiente (Moran, 1990).

Kaplan & Manners (1981) comentando sobre as dificuldades lógicas implicadas no uso dos dois conceitos centrais da ecologia cultural *ambiente* e

“*adaptação*”, acrescentam que os antropólogos não podem ficar sem eles, e que “... às vezes, *um conceito difícil de definir ou difícil de compreender pode ser muito útil em orientar nosso pensamento ou nossa pesquisa em direções proveitosas.*” (p.132).

Tratar das interações de uma população com seu ambiente, também, implica em buscar esclarecimentos sobre as técnicas<sup>53</sup>, utilizadas pelo homem considerando que é através da técnica - o conjunto de instrumentos e meios sociais - que se dá a produção e criação do espaço. Embora, esse fenômeno, nem sempre seja analisado como parte do território, como elemento de transformação da paisagem. Sobre a pouca atenção que se tem dispensado a esta questão, Santos (1996:26-27) diz que se houvesse esforços neste sentido as

*“... críticas posteriores, tanto à Arqueologia, quanto à Geografia, teriam sido evitadas. Olivier Buchsenschultz (...) lamenta que os arqueólogos raramente se preocupem com os problemas tecnológicos, isto é, com os processos técnicos dos **traços materiais deixados pelas sociedades humanas**, não abordando de frente essas questões.”*

Santos (1996:26) também comenta que em 1947 Marcel Mauss já havia proposto a criação de um saber voltado para o entendimento “... *das relações entre as técnicas e o solo e entre o solo e as técnicas, dizendo **que em função das técnicas é que observaremos a base geográfica da vida social: o mar, a montanha, o rio, a laguna.***”

Tecnologia também designa o estudo das técnicas, de como elas evoluem e podem ser modificadas, além, do conhecimento básico para fabricá-las segundo um uso que se quer fazer, antes de produzir o instrumento que se tem em mente.

#### 2.4. GEOGRAFIA E ARQUEOLOGIA

Entendendo que as populações humanas fazem parte do mundo natural, interagindo com outros componentes dos ecossistemas, os arqueólogos passaram a reconhecer a importância de se investigar os assentamentos

---

<sup>53</sup> Segundo Bernardi (1982:365): “A *relação sistemática entre a ecologia e a tecnologia representa a primeira expressão específica da economia. Trata-se de avaliar bem as possibilidades facultadas pelo ambiente à vida do homem, com os meios instrumentais que este consegue encontrar e inventar para extrair a alimentação e a proteção residencial de que precisa. (...) Destas relações essenciais é que resultaram, de maneira específica, os fenômenos econômicos propriamente ditos e, daí, a produção, a distribuição e o consumo.*”

humanos do passado em termos de suas inter-relações com o ambiente, inclusive os processos geomorfológicos e biológicos que ocorreram ao redor dos mesmos. Sob tal perspectiva, o ambiente vem sendo considerado variável e não apenas algo que se mantém constante ou homogêneo através do espaço e do tempo (Renfrew & Bahn, 1991).

Os estudos sobre as populações do passado, desta maneira, não dependeriam somente da Arqueologia, mas como diz Roberts (1987), podem ser esboçados a partir de três fontes fundamentais: documentos escritos, Arqueologia e paisagem - esta vinculada a todos os aspectos da vida humana, não somente às práticas econômicas.

Por outro lado, as atenções dispensadas à paisagem através da Arqueologia envolvem tratamento multidisciplinar que, em grande parte, apóia-se na Geografia, considerando que tanto a paisagem quanto a população fazem parte das categorias fundamentais do conhecimento geográfico, ou como diz, Nir (1990:11):

*“Todas as atividades geográficas orbitam dentro das relações lugar/espaco: transporte, migrações, produção e suprimento, percepção de distância, percepções emocionais (...) por uma paisagem querida.(...) são direta ou indiretamente produtos da estrutura bifacetada de nossa existência, lugar-espaco.”*

Sob o domínio da Arqueologia, um dos primeiros a enfatizar a abordagem econômica foi Clark (1953) que, a partir de conceitos emprestados da Ecologia, introduziu alguns fundamentos para a interpretação arqueológica e, assim, encorajou os arqueólogos a coletar dados úteis para a reconstrução e interpretação mais detalhada sobre este aspecto - do que até então se fazia (Trigger, 1971).

Os enfoques arqueológicos em termos da distribuição e localização dos antigos assentamentos em um contexto ecológico amplo, por exemplo, vêm sendo incrementados pela aplicação das análises espacial e locacional, provenientes da Geografia, em todas as escalas (Goudie, 1987).

Contando com o auxílio de geógrafos, uma paisagem arqueológica pode ser reconstruída com uma certa confiabilidade sob os mais diferentes aspectos (Dennell, 1987). Referindo-se às contribuições da Geografia aos estudos arqueológicos, Hodges (1987:133) comenta que:

*“Com metodologia apropriada, a formação espacial pré-capitalista pode ser identificada e interpretada. (...) A nova Geografia certamente estimulou*

*os arqueólogos a levar em conta o comportamento espacial e suas implicações, e assim desenvolver estratégias para documentar relações espaciais através do tempo.”*

Estabelecendo um paralelo entre a Geografia e a Arqueologia, Helmfrid (1972, apud Wagstaff, 1987b) comenta que, tanto uma quanto a outra tem como dados os fragmentos que sobreviveram de um registro<sup>54</sup>. Aliás, este é o caso da História e de outras disciplinas.

Idéia semelhante é expressa pelo geógrafo brasileiro Santos (1996), para o qual a noção de objeto que mais se aproxima à da Geografia é aquela da Arqueologia, uma vez que para ambas o objeto depois de ser analisado permite que se construa intelectualmente a sua realidade. Enquanto o arqueólogo persegue a identificação de uma cultura e uma época (a partir das evidências culturais do passado), o geógrafo tem interesse no conjunto de condições características de várias épocas (a partir do presente e deste para o passado).

Se os arqueólogos e geógrafos partem de objetos concretos, entretanto, somente os geógrafos podem incluir em seus estudos objetos do presente, podendo observar ações do presente incidindo sobre objetos enraizados no passado (Santos, 1996).

As tentativas de reconstrução do ambiente passado, de certa maneira constituem um elo de ligação entre a Geografia e a Arqueologia (Goudie, 1987). Tradicionalmente fazendo parte de estudos arqueológicos, tais tentativas se expandiram na última década, através da utilização de técnicas modernas (Hughes, 1999) sendo, em grande parte, encampadas pela disciplina que, nos Estados Unidos - onde vem sendo desenvolvida mais intensamente - é conhecida como Geo-Arqueologia.

Waters (1992:xix) procura demonstrar - em seu livro *Principles of Geoarcheology* - como os estudos geo-arqueológicos podem ampliar significativamente as possibilidades de interpretações das sociedades do passado.

O envolvimento de geógrafos em trabalhos de Arqueologia, segundo Wagstaff (1987), foi notório depois de um estudo - realizado na Inglaterra, na década de 20, com restos de plantas e de animais coletados em sítios

---

<sup>54</sup> Por exemplo, tratando da questão da valorização de patrimônio arqueológico, Fowler (1987:173) destaca que: “Uma discussão de preservação e conservação da herança dos feitos humanos pode começar apropriadamente com o terreno, literalmente o chão comum da Arqueologia e da Geografia.”

arqueológicos - objetivando a reconstrução de aspectos de subsistência dos grupos que utilizaram tais recursos. Porém, esta cooperação intensificou-se a partir da publicação do livro *Ambiente e Arqueologia*, de autoria do geógrafo físico Karl Butzer - cuja primeira edição é de 1965. No entender de Butzer (1989) o meio ambiente deve ser considerado um fator dinâmico na análise do contexto arqueológico, o qual envolve tanto sistemas físicos quanto sistemas humanos.

Segundo Butzer (1989) de todos os encaminhamentos que a Arqueologia vem desenvolvendo com a Geografia, é a Arqueologia Contextual – ou Arqueologia da Paisagem - que proporciona uma maior integração entre ambas. Sob suas concepções, os assentamentos do passado são vistos como parte de um ecossistema interagindo espacial, econômica e socialmente com as matrizes ambientais com as quais se interrelacionaram. A Arqueologia Contextual focaliza a “... expressão multidimensional da decisão humana que é feita dentro do ambiente.” (p. 24).

Os estudos pautados nas associações de dados geográficos e dados arqueológicos - produtos das relações homem/natureza - identificados acima como Arqueologia Contextual (Wagstaff,1987; Butzer, 1989; Waters, 1992), também surgem na literatura com a denominação de Arqueologia da Paisagem (Dennell,1987; Roberts, 1987), Arqueologia Ambiental (Drew, 1986; Dincauze, 1987; Renfrew & Bahn, 1991) entre outras denominações.

## 2.5. ARQUEOLOGIA E PAISAGEM

Antes de mais nada é preciso prestar alguns esclarecimentos sobre a denominação Arqueologia Contextual, empregada por Butzer (1989) como sinônimo de Arqueologia da Paisagem ou Arqueologia Ambiental, conforme a pouco mencionou-se. Entretanto, para autores como Hodder (1987), Alarcão (1993), García (2001) entre outros, Arqueologia Contextual identifica uma das várias correntes arqueológicas, mais precisamente a Arqueologia Pós-Processual que surgiu como uma reação às concepções da Arqueologia Processual - liderada por Lewis Binford, a partir da década de 70.

A Arqueologia Processual, em termos gerais, busca isolar e estudar os diferentes processos que operam no interior, e entre as sociedades, dando ênfase aos aspectos das suas inter-relações com o ambiente, a subsistência e a economia. Concebe a relação dinâmica dos aspectos econômicos e sociais da

cultura com o ambiente, como sendo fundamental para a compreensão dos processos de mudança cultural. Inicialmente foi bastante criticada pela demasiada atenção dada aos aspectos da economia e subsistência em detrimento de outros aspectos da experiência humana, como aqueles de ordem social e cognitiva.

Por outro lado, uma das correntes mais críticas à processualista é a já mencionada Arqueologia Pós-Processual, também denominada pelo seu expoente Ian Hodder de Arqueologia Contextual - considerando que o vocábulo *contextual* pode incluir “... o contexto ambiental (como os objetos funcionam em seus ambientes social e físico), (...) e a situação particular no interior da qual os significados tem conteúdo histórico.” (Hodder, 1987a:1). Esta corrente concebe a cultura material como sendo resultado das ações deliberadas dos indivíduos (Renfrew & Bahn, 1991).

Porém, de uma maneira geral, as diferenças entre as correntes arqueológicas Processual e Pós-Processual, como bem observa Alarcão (1993:213),

*“... correspondem a diversas perspectivas; mas que são compatíveis, como diferentes olhares sobre o mesmo objeto, como diversas perspectivas que nos permitem conhecer e explicar melhor as realidades complexas que são as culturas do passado. As diversas escolas não se reduzem a uma: complementam-se. Não é unicidade o que eu proponho: é complementaridade, algo bem diferente.”*

Convém esclarecer que os seguidores destas duas “diferentes correntes” desenvolvem investigações sob a tutela da Arqueologia da Paisagem, porém, sob diferentes perspectivas, como aponta Alarcão (1993) ao salientar que: “A Arqueologia Processual representa uma tendência para re-naturalizar o homem e a Arqueologia Contextual [ou Arqueologia Pós-Processual], uma tendência para re-humanizar a natureza.” (p. 214).

Voltando à Arqueologia Contextual (ou da Paisagem, ou Ambiental) sob a perspectiva de Butzer (1989), pode-se dizer que tem sua gênese na Arqueologia Processual - despontada na década de 60 como uma reação à Arqueologia Histórico-cultural. Esta última ocupada em identificar as culturas do passado, entendendo que as mudanças culturais estariam vinculadas a movimentos migratórios e através da difusão.

A Arqueologia Processual, por sua vez, propondo o estudo das sociedades do passado em termos do funcionamento de seus sistemas culturais, passou a dar ênfase às relações das sociedades humanas com o ambiente. Sob

as concepções desta corrente surgida nos EUA, na década de 60, foram propostas a *Arqueologia Espacial* e a *análise da área de captação de recursos* (García, 2001), ambas criadas sob a influência da Geografia.

No entender de Trigger (1991) os arqueólogos processuais contribuíram significativamente para se estudar os fatores ecológico, tecnológico e econômico, não havendo dúvida de que tais fatores “...têm desempenhado um importante papel, influenciando o desenvolvimento das sociedades humanas.” (p. 556). E, embora reconhecendo que o fator minimização de esforços pode influenciar aspectos da economia e tecnologia de uma comunidade, adverte que as considerações ecológicas e econômicas são insuficientes para explicar grande parte dos aspectos culturais estudados arqueologicamente, como pretendem alguns adeptos da Arqueologia Processual. Considera que muitos fatores não econômicos e não ecológicos influenciam o comportamento humano, mas que aos arqueólogos - devido ao caráter de seus dados primários (restritos a deduções a partir de restos materiais das populações que os produziram e usaram) - é vedado observar o comportamento e chegar até aos aspectos ideacionais.

A Arqueologia da Paisagem, sob a concepção da “corrente” que se intitula Arqueologia Pós-Processual (também chamada de Contextual) busca reconstruir a ordenação espacial através do tempo, cujo trabalho remete à “... paisagens arcaicas, modeladas por opções [das sociedades humanas, quer] econômicas, políticas, culturais e ideológicas.” (Barrero, 1997, apud Vitry, 2001).

García (2001:64) referindo-se à Arqueologia da Paisagem (ou Arqueologia Contextual) - sob a visão da Arqueologia Pós-Processual – esclarece que a mesma está

*“...centrada na leitura simbólica e estrutural dos elementos arqueológicos, se proporia uma Arqueologia Contextual que permitiria observar as relações simbólicas - mentais - entre a população humana e os modelos espaciais que geraram. Assistiria-se então ao desenvolvimento de uma Arqueologia da Paisagem, entendendo-a como a objetivação das práticas sociais, tanto de caráter material como imaginário. Acentua-se assim a distinção entre o espaço físico e o espaço social, partindo da idéia de que tanto os indivíduos como os grupos humanos desenvolvem sistemas simbólicos que os permitem sentir-se orientados e seguros dentro de sua realidade circundante.”*

Conseqüentemente, no entender de García (2001), falar do espaço em Arqueologia implica em investigar também as paisagens enquanto sistemas

organizados mentalmente – os espaços simbolicamente constituídos; pois embora, os “... arqueólogos por definição trabalham com evidência material, nem todas as dimensões da paisagem têm expressão material.” (Head, 2000:4).

Entretanto, o fato de se reconhecer o preponderante papel que a cultura exerce sobre o comportamento humano - e que ela também é modificada por este - não há garantia de que se possa chegar ao entendimento das relações simbólicas das sociedades passadas como pretendem os adeptos da Arqueologia Pós-Processual. Esta tarefa se não é impossível, conduz no mínimo a um campo bastante escorregadio, principalmente naqueles casos de evidências arqueológicas como as da população pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina. É diferente do que se poderia inferir, por exemplo, numa pesquisa centrada no espaço geográfico das cidades-estados ou impérios do continente americano<sup>55</sup>.

Apesar desta restrição, mais particularmente, no caso deste estudo sobre a paisagem da população pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina, a Arqueologia da Paisagem (ou Arqueologia Contextual) formulada por Butzer (1989) oferece instrumentais adequados no sentido de atingir aspectos das interrelações entre uma população humana - estudada através da Arqueologia - e o seu ambiente, através da reconstrução dos componentes que integram o contexto de um ecossistema humano (flora, fauna, clima, paisagem e cultura) e as suas interações.

Butzer (1989) deixa claro que o seu enfoque é o ecossistema humano, empregando metodologias procedentes das ciências físicas, biológicas e sociais. Esta seria uma complementação à Arqueologia Social – reivindicação de muitos adeptos da Arqueologia Processual – que, segundo este autor, transcende às preocupações com os artefatos e sítios isolados, uma vez que busca uma apreciação da textura do meio ambiente e de suas interações espaciais, econômicas e sociais de um sistema de assentamento de subsistência.

De acordo com Butzer (1989), a Arqueologia Contextual (ou Arqueologia da Paisagem) tem maior interesse em focalizar antes os sítios do que os artefatos, tendo em vista atingir “... expressão multidimensional da tomada de

---

<sup>55</sup> Por exemplo, Vitry (2001) referindo-se à paisagem do império dos Incas - se sustentou sobre uma dominação sócio-política que se estendia por uma superfície de dois milhões de quilômetros quadrados e concebida como integrada por quatro unidades geopolíticas (o *suyus*) tendo como centro a capital Cuzco, da qual convergiam tais unidades – comenta que nela foi modelado um código de comunicação formado por santuários, lugares e objetos, as unidades básicas da organização social e espacial-territorial, que pode ser observada no registro arqueológico e paisagem de hoje.

*decisões humanas dentro do meio.*” (p.7). Para este autor o termo *contexto* tem vários significados, porém deriva do verbo latino *contextere*, ou seja, entrelaçar ou conectar. Assim, sob o ponto de vista da Arqueologia, contexto implica na trama espaço-temporal, sendo que a Arqueologia Contextual estuda o conjunto de sítios, entendendo-os como parte de um ecossistema humano, no qual comunidades do passado mantiveram inter-relação espacial, econômica e social com as texturas do meio ambiente. Portanto, ela vai além da preocupação com os sítios, uma vez que busca atingir as inter-relações espaciais, os potenciais econômicos e sociais com o sistema de assentamento. Por outro lado, a Arqueologia Contextual inclui várias escalas, considerando que tanto os sistemas sócio-econômicos quanto os espaciais podem ser observados em um nível mais particular ou em nível geral.

A proposta metodológica de Butzer (1989) - voltada ao entendimento das interações dinâmicas estabelecidas entre as sociedades humanas e seus respectivos meio-ambientes e que tem como conceito fundamental o ecossistema humano – foi introduzida como sendo um novo paradigma, porém complementar, declarando que:

*“Nenhum paradigma merece ser considerado prioritário; os pontos de vista alternativos são essenciais para uma prática científica saudável. Desenvolvendo sistematicamente a metodologia de um paradigma alternativo (e não exclusivo) para aplicá-lo logo aos temas fundamentais da adaptação, da estabilidade e da mudança, estudiosos e profissionais poderiam apreciar seu potencial e valorar as vantagens do enfoque Contextual.”* (Butzer, 1989:12).

Conforme Butzer (1989), além dos artefatos e seu contexto, ecofatos e a trama da paisagem – os ingredientes fundamentais da análise arqueológica - a Arqueologia Contextual também considera como tal a *escala*, a *complexidade*, a *interação* e a situação de estabilidade ou *equilíbrio* (neste caso, somente no curto prazo) cujos conceitos provenientes da Geografia e da Biologia, são de uso nas abordagens antropológicas e arqueológicas.

No dizer de Roberts (1987), a Arqueologia da Paisagem e história da paisagem tem por preocupação entender o desenvolvimento deste palimpsesto, ou seja deste complexo superposto que esconde coisas, fatos que se deve procurar, extrair e abstrair, além de definir e entender as forças que geram trabalho. A Arqueologia da Paisagem é um estudo técnico que se fundamenta nas pesquisas de campo, mas sem que se recorra a escavações ou a documentos

para se chegar a algum entendimento, sendo que, como um objeto físico, a paisagem pode ser examinada sob a luz do conhecimento presente.

De acordo com Butzer (1966), o estudo das relações homem e ambiente, entre outros aspectos, inclui o entendimento da localização do assentamento em termos de disponibilidade de água para beber e demais fontes de alimento que poderiam ter influenciado a seleção de um dado local para se instalarem. E, ainda, acidentes topográficos (como elevações, corpos d'água, vegetação) que impedem e/ou facilitam tais movimentos humanos.

Sob tal modelo, como já foi apontado anteriormente, não se concebe o ambiente como determinante da cultura, pelo contrário, este é, e vem sendo cada vez mais, determinado pela cultura. Toda a sociedade humana transforma em maior ou menor grau o seu ambiente físico, alterando a paisagem, a composição das águas, do ar que respira (Sharer & Ashmore, 1979).

A idéia de “adaptação” é considerada um dos fundamentos do esquema conceitual arqueológico, sendo que conforme Rathje & Schiffer (1983:49): “A função básica de um **sistema adaptativo** é extrair recursos do seu ambiente e convertê-los em energia e produtos que possam suprir as necessidades de uma população.” Os sistemas adaptativos humanos incluem elementos naturais (como água, clima, solos, recursos minerais, flora e fauna) e elementos sociais (como unidades residenciais, áreas de atividades, construções comunitárias).

Os sistemas adaptativos humanos podem se manifestar sob diferentes níveis de complexidade, estando sempre sujeitos a mudanças. O estudo de sistemas adaptativos humanos do passado pode estar voltado para três dimensões: tecnologia, organização social e ideologia. A tecnologia abrange estratégias de uma sociedade empregadas na extração dos recursos do seu ambiente físico, utilizados na sua manutenção. A eficácia da tecnologia depende da organização social - as unidades sociais e seus mecanismos de interação. E, tanto a tecnologia quanto a organização social dependem, em parte, da ideologia - crenças, atitudes, valores, conhecimento da sociedade (Rathje & Schiffer, 1983).

A tecnologia é a parte da cultura que mais se aproxima do ambiente físico, pois é através dela que o homem converte recursos naturais em alimentos, artefatos, abrigos, vestimentas e outros itens indispensáveis à sua existência - as matérias-primas que explora e cuja exploração depende “... do estado de desenvolvimento das suas técnicas que as tornam exploráveis. Não há recursos

*em si, mas possibilidades de recursos oferecidos pela natureza, no quadro de uma sociedade determinada, num momento determinado ...”* (Godelier, 1971: 153).

Nesta questão das atitudes do homem com o ambiente, cabe ressaltar que elas começam com a escolha do local do assentamento, o qual pode ser selecionado por motivos físicos, ou os físicos atendem a interesses políticos, tecnológicos – como por exemplo, abrigado do vento, de ataques de inimigos; proximidade da água, da argila, da caça.

Convém aqui abrir um parêntese para esclarecer que procurou-se evitar o termo “*adaptação*” para falar da população pré-colonial Jê da Ilha. Apesar de ser utilizado por arqueólogos e antropólogos, como os que até aqui foram citados – e de modo correto dentro dos contextos em que aparecem - considera-se pouco adequado definir as estratégias desenvolvidas pela mencionada população, de acordo com sua cultura, para se relacionar com ambiente desta Ilha, caracterizar a sua paisagem. Enfim, uma vez que se trata de investigar decisões humanas face ao ambiente, não caberia a palavra “*adaptação*”. Aliás concorda-se com Duarte (2003)<sup>56</sup> quando diz que esta palavra não atinge inúmeras possibilidades do homem conviver com o seu ambiente, por exemplo, se há um rio pode-se atravessá-lo de várias maneiras sem que para isso haja necessidade de construir uma canoa.

Quando se fala das relações de populações do passado com o ambiente, de uma maneira geral, pensa-se em uma situação de equilíbrio, ou seja relações que não teriam causado “*impactos ambientais*” significativos. Por isso, incluem-se aqui algumas linhas a respeito dos efeitos negativos sobre o *ambiente natural* resultantes de ações humanas de passados mais remotos, efeitos que, aliás, raramente são tratados.

Por exemplo, tentativas de se conhecer os resultados de tais efeitos sobre os recursos hídricos, como aquelas relacionadas a uma pesquisa arqueológica desenvolvida no nordeste da Inglaterra constituem exceções. Esta pesquisa revelou que ao redor do século 10 d.C. (depois de Cristo) um rápido desenvolvimento da cidade Viking teria intensificado o processo de poluição do rio Ouse, comprovando que a poluição de rios não é um problema que surgiu em nossos tempos (Renfrew & Bahn, 1991).

---

<sup>56</sup> Comunicação pessoal

Outro exemplo de preocupação neste sentido, se encontra em uma publicação de Denevan (1992), na qual o autor busca comprovar que a partir de aproximadamente 15.000 anos atrás começou um impacto cumulativo nas paisagens das Américas provocado pelo povoamento humano anterior à chegada de Colombo. Este autor tenta demonstrar que a transformação da paisagem pré-colombiana atingiu muito mais do que somente a vegetação, como de uma maneira geral vem sendo registrado, levando em conta, por exemplo, as áreas com grandes contingentes populacionais (México, Andes, e em outras partes como na floresta Amazônica, e nos desertos do Arizona), manejo florestal, domesticação de plantas, construções de estradas, extensões de terra transformadas em áreas de agricultura intensiva, canais de irrigação no México; canais nas encostas dos Andes, para conduzir água em torno de Santiago, no Chile; agricultura de terraço no Peru.

## 2.6. A ANÁLISE DA ÁREA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Entre os instrumentos da Arqueologia para tratar das relações das sociedades humanas com o ambiente conforme já se mencionou conta-se com a *análise da área de captação de recursos*, cuja proposta inicial surgiu sob a influência da Geografia.

A *área de captação de recursos* corresponde ao entorno de um antigo assentamento, que poderia ter sido habitualmente explorado pelos seus habitantes, levando em conta que, de uma maneira geral, as populações humanas exploram recursos localizados a uma certa distância de suas áreas residenciais, seja um acampamento, caverna, vila ou cidade (Vita-Finzi & Higgs, 1970; Jarman, 1972).

A noção de *captação* passa a idéia geral de uma área provedora de algum recurso orgânico ou inorgânico à população do passado, evidenciado no assentamento arqueológico; sendo essencial distinguir o território de exploração do assentamento, ou a área habitualmente explorada pelos habitantes de um assentamento para obter a alimentação e as localidades visitadas para, por exemplo, obter sílex (Vita-Finzi, 1978).

Sob tal perspectiva, o termo *território* é empregado apenas no sentido econômico, e não como uma entidade de defesa sem qualquer conotação dos conceitos antropológico ou zoológico de território (Higgs & Vita-Finzi, 1972).

Porém, também se considera que para explorar um território, a partir de um assentamento, a população dependia de uma série de fatores, além do econômico, tais como meios de transporte, facilidade de acesso, características do terreno (Jarman, 1972).

Em síntese, a análise da área de captação de recursos consiste no inventário das evidências arqueológicas de recursos alimentares ou não, bem como na demarcação dos locais de procedência de tais evidências nas proximidades da antiga ocupação. Em outras palavras, esta análise busca avaliar o potencial de recursos disponíveis nas proximidades de antigos assentamentos, partindo do pressuposto que quanto mais distante do assentamento estiverem essas fontes de exploração menor seria a probabilidade da população fazer uso das mesmas (Renfrew & Bahn, 1991). Enfim, leva em conta que é finita a distância que um grupo humano se dispõe a locomover-se em seu ambiente (Ropper, 1979), durante um dia para buscar os diferentes materiais que necessita.

Wagstaff (1987:4) traz uma definição mais completa, apesar de sucinta, sobre este instrumento de análise:

*“Um dos modelos espaciais mais amplamente utilizados (...) um meio de definir a área que pode ter sido explorada, intensamente para propósitos de subsistência, por uma comunidade ocupando um assentamento em um determinado ponto. É também um meio de verificar o uso potencial da terra dentro de um perímetro definido (...) A distância foi representada como um freio maior na exploração.”*

A formulação da *análise da área de captação de recursos* é fruto de um trabalho conjunto entre um arqueólogo, Eric S. Higgs e um geógrafo físico, Cláudio Vita-Finzi, realizado na área de Monte Carmelo, parte central da Palestina, sendo que os resultados da sua aplicação foram publicados pela primeira vez em Vita-Finzi & Higgs (1970).

Para desenvolverem essa experiência pioneira, eles se inspiraram em duas fontes, uma geográfica de Chisholm (1968) e outra etnográfica de Lee (1969). Chisholm (1968) teria observado que em muitas comunidades de agricultores a terra situada além de 5 km do local das residências não era cultivada com freqüência tendo em vista minimizar esforços e maximizar benefícios; enquanto que Lee (1969) verificou que os **!Kung bushmen** do Kalahari, pela mesma razão, raramente coletam plantas de locais que estão além de 10 km de seus acampamentos (Dennell 1987). Desta maneira Higgs e Vita-Finzi propuseram que tais

“... distâncias poderiam ser usadas para delinear as áreas exploradas pelos agricultores e caçadores-coletores respectivamente (...). No uso inicial desta técnica eles estavam interessados em estabelecer se a coleta de cereais poderia ter sido a principal fonte de alimento para os habitantes de Nahal Oren, uma ocupação do Pleistoceno Tardio e do início do Holoceno na costa da Palestina (...) um exemplo de comunidade agricultora muito antiga.” (Dennell, 1987:74).

Considerando que, nos dois casos, o fator minimização de esforços e maximização de benefícios obtidos motivaria o controle das distâncias percorridas cotidianamente na busca de recursos Vita-Finzi & Higgs (1970) deduziram que os grupos humanos procuram residir em locais onde possam obter recursos e tendem a explorar somente aqueles que se encontram a uma limitada distância de seus assentamentos.

A partir daí, Vita-Finzi & Higgs (1970) criaram uma medida para estabelecer os limites da *área de captação de recursos*, tendo como critério o tempo despendido para ir e voltar em um mesmo dia – uma vez que se referem aos deslocamentos diários, aqueles que possibilitavam o pernoite em suas áreas de habitação ou acampamento base. Assim eles estimaram que os caçadores e coletores habitualmente exploram aqueles recursos que estão distribuídos em uma área de até 10 km de raio<sup>57</sup> - ou até 2 horas de caminhada - a partir de suas bases residenciais e que os agricultores teriam seus campos de cultivos a distâncias de até 5 km ou 1 hora de caminhada.

Embora a proposta inicial da análise de áreas de captação de recursos previa um procedimento indutivo, posteriormente a sua aplicação passou a ser desenvolvida dedutivamente também. Os procedimentos indutivos partem dos ecofatos orgânicos e inorgânicos, extraídos do contexto arqueológico, para verificar quais as espécies animais e outros elementos (como fragmentos líticos) presentes no assentamento, poderiam estar disponíveis no entorno do mesmo, ou seja, distribuídos dentro da área de captação. Em geral, os procedimentos dedutivos têm focalizado sistemas de assentamentos (nível macro) – o conjunto de assentamentos de uma dada área - sendo que nestes casos são levantadas as fontes potenciais de recursos que poderiam estar disponíveis no entorno do mesmo antes de se analisar os ecofatos animais e/ou vegetais relacionados aos sítios que estão sendo focalizados.

---

<sup>57</sup> Segundo Higgs (1975:223): “O número mínimo de raios para definir o limite do território de exploração é quatro. (...) as direções dos pontos cardeais (N, S, E, W) foram adotadas como padrão.”

De acordo com Jarman et al. (1972) depois de estabelecida a *área de captação de recursos*, pode-se visualizar as posições dos antigos assentamentos dentro do território de exploração e, assim, tentar levantar as possibilidades econômicas oferecidas através da localização dos mesmos em relação aos recursos disponíveis.

De acordo com Brooks (1989/90:9-10) a análise da área de captação de recursos pode investigar um assentamento individual, para avaliar o potencial de recursos oferecidos aos seus habitantes (micro-análise); vários assentamentos que integrariam um sistema cultural e as estratégias de subsistência que foram desenvolvidos pela população deste sistema em um determinado ambiente (macro-análise).

A análise da *área de captação de recursos*, proposta originalmente por Vita-Finzi e Higgs (1970) - e reafirmada posteriormente por autores como Flannery (1976), Zarky (1976) e Ropper (1979), entre outros, vem sendo amplamente utilizada em diferentes países como Itália, México, Estados Unidos e Nova Zelândia. Entretanto, sob certos aspectos esta técnica tem se mostrado deficiente, por exemplo, a demasiada confiança nos dados provenientes de restos faunísticos e florísticos em tais delimitações - sem levar em conta que um recurso crítico como a água poderia ter sido de mesma ou até de maior importância; a reconstrução da disponibilidade e distribuição das fontes de recursos parte de mapeamentos ambientais modernos - descuidando-se das condições que haviam no passado (Brooks,1989/90),

Além disso, como bem lembra Ropper (1979:121) *“Alguns recursos, tais como água são tão básicos e tão vitais que a distância para obtê-los precisa ser minimizada, outros de utilidade menos imediata, [mas] importantes (...) podem ser trazidos de mais longe.”*

Uma das críticas de Brooks (1989/90) à aplicação desta técnica recai sobre as suposições da minimização de energia que a fundamenta, uma vez que não são consideradas diferenças entre sistemas sócio-culturais - ignorando informações da literatura etnográfica, sobre grupos que, por exemplo, viajam mais do que 10 km em busca de presas de caça.

Do mesmo modo, é preciso levar em conta, como bem lembra Dalton (1981) que nem sempre o comportamento econômico pode ser determinado pelos fatores minimização de esforços e maximização de benefícios, como se pode

observar em contextos etnográficos recentes. Vai depender dos interesses de cada cultura.

Esta técnica tem sido acusada de ser adequada apenas para aquelas sociedades de caçadores-coletores que obtém o seu alimento nos entornos imediatos dos locais de habitação (cf. Dennell, 1987). Outra deficiência mencionada por Brooks (1989/90) remete à impossibilidade de através dela delimitar-se com precisão a distância da qual teriam sido trazidas as plantas e animais consumidos pelo grupo. Não descartando a possibilidade de que em uma mesma viagem, recursos como água e rocha deveriam ser considerados fundamentais.

Entretanto, para Higgs (1975:223), um dos formuladores da análise da área de captação de recursos, não se deve esquecer que o objetivo desta análise

*“... é avaliar o potencial de recursos da área explorada a partir daquele assentamento. Os dois passos preliminares essenciais são conseqüentemente definir a área e verificar quanto divergem as suas características e solos de hoje daqueles que prevaleceram no tempo da ocupação.”*

Vita-Finzi (1978) comentando sobre as objeções de muitos colegas – como, por exemplo, de que a ocupação de áreas de exploração de recursos de muitos grupos de caçadores-coletores se dá de maneira extremamente irregular; ou que o limite arbitrário de andar uma ou duas horas para obter suprimento alimentar não tem validade uma vez que se estaria comparando velocidades do caminhar de pessoas em tempos atuais com de tempos de um passado mais remoto - diz que tais *“... objeções negligenciam a natureza exploratória da abordagem e o âmbito que oferece para corrigir as suposições subjacentes.”* (Vita-Finzi, 1978:27). E, entre outros argumentos na defesa de suas idéias comenta que a

*“... análise da área de captação de recursos foi formulada como um instrumento de levantamento de dados de campo (...) Reciprocamente, o caminhar para definir territórios - ou até mesmo para desenhar os círculos - ao redor do assentamento é somente um primeiro passo. Se não for corrigido pelas mudanças fisiográficas que aconteceram desde a ocupação, o mapa não estará correto.”* (Vita-Finzi, 1978:29).

Portanto, nenhuma destas críticas invalidam esta proposta, uma vez que sua importância está no fato de considerar os entornos de um assentamento como uma fonte de dados potencialmente úteis para o estudo das comunidades do passado (cf. Dennell, 1987).

Este mesmo autor, entretanto, também reconhece que:

*“... aplicado ou para caçadores-coletores ou para agricultores que atuaram em paisagens que não tenham mudado substancialmente, ela pode ser útil em providenciar um conjunto de proposições acerca da subsistência de um assentamento (...) que pode ser testado através de escavações e trabalhos associados.”* (Dennell, 1987:74).

Deve-se atentar também para a possibilidade de as sociedades do passado – assim como as sociedades indígenas, conforme os exemplos destacados no capítulo 3 – se relacionarem de diferentes maneiras com o meio em que conviviam. Por exemplo, Jarman (1972) se reporta a uma situação bastante peculiar na qual aplicou a *análise da área de captação de recursos*. Trata-se de uma pesquisa em um sítio costeiro (relacionado a uma ocupação do Paleolítico Superior na gruta Romanelli, sul da Itália) situado sobre um rochedo, a alguns metros acima do nível atual do mar. O autor considerou inicialmente que o potencial econômico poderia estar distribuído em três zonas distintas: o platô terrestre, a faixa costeira e o mar. Porém, verificou que a do platô terrestre corresponderia a maior proporção da parte terrestre do território e que teria sido a mais explorada. Das outras duas, a da faixa costeira (compreendida entre os costões e uma estreita linha de praia) teria tido poucas chances de ser explorada. A terceira, a do mar, que o autor considera ser difícil relacioná-la às outras duas zonas em termos do potencial econômico, sem dispor de um método adequado para o caso; sendo que o potencial de recursos desta última foi avaliado por Jarman (1972) através do levantamento dos vestígios faunísticos marinhos presentes no sítio. A partir deste levantamento ele concluiu que a tecnologia do grupo teria sido *“... insuficientemente sofisticada para uma exploração intensiva de vertebrados marinhos.”* (p.718) - pois só ocasionalmente a população teria capturado peixes (pelos poucos ossos encontrados) - enquanto que os moluscos teriam destaque na dieta do grupo (pelo grande número de conchas encontradas), cuja exploração não dependeria, como no caso dos peixes ou outros vertebrados marinhos, de instrumentos como embarcações, redes, anzóis e linhas. De tais constatações deduziu que os ocupantes da gruta Romanelli não exploraram o mar em pontos mais afastados da linha de praia.

### 2.6.1. Considerações sobre a aplicação da análise da área de captação de recursos: o caso da população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina.

Entre os exemplos apontados nas propostas iniciais de Vita-Finzi & Higgs (1970) e Jarman (1972) para a aplicação da *análise da área de captação de recursos*, o exemplo acima exposto por Jarman (1972) sobre a gruta Romanelli é o que mais se aproxima deste estudo sobre a população pré-colonial Jê Ilha de Santa Catarina – por tratar-se de uma área costeira.

Embora, ambos os casos envolvam antigas ocupações costeiras e com evidências de utilização de moluscos marinhos como parte da dieta alimentar, nada mais há de comum entre os dois casos.

Para começar, não se trata de uma única ocupação, mas de várias ocupações distribuídas em uma ilha, relacionadas a um único sistema cultural - o da população pré-colonial Jê. Esta população teria explorado mais intensivamente recursos marinhos vertebrados do que moluscos

Provavelmente, excursionavam mar adentro para pescar, dispondo de tecnologia suficientemente adequada para tanto. Aliás, a possibilidade de que se locomovessem por via líquida marinha e fluvial amplia em muito o território de captação de recursos.

No caso de se locomoverem através de alguma via aquática, provavelmente - do mesmo modo que é sugerido para as caminhadas em terra firme - o tempo despendido também deveria ser de 2 horas até o limite da área que poderia ser explorada diariamente, ou seja 2 horas para ir e 2 horas para voltar para o assentamento base, com canoas.

E, em terra firme, cada assentamento deveria dispor de sua área de captação de recursos, seja para obter itens da dieta alimentar, seja para produzir artefatos, combustível, sem contar a necessidade diária de água potável.

Por outro lado, levando em consideração as dimensões e conformação da Ilha de Santa Catarina, conta-se com a possibilidade de considerar a Ilha por inteiro como território de exploração da mencionada população.

Desta maneira, para tratar das inter-relações entre a população pré-colonial Jê e a paisagem da Ilha de Santa Catarina tentou-se delimitar a *área de captação de recursos* no entorno de quatro ocupações, das quais dispõe-se de dados sobre ecofatos, ou seja, as de Tapera, Caiacanga-Mirim, Ponta do Lessa e Rio do Meio. Sob tal orientação, buscou-se definir os aspectos físicos e biológicos

que configuraram a paisagem da área de cada assentamento - mais especificamente aquelas áreas habitualmente exploradas pela referida população a partir dos limites dos seus assentamentos.

É preciso esclarecer que a aplicação desta técnica – no sentido de estabelecer os locais que poderiam ser explorados diariamente para o sustento da população em estudo - não significa que se desconsiderem aqueles recursos possíveis de serem explorados em áreas bem distantes dos locais de suas habitações. Na realidade, ao delimitar-se a *área de captação de recursos*, buscou-se verificar se, nas decisões de escolha do local para construir seus espaços, fatores econômicos foram ou não preponderantes.

Acrescente-se que também não se desconsideram outros fatores que poderiam ter influenciado tais decisões, estando incluídos neste caso cuidados com a defesa, fator este que compreende, de acordo com Rowlands (1972:447): “... qualquer ação que oferece resistência contra ataques”, devendo-se levar em conta que agressões por parte de outros grupos humanos podem ser motivadas por fatores de ordem econômica, territorial, política e ritual.

Entre as motivações de uma população para escolher determinado local para se assentar, há também aquela ditada pela necessidade de se protegerem de ataques de animais selvagens. Aliás, a defesa e a demarcação de um território humano é muito mais complexa do que a mera correlação: crescimento da agressão-crescimento da segurança (Rowlands, 1972).

Por outro lado, também, procurou-se verificar o padrão de distribuição na paisagem da Ilha, das unidades - conhecidas no presente - que, provavelmente, fizeram parte do sistema de assentamento da população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina. Inclui-se neste último caso, com as devidas ressalvas, as articulações espaciais de oficinas líticas e as inscrições rupestres, tendo em vista suas vinculações com o referido sistema.

### 3.SOCIEDADES INDÍGENAS E PAISAGEM: EXEMPLOS ETNOGRÁFICOS

#### 3.1. ANALOGIA ETNOGRÁFICA, ALGUNS CONCEITOS E APLICAÇÕES

Um dos instrumentos mais empregados pelos arqueólogos, a analogia etnográfica, parte de informações procedentes do estudo de uma sociedade viva (ou já desaparecida, porém com registro etnográfico) que, ao serem comparadas com dados arqueológicos, auxiliam a compreensão de aspectos culturais das sociedades que eles estão estudando.

A utilização da analogia etnográfica em estudos arqueológicos vem desde o século XVII, ou seja, quando se verificou que as chamadas *pedras de raio* encontradas na Europa eram semelhantes às lâminas de machados usadas pelos indígenas do Novo Mundo, o que permitiu identificar a verdadeira origem humana e utilidade daquelas peças (Jorge, 1987).

Justifica-se a utilização desta estratégia metodológica para interpretar comportamento das sociedades humanas passadas - objeto de estudo da Arqueologia - pelo fato de que tais sociedades não podem ser observadas e, ao mesmo tempo, esta disciplina trabalha com materiais que pertenceram a grupos os mais distintos e com uma enorme diversidade de arranjos culturais, em diferentes dimensões temporais e espaciais, registrados na face da Terra.

Entretanto, o emprego da analogia etnográfica deve ser conduzido em termos de comparações mais gerais, evitando-se analogias muito detalhadas (Renfrew & Bahn, 1991). Outro condicionante a ser observado é a continuidade cultural entre a sociedade contemporânea e a do passado, ou a existência de semelhanças em termos de ambiente natural e ambiente cultural ou, ainda, de semelhanças entre ambas sob aspectos de subsistência ou sob background ecológico (Sharer & Ashmore, 1979; Renfrew & Bahn, 1991).

Sob tais condicionantes, a aplicabilidade deste recurso em estudos de populações pré-colombianas tem suas vantagens se levarmos em conta que, muitas vezes, conta-se com uma situação de continuidade cultural entre as populações pré-coloniais e as sociedades indígenas historicamente conhecidas (sociedades pré-contato e pós-contato com os conquistadores europeus).

Embora reconhecendo que técnicas alternativas à analogia etnográfica deveriam ser encorajadas Yellen (1977:3) reconhece que esta torna-se quase que imprescindível ao declarar que “... *seria difícil fazer qualquer demonstração sobre modos de vida pré-históricos sem recorrer a tal analogia.*”

Como já se mencionou, a analogia etnográfica pode ser feita através da comparação entre dados arqueológicos e etnográficos. Desta maneira, dependendo de semelhanças demonstráveis entre o ambiente e tecnologias representadas pelo registro arqueológico e o sistema sócio-cultural que está sendo comparado, é possível obter alguns esclarecimentos sobre o comportamento dos grupos humanos do passado. Isto porque através deste recurso busca-se “... *definir relações entre comportamento e cultura material que não são exploradas freqüentemente pelos etnólogos, e averiguar como certas características do comportamento observável podem estar refletidas nos vestígios que os arqueólogos podem encontrar.*” (Kramer, 1979:1).

Por meio da analogia etnográfica infere-se usos de antigos artefatos comparando-os com artefatos semelhantes usados por populações indígenas e, assim por comparações, também infere-se tecnologia ou outras manifestações do comportamento humano do passado, sugeridos na materialização do registro arqueológico. Desta maneira, esta técnica pode envolver procedimentos como um simples levantamento de informações em fontes etnográficas e etnohistóricas que possam sugerir detalhes sobre objetos ou processos arqueológicos até uma pesquisa etnográfica com sociedades contemporâneas, voltada para um problema arqueológico (Watson, 1994).

Diferentes possibilidades de utilização da informação etnográfica em estudos arqueológicos foram agrupadas por Orme (1981) em algumas categorias, das quais destaca-se aqui a Etnoarqueologia e o estabelecimento de modelos etnográficos. A Etnoarqueologia é concebida como o estudo de comunidades contemporâneas do ponto de vista da evidência arqueológica, na tentativa de levantar as conexões entre o comportamento e os seus resultados materiais, tais como distribuição e fabricação de artefatos, práticas de caça, padrões de assentamento.

Segundo Meneses (1983), através da Etnoarqueologia, busca-se superar a distinção existente entre contexto arqueológico (o da documentação) e o contexto cultural do passado (o daqueles espaços relacionados a unidades de conteúdos sociológicos, nos quais as coisas não eram documentos mas objetos). Tal prática requer muita cautela tendo em vista que se fundamenta em fragmentações, perdendo-se assim a perspectiva global da sociedade.

Na utilização da informação etnográfica em estudos arqueológicos como

instrumento para estabelecimento de modelos, busca-se a “... *elucidação de um fenômeno arqueológico particular.*” (Orme, 1981:24). Ou ainda, “... *interpretar as dinâmicas interativas dos páleo-ambientes e páleo-economias humanas em detalhes diacrônico e sincrônico...*” (Binford, 1988, apud Watson, 1994: 687).

Mais particularmente, neste trabalho a evocação da analogia etnográfica tem sua utilidade enquanto um mecanismo auxiliar nas tentativas de se entender aspectos das interações humanas com o ambiente, uma vez que, “... *o conhecimento tradicional das populações indígenas (...) é importante para apontar outros modos possíveis de pensar acerca das interações homem-natureza...*” (Head, 2000:3).

Sob tais perspectivas, buscou-se na literatura etnográfica brasileira levantar alguns exemplos sobre comportamento de sociedades indígenas diante da natureza. Destacando-se exemplos sobre diferentes aspectos buscou-se ilustrar a diversidade de comportamento que pode fundamentar as interações homem e ambiente em sociedades que, se comparadas com as do “mundo capitalista”, poucas transformações impõem aos seus respectivos ambientes.

Convém ressaltar que o gradiente de manipulação ambiental que o homem vem impondo à superfície da Terra,

*“... vai do controle quase total do ambiente, alcançado numa residência com calefação, ar condicionado e vários outros aparelhos, até a influência mínima sobre o meio físico exercida, digamos, pelos indígenas australianos.”* (Drew, 1986: 14).

### 3.2. LITERATURA DA ETNOGRAFIA BRASILEIRA E ARQUEOLOGIA

Na literatura da Etnografia brasileira conta-se com algumas contribuições ao estabelecimento de analogias entre dados etnográficos e dados arqueológicos. Ribeiro (1992), por exemplo, organizou informações etnológicas sobre diferentes aspectos da cultura de sociedades indígenas brasileiras - selecionadas, preferencialmente, daquelas que, devido ao pouco contato com a sociedade nacional, “... *conservam características que as aproximam às de culturas pré-colombianas ...*” (p.113).

A contribuição de Becker (1976) - que reúne informações sobre migrações, assentamentos, aproveitamento dos recursos naturais, sistema de produção, viagens, transporte, entre outros aspectos da vida dos índios Kaingang do Rio Grande do Sul - conforme diz Schmitz na apresentação do mesmo, “...

*nasceu da necessidade de compreender os grupos históricos para poder interpretar a arqueologia da região.”*

Cabe destacar ainda o trabalho desenvolvido por Lavina (1994:2) com o objetivo de

*“...compor uma etnohistória do grupo indígena Xokleng, que habitava a Mata Atlântica, no estado de Santa Catarina, no período colonial e imperial da História do Brasil; a partir deste estudo criar um modelo etnográfico passível de ser usado e testado em pesquisas arqueológicas realizadas na mesma área, em sítios arqueológicos coincidentes com a colonização européia ou anterior a ela.”*

Em síntese, Lavina (1994) busca verificar as possibilidades que a Etnologia oferece para a elaboração de hipóteses sobre as estratégias de ocupação, recursos naturais e o reflexo destes na cultura material dos grupos pré-coloniais que ocuparam a referida área.

Simonian (1975) se reporta a um trabalho que realizou sobre a cultura material do grupo indígena Xokleng, na Reserva Indígena Ibirama, SC, trabalho este que envolveu pesquisa de campo e análise de material etnográfico, com o objetivo de dar suporte ao projeto *Identificação Arqueológica de Padrões de Povoamento e de Subsistência na Região do Alto Vale do Itajaí, SC - Brasil*, que na década de 70 vinha sendo desenvolvido pelo arqueólogo Alroino Baltazar Eble.

Lavina (2002) procurou levantar informações sobre o modo de vida tradicional de grupos indígenas Kaingang - que a partir do século XVII passaram a ser conhecidos como os habitantes do Planalto Meridional do Brasil – a partir de relatos dos primeiros conquistadores europeus e de estudos históricos e antropológicos mais recentes. A seleção de informações sobre aspectos da cultura material, instalação das aldeias, atividades de caça, pesca, coleta, entre outros, foi feita *“com o objetivo de servir como modelo auxiliar na interpretação dos sítios arqueológicos pesquisados durante os trabalhos (...) [na área de implantação] da UHE Quebra-Queixo.”* (Lavina, 2002:253).

### 3.3. AS SOCIEDADES INDÍGENAS E A NATUREZA

Entre as sociedades indígenas brasileiras, cada etnia tem sua maneira própria de relacionar-se com o mundo natural. *“Não há duas sociedades indígenas iguais. Mesmo quando ocupam zonas ecológicas semelhantes, elas mantêm sua individualidade, tanto no plano das relações sociais como no campo simbólico.”* (Ramos, 1986:11). Levando-se em conta o que nos diz esta autora,

os exemplos que seguem constituem, uma pequena amostragem do que pode ser visto num universo de mais de 500 áreas indígenas distribuídas pelo território brasileiro, vinculadas a 200 grupos étnicos que falam em torno de 170 línguas e dialetos (Cunha, 1995; Vidal, 1994).

As sociedades indígenas, diferentemente do que pode acontecer com a nossa sociedade, não são governadas apenas “*por suas necessidades orgânicas ou econômicas.*” (Levi-Strauss, 1970: 21).

De acordo com Ramos (1986), processos produtivos, como caça ou agricultura, entre tais sociedades se apóiam em embasamento cognitivo do meio ambiente, sendo que os seus sistemas de conhecimento são reveladores de “... *elaborados esquemas classificatórios, (...) e de experimentação empírica que diferem da prática científica ocidental mais na forma do que no conteúdo.*” (p.35).

As motivações das sociedades indígenas na construção do conhecimento sobre a natureza não se prendem exclusivamente ao “utilitarismo” como entende a Antropologia Ecológica, nem às “representações” na concepção da Antropologia Simbólica (Giannini, 1994).

A singularidade das características de cada sociedade indígena em se relacionar com a natureza manifesta-se nas mais diferentes esferas da vida social: em seus rituais, cantos, adornos, ornamentos, crenças, xamanismo doenças, tabus alimentares e outras práticas do dia-a-dia. Estas relações são caracterizadas pela maneira pela qual cada uma delas, segundo seus próprios critérios culturais, concebe o universo e a humanidade que dele faz parte (Giannini, 1995).

Ramos (1986:80-81) esclarece que, como em todas as sociedades, nas sociedades indígenas também

*“... existem os intermediários entre o social e o sobrenatural. (...) em linguagem antropológica são chamados xamãs. Em algumas sociedades ser xamã é privilégio de poucos, em outras é obrigação de muitos; em algumas o xamanismo é atividade exclusivamente masculina, em outras ele pode ser também praticado por mulheres. As práticas xamanísticas podem envolver a utilização de substâncias tais como tabaco ou drogas alucinógenas, instrumentos musicais como o chocalho, podem incluir transe, visões, sonhos, experiências sensoriais especialmente induzidas.”*

Da literatura etnográfica brasileira procurou-se primeiramente ressaltar algumas características das relações materiais e simbólicas que as sociedades indígenas mantêm com diferentes elementos do meio ambiente, a começar pelo

que pode ser verificado quanto à delimitação e utilização de seus territórios em termos de obtenção de seus recursos naturais e como também os concebem no plano simbólico.

Assim apresentam-se alguns relatos, extraídos da referida literatura, sobre a vida cotidiana das sociedades indígenas - cuja história mais recuada no tempo confunde-se com a história do povoamento do atual território brasileiro<sup>58</sup>. Estes relatos dão conta, por exemplo, dos territórios, localização da aldeia (proximidades de fontes de alimento - água, fauna e flora), de suas habitações, de fatores que influenciam a seleção do local de moradia, e/ou fontes para obtenção de matérias-primas para a fabricação de artefatos; locais protegidos, abrigados dos ventos, de inundações, de ataques de tribos inimigas e/ou de animais. Também são úteis certas informações sobre suas tecnologias destinadas à exploração de recursos alimentares como pesca e caça, bem como à produção de artefatos, além daquelas que apontam para o conhecimento de espécies vegetais, atividades domésticas, formas de locomoção, rituais, controle sobre a natureza, entre outros.

### 3.4. RELATOS SOBRE A VIDA COTIDIANA DAS SOCIEDADES INDÍGENAS

#### 3.4.1. Território

Tratando da questão do território, entre sociedades indígenas brasileiras, dos séculos XVIII e XIX, Maldí (1997:186) declara que a *“A transformação do espaço em território (...) é um fenômeno de representação através do qual os grupos humanos constroem sua relação com a materialidade, num ponto em que a natureza e a cultura se fundem.”*

A posse de um território pelas sociedades indígenas brasileiras, por exemplo, não se dá somente no âmbito material, mas, é também uma apropriação simbólica (Tassinari, 1995).

No dizer de Ramos (1986:14-15):

*“Tradicionalmente, é muito comum existir o reconhecimento tácito dos confins geográficos dos territórios de caça, de coleta ou de pesca das comunidades que compõem uma dada sociedade ou sociedades vizinhas. Temos, por exemplo, o relato de Irving Goldman sobre os índios Cubeo (Kobéwa), grupo ribeirinho do Alto Uaupés da Colômbia e do Brasil, no noroeste amazônico. O domínio é sancionado por tradições de origem*

---

<sup>58</sup> Sem contar que algumas sociedades indígenas viviam e outras ainda vivem em áreas entre fronteiras do Brasil com as Guianas, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, e Paraguai.

*que narram precisamente de onde vieram os primeiros ancestrais e suas viagens e aldeamentos subseqüentes. É com base nessas tradições que as pessoas podem dizer: **Esta é a nossa terra.***

A estrutura social dos Waiãpi - índios que ocupam uma área da fronteira do Amapá com a Guiana Francesa - é integrada “... *por unidades políticas independentes que se mantêm auto-suficientes economicamente, formando grupos locais autônomos.*” (Gallois, 1981:12). Cada grupo é representado por uma área - delimitada naturalmente por uma bacia fluvial - ocupada por várias aldeias na qual o grupo desenvolve com exclusividade a caça, a pesca e a coleta e estabelece suas roças. Porém cada grupo local não corresponde a “... *uma unidade permanente, pois as famílias que o compõem vivem em constante nomadismo dentro do território, abrindo novas roças distantes e saindo para expedições de caça-pesca e coleta de longa duração.*” (Gallois, 1981:14).

Em termos dos aspectos econômicos, os limites do uso da terra entre os Waiãpi são definidos

*“... pela localização das roças e das aldeias, incluindo-se os sítios antigos para onde os índios retornam regularmente (...). Os caminhos trilhados entre todos os pontos do território são, portanto, significativos para a fixação dos limites da área indígena, pois servem às atividades de subsistência como ao relacionamento entre as comunidades locais.”* (Gallois, 1981:17).

Por outro lado, também são atribuídos significados históricos e religiosos às terras ocupadas pelos Waiãpi, assim é que em diferentes pontos

*“... da floresta existem sinais e marcas do passado, relembrando a presença dos ancestrais. As divisas territoriais reconhecidas pelos índios definem-se associadas a grupos locais específicos ou a outros grupos sobretudo pela existência de capoeiras e aldeias antigas (...). O reconhecimento dessas marcas do passado é perpetuado pela tradição tribal...”* (Gallois, 1981:16).

Referências a um território tradicional podem constar de algum mito tribal, como o dos índios Kaingang - habitantes dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - que se remete a “...*alguns acidentes geográficos característicos do Brasil Meridional, como por exemplo, à Serra do Mar, que se eleva íngreme junto às bordas do Atlântico, à direção dos cursos fluviais, da costa para o interior.*” (Schaden, 1989:111).

Ramos (1990) referindo-se aos igarapés que fazem parte da paisagem na qual estão inseridos os Sanumá - índios Yanomâmi ocupantes de áreas da

fronteira entre o Brasil e a Venezuela - aponta que neles

*“... está inscrita uma Geografia que também é História. (...) esses riachos aparecem assiduamente nos levantamentos de genealogias, nos relatos sobre movimentos de gente, de aldeias, de animais e de espíritos. É como se fossem as veias e os capilares que regam não só de água, mas de memória e significado cultural o corpo prático e simbólico da sociedade Sanumá. Por aí correm notícias de aldeia a aldeia.” (p.28-29).*

Os Coroados - uma das denominações dos índios Kaingang do Rio Grande do Sul, nos séculos XVII e XVIII – produziam marcas em pinheiros para assinalar os limites dos seus territórios. Sobre estas marcas Mabilde (1988:166) diz o seguinte:

*“Por meio de um machado de pedra (...) na casca do pinheiro se imprime ou faz a marca de cada tribo, e ao longo da árvore em direção vertical. Essas marcas são de várias formas e feitios; ora são formadas por uma linha quebrada em ziguezagues duplos encruzados um a direita outro à esquerda, umas vezes em ziguezagues que apenas se tocam à direita e à esquerda, outras vezes com forma de um X mui fechado, outras ainda em quadrilongo, ou como duas linhas paralelas e distantes 4 polegadas uma da outra; umas vezes essas linhas paralelas são unidas no centro por uma linha transversal de 3 a 4 polegadas formando um H, outras vezes as linhas tomam a forma angular de um V e são muitas, formando ângulos paralelos com a abertura voltada para o mesmo sentido, ora para cima, ora para baixo e até o número de oito ângulos. (...). Todas estas marcas são abertas ou entalhadas na casca dos pinheiros e em uma altura de 8 a 10 palmos a contar do solo, tendo em geral as marcas cerca de dois palmos de comprimento. Muitos chefes das tribos subordinadas têm as mesmas, marcas, de tamanho proporcionado, pintadas nas hastes de taquara das suas flechas ...”*

Por falar em marcas, caberia aqui abrir um parêntese para mencionar que os Xokleng *“Quando lhes nasce uma criança, fazem um sinal numa árvore para guardar o lugar do nascimento.”* (Kempf, 1947:30).

#### **3.4.2. A localização, instalação e abandono da aldeia**

Fundamentada em Hames (1983) e Gross (1983), a antropóloga Viertel (1987) esclarece que

*“... o posicionamento de uma aldeia indígena, por exemplo, é um compromisso entre diversos fatores: qualidade de solo para o cultivo, drenagem do terreno em que são construídas as malocas, acesso à caça, peixes, lenha, água potável, proteção contra inimigos humanos e animais, proximidade de vizinhos para obter recursos pelas trocas, asilo político ou cuidados médicos, acesso a material de construção, a plantas medicinais ou decorativas.” (p. 114).*

A localização das aldeias junto a cursos d'água, dependendo do grupo indígena, pode ser motivada por fatores além da proximidade de água potável, de bons portos, locais para tomar banhos, ou outras necessidades materiais, até os de ordem simbólica.

Segundo Baldus (1970) os Tapirapé - conhecidos como os índios que habitam a bacia fluvial do Tapirapé próxima à ilha do Bananal - construíam suas aldeias nas proximidades de cursos d'água encobertos por espessa vegetação, mantendo um trecho aberto que servia como ponto de banho, de bebedouro, de pesca e de lavar a rede-de-dormir. Eles obtinham água limpa e fresca cavando um buraco - próximo da "água envenenada" - de modo que esta ia sendo purificada ao se infiltrar pela faixa de terra que a separava do buraco. Além disso, deixavam a água armazenada nas próprias cabaças em que eram transportadas, por apenas algumas horas.

Outros fatores ecológicos também podem influenciar a escolha do local da aldeia Tapirapé que poderia ser

*"... em local próximo à floresta de galeria, onde eram abertas as roças; à savana, onde se podia caçar com maior proveito durante a estação seca. Procurava-se também um local mais elevado, não sujeito a inundações, e onde houvesse um córrego perene que não secasse na estação seca."* (Wagley, 1988 apud Ribeiro, 1992:131).

Entre as motivações dos Xavante, habitantes do estado do Mato Grosso, para ocuparem áreas próximas de cursos d'água, parece que a principal é de ordem simbólica - as relações que mantêm com o rio é condição primordial para muitos aspectos de sua cultura. O rio principal, e não a disposição do Sol, é o fator de orientação da disposição das casas na aldeia (em forma de ferradura) cuja abertura está voltada para o rio. Em cada aldeia há uma rede de caminhos internos e dois caminhos periféricos, sendo que o principal conduz ao rio, onde vão banhar-se e buscar água. É, também nas proximidades do rio que os homens se pintam para participarem de vários de seus rituais (Giaccaria & Heide, 1972).

Dos relatos de Hans Staden<sup>59</sup> sobre os índios Tupinambá, que habitavam a

---

<sup>59</sup> Hans Staden, um dos viajantes do século XVI, teria sido prisioneiro destes índios - também conhecidos como Tamoio, Tupiniquim, Kaeté, entre outras denominações. Segundo Schmidt (1947:181): "Ao tempo do descobrimento habitavam os Tupinambá o trecho da costa que, além do rio Juqueriquerê - o Copacê das referências primitivas - se estende para o nordeste". O termo Tupinambá também se refere a uma língua - que desde o século XVIII não é mais falada e que seria vinculada à família lingüística Tupi-Guarani (cf. Teixeira, 1995).

costa brasileira na época da conquista, destaca-se o seguinte: *“Edificam suas habitações de preferência em lugares em cuja proximidade têm água e lenha, assim como caça e peixe. Se uma região (sic) se exaure transferem seu lugar de moradia para outro.”* (Staden, [1557]1974:155).

Algumas comunidades indígenas, como a dos Nambikuára<sup>60</sup> – que viviam no vale do Juruena, instalavam suas aldeias em locais mais altos e distantes dos cursos d’água – às vezes, até 1 km do rio mais próximo. Assentados em pontos mais altos podiam avistar o território vizinho, controle indispensável para quem como eles estavam em guerra constante (Roquete-Pinto, 1938).

De modo semelhante os Sanumá, constroem suas aldeias, em terrenos mais altos e afastados dos grandes rios. Tal localização implica em subidas e descidas a pé, por caminhos que podem ultrapassar 45° de declive, acarretando assim esforço físico para os membros da comunidade quando, por exemplo, carregam vasilhames cheios d’água - que é retirada de igarapés ou nascentes, geralmente, distantes das suas aldeias (Ramos, 1990).

Mabilde (1988:144) relata que os Coroados nas áreas dos pinheirais para instalarem suas aldeias

*“... não procuram as margens de algum rio ou arroio para aí estabelecerem-se como fazem outras nações (...) indígenas. Sacrificam a comodidade de ter a água próxima dos seus ranchos para sempre colocarem-se sobre um monte elevado, donde subindo ao alto de alguma árvore podem descobrir tudo, dominando com a vista a vizinhança do alojamento.”*

Em Soares de Sousa ([1587]1987:301), encontra-se um relato sobre os Tupinambá, dando conta de que

*“Em cada aldeia (...) há um principal, a que seguem somente na guerra onde lhe dão alguma obediência (...). Quando este principal assenta a sua aldeia, busca sempre um sítio alto e desabafado dos ventos (...), e que tenha a água muito perto, e que a terra tenha disposição para de redor da aldeia fazerem suas roças e granjearias; e como escolhe o sítio a contentamento dos mais antigos, faz o principal sua casa muito comprida, coberta de palma...”*

Serafim Leite (1938, apud Castro Faria, 1951) transcreve um comentário de Blasques - referente ao ano de 1557 – dando conta de que certos grupos indígenas tinham o costume de mudar de sítio de dois em dois ou de três em três anos, renovando as casas.

---

<sup>60</sup> Grupos indígenas do noroeste do Mato Grosso e sudeste de Rondônia (cf. Montserrat, 1994: 97).

Esta prática é relatada por Claude D'Abbeville ([1614] apud Scatamacchia & Moscoso, 1987/89:45-46) quando fala das aldeias dos Tupinambá:

*"Após cinco a seis anos, pois não costumam ficar mais tempo no mesmo lugar, destroem e queimam a aldeia. E vão edificar outra mais adiante, a uma distância de meia légua pouco mais ou menos, dando-lhe, entretanto, o mesmo nome da precedente. Assim, fazem, segundo afirmam, pela única razão de terem feito o mesmo seus antepassados. Por outro lado, alegam que a mandioca e a batata com que se alimentam (...), em terras novas produzem mais".*

Do mesmo modo Léry (1941[1578]), referindo-se aos Tupinambá também fala da pouca duração de suas aldeias em um determinado local, acrescentando que:

*"Carregam grossos pedaços de madeira e grandes palmas de pindoba para a construção e cobertura de suas casas e mudam as aldeias sem lhes mudarem os nomes o que faz que às vezes os encontramos a um quarto de légua ou mesmo meia légua de distância do lugar em que antes habitavam. (...) E não há Tupinambá que comece um edifício que não possa terminar, fazer e refazer vinte vezes na vida se por ventura chegar à idade viril. E se lhes perguntamos por que mudam tão freqüentemente, respondem apenas que passam melhor trocando de ares e que se fizessem o contrário de seus avós morreriam depressa." (p. 209).*

Comentando que certos grupos Kaingang de São Paulo estabeleciam suas aldeias em locais propícios à caça ou à pesca, Krug (1924:324), diz que quando estas fontes tornavam-se escassas

*"... ou os ranchos ficando imundos e cheios de pulgas, muda-se a aldeia para outro lugar, queimando-se a antiga **ima** depois de pronta a nova. Durante a mudança, que pode levar dias e dias, e até semanas, eles não se apressam muito; achando bastante caça durante o trajeto eles se detêm, armando aqui e acolá **paris** ou **mundéus** [armadilhas], tirando mel das árvores e alimentando-se de frutas silvestres."*

### 3.4.3. A habitação

Carsten & Hugh-Jones (1996), em um trabalho dedicado a casas - não simplesmente no sentido de sua estrutura física, mas às inter-relações entre estas construções, população e suas idéias, fundamentado em informações etnográficas - concluem que elas constituem entidades complexas e multifacetadas, cujas singularidades estão nos significados atribuídos *"... por diferentes povos, em culturas particulares, contextos particulares e condições históricas particulares."* (p.46).

Nos povoados dos grupos indígenas do Uaupés - que ocupam a área da bacia do rio Uaupés, no noroeste do Amazonas *"... atrás da maloca única, haverá*

*sempre uma área batida que a separa, de uns 50 ou 100 m, da mata e preserva da incursão dos animais ferozes.*” (Silva, 1962:174).

Segundo Galois (1981:15) nas aldeias dos índios Waiãpi

*“Além das casas de habitação, há casas de cozinha com grandes jiraus e todos os instrumentos e recipientes necessários; estas construções servem para várias famílias nucleares e nelas se reúnem mães e filhas para preparação dos alimentos.”*

Os Uaupés mantêm, ainda, acampamentos de emergência junto às roças distantes ou às margens dos rios para pernoitarem em ocasiões que empreendem viagens ou quando estão em atividades de pesca (Silva, 1962).

Os Kaingang do vale do Paranapanema, segundo Krug (1924), mantinham poucos utensílios no interior de suas habitações, somente os indispensáveis aos trabalhos da cozinha e da caça, os quais resumiam-se em

*“... uma panela de barro para preparar o alimento, um machado de pedra para partir a lenha grossa ou derrubá-la, um pilão de madeira dura com mó, geralmente de pedra, uma peneira fina, de taquara ou fibra de urtiga brava, um cesto para o transporte do milho (...) algumas lascas de pedra que são utilizadas como instrumentos cortantes...”* (p.324)

No interior das moradias dos índios Cinta Larga, habitantes dos estados do Mato Grosso e Rondônia,

*“... as redes são armadas lado a lado e pelo chão se distribuem uma série de objetos: crânios de caititu, facas e panelas de metal, cestas, cocos de tucumã, penas, fio de algodão, etc. Não é raro que filhotes de cachorros, de patos e galinhas tenham por ali seu abrigo, misturando-se aos restos de instrumentos quebrados, cascas de frutas, espinhas de peixe, ossos que apenas ocasionalmente são removidos. Uma pequena fogueira que aquece o ambiente à noite é usada também para o cozimento dos alimentos.”* (Junqueira, 1984/85: 215).

Roquete-Pinto (1938) comenta que teria visto em uma casa Nambikuára, entre outros, um

*“... utensílio dos que se encontram, com freqüência, nos **sambaquis** da costa do Atlântico: uma pedra com algumas covinhas, onde cabia a ponta de um dedo. Ao lado havia quantidade prodigiosa de pequenas nozes (...), partidas e por partir (...) na Serra do Norte, usam-no apenas, para partir coquinhos.”* (p. 224).

Junqueira (1984/85: 216) observou que no interior das casas dos índios Cinta Larga *“A profusão de coisas pelo chão revela outra característica: indiferença pela conservação dos objetos, sempre ao alcance das crianças e*

*animais domésticos. (...) apenas aos arcos e às flechas é dispensada maior atenção.”*

Por outro lado, pelo que Ehrenreich (1948:35) comenta a respeito das habitações dos índios Karajahi - uma tribo Karaja do Araguaia - o descuido para com as mesmas seria talvez o motivo que os levava a abandoná-las:

*“O lixo é jogado simplesmente no chão, e com o tempo o seu acúmulo se torna insuportável. A bicharia que assim aumenta cada vez mais, principalmente o bicho-de-pé, obriga por fim o homem a abandonar o sítio.”*

Sobre os índios Nambikuára, conta-se com uma descrição de Roquete-Pinto (1938) sugerindo um possível local de descarte de **lixo**

*“Ao redor da habitação, esparsos ou amontoados, ossos partidos, cocos quebrados, favas de jatobá, sabugos de milho, carvão, rebotalhos de alimentação dos moradores, de misturas com utensílios e artefatos inutilizados pelo uso.” (p.223).*

Entre os Kayapó a mulher é a dona da casa, por este motivo são elas que as constroem. Também cabe a elas a feitura dos abrigos de proteção utilizados durante o período em que estiverem acampados, trabalho este que vai desde o roçar de uma área circular até a montagem dos mesmos - com varas, cipós e arbustos (Banner, 1961).

Ehrenreich (1948:34) referindo-se aos ranchos dos Karajahi diz que os mesmos eram *“... levantados nas praias, e formados geralmente de grandes esteiras de fibra de buriti distendidas sobre armações de varas, são dispostos a esmo e sem ordem, como tendas de ciganos.”*

A habitação também pode ter função de cemitério, por exemplo, Baldus (1970) comenta que os índios Tapirapé - como muitos outros grupos Tupi - enterram seus mortos no interior da casa, o mesmo acontecendo com grupos Karaí e Aruak das Guianas, porém, *“... na maioria destas tribos não se costuma continuar a morar na casa em que está a sepultura ...”* como acontece entre os Tapirapé (Baldus,1970:157).

Os índios Kangiti do Alto Purus, segundo Ehrenreich (1948: 101) do mesmo modo enterram seus mortos, no interior da

*“... própria casa, que não é abandonada, (...), de cócoras, junto com as suas armas, objetos de adorno e utensílios de uso diário. Mais tarde, desenterram-se os ossos, pintando-os com tinta de urucu, e suspendendo-os num cesto, acima do fogo. As cerimônias ligadas a este ato iniciam-se com a **dança da cegonha.**”*

#### 3.4.4. A água

As articulações das sociedades indígenas com os rios e lagos, por exemplo, são marcadas pelo que a água significa para cada uma delas, e não se restringe ao plano material. Estas articulações podem estar manifestadas, entre outros aspectos, nas motivações que levam certos grupos a localizar suas aldeias nas proximidades de rios ou de outros mananciais; nas comunicações e transportes através dos rios; consumo de água (para dessedentação, produzir bebidas, cozinhar alimentos sólidos; fabricar artefatos); nas atividades cotidianas e rituais desenvolvidas junto aos rios, lagos; nos banhos (para higiene, lazer e brincadeiras; para funções rituais); nos mitos que, de um algum modo, envolvem água; e assim por diante.

Entre os Sanumá, segundo Ramos (1990), o rio

*“... não é só uma via conveniente de transporte, ele é também a fonte de água para todos os habitantes (...) é local de banho, é cenário de jogos infantis, principalmente, nas minipraias que na seca afloram a quase cada curva do rio. Espaço público por excelência, a beira do rio, nas horas quentes do dia, é muito disputada por magotes de crianças que brincam (...) os adultos demonstram um recato corporal muito acentuado. Nunca nadam por prazer, seu banho é sempre discreto e, de preferência, homens e mulheres que não são casais evitam-se uns aos outros na hora do banho, geralmente à tardinha.” (p.58).*

Entre os Waiãpi há critérios para a abertura de roças, entre os quais destacam-se o da exigência de ter *“...proximidade do rio ou igarapé, e acesso fácil aos mesmos, isto é, bons portos ...”* (Gallois, 1981:19) Referindo-se aos índios do Uaupés, Silva (1962) menciona que próximo de suas habitações além dos caminhos comuns havia o caminho do porto.

Um Xavante vai ao rio várias vezes ao dia, onde nada e toma seu banho, porém este, não é só um ato de higiene, pois a água, também, encerra valor simbólico. O contato do corpo com água, por exemplo, é eficaz, para: - impedir a fecundação, se uma mulher teve relações com vários homens, numa festa vinculada à vida e à fertilidade; - fazer chover, se o banho for efetuado pelo “senhor da seca” (uma das atribuições que certos membros Xavante recebem) - curar doenças, quando há um doente em estado grave; - aliviar o cansaço, que para os Xavante é uma doença (Giaccaria, 1978).

As crianças Xavante participam de vários jogos que se desenvolvem dentro do rio, num destes, por exemplo, *“... se jogam juntas na água fazendo piruetas e competindo para ver quem resiste mais debaixo da água (...). Quando*

*se jogam na água, os meninos devem ter as pernas abertas, e as meninas, ao contrário, fechadas.*” (Giaccaria & Heide, 1972:133).

Entre os Nambikuára o banho no rio podia fazer parte dos preparativos de suas pinturas corporais que aplicavam nas suas festividades (Roquete-Pinto, 1938). Os Marubo, índios habitantes do estado do Amazonas, dispensam cuidados especiais à higiene corporal, por exemplo, o banho precede as três refeições diárias, e está relacionado a outras esferas da organização social: o visitante para entrar numa casa banha-se, como também os convidados de uma festa social antes de entrarem na casa anfitriã (Melatti, 1987a).

Os índios Kayapó que ocupam a área do médio Xingu, quando se dirigem ao rio para tomar banho, não o fazem somente por medidas de higiene, mas também porque o consideram como um “... *lugar de bom divertimento. (...) banham-se várias vezes por dia, as mulheres todas as vezes que vão buscar água nas pequenas vasilhas. (...), o banho não é tanto para lavar o corpo, como para esfriá-lo.*” (Banner, 1961:29).

A aplicação de banhos no rio ou em outros locais, por ocasião de um parto, é muito comum, entre as sociedades indígenas. Por exemplo, entre os índios Xavante logo depois que uma criança nasce, ela “... *recebe o seu primeiro banho: imediatamente depois de cortado o cordão umbilical, o recém-nascido é levado ao centro da casa e recebe abundante ducha de água fria, obtida no rio. (...) servia para fazê-la crescer forte e bela.*” (Giaccaria, 1978:97).

Os rituais funerários dos índios Bororo, habitantes do estado do Mato Grosso, incluíam banhos, porém, estes eram realizados muito tempo depois da morte de uma pessoa, nos quais descarnavam “... *os ossos alguns meses apenas após o enterramento, colocando-os num cesto que é mergulhado nas águas de um lago próximo da aldeia.*” (Chiara, 1978-257).

Os índios Kaingang, depois de enterrarem o morto, voltam e “*Limpam bem a casa e dançam dentro dela, para a alma não voltar, porque especialmente se o morto era casado, o perigo é grande que ele volte para buscar a mulher ou qualquer outro parente ou conhecido. Para evitar isto os que tomaram parte da cerimônia se lavam com um cozimento de folhas.*” (Nimuendajú, 1993:64).

Porém, nem todos os grupos indígenas vão ao rio tomar banho, nadar, brincar ou por outros motivos. Os índios Asurini, que habitam áreas junto ao igarapé Ipiaçava - margem direita do médio Xingu -, por exemplo, temem os

grandes rios e por isso só tomam banho com cuias e preferem beber a água retirada das cacimbas e dos pequenos igarapés (Ribeiro, 1982).

Um exemplo da estreita vinculação com um sistema aquático é aquele que teria sido vivenciado pelos índios Paumari - índios habitantes dos estados do Amazonas e do Acre, – que morando em uma casa-balsa, “... outrora vagueavam por todo o médio Purus, [este viver] constitui um dos documentos que melhor ilustram o alto grau de especialização atingido por esse grupo, completamente adaptado, do ponto de vista econômico, ao gênero de vida fluvial e lacustre.” (Castro Faria, 1951:25).

Entre os Xavante, há homens encarregados de tarefas precisas em certas festas e funções, recebendo denominações como o dono da anta, o dono dos queixadas, o dono das águas correntes, o dono do tempo. O dono do tempo, por exemplo, durante a seca não pode lavar-se, pois se o fizer choverá e, para avisar que o tempo da seca acabou, coloca na frente de sua casa um poste e vai tomar banho, joga água para o alto pedindo que a chuva venha (Giaccaria & Heide, 1972).

Os índios Krahó, habitantes do estado do Tocantins, estão divididos em vários pares de metades, como as metades sazonais: Wakmeye - ligada simbolicamente à estação seca, época em que dirigem a aldeia, e a metade Katamyé à estação chuvosa, os dirigentes nessa estação (Melatti, 1978).

Os Xavante distinguem a água corrente (dos grandes rios - **água viva**) da água parada (dos grandes lagos - **água morta**). Ambas são povoadas por espíritos, porém, nos rios habitam os bons, e nos lagos os maus. A água viva, que faz parte da maioria dos ritos Xavante, é fonte de vida, força e beleza (Giaccaria, 1978).

Referindo-se aos índios Kaiapó, Lukesch (1976:59) comenta que em suas concepções de mundo “... sempre reaparece um relacionamento entre o elemento água e o povo Kaiapó, que para eles representa a própria humanidade.”

Entre os índios Krahô, a água é classificada em dois tipos: a água corrente de riachos e as águas paradas de enchente ou de chuva, sendo que na água corrente foi criada a primeira mulher (Chiara, 1978).

Os índios Karajá, habitantes dos estados do Mato Grosso e Tocantins, “... vivem praticamente do rio (acreditam que são descendentes de entidades fluviais), sendo excelentes canoieiros.” (Laraia, 1995:283).

Da mitologia de algumas sociedades indígenas do Brasil, constam lendas do dilúvio, por exemplo, os Kaingang relatam que: *“Em tempos imemoráveis deu-se um dilúvio que cobriu a terra inteira, habitada de nossos antepassados. Somente o cume da serra Krinjinjimbé (Serra do Mar) sobressaía das águas diluviais.”* (Becker, 1976:279).

Referindo-se ao mito da origem da tribo Ticuna - ou Tükúna que ocupam áreas do Peru e, no Brasil, do estado do Amazonas - Almeida (1993) comenta que a aldeia Vendaval por *“Sua posição geográfica é também bastante importante, estando localizada onde o igarapé São Jerônimo encontra o rio Solimões. Este igarapé é de grande importância para os Ticuna, já que através dele pode-se chegar ao local mítico de Évare, onde o povo Ticuna foi criado pelos heróis Yoi e Ypi ...”* (p.88).

#### **3.4.5. O conhecimento de espécies vegetais**

Pelo que relata Carneiro (1987), os índios Kuikúro - do Brasil central, habitantes das proximidades do rio Culuene, na bacia do Alto Xingu - demonstram um conhecimento detalhado e preciso da floresta que utilizam de várias maneiras. De suas inúmeras espécies de árvores retiram madeira, casca, seiva, resina, raízes, ramos, folhas e frutos.

Cavalcante e Friel (1973, apud Ribeiro, 1992) - durante um levantamento das espécies florísticas utilizadas por índios do tronco lingüístico Karib - coletaram mais de 400 espécies de plantas, das quais umas 300 seriam medicinais, exemplificando assim o alto grau do conhecimento indígena da flora medicinal.

Entre algumas sociedades indígenas que ocupam terras banhadas pelo rio Uaupés, os pajés buscavam a cura de doenças utilizando ervas e aplicando banhos terapêuticos (Silva, 1962).

Cooper (1987:112), referindo-se ao mate (gênero *Ilex*), diz que:

*“Ao tempo dos primeiros contatos com os brancos, o mate, segundo fontes disponíveis, parece ter sido usado principalmente (...) pelos Guarani da região banhada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai (...). O mate era consumido com duas finalidades básicas: como erva curativa e, por parte dos xamãs, como meio de entrar em comunicação com os espíritos.”*

Certos vegetais também são usados para tontear os peixes para capturá-los, sem que haja algum inconveniente no consumo dos mesmos. Segundo Melatti (1987), na América do Sul são conhecidas umas 60 espécies destes

vegetais, que lançados na água entorpecem peixes; no Brasil Central e Meridional, as mais utilizadas são as Sapindáceas, às quais “... *cabem particularmente os termos timbó ou tingui, sendo inadequado o uso desses termos para denominar os venenos derivados de vegetais de outras famílias.*” (p.153).

A respeito da utilização de entorpecentes usados em pescarias dos Tupi, Schmidt (1947), citando Vasconcelos (1864), comenta que as flechas destes índios eram embebidas com timbó, com raiz de *mangue* e outros.

O uso do timbó em pescarias indígenas é muito comum, como entre os índios Kampa - que no Brasil estão no estado do Acre - cuja pesca é uma atividade comunal, desenvolvida na desembocadura de igarapés. Também capturam peixes com anzol e, às vezes, com tarrafa ou armadilhas. Na época da seca, mergulham e físgam os peixes localizados nos poços mais profundos. (Gonçalves, 1991).

Os Kayapó também pescam com timbó nos igarapés, segundo Petreire Júnior (1990:7)

*“Com um pedaço de pau pesado, entraram no igarapé e começaram a bater com força nos feixes de timbó e a mergulhá-los na água de vez em quando. (...) Aproximadamente quatro horas após o início da **bateção**, os peixes menores começaram a boiar (...). Os maiores puderam ser capturados com arco e flecha, ou somente com a flecha (...) ou ainda simplesmente apanhados com a mão, pois estavam atordoados, mas não mortos.”*

Melatti (1987:153) fala do uso de venenos de origem vegetal empregados nas caçadas, denominados de curare, porém, destaca que “... *existem tantos tipos de curare quantas são as tribos que os preparam. Há aqueles constituídos de um só elemento e outros mais complexos. Há os duros, os de consistência pastosa e os líquidos.*”

De acordo com Biocca (1954:167, apud Melatti, 1987):

*“O animal ferido pela flecha envenenada com curare se imobiliza rapidamente. (...) A morte se produz por asfixia, pois a paralisação impede o animal de respirar. O animal assim morto pode ser consumido sem perigo, pois o curare praticamente não é absorvido por via digestiva.”*

#### 3.4.6. A caça

Comentando sobre a tecnologia de subsistência, relatadas em monografias etnológicas, Ribeiro (1992) ressalta que a despeito da introdução de ferramentas de metal as técnicas continuam sendo as mesmas de tempos

passados, apontando entre outros exemplos, nas da caça e pesca que se baseiam “... no conhecimento dos hábitos alimentares da fauna e dos locais onde pode ser encontrada.” (p.21).

Entre os Tupinambá a caça deveria ser prática habitual, pois segundo Staden ([1557]1974:159)

*“Para onde quer que vão, seja no mato ou na água, sempre levam consigo arco e flechas. Quando andam pela floresta, voltam o rosto fixamente de tempos em tempos para o alto das árvores. Percebendo algum indício de pássaros grandes, macacos ou outros animais, que nelas vivem, dão-lhes caça, esforçando-se por atirá-los e perseguem-nos até conseguí-los. Raras vezes vem de mãos vazias aquele que vai à caça.”*

Os Suruí, índios habitantes de áreas situadas nos estados de Rondônia e do Mato Grosso, empreendem caçadas coletivas que implicam em excursões mais longas a locais de caça mais abundante, onde instalam um acampamento provisório, lá permanecendo por uma semana ou mais. Nesses acampamentos assam a carne no moquém para levá-la para a aldeia. Eles conhecem os hábitos dos animais, dos locais de caça, tais como os ruídos que emitem, os esconderijos, os alimentos preferidos. Identificam as pegadas dos animais, além de outros sinais da presença destes, como o cheiro no ar e as marcas deixadas pelos dentes de uma vara de porcos-do-mato (Coimbra, 1985).

Os índios do Uaupés “... observam os bebedouros dos animais (os locais onde estes vão tomar água) e os lugares na floresta onde vão comer frutas, observam as pegadas nas proximidades destes locais (...) onde ficam de tocaia sem fazer barulho.” (Silva, 1962:243).

Conforme Junqueira (1984/1985), entre os Cinta Larga, os caçadores se dispersam num raio de distância média que não ultrapassa 10 ou 15 km, sendo que

*“No reconhecimento da mata que fazem durante as excursões, localizam não apenas os alimentos que consomem mas também as espécies preferidas de alguns animais (...) Para pegar tucano, por exemplo, constroem pequenos abrigos no ponto mais alto do tronco da fruteira, onde aguardam pacientemente a chegada do pássaro. Na orla da floresta, nas capoeiras, nas roças, erguem-se as cabanas de galhos, de palmas, usadas para surpreender passarinhos. É a atividade cotidiana da primavera, apreciada pelos homens e que serve de treino aos meninos.”* (p.221).

Dependendo das estações, diferentes modalidades de caça são praticadas pelos Waiãpi, como por exemplo, as caçadas individuais ou em grupos de dois ou três que voltam no mesmo dia, depois de percursos de 10 a 20 km; as

expedições familiares de caça e pesca, efetuadas na estação seca e que consomem um ou dois dias de viagem, permanecendo vários dias acampados; expedições mais distantes, cujas viagens levam vários dias até atingirem suas “reservas faunísticas”, onde permanecem por semanas (Gallois, 1981).

Kempf (1947, apud Lavina 1994:57) faz referência aos acampamentos de caça dos Xokleng, nos quais *“Permanecem acampados na mesma região por três meses ou mais, conforme a abundância de caça. Nas migrações as mulheres são obrigadas a carregar todos os trastes e utensílios.”*

Embora praticassem cultivo, a caça para os índios Coroados de Minas Gerais era crucial, pelo que relata Freireyss (1902: 243):

*“Os lugares habitados, estão sempre, muito distantes um do outro até a várias horas de marcha e nunca são inteiramente fixos, apesar de que os Índios, as vezes, cultivam o milho. Mesmo onde isso é o caso, deixam eles as suas cabanas para viajarem durante meses em caçadas pelas matas, único lugar que eles amam. (...) É a caça que lhes fornece a alimentação principal; menos importante, pelo menos neste lugar, é a pesca.”*

Banner (19661:12) relata que entre os índios Kayapó

*“Antes de começar qualquer festa, os homens vão caçar, deixando no acampamento somente as mulheres, crianças e alguns velhos. Voltam depois de 2 ou 3 semanas trazendo abundância de carne e peixe, moquiados, salvos os jabotís que transportam vivos, amarrados em varas de 10 até 20 jabotís, um peso que somente os mais fortes podem carregar.”*

Uma caça praticada com fins rituais, foi verificada entre os Xokleng, na qual o pai de um recém-nascido ia caçar e só retornava quando dispunha de caça suficiente para realizar uma festa, durante a qual depois de cumpridos certos rituais, a criança recebia seu nome (Henry, 1964, apud, Lavina, 1994).

#### **3.4.7. A pesca**

A pesca entre as sociedades indígenas, pode ser observada sob os mesmos aspectos apontados para a caça - técnicas empregadas, locais explorados, prática individual ou coletiva, conhecimentos sobre os hábitos dos animais.

Os Cinta Larga pescam a qualquer hora do dia junto à beira do rio com anzol ou flecha, porém

*“Conseguem peixes um pouco maiores indo de canoa até o meio do rio; mas quantidades significativas, encontram-se apenas em locais distantes, nos poções situados rio abaixo ou rio acima. Essas pescarias são mais*

*demoradas; são viagens que deslocam mais de uma família. Não raras vezes, acampam no local mais promissor e por vários dias se fartam de peixe.” (Junqueira, 1984/85: 220).*

Segundo Malier (1967, apud Ribeiro, 1992:122), os

*“... hábitos alimentares dos peixes, determinam a colocação de armadilhas entre as pedras da cachoeira, nas margens dos rios, lagos, igapós e igarapés e, ainda, a pesca com anzol, arpão e arco e flecha, além do timbó, (...) nos locais em que não há grande movimentação de águas durante as vazantes.”*

No alto Xingu certos grupos indígenas, segundo Ribeiro (1992:123), dedicam-se intensivamente à pesca

*“...caçando apenas certas espécies de macacos e certas aves. Essa circunstância - embora justificada culturalmente por tabus e em termos simbólicos pela cosmologia - se deve à excepcional abundância pesqueira da área, principalmente durante a estação seca.”*

Para muitos grupos indígenas a pesca é uma atividade importante. Muitos deles dispõem de estratégias para não prejudicar esta fonte de alimento. Por exemplo, os Wanâna, um dos vários grupos indígenas que ocupam áreas da bacia do rio Uaupés, no estado do Amazonas - fronteira com a Colômbia - segundo Chernela (1987:241) eles

*“... conhecem perfeitamente a relação existente entre as características biofísicas de seu meio ambiente e os ciclos de vida dos peixes. Mais ainda, estão conscientes do papel crucial desempenhado pela floresta ciliar na provisão de fontes alimentares que sustentam (...) [os peixes]. Enquanto os cientistas apenas recentemente reconheceram a importância da mata adjacente para a subsistência dos peixes, os Wanâna jamais permitiram sua derrubada, para evitar justamente o declínio da fauna pesqueira.”*

Os índios Desâna - que estão localizados junto ao rio Tiquié, no estado do Amazonas - também procuram garantir a sua pesca, uma vez que *“No território fluvial de cada aldeia existem locais de desova conhecidos e vigiados pelos habitantes.”* (Ribeiro, 1995:173).

Estudos sobre os Kayapó, revelaram que, além de conhecerem o comportamento dos peixes em termos de migração e de cruzamento, eles também dispõem de um extenso inventário das espécies encontradas nas áreas em que pescam (Posey, 1987).

Entre os Xavante a pesca também é uma atividade coletiva - ocorrendo principalmente no final da época da seca e no decorrer do período da chuva - sendo precedida de um ritual. Tanto os jovens (não iniciados nos segredos da

tribo) quanto as mulheres só podem participar desta atividade a partir do segundo dia de pesca (Giaccaria & Heide, 1972).

Os Tapirapé praticam a pesca principal entre os meses de junho a outubro, época em que - devido ao rebaixamento das águas - os peixes aglomeram-se em determinados trechos dos pequenos rios e lagos, ficando encurralados naturalmente ou artificialmente (neste caso pelas tapagens feitas pelos índios, paus ligados por travessas e revestidos de folhagem). Eles envenenam os peixes com um cipó [timbó?] que só mata os pequenos (Baldus, 1970).

Entre os Kayapó há uma entidade mítica na forma de “... *um grande peixe elétrico mítico **Mry Kaák**, o originador e protetor dos peixes (...)* Durante expedições de pesca, receiam pronunciar seu nome para evitar atraí-lo.” (Petrere Júnior, 1990:8).

A pesca, da mesma maneira que muitas outras atividades dos Kayapó, é praticada em grupos. “*Enquanto um homem lança a tarrafa, outros remam ou limpam o pescado. Enquanto alguns homens cortam o timbó na mata, outros o **batem** na água...*” (Petrere Júnior, 1990:8).

É costume entre os Kayapó matarem “...*arraias com a ponta do varejão, quando estão navegando de canoa. Dão-nas aos velhos para comer, juntamente com peixes elétricos em geral.*” (Posey, s/d, apud Petrere Júnior, 1990:8).

Os índios Waiãpi têm técnicas de pesca diversificadas e conforme Gallois, (1981:24)

“... *raramente utilizam arcos e flechas para pescar, a não ser no Nípuku, onde no verão as grandes lajes de pedra descobertas permitem essa operação. Com armadilhas (...)* pescam somente em pontos específicos como no baixo curso do Nipuku e do Aimã. Pescam raramente com timbó (...), apesar de constituir uma atividade tradicional do grupo.”

Além de conhecerem os hábitos alimentares, reprodutivos e migratórios dos peixes, os Kayapó têm noção dos efeitos das enchentes sobre os estoques (Petrere Júnior, 1990:10).

Os Kayapó preservam o pescado excedente salgando-o, sendo que no passado o sal era retirado das cinzas de palmeiras; outros processos utilizados envolviam, por exemplo, a defumação e o moqueado. Este último é um processo para a armazenagem da pesca que segundo Petrere Júnior (1990:8) começa com

*“... uma grande fogueira, onde são colocadas pedras para aquecerem. Quando o fogo se apaga, cada peixe ou um grupo deles é embrulhado em folhas de palmeira cuidadosamente trançadas, colocados sobre e/ou entre as pedras, e cobertos com areia grossa do rio, aproximadamente por 24 horas.”*

Ribeiro (1992:121) remetendo-se à pesca em ambientes litorâneos, destaca os estudos de Balée (1984) - sobre as causas ecológicas das guerras entre os antigos Tupi - procurando demonstrar que

*“... certos recursos faunísticos do oceano, bem como as férteis florestas costeiras constituíam os despojos das guerras pré-colombianas” (Balée, 1984:248). Esta seria também a razão pela qual os Tupinambá e outros grupos de língua Tupi expulsaram os não-Tupi (ou Tapuia) do litoral (p. 248-249). As guerras entre grupos costeiros são explicadas por Balée pelas tentativas de acesso ao peixe parati (*Mugil brasiliensis*) durante suas piracemas anuais, desovas estas ocorridas nas desembocaduras dos rios que vertem suas águas no oceano. Peixe moqueado e pisado no pilão seria um item do comércio inter-tribal no período pré-colombiano entre grupos litorâneos e interioranos, sucedâneo da guerra, em alguns casos, ou amortizador do conflito aberto (p.258-259).”*

Apoiando-se em relatos dos cronistas do século XVI, Hans Staden, [1557] e Jean de Léry [1578], Schmidt (1947:181) comenta que na pesca dos Tupinambá

*“As flechas e as redes, além da linha e do timbó, eram os seus processos e os seus recursos (...). A vista aguda e a rapidez dos movimentos permitiam-lhes que, das praias ou das **costeiras**, ou ainda dos bordos das canoas, flechassem os peixes saídos fora d’ água ou que nadassem à pequena profundidade. Ferido o peixe, mergulhavam no seu encaço e traziam-no de volta.”*

Léry ([1578]1941), que esteve em contato com os índios Tupinambá, comenta que estes índios usam flechas para pescar, acrescentando que

*“... assim fazem com todos os peixes visíveis dentro d’água. Cabe observar que (...) tanto os homens como as mulheres sabem nadar e são capazes de ir buscar a caça ou a pesca dentro d’água (...). Também os meninos apenas começam a caminhar já se metem pelos rios e pelas praias, mergulhando como patinhos.” (p. 148).*

Em Schmidt (1947:181), encontra-se o seguinte relato de Hans Staden, [1557] sobre a pesca de rede efetuada pelos Tupinambá, que habitavam o local onde hoje se encontra Ubatuba, São Paulo,

*“Também têm pequenas redes, que fabricam com uma espécie de fio tirado de folhas compridas e pontiagudas, a que chamam **tucum**. Quando querem servir-se de tais redes, reúnem-se em um lugar, onde a água não seja profunda, e começam a batê-la; o peixe espantado, embaraça-se então nas redes, e aquele que mais peixe apanhar divide com os outros.”*

### 3.4.8. A coleta

Informações sobre a coleta de moluscos e outros frutos do mar como polvos, lagostins e caranguejos, praticada pelos índios Tupinambá que viviam na costa brasileira no século XVI, constam dos relatos de Gabriel Soares de Souza ([1587]1987). Este viajante impressionado com o tamanho das ostras coletadas neste território diz que

*“As mais formosas (...) são as do Brasil; e há infinidade delas, (...) estão sempre cheias, e têm ordinariamente grande miolos; (...); as boas se dão dentro da vasa no salgado, e pelos rios onde se junta a água doce ao salgado se criam muitas na vasa, (...) E há tantas ostras na Bahia e em outras partes, que se carregam barcos delas...”* (p. 291).

*“Nos mangues se criam outras ostras pequenas, a que os índios chamam leri-mirim, e criam-se nas raízes e ramos deles até onde lhes chega a maré de preamar; as quais raízes e ramos estão cobertos destas ostras, que se não enxerga o pau, e estão umas sobre outras; as quais são pequenas, mas muito gostosas; e nunca acabam, porque tiradas umas, logo lhes nascem outras; e em todo o tempo são muito boas e muito leves.”* (p. 292).

Fernão Cardim que viveu no Brasil entre os séculos XVI e XVII do mesmo modo ficou impressionado com a coleta de ostras, dizendo que

*“... algumas delas são muito grandes, e têm o miolo como uma palma da mão; nestas se acham algumas pérolas muito ricas; em outras mais pequenas também se acham pérolas mais finas. Os índios (...) antigamente vinham ao mar às ostras, e tomavam tantas que deixavam serras de cascas, e os miolos levavam de moquem para comerem entre ano; sobre estas serras pelo decurso do tempo se fizeram grandes arvoredos muito espessos<sup>61</sup>, e altos, e os Portugueses descobriram algumas, e cada dia se vão achando outras de novo, e destas cascas fazem cal ...”* (Cardim, [1583?]1997:144)

Léry ([1578]1941:97) comenta que os Tupinambá coletavam em *“...pequenas ilhas desertas nas quais entre outras coisas existem ostras saborosas e grandes. Os selvagens mergulham e trazem de volta grandes pedras com uma infinidade de ostras ...”*. A coleta de outras espécies de moluscos também consta dos relatos de Gabriel Soares de Souza [1587] falando da *“... infinidade de mexilhões, a que os índios chamam sururus ...”*, dos berbigões encontrados *“... nas praias de areia, a que os índios chamam sernambitinga, (...); comem-se abertos no fogo, e são mui gostosos, e também crus ...”* dos mariscos

*“... a que os índios chamam guaripoapém (...) os quais são tão compridos como*

---

<sup>61</sup> Trata-se de uma referência aos sambaquis.

*um dedo e mais, da mesma grossura, e têm um miolo grande e mui gostoso, que se come aberto no fogo...*” (Soares de Souza, 1987: 293)

Dos relatos de Gabriel Soares de Souza, destacam-se ainda as informações sobre a coleta de caranguejos, que

*“... os índios chamam uçás, os quais são grandes e têm muito que comer (...) se criam na vasa, entre os mangues, de cuja folha se mantêm (...); e como desovam pelam a casca, assim os machos como as fêmeas, e nasce-lhes outra casca por baixo; (...) os quais se querem antes assados que cozidos. (...) saem das covas de lama, onde fazem a sua morada, do tamanho que hão de ser; das quais covas os tiram os índios mariscadores com o braço nu; e como tiram as fêmeas fora as tornam logo a largar para que não acabem, e façam criação. (...) e não há índios destes que não tome cada dia trezentos ...”* (Soares de Souza, [1587]1987:289)

*“... os tupinambás (...) se de noite não têm com que pescar, se deitam na água e como sentem o peixe consigo, o tomam às mãos de mergulho; e da mesma maneira tiram polvos e lagostins das concavidades do fundo do mar, ao longo da costa.”* (Soares de Sousa, [1587]1987: 314).

Quanto à coleta de espécies vegetais, Giaccaria & Heide (1972:63) dizem que entre os Xavante ela *“... constitui uma das principais atividades e tem uma importância de primeira ordem ...”*, pois dedicando-se à caça durante cinco a seis meses durante o ano, e dependendo de presas variáveis e incertas a *“... coleta dos produtos da floresta permite aos índios contar com recurso alimentar constante, seguro e de alto valor nutritivo, por causa dos açúcares e vitaminas.”* Entre os produtos da coleta destacam-se

*“... tubérculos, raízes, rizomas, brotos e frutos selvagens. Os tubérculos e os frutos são encontrados geralmente no mato. A palmeira é uma planta muito importante para os Xavante, porque fornece vários produtos comestíveis: o coco, do qual se come a polpa, a semente e também os brotos.”* (p.64).

Simonian (1975: 24) comenta que os Xokleng ingeriam frutas cruas, as quais eram *“... consumidas em abundância. Não desdenhavam espécie alguma - coletavam palmito, do qual também aproveitavam a seiva ...”* Acrescentando mais adiante que *“O pinhão era considerado como uma dádiva. Comiam-no cru, cozido, assado, em conserva. E dele também faziam farinha.”* (p.25)

O principal alimento dos Coroado também era o pinhão, que comiam assado, segundo notifica Mabilde (1866:125), dizendo ainda que:

*“Quando chegam os meses de maio, junho e julho, quando as pinhas estão bem maduras (...) sobem nos pinheiros e, com uma taquara, desprendem as pinhas, fazendo-as caírem no chão. As mulheres juntam as pinhas em cestos que carregam às costas para um lugar areento e úmido, onde são*

*enterradas. Assim as conservam para comerem nos meses em que aquela fruta falta nas árvores.”*

Entre os Waiãpi, a coleta de vegetais destina-se à complementação da dieta alimentar, sendo neste caso determinada pelas estações e o produto pode ser consumido no local ou levado para a aldeia. Além disso, também coletam para a fabricação de utensílios e de adornos, aproveitando madeiras como o “... pau d’arco, paira e o kaisu, a paxiúba, enviras, sementes, resinas e colas como o jitaí [jataí] (...), cipós, folhas de palmeiras e tinturas como o jenipapo. Além destes itens acrescenta-se importante repertório de plantas medicinais.” (Gallois, 1981:24).

Mabilde (1988:155) relata que os Coroados - nos preparativos de determinadas festas realizadas, por exemplo, por motivo de vitória contra inimigos - “... derrubam alguns jerivazeiros (planta da família das palmeiras) das quais extraem um líquido com o qual preparam um licor ...”

E porque não pensar na possibilidade de colherem flores. Por exemplo, Diniz (1969) - referindo-se aos Yanomami do médio rio Catrimâni, no estado de Roraima - comenta que “As mulheres têm furos auriculares, no septo nasal, no canto do lábio inferior e nos ângulos da boca. Neles introduzem (...) penas de aves ou flores.” (p.7).

Certas espécies vegetais são coletadas como matérias-primas para a produção de artefatos, como redes de pesca e de dormir, itens para construção de suas casas, cestaria, canoas, pilões, tintas etc.

As atividades de coleta entre as sociedades indígenas, também, estão voltadas para outras fontes fornecedoras de alimentos. Por exemplo, os Suruí, além dos vegetais, coletam larvas e insetos que fazem parte da sua dieta alimentar, bem como exploram o mel silvestre, produzido por várias espécies de abelhas (Coimbra, 1985b). E entre os Karajá a cera de abelhas silvestres que é “... conservada em forma de grandes discos da grossura duma polegada, tem sua serventia na indústria indígena como matéria colante.” (Ehrenreich. 1948:40).

#### **3.4.9. Atividades domésticas dos adultos e atividades das crianças**

Em várias sociedades indígenas cabe à mulher abastecer de água a unidade doméstica. Entre os Makuxi, cabe a mulher não só carregar água como também lenha, sendo raríssimo o homem executar essas tarefas consideradas femininas (Diniz, 1972).

Entre os Kampa a água é muitas vezes retirada do rio pelas mulheres, mas as meninas também buscam água e preparam a refeição matinal. Ao cair da tarde, antes de se reunirem para a última refeição do dia, vão ao rio tomar banho e se pintar (Gonçalves, 1991).

As índias Kayapó, entre seus afazeres diários, aplainam o chão no interior das casas, desenrolam as esteiras, tiram os pilões e as toras de taquaruçu nas quais armazenam a água que trazem do igarapé, onde também tomam banho (Banner, 1961).

Em algumas comunidades indígenas, os homens vão buscar argila - para a produção de cerâmica - em locais próximo de rios, ou mesmo no fundo destes. Os Waurá - habitantes do estado do Mato Grosso, área do Xingu - por exemplo, na época em que o nível das águas fica mais baixo, no verão, mergulham no rio, até o fundo d'água, onde coletam barro (Lima, 1950).

Entre os índios do Uaupés, também cabe

*“... ao homem procurar argila. (.....) que se encontra em estratos compactos (...) nas margens ou no leito dos cursos de água. Extraem a argila com o auxílio de lascas de madeira, em camadas finas, e conservam-na em lugares úmidos e bem cobertos de folhas.”* (Silva, 1962:180).

Segundo Lanna (s/d: 26), entre os Suyá - que viviam constantes deslocamentos em áreas do Xingu - o homem desempenha suas atividades sob diferentes formas, por exemplo, ele

*“... faz a roça sozinho, pesca e constrói a canoa com companheiros de seu grupo de residência (...) O produto do trabalho do homem é orientado para sua família elementar preferencialmente (...) Se ele pescar um pouco mais do que o necessário para abastecer a sua família, distribuirá o excedente por outros grupos familiares. É importante acrescentar que o peixe é distribuído cru, produto masculino e não cozido, ou moqueado, resultado do trabalho da mulher.”*

Simonian (1975:14) relata que entre os Xokleng a produção de artefatos com material lítico era tarefa masculina, sendo que

*“Além das pontas de flecha, que eram feitas de sílex, quartzo (...) os Xokleng utilizavam-se de outros instrumentos líticos. Entre estes podemos listar a mão de pilão; seixos para batedores, para alisar cerâmica, (...); machados; facas ...”*

O trabalho de tecer cestos - que tomava bastante tempo dos Xokleng na época em que o pinhão podia ser colhido - era atribuição masculina: “O homem é

*que se encarregava de todas as tarefas, desde a preparação da matéria-prima, até o acabamento final. Utilizavam como matéria-prima a taquara mansa.*” (Simonian, 1975: 43).

A divisão de trabalho, em certas sociedades indígenas também é feita em termos de idade, por exemplo, entre os Tükúna cabe às crianças buscar a água para o abastecimento e consumo doméstico (Oro, 1977).

Este também é o caso dos índios Gavião - habitantes do estado do Pará - em cuja sociedade as crianças são encarregadas de trazer a água, rachar a lenha, limpar as habitações e ajudar no preparo dos alimentos (Arnaud, 1964).

Os meninos Suruí a partir dos 6 a 8 anos já começam a acompanhar

*“... os mais velhos durante as caçadas e ajudam a carregar os animais abatidos. Aprendem então a distinguir os sons, cheiros e cores da floresta. Também junto aos mais velhos aprendem a imitar os sons de determinados animais assobiando com as mãos em concha sobre a boca, ou colocando entre os lábios uma pequena folha, quando querem um som mais agudo.”* (Coimbra, 1985:15).

Entre os Kayapó, os meninos com uns 4 ou 5 anos segundo Banner (1961:19) começam a

*“... aprender tudo quanto há de necessário para a vida nas florestas. Aprenderá pescar, caçar e andar na mata. Vai conhecer as árvores, as palhas, os cipós e seus usos particulares. Vai aprender a fazer as suas próprias armas e ficar perito no uso e no manejo das mesmas. Vai aprender a fazer tecidos de fibra, de cipó e de palha. Vai aprender os mitos, canções e rezas tradicionais. Vai assistir as cerimônias, as festas, as danças e tudo quanto compõe a vida de índio.”*

Por outro lado, este autor comenta que as meninas “... andam com pequenas tipóias de envira [embira], onde acariciam os **filhos** [suas bonecas] que são figurados por jerimu e cabacinhas.” (Banner, 1961: 24).

#### **3.4.10. A produção de artefatos e outros bens de consumo**

Segundo Vidal & Silva (1995:369), tratar dos objetos produzidos e utilizados pelas sociedades indígenas significa tratar dos aspectos “... de tecnologia, de matérias-primas, de adaptação ecológica e da utilidade dos objetos mas também, ao mesmo tempo, de estética, de significados, de símbolos e de arte.”

#### 3.4.10.1. A produção de cerâmica

A fabricação de artefatos cerâmicos entre os indígenas do Brasil conforme Lima (1987: 173) “... está ligada à área doméstica, constituindo-se em domínio quase que exclusivamente feminino.”, sendo raras as comunidades nas quais cabe aos homens executar tal tarefa. Como é o caso das Yanomâmi.

A produção de vasilhames cerâmicos, entre os Xavante, geralmente, é atividade de uma única mulher, que recebe encomendas das famílias da aldeia. Mas a coleta de argila depende de uma expedição pelo rio, que pode durar uma ou mais semanas, cujos componentes trazem para a oleira várias amostras, para que as examine e escolha as mais apropriadas para fabricar os recipientes (Giaccaria & Heide, 1972).

As índias Waurá - cujas aldeias mesmo estando localizadas em áreas de difícil acesso - por serem exímias oleiras, eram alvo de ataques de outras tribos. Então os homens da aldeia viviam sob constante tensão e sempre alertas. No final da tarde, quando se reuniam para fumar, um ou mais índios sempre portavam armas, para defenderem-se de um ataque súbito. No verão, tais precauções eram maiores e para dificultar o rapto de mulheres, trocavam o local onde elas iam buscar água (Lima, 1950).

Na cerâmica produzida entre os índios do Uaupés no acabamento final, para deixar os vasilhames

*“... escuros, lustrosos e impermeáveis começam por esfregá-los bem, por dentro e por fora, com folhas (...). Acendem, depois, um pequeno fogo com folhas úmidas, de modo que haja muita fumaça, a qual é recebida antes na parte interna da panela ou pote emborcado, e depois também na parte externa. (...) por fim, será lavado e apresentará, então, a cor escura, quase negra, firme, e está, outrossim, impermeabilizado.”* (Silva, 1962:181).

Para queimarem a cerâmica, a última operação do processo de produção, os índios do Uaupés acendem ao redor dos vasilhames *“... algumas achas de lenha; aos poucos acrescentam-se outras achas, de sorte que os vasos serão envolvidos pelas chamas até ficarem bem queimados (...) Com meia hora de fogo intenso estão prontos.”* (Silva, 1962:180-181).

Santos (1973:214) referindo-se à cerâmica que era produzida pelos Xokleng (Figura 03) diz que na década de 60:

*“... obtivemos os seguintes esclarecimentos da Índia loko Aiu "as panelas são feitas com barro, misturado com carvão. O barro é bem amassado e limpo. Depois de moldada, a peça fica secando uma semana, mais ou menos. A seguir, faz-se a queima numa fogueira ao ar livre. A peça é*



Figura 03 – Artefatos Xokleng: recipientes cerâmicos.  
Acervo Museu Universitário/UFSC.

*envolvida, num musgo, chamado barba de pau. Durante a queima a mulher "reza" pedindo que a panela não se quebre."*

#### 3.4.10.2. A produção de outros itens

Em um artigo sobre a tralha doméstica de sociedades indígenas Velthem (1987:96) declara que emprega o termo **implemento** para designar o "... artefato utilizado para produzir outros ou para a subsistência.", acrescentando que

*"Antigamente, utilizavam-se machados de pedra para a derrubada da mata, a abertura de caminhos e a limpeza do terreno das aldeias. Nos trabalhos em madeira, os Wayâna-Apará [habitantes do norte do Pará] empregavam goivas ou formões com ponta afilada de dentes de (...) caititu (Tayassu sp.). Uma espécie de buril, feito com dentes de cotia (Dasyprocta sp.) servia para a fabricação de flechas e outros trabalhos com elementos vegetais, (...). Dos dentes do peixe-cachorro (da família Caracídeos) eram feitos furadores e agulhas. (...) Outros grupos indígenas serviam-se ainda de conchas partidas para o polimento ..."* (Velthem, 1987:96).

Roquette-Pinto (1938:312) comenta que os índios Nambikuára da Serra do Norte – estado do Mato Grosso - produziam "... machados de pedra mal polida, [e] facas de madeira ..." Os índios Xokleng produziam no "tempo do mato" ponta de flecha em "... osso, quase sempre de fêmur de macaco, tinha a forma triangular. (...) [com] aletas laterais afinadas" (Simonian, 1975: 39), sendo que outros artefatos como *facas e raspadores* eram confeccionados com "*lascas de pedra.*" (Simonian, 1975: 55). A produção de pontas de flecha e machados a partir de rocha também fazia parte das atividades dos Xokleng, como atestam exemplares dos mesmos (Figuras 04 e 05) que integram o acervo do Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral. E entre os índios Kaingang do vale do Paranapanema, "*As, pontas das suas flechas são feitas das tíbias de macacos de diversas espécies ...*" (Krug, 1924:324).

Descrevendo a fabricação de flechas dos índios Coroados do Rio Grande do Sul, Mabilde (1983) comenta que usam lascas de calcedônia para cortar a taquara - matéria-prima utilizada nesta fabricação - e para dar o acabamento.

Entre os índios Juruna, habitantes dos estados do Pará e Mato Grosso, as mulheres para obterem tinturas, preparam uma mistura com sementes de algodão piladas, e pó de terra avermelhada, que é imersa na água e depois espremida com as mãos, sobre uma pedra lisa (Oliveira & Galvão, 1969).

O trabalho em cestaria é uma atividade que ainda hoje é desempenhada pelos índios Xokleng e Kaingang de Santa Catarina, sendo que exemplares desta



Figura 04 – Artefato Xokleng: a ponta de lança, sobre rocha, mede 19cm de comprimento e 9cm de largura máxima (na base).  
Acervo Museu Universitário/UFSC



Figura 05 – Artefato Xokleng: o machado, sobre rocha, mede 16cm de comprimento e 7cm de largura.  
Acervo Museu Universitário/UFSC

produção se encontram no acervo do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (Figuras 06 e 07).

Os índios Krahó utilizam babaçu para fixarem a tinta do urucum em seus corpos e das amêndoas fervidas em água obtém um óleo que usam nos cabelos (Melatti, 1978).

Os Kaingang de São Paulo (?) conheciam a técnica de

*“...tecer panos o que faziam com certa arte no desenho dos padrões. Esses panos (**cu**ro), que consumiam anos de trabalho, serviam para tangas, para faixas destinadas a suportar a carga, para cuvoltorio (sic) e, também, para mortalha dos defuntos.” (Piza, 1938:200).*

Entre os Kaingang do Rio Grande do Sul, os fios são feitos pelas mulheres que retiram os espinhos da urtiga brava e amassam as folhas dentro d'água, depois as colocam para secar e, então desfiam. Os fios obtidos são fervidos em água misturada com cinza e lavados; conservando os fios em água corrente eles ficam mais brancos e flexíveis (Becker, 1976).

A preparação de cordas, da mesma maneira, depende de água. Por exemplo, os Xavante extraem fibras de casca de árvores finas que deixam curtir por um certo tempo em água corrente. Das folhas de piteira também obtêm fibras, que são depositadas, por algum tempo, nos córregos para eliminar resíduos antes de serem entrelaçadas (Giaccaria & Heide, 1972).

A respeito dos Suruí, Coimbra (1985a:45) comenta que com resina da casca de uma árvore (uanani – *Simphonia globulifera*) eles impermeabilizam as cordas dos arcos e fios de algodão, a colocam na fogueira para a iluminação das casas durante a noite. E, antes de serem contatados, usavam esta resina na fixação dos machados de pedra aos cabos de madeira.

Entre os índios do Uaupés a canoa é feita de madeira resistente utilizando-se um só tronco - e não de casca como em outras tribos - sendo a mais adequada para ser lançada em cursos d'água caudalosos, com cachoeiras e “rochas” (Silva, 1962:183).

Os Tupinambá, por exemplo utilizavam couro como escudos, segundo o relato de Léry ([1578]1941:163): *“Usam ainda rodela ou escudos de couro seco, feitas com a parte mais espessa da pele do **tapirussú** [anta grande]; são largas, chatas e redondas (...) utilizam-nas apenas para resguardo contra as flechadas inimigas.”*



Figura 06 – Artefato Xokleng: cesto impermeabilizado medindo 24cm de altura e 22cm de diâmetro.  
Acervo do Museu Universitário/UFSC



Figura 07 – Cestaria Kaingang: o cesto da esquerda mede 19cm de largura, 30cm de comprimento e 23cm de altura; o outro 30cm de largura, 40cm de comprimento e 36cm de altura.  
Acervo do Museu Universitário/UFSC

### 3.4.11. O fogo, fogão, fogueiras e o preparo da alimentação

Há duas principais técnicas de obter fogo entre os índios do continente americano, por meio de fricção rotativa - utilizando pauzinhos movidos à mão - e à percussão, sendo que o primeiro é o mais comum (cf. Cooper, 1987a).

Os Coroados do Rio Grande do Sul, conforme relato de Mabilde (1899:145, apud Becker, 1976:237),

*"Para produzir o fogo, em qualquer lugar a que chegam (...) sempre trazem consigo um pedaço de jerivazeiro bem seco e já atacado de podridão, com um palmo mais ou menos de comprimento (...) e assim também mais um pedaço do mesmo jerivazeiro com dois ou três palmos de comprimento (...) em forma de bastãozinho, igualmente seco, porém este, são e duro. Para obter o fogo, o Coroadado agacha-se, na posição de quem está sentado, e, sustentando-se sobre as pernas curvadas, prende e aperta com os pés aquele pedaço de jerivazeiro, coloca sobre ele, verticalmente, o bastãozinho e apertando este entre as palmas das mãos dá-lhe um movimento de rotação muito rápido, de vaivém, e continua esse movimento durante 2, 3 e mais minutos até que as partes em contacto dos dois pedaços de jerivazeiro aquecem pela fricção e afinal produzem o fogo e se incendiam. O Coroadado então sopra violentamente o fogo até aparecer labareda, e assim acende a lenha para o seu fogo."*

Na casa das mulheres Kayapó um fogo – que separa as esteiras nas quais elas se deitam com seus maridos – fica aceso durante a noite inteira tanto para aquecer e espantar morcegos, como para afastar as almas que podem estar povoando a escuridão (Banner, 1961).

Os Waiãpi fazem fogo sobre uma grande roda de barro ou simplesmente no chão quando a casa é térrea (Gallois, 1981:16). E o forno de terra é de uso generalizado entre os Jê do Nordeste e do Centro do Brasil (Nimuendajú, 1956)

O fogão dos índios do Uaupés corresponde a três vasilhames de cerâmica

*"... entre os quais se põem os tições. São de forma cilíndrica, porém com as bases um tanto alargadas, (...) e isto lhes dá maior estabilidade. Medem, aproximadamente, 25 cm de altura e 10 de diâmetro. São bastante leves e com a vantagem de só se aquecer a face voltada para o fogo, e por isso pode-se tomar com a mão pela outra face, quando se quer mudar de lugar. Dispõem-se com o afastamento conveniente às dimensões das panelas. Sobre estes vasos põem-se as panelas para preparar o mingau ou a quinhapira."* (Silva, 1962:181).

Entre os Suruí, de acordo com o que relata Coimbra (1985b:62),

*"A carne de caça e o peixe podem ser preparados assados no moquéim ou, no caso dos peixes, cozidos. (...) Ao assarem mamíferos no moquéim, não tiram o couro. O animal é esquartejado e as partes passadas*

*rapidamente na chama para que os pelos sejam chamuscados. Dos peixes, removem a "barrigada" através de um pequeno orifício, menor que 2 cm, feito próximo à cloaca, por onde introduzem um dos dedos. O peixe é então lavado e não se preocupam em retirar as escamas."*

Segundo Arnaud (1964) os índios Gavião - como os demais grupos de língua Timbira (família lingüística Jê) - não conhecem a cerâmica, assim o preparo de seus alimentos é feito

*"... em moquéns e em fogueiras, utilizando espetos e forquilhas. (...) E, principalmente, no forno de terra (tokiá), cujo processo consiste no aquecimento de várias pedras em uma fogueira, e após varridos os restos da mesma, no chão quente são colocados um ou mais bolos de massa de mandioca, milho, amendoim e castanha ou fatias de carne cobertas com massa, embrulhados em folhas de sororoca ou bananeira. Sobre os embrulhos são postas as pedras quentes, sendo tudo coberto com terra. Pelo mesmo processo cozinham também batatas doces, carás e inhames, porém não embrulhados." (Arnaud, 1964: 24-25).*

Soares de Souza ([1587]1987) em suas observações sobre os costumes das populações que habitavam o Brasil no século XVI, referindo-se aos **pequitins** (peixinhos miúdos) diz: *"... que os índios assam mil juntos, embrulhados em umas folhas debaixo do borralho, e ficam depois de assados todos pegados, à feição de uma maçaroca."* (p.288).

As índias Waurá para o preparo e/ou armazenamento de alimentos produzem três tamanhos de panelas, sendo que as de *tamanho grande* (medindo uns 70 cm de diâmetro e uns 30 cm de altura) são usadas para processar farinha de mandioca e alimentos à base de milho entre outros; as de *tamanho médio* (com uns 40 cm de diâmetro e uns 20 cm de altura) para armazenar mandioca ou transportar água; e as panelas de *tamanho pequeno* (com uns 22 cm de diâmetro e uns 12 cm de altura) para cozinhar peixes que depois são amassados (Lima, 1987).

Para os Kaingang, os líquidos, além de satisfazerem suas necessidades fisiológicas, são elementos de interação social e medicamento. A água, além de ingerida ao natural, também é sob forma de chimarrão, chás, bebidas fermentadas ou alcoólicas (Becker, 1976).

Os índios Makuxi - habitantes da Guiana e, no Brasil, do estado de Roraima -, por exemplo, obtêm bebidas feitas de uma massa de mandioca, que passa por várias etapas de processamento, antes de ser misturada com água e peneirada, estando, assim, pronta para ser consumida. Para a obterem,

embrulham alguns beijus em folhas de bananeira, e os deixam submersos em um rio ou igarapé, durante um tempo, até que os beijus formem uma massa pastosa (Diniz, 1972). Por outro lado, os índios Nambikuára produzem uma bebida cujo ingrediente não é um vegetal, mas o mel que é misturado com água (Roquete-Pinto, 1938).

Outros alimentos líquidos também fazem parte da dieta de certos grupos indígenas, como por exemplo, as sopas dos Tapirapé, cujos ingredientes variam entre amendoim, milho, mandioca, semente de algodão, abóbora e banana (Baldus, 1970).

Os Xavante fazem bolos de milho ou de milho com feijão. Sobre um couro de veado, estendido no chão, eles vão mexendo a massa e acrescentando pequenas doses de água e farinha, até tornar-se homogênea (Giaccaria & Heide, 1972).

Os Kaingang desidratam o pinhão para armazená-lo por muitos meses e quando vão consumi-los, deixam os pinhões imersos em água corrente durante alguns dias, depois ao sol até secarem e, então, os defumam sobre jiraus de taquara armados em cima de um fogão (Castro, 1957, apud Becker, 1976).

#### 3.4.12. Adornos corporais

Piza (1938:200) referindo-se aos Kaingang de São Paulo (?) comenta que eles “... usavam interessantes e bem dispostos colares (**că**), principalmente de pequenos dentes de macaco (**canhere**) e de roedores, muitas vezes afiados e desgastados para o seu maior embelezamento.”

Os Guarani do interior de São Paulo segundo Krug (1924:338)

“... gostam de se enfeitar e quando há festa no aldeamento usam seus cocares, (...), que são objetos lindos, feitos de penas de pássaros, de variadas cores; enfeitam-se com os seus colares e pulseiras confeccionadas de sementes entremeadas com penas de tucano; muitas vezes em lugar de sementes são usados pequenos dentes perfurados com instrumento penetrante.”

Dos adornos usados pelos Yamamadi do Rio Purus (cf. Ehrenreich, 1948:101) destaca-se aqueles que colocavam nas orelhas, feitos de

“... ossos ou pedacinhos de concha, com pequenos tufo de penas suspensos num fio comprido (...), ou, mais freqüentemente, em taquarinhas curtas e grossas, providas de um disco de concha (...). O septo nasal é atravessado por um osso de ave oco ...”

*Como adorno do pescoço, possuem dentes de macaco e de gato do mato presos, por meio de laços duplos, a um barbante de algodão de um ou dois fios.”*

Dos apontamentos de Staden ([1557]1974:169) sobre os adornos usados pelos Tupinambá, destacou-se o que segue:

*“Confeccionam um (...) ornato da concha de um grande caracol marinho, (...) Penduram-no à volta do pescoço. (...) Da casa [concha] do caramujo marinho fazem também pequenos discos brancos, que enrolam em torno do pescoço. Estes têm a grossura de um talo de trigo e dá muito trabalho fabricá-los.”*

*“As mulheres (...) têm furos nas orelhas, e aí penduram enfeites redondos, de mais ou menos um palmo de comprimento e uma polegada de grossura. (...) fazem-nos também de caramujos do mar ...”*

#### **3.4.13. A locomoção**

A utilização de cursos d'água como via de locomoção é muito freqüente, por exemplo, os Apurina, índios do estado do Amazonas, empreendem viagens fluviais com canoa (Gonçalves, 1991).

Silva (1962) referindo-se aos índios do Uaupés, diz que chegavam a empreenderem uma incômoda viagem de bote que durava a noite toda somente *“... para contar aos de outro povoado um episódio que se deu.”* (p. 144).

Os índios Aramagóto - um sub-grupo Tiryó, índios que ocupam áreas do Pará e Suriname - empreendem viagens por ocasião da festa dos *coletores* que é realizada

*“... nos períodos em que há fartura (...) de alimentação (jabotis, frutas, pesca ou caça) (...) para comemorar a coleta, feita por grupos de famílias que se afastam durante vários dias para locais distantes da aldeia (...) apesar de possuírem plantações de mandioca brava, cana de açúcar e banana (...) Essas viagens que, as vezes, duram até quinze dias, obedecem a planos prévios. Saem da aldeia em canoas feitas de casca de árvore (...) e comem ou dormem em tapiris provisórios que se encontram ao longo do rio.”* (Figueiredo, 1961:2).

Os índios Cinta Larga, segundo relata Junqueira (1984/85: 218),

*“... caminham rapidamente pela mata, mas são muitas as paradas para descanso. Atividade e repouso se alternam. Pelo caminho observam os detalhes da vida da mata: os alimentos disponíveis, os venenos e as plantas medicinais. (...) Mas não se passeia a esmo na floresta. A entrada na mata tem sempre um objetivo central, geralmente ligado à coleta.”*

Os índios Asurini atualmente utilizam canoas, porém, no passado construíam *“... uma espécie de jangada (...) de troncos de bananeiras para*

*atravessar os igarapés ou estendiam pontes (...) de uma à outra margem.”* (Ribeiro, 1982:35-6).

Os Xokleng faziam maços com taquaras que “... eram amarradas com cipó. Sobre este tipo de **balsa** os índios colocavam as crianças e pertences, para atravessar pequenos rios ou riachos.” (Koenigswald, 1908, apud Simonian, 1975: 55) e

*“Para atravessar os rios estreitos e córregos profundos, faziam (...) uma espécie de **pinguela**. De uma margem derrubavam uma árvore e da outra, também. Então iam amarrando com cipós fortes, troncos menores. Assim iam ajeitando a passagem.”* (Simonian, 1975: 55).

Os índios do Uaupés viajavam muitas vezes durante o ano com toda a família. Em suas viagens, empreendidas por motivos os mais diversos - como procurar uma noiva, estabelecer comércio, visitar outras famílias, pescar - iam de canoas, percorrendo rios durante horas ou mesmo dias em direção a outros povoados, onde permaneciam algumas semanas (Silva, 1962).

Léry ([1578]1941:149) relata que os Tupinambá “... *nadavam como verdadeiros peixes, (...), nadando às vezes mais depressa do que o barco [que os acompanhavam], não só o faziam galhardamente mas ainda sabiam descansar sobre as águas quando lhes aprazia.*”

Os Tupinambá, também, utilizavam jangadas e canoas para se locomoverem no mar e rios. Por exemplo, dando conta dos locais em que pescavam, comenta sobre a utilização de jangadas “... *feitas de cinco ou seis paus redondos, mais grossos que o braço de um homem, e bem amarrados com cipós retorcidos. Sentados nessas jangadas, com as pernas estendidas dirigem-nas para onde querem com um bastão chato que lhes serve de remo.*” (Léry, [1578]1941:150)

Ou então, em suas incursões para atacar grupos inimigos, os Tupinambá iam

*“... por água, como fazem muitas vezes, beiram sempre a costa nas suas **lgat** [canoas] feitas de uma casca de árvore,(...) que são tão grandes que comportam cada uma de quarenta a cinqüenta pessoas. Permanecem todos de pé empunhando, um remo achatado nas pontas e que seguram pelo meio. As barcas, chatas como são, (...) são muito fáceis de dirigir e manejar. Verdade é que não suportam o mar alto e agitado e muito menos as tormentas, mas por tempo calmo vêm-se algumas vezes mais de sessenta canoas formando como que uma pequena frota e todas navegam próximas umas das outras e tão rapidamente que em poucos momentos se perdem de vista.”* (Léry, [1578]1941:172).

Todavia, grandes distâncias também são percorridas a pé, por exemplo os Xokleng, distribuídos em aldeias que, conforme Kempf (1947), estavam separadas “... entre si por espaços de alguns dias ou meses. (...) costumam reunir-se, (...) para celebrar em comum uma festa.” (p. 26).

#### 3.4.14. Seus horários

Referindo-se aos índios Tupinambá, Léry (1941[1578]) diz o seguinte: “Cumprer notar que embora não observem horas de jantar, merendar ou cear, como o fazemos, nem trepidem em comer à meia noite ou ao meio dia, só o fazem quando têm fome ...” (p. 119)

Os Kaingang de São Paulo (?) conforme Piza (1938:202):

“Não respeitavam hora para coisa alguma. Dormiam tanto de dia como à noite (**cutê**). Caçavam e pescavam mais ou menos nas horas próprias, não tendo, para fixar o horário das refeições, senão o imperativo do estômago.”

#### 3.4.15. Suas disputas

Gandavo ([1576]1980) referindo-se, de um modo geral, às povoações indígenas da costa brasileira, no século XVI, com as quais manteve contato, diz o seguinte:

“Estes índios têm sempre grandes guerras uns contra outros e assim nunca se acha neles paz nem será possível ...” (p.130)

“As armas com que pelejam são arcos e flechas (...) são mui ligeiros em extremo, e sobre tudo mui arriscados nos perigos, e atrevidos em grande maneira contra seus adversários. Quando vão as guerras sempre lhes parece que têm certa a vitória e que nenhum de sua companhia há de morrer, ...” (p.130)

Os Coroados do Rio Grande do Sul, segundo Mabilde (1983:143) produziam flechas farpadas

“...para a guerra, e as demais para, eventualmente, caçar animais quadrúpedes, principalmente porcos do mato, antas, bugios, macacos etc., servindo-se, entretanto, delas para a guerra, quando lhes faltam flechas farpadas em toda a extensão.”

## 4. A PAISAGEM DA ILHA DE SANTA CATARINA: PRESENTE E PASSADO

### 4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Capítulo 2 foi levantada a questão da importância do ambiente no desenvolvimento das sociedades humanas - tendo-se a preocupação de ressaltar também o preponderante papel que a cultura exerce sobre o comportamento humano. Assim, foi sob tal perspectiva que se buscou neste estudo traçar aspectos da paisagem da Ilha de Santa Catarina à época da população pré-colonial Jê, estudo este fundamentado na Arqueologia Contextual (Arqueologia da Paisagem) formulada pelo geógrafo/arqueólogo Butzer (1989).

Este autor oferece, conforme foi comentado no capítulo 2, instrumentos para se tratar das inter-relações entre uma população humana do passado e o seu ambiente. Para tanto deve-se examinar aspectos da paisagem que se observa no presente, ressaltando por exemplo, seus acidentes topográficos, como elevações, corpos d'água, vegetação, entre outros que também poderiam ter feito parte do contexto da população do passado que se está estudando.

Do mesmo modo, também se considera que é na paisagem moderna da Ilha de Santa Catarina que se encontram as marcas deixadas pela população pré-colonial Jê, cuja existência na Ilha cessou há mais ou menos seis séculos.

Porém, a paisagem dessa população não é a mesma que a de hoje - tendo em vista que o homem transforma, afeta, modifica o seu nicho e o dos demais seres vivos, os quais também destrói – no transcorrer destes séculos ela foi modificada.

Em qualquer época, a população humana que aqui se estabeleceu mudou a paisagem. A sua própria existência é fator de mudança, a paisagem da Ilha com poucos habitantes - como no caso da população pré-colonial Jê – é uma; com muitos habitantes é outra. Sem inscrição rupestre é uma, com inscrições é outra. Com os moluscos no seu habitat é uma, com a retirada é outra e com a retirada e acúmulo em qualquer outro lugar é uma terceira paisagem. Enquanto eles ocuparam a área do sítio – o que já era uma transformação da paisagem e do ambiente – a paisagem é uma; depois com o sítio abandonado é outra.

Aliás, a Ilha de Santa Catarina vem se transformando, nas palavras de Duarte (2003)<sup>62</sup>,

---

<sup>62</sup> Comunicação pessoal.

*“...desde quando passou de um tipo de arquipélago - com maior número de ilhas, com ilhas grandes mais próximas, no Pleistoceno - para arquipélago de outro tipo – em que as ilhas maiores ficaram unidas por depósitos pleistocênicos.*

*A vegetação cobrindo as elevações variou naturalmente conforme as mudanças climáticas, se expandiu sobre os depósitos que uniram as ilhas, se modificou por sua própria evolução ou por condições ecológicas.*

*Os depósitos holocênicos com maior ou menor número de bancos de moluscos ampliaram a Ilha, criaram novos ambientes, modificaram a morfologia de alguns setores da mesma. A vegetação de mangue (*Avicennia shaueriana*, *Laguncularia racemosa*, *Rizophora mangle*, *Hibiscus tiliaceus* e *Acrosticum aureum*) que vem ocorrendo desde o início do Holoceno (período que ainda não terminou para muitos) - poderia já estar presente no Pleistoceno.*

*Os estuários nos rios da Ilha nos trechos de planícies, em outros momentos do Holoceno, foram mais longos do que hoje; as áreas de mangues poderiam acompanhar as margens destes rios/estuários. Por outro lado, os mangues ainda crescem acompanhando o avanço dos depósitos sobre as baías, ou sobre as enseadas no domínio das duas “baías” e também crescem verticalmente levando ou aproximando a vegetação do seu clímax.”*

Por outro lado, as alterações efetuadas no ambiente da Ilha ou das ilhas pela população pré-colonial Jê, se comparadas com as da população contemporânea, não deveriam ser tão impactantes, pois, como observa Drew (1986:1):

*“... embora os seres humanos constituam uma das formas de vida do planeta, eles se tornaram agora mais do que organismos passivos ocupando um nicho ecológico. O homem não só pode transformar e expandir o seu nicho, mas também afetar os mecanismos do sistema da Terra em maior ou menor grau, em maior ou menor escala. Ele vem procurando, em ritmo acelerado, modificar o ambiente para se contentar a si mesmo, em vez de mudar seus hábitos para melhor se adaptar ao ambiente.”*

Entretanto, a paisagem moderna da Ilha de Santa Catarina constitui o referencial básico para se estabelecer projeções para o passado pré-colonial. Mais particularmente, são os elementos que compõem o seu ambiente natural que contam nestas projeções, através dos quais buscou-se identificar os componentes vivos e não vivos que existiam no passado. Enquanto os primeiros respondem pelas comunidades de plantas e animais - que poderiam ou não ter seus habitats nas proximidades das ocupações humanas, e cujas “reconstruções” são facilitadas pelos ecofatos encontrados entre as evidências arqueológicas

destas ocupações - os componentes não vivos compõem o *substratum* para os seres vivos.

As comunidades florísticas e faunísticas mudam através do tempo e, dependendo da escala temporal de investigação, certos componentes não vivos da paisagem podem se apresentar relativamente estáveis em um dado período de tempo, enquanto que outros vão mudando continuamente (Waters, 1992).

Mais particularmente para falar das mudanças que teriam ocorrido no ambiente da Ilha de Santa Catarina, a partir da época do desaparecimento das ocupações pré-coloniais Jê, pode-se levar em conta que a maioria dos sítios - que registram tais ocupações - estão próximos das praias, locais sujeitos a constantes alterações. Esta proximidade levou vários destes sítios a ficarem cobertos com areias eólicas formando dunas.

Em Bigarella (1949:116) encontra-se um exemplo de tais transformações:

*“O cordão litorâneo da Ponta das Canas tem sua base de sedimentação no shantung do mesmo nome. É bastante mais estreito do que o precedente, tendo uma largura de somente poucas dezenas de metros e um comprimento de cerca de 1.800 m. Segundo informações dos moradores locais, é bastante recente, e seu máximo desenvolvimento deu-se no decorrer dos últimos anos, não constando nos mapas oficiais. Dirija-se, atualmente, de encontro à praia de Canasvieiras, num local situado pouco ao norte de Cachoeira. Isolou do mar uma lagoa oval, deixando uma estreita comunicação ou barra, (...) mais para o norte, desenvolve-se a vegetação de ante-dunas sobre pequenos montículos de areias acumulados pelos ventos. Aqui também se faz sentir a ação modificadora das correntes marinhas.”*

Para ilustrar destaca-se um outro exemplo, procedente de observações do começo do século passado feitas por Rosa (1918:11):

*“... as lagoas que se acham muito próximo à costa oceânica vão sendo gradativamente entulhadas (...) pela areia dos cômoros que os ventos para ali impelem. Vi isso (...) na grande Lagoa que fica na Ilha de Santa Catarina. Essa recebe também elementos argilosos porque muitos arroios nela vão ter, depois de haverem arrastado muito material dos morros que a limitam ao poente.”*

Por outro lado, Ybert (2002) referindo-se ao ambiente do litoral do sul e sudeste brasileiro, comenta que depois da regressão marinha – ocorrida há aproximadamente 5800 anos - a vegetação de banhados que se instalou nestas áreas permanece até os dias atuais sem muitas alterações. E Scheel-Ybert (2002:247), remetendo-se à vegetação costeira do Estado de Santa Catarina também, comenta que a mesma teria “... forte resistência a mudanças climáticas.”

Convém esclarecer que estes autores estão falando do ponto de vista de sistemática, da representação de gêneros, espécies, entretanto, a vegetação poderia modificar-se quanto à área de ocupação, ao crescimento em direção ao clímax (Duarte, 2003)<sup>63</sup>.

Entretanto, se o intervalo de tempo que separa a paisagem da época da população em estudo, da moderna paisagem da Ilha de Santa Catarina não foi suficientemente longo para que ações de origem natural resultassem em mudanças mais marcantes e/ou de maiores amplitudes, não poder-se-ia dizer o mesmo daquelas de origem cultural.

Peluso (1984) comparando a Ilha de Santa Catarina dos anos oitenta do século XX com aquela do final do século XIX descrita por Virgílio Várzea (1984) em “*A Ilha*”, destaca inúmeras alterações que se fizeram em menos de um século, por exemplo:

*“Os arrabaldes, (...), não mais existem em Florianópolis, empurrados que foram para longe do perímetro urbano pela expansão da cidade. Praia de Fora, Mato Grosso, Pedra Grande são zonas residenciais que os ônibus e automóveis envolvem no movimento urbano. A Praia de Fora e a Pedra Grande perderam seu contato característico com o mar, pois o aterro da Baía Norte o fez recuar, [ficando] separado da antiga linha costeira por cinco pistas asfaltadas...”* (Peluso, 1984:234).

#### 4.2. O AMBIENTE NATURAL

No intervalo de tempo entre a época da ocupação pré-colonial Jê e a época presente muitas foram as transformações que ocorreram na Ilha de Santa Catarina – em termos de seus aspectos biológicos e físicos, provenientes de ações naturais e/ou culturais.

Entretanto é possível inferir certas características da paisagem da época da mencionada população pré-colonial, através de registros de navegantes ibéricos, missionários, historiadores, geógrafos entre outros, produzidos a partir do século XVI. O que se tem em mente são aqueles componentes que, mesmo submetidos a certas alterações, mantêm as características fundamentais como o fato de ser uma ilha marítima e estar cercada por pequenas ilhas e ilhotas; sua localização próxima ao continente, aspectos como relevo, hidrografia entre outros componentes abióticos ou mesmo aqueles bióticos.

Das características mais gerais da Ilha de Santa Catarina pode-se destacar

---

<sup>63</sup> Comunicação pessoal.

inicialmente aquela que a identifica como a maior de um arquipélago, o qual é formado por mais de 30 ilhas e ilhotas que se apresentam “... em sua maior parte, uma forma alongada e esguia, ampla aos extremos setentrionais e estreitíssima nos opostos, ...” (Várzea, 1984: 141).

A Ilha de Santa Catarina estende-se de 27°01'01” a 27°05'01” de latitude sul e 48°25’ a 48°35’ a oeste de Greenwich (Duarte, 1981), estando “... situada a pequena distância da costa catarinense, origina duas grandes baías, típicas de ingressão marinha, a do Norte e a do Sul.” (Bigarella 1949:108).

Sobre as demais ilhas, pode-se dizer que a do Arvoredo é a maior delas, estando situada à entrada da baía norte, distando uns 12 km da Ponta do Rapa, na Ilha de Santa Catarina. Apresenta-se com aproximadamente 4 km de extensão, nela havendo nascente de água. Em finais do século XIX Várzea (1984:141) a encontrou

*“... coberta de espessa e alta vegetação, em muitos trechos verdadeiras florestas seculares onde se encontram excelentes madeiras de lei, (...). Deserta até certo tempo, a ilha é hoje habitada pelo pessoal do farol e suas famílias, e freqüentada sempre por [pessoas vindo de] canoas e baleeiras que, saindo (...) da Ponta das Canas, Canasvieiras e Ingleses, ali se juntam no inverno, para a pesca da enchova, que vai de junho a setembro.”*

Sobre a Ilha do Arvoredo, na qual localizou inscrições rupestres, Rohr (1969) diz que

*“Possui seis quilômetros de comprimento e quatro quilômetros de largura. (...). No norte da Ilha existe um galpão da marinha, em mau estado de conservação. Foi aberto estreito canal, entre as pedras da praia, que, em dias de mar calmo, dá acesso precário às baleeiras dos pescadores. Junto àquela praia situa-se um sambaqui de vinte metros de diâmetro e três metros de altura.”* (p.13).

*“As águas que banham a ilha do Arvoredo são muito ricas em pescado freqüentadas por barcos de pesca. Durante os dois dias da nossa permanência na Ilha, as redes das duas baleeiras, que nos haviam trazido à Ilha, colheram cinco grandes cações, cada qual de setenta quilos de peso.”* (p.15).

Outra ilha que merece destaque é a do Campeche, situada a aproximadamente 7,6 km da praia de mesmo nome que fica a leste da Ilha Santa Catarina, sendo que nela também há nascente de água. “*Todo o seu litoral é bastante piscoso e visitado no inverno pelas canoas de pescaria da Armação e lugarejos próximos.*” (Várzea, 1984: 148). Na Ilha do Campeche Rohr (1969) também localizou inscrições rupestres, explicando esta ilha como tendo

*“... aproximadamente, oitocentos metros de comprimento por trezentos*

*metros de largura máxima. Situa-se (...), do lado sudeste da Ilha de Santa Catarina, distando dela, em linha reta, uns três quilômetros. Devido às correntes marítimas, porém, somente é alcançada, partindo da Armação do Sul, localidade situada seis quilômetros ao sul da Ilha do Campeche ...”* (p.18)

*“Ao contrário da Ilha do Arvoredo, Campeche possui porto arenoso, do lado da Ilha de Santa Catarina, que dá acesso fácil às baleeiras dos pescadores. (...) A Ilha é propriedade do Clube de Caça e Pesca “**Couto de Magalhães**”, (...). Uma casa de veraneio isolada e dois ranchos, que abrigam os pescadores à noite, completam as construções da Ilha.”* (pp.18-20)

*“... encontram-se na Ilha pombas, aracuãs e aves menores. Os coatis aproximam-se da residência aos bandos (...). A Ilha do Campeche possui vertentes de água potável e os seus arredores são riquíssimos em pescado. Durante os dois dias, que nos detivemos na Ilha, caíram passante de quarenta toneladas de sardinhas nas redes dos pescadores. A água é absolutamente límpida e transparente. Tivemos ensejo de divisar grande variedade de pescado por entre as pedras do fundo, que ocupam o lado leste da Ilha, onde a ação demolidora das vagas é particularmente intensa.”* (p.20).

Uma outra ilha, na qual do mesmo modo Rohr (1969) encontrou inscrições rupestres é a Ilha dos Corais,

*“... situada 10 quilômetros ao sul da Ilha de Santa Catarina. Do continente dista cinco quilômetros. Possui três quilômetros de comprimento e menos de um quilômetro de largura máxima. Existe nela um farol , de dois anos para cá, estabeleceu-se nela também um sitiante ...”* (p.27).

O acesso à Ilha dos Corais de acordo com Rohr (1969) vem sendo feito pelo continente, *“...a partir da Praia da Pinheira. (...) A Ilha acha-se toda rodeada de rochas (...) não possui porto. É preciso saltar, diretamente, da baleeira na rocha, o que é possível, apenas, com mar de pequenas vagas.”* (p.27).

Além destas poder-se-ia citar as seguintes ilhas: - do *Francês*, situada defronte à praia de Canasvieiras, na qual Bigarella (1949) e Piazza (1966) assinalam a existência de um sambaqui (cf. Duarte 1971); - dos *Moleques do Sul*, no extremo sul da Ilha Santa Catarina, à leste da Ponta dos Naufragados, na qual durante os meses de maio a outubro se pratica a pesca de enchova; - de *Anhatomirim*, onde se encontra a Fortaleza de Santa Cruz, construída pelo Brigadeiro José da Silva Paes, no século XVIII; - do *Ratões Grande*, onde se encontra o forte Santo Antônio, também construído pelo Brigadeiro Silva Paes (servindo de abrigo aos pescadores de ascendência açoriana suas terras foram cultivadas pelos mesmos); - de *Araçatuba*, onde foi instalada a Fortaleza Nossa Senhora da Conceição pelo referido Brigadeiro; - do *Mata-Fome*, na costa leste

em frente à ponta dos Ingleses, dispõe de água potável e de pequena praia, sendo local de pescaria; - do *Badejo*, a oeste da Ponta dos Ingleses, cujo nome tem haver com abundância de badejo que nela se pescava. Além desta há ainda muitas outras como as do *Xavier*, *Cardos*, *Papagaios*. *Três Irmãos*, *Aranhas*. (Várzea, 1984, Soares, 1955).

Klein (1969:5-6) descreve a Ilha de Santa Catarina como tendo

*“...uma morfologia de crista montanhosa descontínua, orientada na direção NNE-SSW e morros isolados, intercalados com pequenas planícies quaternárias. (...) Suas maiores altitudes estão compreendidas em 540 m, no Morro do Ribeirão e 490 m, no Morro da Costa da Lagoa, em cujas encostas, se encontram os melhores remanescentes da floresta primitiva ...”*

Segundo Bigarella (1949:108) *“Rochas cristalinas (...) constituem a estrutura fundamental da Ilha. Planícies formadas por sedimentos (...) margeiam e ligam entre si, os maciços e elevações de rochas cristalinas.”*

Dos morros da Ilha de Santa Catarina o mais elevado é o do Ribeirão da Ilha com 530m, os outros que nela se destacam são, por exemplo, os morros da Lagoa (493m), do Ratoes (465m), da Costeira do Pirajubaé (436m), do Bom Jesus (395m), do Córrego Grande (390m), da Lagoinha de Leste (330m), do Assopra (328m), da Cruz (285m), do Campeche (210m), da Tapera da Base (108m) (cf. Cruz 1998).

As áreas sedimentares da Ilha de Santa Catarina conforme Duarte (1981:14) *“... são muito baixas, alcançando altitudes de 40 m nos campos de dunas, e apresentam morfologia típica dos processos que atuaram ou estão atuando na sua formação.”* Constituindo pequenas bacias de sedimentação, estas áreas *“... do ponto de vista geomorfológico são tratadas como Baixadas.”* (p. 14). Esta autora identificou 19 Baixadas na Ilha: N. 1 - Baixada dos Ingleses / São João do Rio Vermelho / Barra da Lagoa, N. 2 - Baixada de Caiacanga/ Campeche / Lagoa da Conceição, N. 3 - Baixada do Pântano do Sul / Armação, N. 4 - Baixada de Jurerê / Ratoes / Canasvieiras / Ponta das Canas, N. 5 - Baixada do Saco Grande, N. 6 - Baixada da Trindade, N. 7 - Baixada do Sambaqui I, N. 8 - Baixada do Sambaqui II, N. 9 - Baixada de Santo Antônio de Lisboa, N. 10 - Baixada do Saco dos Limões, N. 11 - Baixada da Tapera N. 12 - Baixada da Ponta de Caiacanguçu, N. 13 - Baixada da Tapera do Sul 17, N. 14 - Baixada dos Naufragados, N.15 - Baixada das Pacas,16 - Baixada da Lagoinha de Leste, N. 17 - Baixada da Praia Mole, N. 18 - Baixada da Praia da Galheta N. 19 - Baixada

da Praia Brava.

Com exceção das Baixadas do Saco dos Limões, dos Naufragados e das Pacas, em todas as outras foram identificadas evidências de ocupações pré-coloniais Jê.

Tratando da Hidrografia da Ilha de Santa Catarina, Duarte (1981) se reporta aos rios e às lagoas localizando-os em três setores: Leste, Oeste e Norte. Sobre os rios, de um modo geral, ressaltam o caráter de pequeno porte, bastante curtos, intermitentes em grande parte; acrescentando que a maioria nasce nas elevações do Embasamento e poucos deles nas baixadas.

Do setor Leste, Duarte (1981) destaca os três rios de maiores extensões, ou seja o Rio Vermelho que tem seu percurso na Baixada I e deságua na Lagoa da Conceição; - o Rio das Capivaras que também deságua na Lagoa da Conceição, sendo que *“Em sua maior extensão percorre sedimentos da Baixada 1, no contato desses com o Embasamento.”* (p.19); e o Rio do Quinca, que deságua no Oceano Atlântico tendo *“... sua maior extensão sobre os sedimentos da Baixada 3. (...). Apresenta regime estuarino no seu baixo curso, o que possibilita a presença de indivíduos de flora típica de mangue.”* (p.19). Outros rios que também deságuam no Atlântico atravessando trechos de baixada são: o Rio dos Ingleses e o Arroio Capivari, este último *“...também apresenta regime estuarino e espécies típicas de mangue no baixo curso, junto à sua foz.”* (p.19).

A respeito dos rios do setor Oeste, Duarte (1981) comenta que todos deságuam nas baías Norte e Sul, quase todos nascem nas elevações do Embasamento. Os rios Tavares, Itacorubi e Pau do Barco *“... nascem no cristalino, mas a maior parte dos seus cursos está abaixo da cota de 20m e apresenta influência de maré. Nos trechos com regime estuarino eles se mostram ladeados por manguezal.”* (p.20). Esta autora também ressalta que o Rio Tavares *“... faz parte do sistema que constitui a maior área de mangue da Ilha de Santa Catarina.”* (p. 20)

No final do século XIX , segundo Várzea (1984:124) o Rio Tavares teria servido de via de comunicação, devido

*“... em grande parte pela freqüência das embarcações dos curtumes da capital, que vão ali se prover de folhas de mangue para a preparação do couro, bem como pelas viagens constantes das canoas empregadas no serviço de caieiras, que do Saco dos Limões e de Pregibaé aportam às suas margens para o corte do mangue de que fazem grandes barcadas.*

De acordo com Duarte (1981) é o Setor Norte que abriga a maior bacia da Ilha de Santa Catarina, a do Rio Ratonos abrangendo cerca de 60 km<sup>2</sup>; “... é fortemente influenciada pela ação das marés como o são outras grandes bacias. Praticamente 80%, do seu curso apresenta esta influência ...” (p. 21). Neste Setor há rios menores que são independentes do Rio Ratonos, como o Rio Veríssimo “... que nasce no Embasamento, em Santo Antônio, mas a maior parte do seu curso está no plano sedimentar e ladeado pela vegetação de mangue. (...) sob ação das marés.” (p.21); o Rio do Braz , bastante curto, “... apresenta-se alargado no seu trecho final, junto ao mar, onde exhibe vegetação de mangue, na localidade de Canasvieiras ...” (p.21). Duarte (1981) fala ainda do Rio do Meio, o qual hoje se encontra totalmente aterrado. No Setor Norte a autora localizou ainda

*“... outros pequenos rios, um dos quais drena para a pequena lagoa atualmente quase colmatada, no extremo norte da Ilha. É chamada Lagoinha no Norte (...). Como suas semelhantes que ocorrem no sul da Ilha - a Lagoinha do Leste e a de Naufragados (...) apresenta entrada de marés e vegetação de mangue em suas laterais, embora sejam poucos os indivíduos desta formação vegetal. (p.23)*

O Rio Ratonos no final do século XIX, segundo Várzea (1984:124), era utilizado como via de comunicação servindo

*“... quase toda essa região de Sambaqui para o norte, excetuando os povoados da beira-mar (...) é a principal do arraial que por ela envia todos os seus produtos de lavoura para a capital, pois só uma pequena parte desses produtos vai em cargueiros pela estrada geral.”*

Ainda de acordo com Várzea (1984), havia neste rio “... um movimento contínuo de pequenas embarcações - lanchões, canoas e botes - de pombeiros da cidade, que percorrem todo o sítio, (...) em viagens de comércio.” (p.106), sendo que um dos seus braços

*“... por sua profundidade e largura,[era] muito mais acessível a embarcações de pequeno porte que o de Canavieiras. Daí o seu maior movimento fluvial, (...) de canoas de voga e outras, botes e lanchões de 15 a 20 toneladas, todos em contínuas viagens de comércio entre o Desterro e o arraial.” (Várzea, 1984:123)*

Quanto às lagoas da Ilha de Santa Catarina, conforme Duarte (1981), a Lagoa da Conceição e a Lagoa do Peri são as maiores, ambas situam-se no Setor Leste e podem ser caracterizadas como “... lagoas de barragem, separadas do mar pelo avanço de cordões arenosos.” (p.17). A Lagoa da Conceição, a maior delas, alonga-se na direção N-S, paralelamente ao Embasamento. “Dentro desse

*corpo d' água há áreas relativamente extensas de baixios arenosos, criados pela progressiva colmatção da lagoa...*" (p.18). Ela é na verdade uma laguna, onde se misturam águas doces e salgadas, sendo que *"... a salinidade diminui quando o "rio" da Barra se apresenta obstruído pelos sedimentos depositados por correntes litorâneas e pela ação das ondas, ..."* (p.18).

A Lagoa do Peri corresponde a um corpo d'água retido numa reentrância do Embasamento e *"... pela barragem efetuada por pequena extensão de sedimentos. Como não apresenta comunicação franca com o Oceano, pois sua superfície está acima do nível do mesmo, ela se constitui atualmente de água doce."* (Duarte,1981:18).

Além das lagoas da Conceição e do Peri há na Ilha de Santa Catarina outras pequenas lagoas

*"... como a Lagoinha Pequena na localidade de Rio Tavares (...). A pequena lagoa de maré na Baixada da Lagoinha de Leste (...) e a dos Naufragados na pequena Baixada do mesmo nome (...) estão em franca colmatção. Uma série de pequenas lagoas, nesse setor leste da Ilha, apresentam-se totalmente colmatadas. A maior delas ocupava grande espaço da Baixada (...), ao norte da localidade de Pântano do Sul."* (Duarte 1981:18).

Caberia traçar aqui algumas linhas sobre fontes d'água cujas ocorrências foram registradas por Almeida Coelho (1856), Callado (1951), Fontes (1965) entre outros. Comentando sobre a população que habitava a Ilha no século XVIII, Fontes (1965:59) diz que:

*"Centena e meia de casas se dispunham ao longo dos caminhos, mais ou menos tortuosos, em torno do núcleo inicial, (...), ou buscando o caminho dos olhos d'água e à beira da praia. Não havia outra água que a destas fontes, que rebentavam à flor da terra, entre a vegetação; ..."*

Almeida Coelho (1856:104-05), referindo-se ao abastecimento de água no século XIX, declara que *"... a cidade não é abundante de águas correntes, todavia, as que vertem da montanha (...) são excelentes, e pode dizer-se que muitas são as casas, que a tem para os usos domésticos, e mesmo para beber."*

Callado (1951: 138), referindo-se aos finais do século XIX, diz que

*"Além dos poços e fontes das residências particulares, havia (...) várias fontes públicas, onde os moradores mais pobres (...) iam recolher (...) o precioso líquido para as necessidades domésticas. (...) Assim, a tradição nos fala da fonte do Estevão Maneta no Campo do Manejo, da fonte da Carioca no largo do Senado, da fonte do rio da Bulha, também utilizada na lavação de roupas, e outras mais..."*

Fontes (1965) fala de algumas das fontes d' água que eram utilizadas pela população que orava no centro da antiga Desterro, as quais hoje suas águas estão canalizadas, como: a Fonte da Bulha, na Avenida Hercílio Luz; a Fonte da Palhoça, na atual Rua Vidal Ramos e a Fonte do Ramos, na atual Rua Sete de Setembro.

Do periódico desterrense Argus (edição de 24 de Junho de 1858) Callado (1951: 138) destaca este interessante trecho, como segue:

*"Há no largo do Senado, (...) (hoje largo do Fagundes, canto da Tenente Silveira) um terreno (...) com uma fonte de água de beber, que, desde muitos anos tem suprido a todos os moradores da Praça até a Figueira. Não só em tempo de seca, em que escasseia ou mesmo falta a água nas fontes públicas, como em todo o decurso do ano por ser aquela água de excelente qualidade (...) Pertencia este terreno a umas dignas Senhoras que tinham a bondade e a condescendência de permitir indistintamente a todos o uso daquela água, (...) Por falecimento de uma das proprietárias passou o terreno a herdeiros que o venderam e o comprador tratou logo de cercá-lo, deixando assim o povo privado de água. Houve, como é evidente, grande clamor, (...) então o (...) presidente da Câmara Municipal apressou-se em remediar o mal, (...) empenhando-se com o dono do terreno (...) este, mediante a indenização pela despesa, que já havia feito, o cedeu a Câmara, resultando, (...) o povo com mais uma fonte pública de excelente água perene..."*

Quanto à vegetação Klein (1969:7) diz que: *"Primitivamente, a Ilha de Santa Catarina, estava coberta por densa floresta tropical, fazendo parte da **Mata Pluvial da encosta atlântica do sul do Brasil**, a qual se caracteriza por densa formação arbórea ...."* Mais adiante este autor comenta o seguinte:

*"Atualmente, grande parte desta floresta primitiva, foi, sobretudo na Ilha de Santa Catarina, sucessivamente devastada, principalmente nas partes inferiores das encostas e nas planícies quaternárias, permanecendo como núcleos remanescentes, desta pujante floresta, apenas algumas manchas nos pontos de mais difícil acesso."* (Klein, 1969:7).

*"Possivelmente, um regular número de árvores seletivas higrófitas, portanto que se localizam de preferência nos inícios das encostas, já foram completamente extirpadas da Ilha de Santa Catarina. Assim como diversas espécies exclusivas e características das planícies quaternárias."* (Klein, 1969:7-8).

Através de relatos de viajantes europeus - que entre os séculos XVIII e XIX aportaram na Ilha de Santa Catarina - tem-se uma idéia da exuberância de sua vegetação. Por exemplo, o amplamente citado Amédée François Frézier, um militar francês, que esteve nesta Ilha em 1712, a caracteriza como sendo coberta por *"...uma floresta contínua de árvores verde o ano inteiro, não se encontrando*

*nela outros sítios praticáveis a não ser os desbravados em torno das habitações...*” (Frézier, 1979: 20).

Outro viajante, o inglês George Shelvocke, descrevendo a vegetação que observou na Ilha em 1719 diz que

*“... é toda coberta de matas inacessíveis, de forma que, com exceção das plantações, não existe uma só clareira nela toda. A menor das ilhotas ao seu redor igualmente abunda em uma grande variedade de árvores e arbustos cheios de espinhos, o que lhes veda totalmente o acesso. Quanto ao continente do Brasil propriamente dito, nesse lugar, pode ser, com justiça, chamado de uma vasta e contínua floresta.”* (Shelvocke, 1979: 46).

A descrição de George Anson, outro viajante inglês que visitou a Ilha de Santa Catarina em meados do século XVIII, não é diferente:

*“Está coberta de uma floresta de árvores sempre verdes, que, pela fertilidade do solo, são de tal maneira entremeadas de sarças, espinheiros e arbustos, que o todo forma um conjunto impossível de atravessar, a menos que se tome algum caminho que os habitantes fizeram para sua comodidade. Estes caminhos, e algumas terras (...), que nós desbravamos para se fazer plantações, são os únicos lugares da ilha que não estão cobertos de árvores. Os bosques proporcionam nesta ilha um perfume admirável, pela grande quantidade de árvores e de arbustos aromáticos que lá se encontram.”* (Anson, 1979: 67).

A presença de sarças, espinheiros e arbustos, citados por George Anson, constitui sintoma de vegetação secundária. Aliás, sabe-se que os colonizadores açorianos teriam usado primeiro as elevações, e isto significa desmatamento (Duarte, 2003)<sup>64</sup>.

Louis Choris um viajante russo que aportou na Ilha no início do século XIX, como os demais citados anteriormente, registra a exuberância da vegetação da Ilha:

*“De qualquer lado onde se ponham os pés na Ilha de Santa Catarina, descobrem-se sempre novas ocasiões para se extasiar ante a visão de inesgotável fecundidade da natureza. As florestas impenetráveis que cobrem as montanhas se prolongam por toda parte onde o cultivo não põe fim a seus progressos, conservando os vegetais cujas espécies são tão variadas como notáveis ...”* (Choris, 1979:260).

Segundo Antoine J. Pernetty, um viajante francês, integrante da expedição do navegador Louis A. de Bougainville que passou pela Ilha de Santa Catarina no ano de 1763,

---

<sup>64</sup> Comunicação pessoal.

“A história do reino vegetal da Ilha de Santa Catarina é tão variada quanto a do reino animal; as florestas estão cobertas de arbustos aromáticos e o perfume que se expande ...” (Pernetty, 1979:107).

“Quanto à madeira para lenha, depois de cortada na encosta da montanha, conduzimo-la até a praia e carregamos as chalupas. As espécies cortadas eram o cedro, o sassafrás, a canela e esta madeira brasileira que se usa para tingir.” (Pernetty, 1979:89).

“Observei palmeiras de uma altura prodigiosa, com um pé aproximadamente de diâmetro e retas como os juncos ...” (Pernetty, 1979:107).

“Entre os frutos que se comem, distingue-se particularmente o ananás; este fruto e sua planta são conhecidos hoje na Europa; mas nos climas mais quentes não tive o privilégio de sentir o sabor dos ananases do Brasil. Desenvolvem-se por si, sem cultura, e em grande abundância.” (Pernetty, 1979:107-108).

No primeiro quartel do século XIX, um viajante francês, Louis Duperrey ao mesmo tempo que relatava a exuberância da vegetação e a qualidade das madeiras da Ilha de Santa Catarina, também, registrava o seu desmatamento, dizendo que:

“A vegetação por toda parte é tão pujante que maciços de plantas parasitas impedem, em todas as direções, o passo do viajante que procura penetrar nas florestas. Diversas espécies de árvores fornecem uma madeira dura e pesada, própria a todos os usos, exceto à confecção de mastro de embarcações. [os habitantes da Ilha] Constroem com seus troncos, pirogas de uma só peça de cinqüenta pés de comprimento por três a quatro pés de largura.” (Duperrey, 1979:277).

“Após algum tempo, a exploração das florestas, que deu lugar a grandes cortes de madeira para a construção de navios, deixou muitas áreas descobertas (...) os cimos dos morros estão arrasados (...) vê-se já transparecer em muitos lugares as rochas (...) que constituem o esqueleto da ilha.” (Duperrey, 1979:277).

Por outro lado, é devido ao desmatamento a grande mudança que houve na vegetação e possivelmente no volume de água nos pequenos rios, na época da colônia. E antes deles, os Guarani que deram preferência aos depósitos pleistocênicos - mais altos, enxutos, planos e fáceis de neles serem cultivados a mandioca. Pode-se arrancá-la sem perdas de raízes (Duarte, 2003)<sup>65</sup>.

Entre os frutos comestíveis da Ilha de Santa Catarina relacionados por Mosiman & Reis (1975/1976) cita-se aqui os seguintes: *Psidium cattleianum* (araçá amarelo, araçá-vermelho), *Eugenia kleinii* (araçá-branco), *Eugenia nulticostata* (araçá-mulato, pau-mulato) *Rhedia gardneriana* (bacopari, mangastão-amarelo,), *Posoqueria latifolia* (baga-de-macaco), *Porcelia*

---

<sup>65</sup> Comunicação pessoal

*macrocarpa* (banana-de-macaco), *Eugenia umbelliflora* (biguaçu, guamirim), *Butia capitata* (butiá), *Campomanesia líttoralis* (guabiroba), *Arecastrum romanzoffianum* (gerivá), *Euterpis edulis* (içara, juçara, palmitreiro), *Attalea dúbia* (indaiá), *Inga sessilis* (inga-macaco), *Jacaratia spinosa* (jaracatiá, mamoeiro-do-mato), *Myrciaria trunciflora* (jaboticabeira), *Eugenia uniflora* (pitanga) *Bactris lindmaniana* (ticum, tucum).

Há cinco décadas Bigarella (1949) registrou que: os manguezais<sup>66</sup> existentes na Ilha de Santa Catarina “... estendem-se por largas áreas, penetrando mais ou menos profundamente nos rios que deságuam nas baías do Norte e do Sul.” (p. 116); acrescentando que:

“Atrás da zona de mangue, situa-se, freqüentemente, uma zona arenosa que representa, na maioria dos casos, um antigo manguezal entulhado pelas areias, tendo sua flora substituída pela restinga ...” (p. 117).

Segundo Reitz (1961, apud Duarte, 1969), as espécies vegetais características dos manguezais catarinenses são: *Avicennia shaueriana*, *Laguncularia racemosa* e *Rhizophora mangle* L.

Vannucci (1999:47), em um estudo dedicado aos manguezais, de um modo geral, diz o seguinte:

“O ecossistema manguezal é uma dádiva das marés. É uma formação entre-marés com limites superiores e inferiores distintos, que atingem seu melhor desenvolvimento em locais de marés moderadas, nem muito altas nem muito baixas; em áreas onde a planície costeira tem um declive suave e é regularmente inundada pelas marés; (...) onde existe abundante suprimento de nutrientes do escoamento superficial da água do mar (...). As árvores atingem maior crescimento em locais de águas calmas e ao longo de costas de baixa energia, bem protegidas das fortes correntes costeiras, ventos e movimento das marés, por restingas, recifes de coral ou baixios. A grande calma que predomina nos manguezais é em grande parte devida à tranqüilidade das águas, cujo nível sobe e desce vagarosamente com os ciclos das marés ...”

A vegetação dos manguezais pode ser de grande utilidade para as populações humanas, comenta Vannucci (1999:122) “... as espécies de *Avicennia* sempre foram usadas para diversos fins medicinais (...), sendo os mais importantes os tratamentos de lepra e diarreia.” Esta vegetação também pode ser usada para a obtenção de lenha, aliás, conforme esta mesma autora, “O melhor

---

<sup>66</sup> Bigarella (1949: 116) define manguezal pelo “... aspecto geográfico-geológico da formação em si, isto é, a associação vegetal caracterizada por certo número de halófitas que são designadas indistintamente por mangue, vicejando sobre bancos de lodo nas águas tranqüilas dos rios [estuarinos] e baías.”

carvão (...) com poder calorífico mais elevado e sem fumaça, é o obtido de achas de *Rhizophora*.” (Vannucci, 1999:121).

Entretanto, sabe-se que os colonizadores também usaram vegetação de mangue, cortaram muitas árvores, e o mesmo pode ter sido realizado pelos grupos anteriores, do período pré-colonial. Logo, esta vegetação um tanto desconsiderada nos dias atuais, foi modificada pelo seu uso.

A respeito da fauna que pode estar relacionada aos sistemas dos manguezais Lacerda (1999:191) destaca a: *ostra-do-mangue (Crassostraea rhizophorae)*, que colonizam troncos, raízes aéreas e escoras”. Acrescentando que “... pelo menos mais oitenta espécies de aves foram identificadas nos manguezais brasileiros.”

Através de seu conhecimento tradicional “...os pescadores e habitantes dos manguezais, (...) sabem onde e quando encontrar áreas de desova ou berçários das espécies que utilizam os manguezais com essa finalidade.”, ressalta Vannucci (1999:56).

Rosa (1918) referindo-se aos manguezais do litoral catarinense diz que, por serem habitados e freqüentados por diversas espécies de peixes, moluscos e crustáceos, eles constituem fonte de recursos alimentares para populações humanas. E, que também são locais de exploração de “... tabatinga empregada no fabrico da louça grosseira, no da telha e tijolos.” (p.11).

Mais especificamente sobre a pesca, muitos são os relatos de viajantes e historiadores sobre a potencialidade dos pesqueiros da Ilha de Santa Catarina. Por exemplo, Amadée F. Frézier, um viajante francês que aportou na Ilha em 1712, relata que

*“A pesca é muito abundante nas inúmeras enseadas da Ilha e da terra firme, onde se pode comodamente pescar; apanhamos peixes de quatro a cinco pés de comprimento, (...); encontram-se alguns menores (...), sem contar uma infinidade de sargos, carapaus, "machorans", roncadores, peixes-galo, peixes-rei, sardinhas, etc.”* (Frézier, 1979:24).

George Shelvocke referindo-se à pesca na Ilha no primeiro quartel do século XVIII diz que há “... grande abundância de diversas espécies de bons peixes, não lhes faltam ótimos lugares para lançar as redes de arrastão. Todas as suas baías e regatos estão bem providas de tainhas, grandes arraias, bagres, cavalinhas...” (Shelvocke, 1979:46).

Antoine J. Pernetty diz que ele e seus companheiros pescavam “...quase

*todos os dias e nossa canoa voltava sempre carregada de várias espécies de peixes, quantidade suficiente para distribuir entre os nossos tripulantes.”* (Pernetty, 1979:89).

Sobre locais de pesca na Ilha de Santa Catarina, em certas ilhas adjacentes e, inclusive, em algumas ilhotas, há várias referências em Várzea (1984), das quais se destacam algumas para ilustrar a diversidade de tais locais em um passado não tão remoto, começando pelo Pântano do Sul onde:

*“Muitas redes de arrastão lanceiam por toda a costa, principalmente no tempo do peixe de curso, que é excelente e coalha essa enseada, em mantas ou magotes enormes, de maio a outubro de cada ano.”* (p.88).

*“O costão da lagoa [da Conceição] forma, com o do Campeche e o de Canasvieiras, as três maiores praias da Ilha, deliciosas (...) e pela abundância do peixe, (...) verdadeiros e inesgotáveis pesqueiros, quer no verão quer no inverno, neste (...) é quando a enchova e a tainha de curso pululam perenemente, chegando a ser apanhadas às cem mil e mais em cada lanço das redes. No verão o peixe mais abundante é a corvina ...”* (p. 92).

*[Próximo da praia dos Ingleses] “... estão os Moleques do Norte e a ilhota do Badejo, assim chamada do nome desse peixe sempre aí encontrado. Tais ilhotas são áridas e desabitadas, muito freqüentadas todavia pelos pescadores de linha, principalmente no tempo da enchova, que coalha as águas, em mantas, pela quadra invernal.”* (p.96).

*“A pesca na Ponta das Canas é a ocupação mais comum do povo, como de resto a de toda a gente da costa catarinense, que reparte a sua atividade entre as roças e as redes, de onde auferem a subsistência.”* (p.96).

*“Entre a Ponta Grossa e a das Canas fica a praia de Canavieiras (...) , cortada (...) por vários riachos que só tem foz nas preamares, como o chamado do Meio, o do Canto, o do Pimentel e o do Brás. No tempo da pesca ao peixe de curso, (...), esta praia (...) oferece um espetáculo apreciável, toda malhada aqui e além, junto aos ranchos, de grupos de pescadores, em frente aos quais esperam o momento dos lanços as grandes canoas de voga, carregadas à popa com o montículo pardacento das redes passando muito acima das bordas ...”* (p.115).

*“Os lugarejos da Ilha que mantêm essas embarcações [baleeiras] na pesca da enchova são - a Ponta das Canas, o Rapa e os Ingleses, ao norte; e ao sul o Ribeirão e o Pântano. (...) essa pesca depende de viagens ao largo ou contra as costas das ilhotas distantes, muitas vezes por dias e dias.”* (p. 172).

Por outro lado, Krusenstern (1979:153) - que passou pela Ilha no início do século XIX – comenta que:

*“... de peixe nós realmente encontramos uma grande escassez; mas a estação, devido ao calor, não era favorável à pesca, que é considerada uma atividade muito lucrativa, exceto nos meses de verão. Os únicos barcos usados para esse propósito são canoas, cavadas em um único tronco, algumas das quais têm mais de trinta pés de comprimento, e somente três pés de largura: devido à sua estreiteza, embora elas possam*

*ser remadas a grandes velocidades, elas não podem pôr-se ao mar com mau tempo.”.*

A potencialidade das fontes de exploração de moluscos na Ilha, também foi registrada por George Shelvocke, no século XVIII, ao dizer que

*“Lá cada pedra e até mesmo as raízes das árvores à beira da água, abrigam uma deliciosa espécie de ostras verdes de pequeno tamanho. Da mesma forma, entre as pedras junto às praias pode-se encontrar o que comumente se chama de mariscos; (...) contendo uma substância amarela que se come crua, e que, em minha opinião, supera em sabor a toda a espécie de crustáceo que jamais provei. Também existem lagostins de tamanho extraordinário e, em nossas redes, nós algumas vezes capturamos os cavalos marinhos ...”* (Shelvocke, 1979:46-47).

Antoine J. Pernetty referindo-se aos moluscos que coletavam na Ilha, diz que chegou a receber em *“... um dia algumas centenas de ostras: (...) suas cascas tinham pelo menos cinco polegadas de diâmetro.”* Este viajante, também se refere à coleta de crustáceos, sendo que teria encontrado *“... num terreno úmido e pantanoso, uma quantidade prodigiosa de carangos [sic]; é uma espécie de caranguejo que se pega em terra, onde forma um lugar de refúgio.”* (Pernetty, 1979:101).

Sobre as possibilidades de se encontrar animais de caça na Ilha de Santa Catarina, conforme registros do século XVIII, estas teriam sido muito poucas para George Shelvocke (1979), porém esta não é a impressão de outros viajantes como Amadée F. Frézier que no início do século XVIII relata o seguinte

*“A caça não é menos abundante que a pesca; mas os bosques são de tão difícil acesso que é quase impossível de perseguir-se nele o animal e mesmo encontrá-lo quando abatido; os pássaros mais comuns são os papagaios, muito bons para comer, encontrados sempre juntos aos casais; umas espécies de faisões chamados de “gia-cotins”, mas de um paladar bastante menos delicado; os guarás, aves pescadoras, (...). A caça ordinária dos habitantes é o macaco, de que comumente se alimentam.”* (Frézier, 1979:24).

Antoine J. Pernetty comentando que iam caçar todos os dias na ilha e no continente relata que

*“Em uma destas caçadas pela ilha, seguimos (...) pelas margens de uma enseada que adentrava bastante na ilha (...) Costeando sempre pela praia, percebi na areia pegadas recentes de um animal de quatro patas, que me pareceu ser de um tigre [uma onça?].”* (Pernetty, 1979:90).

Louis Duperrey, no século XIX, fala que as florestas da Ilha de Santa Catarina

“... são habitadas por animais de diversas espécies. É na espessura de seus redutos que vivem os macacos, as preguiças, os tamanduás, as serpentes e uma espécie de grande lagarto que é facilmente capturado com um anzol, e cuja carne os brasileiros acham muito apetitosa.” (Duperrey, 1979:278),

René Lesson, um naturalista francês da expedição comandada por Louis Duperrey que aportou em 1822, também fala dos lagartos desta Ilha:

“Uma outra espécie de pescaria que não posso deixar de citar é a dos grandes lagartos, (...), que são apanhados com linhas de fio de latão [arames?], iscados com a gordura de porco. Este réptil é uma iguaria primorosa para os brasileiros, que apreciam singularmente sua carne almiscarada.” (Lesson, 1979:284).

Comentando sobre as aves da Ilha Louis I. Duperrey diz que “...as gaivotas, os ‘fous’, os abutres, os grou, os tucanos, os papagaios, são os mais comuns sem esquecer os brilhantes colibris ...” (Duperrey, 1979:278).

René P. Lesson observou que:

“Os mais belos pássaros animavam a orla da floresta, sendo os mais comuns sobretudo os ‘papa-moscas’ de longos fios, os tangarás bico de prata de plumagem vermelha-fogo e tricolores. (...). Os araçarís gritadores e os bizarros tucanos (...) menos freqüentes que o anu das savanas e o bem-te-vi (...) a marrequinha ...” (Lesson, 1979:284).

No trabalho de Olimpio (1995) encontra-se uma relação de mamíferos silvestres de médio e grande porte que, embora no presente não são registrados na Ilha de Santa Catarina, presume terem ocorrido - levando em conta, principalmente, a identificação que fez de restos faunísticos provenientes de sítios arqueológicos da Ilha de Santa Catarina - como segue: tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), bugio (*Alouatta fusca*), puma/sussuarana (*Felis concolor*), jaguatirica (*Felis pardalis*), gato-do-mato-pequeno (*Felis tigrina*), gato-maracajá (*Felis wiedii*), gato-mourisco (*Felis yagouaroundi*), onça-pintada (*Panthera onça*), anta (*Tapirus terrestris*), porco-queixada (*Tayassu pecari*), porco-cateto (*Tayassu tajacu*), cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), veado-mateiro (*Mazama americana*), veado-virá (*Mazama gouazoubira*), veado-bororó (*Mazama rufina*), veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*), capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*).

Encontra-se, também, em Olimpio (1995) uma relação de mamíferos silvestre de médio e grande portes registrados atualmente na Ilha: gambá (*Didelphis marsupialis*), tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), tatu-galinha

(*Dasypus novemcinctus*), tatu-mirim (*Dasypus septemcinctus*), tatu-rabo-mole (*Cabassous tatouay*), macaco-prego (*Cebus apella*), cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), coati (*Nasua nasua*), mão-pelada (*Procyon cancrivorus*), irara (*Eira barbara*), lontra (*Lutra longicaudis*), paca (*Agouti paca*), cutia (*Dasyprocta azarae*), ratão-do-banhado (*Myocastor coypus*).

Sobre a extinção de certas espécies de mamíferos na Ilha de Santa Catarina, Olimpio (1995:111) diz que:

*“Podemos considerar a extinção de 53% das espécies de mamíferos de médio e grande portes uma considerável redução na biodiversidade da Ilha, ocorrida num período de tempo bastante curto (aproximadamente 200 anos de efetiva colonização de origem européia).”*

#### 4.3. O AMBIENTE CULTURAL

Antes de tudo convém lembrar o que já se mencionou no início deste capítulo, que os sítios arqueológicos que testemunham as ocupações pré-coloniais Jê na Ilha de Santa Catarina constituem objetos que, como incontáveis outros, também fazem parte da paisagem moderna desta Ilha.

Para falar da relação destes objetos na paisagem de hoje, início do terceiro milênio da Era Cristã, buscou-se inspiração nas idéias de Santos (1978, 1996, 1997), já mencionadas no capítulo 4, mais precisamente no que se refere à questão do meio ambiente construído pelo homem e das **rugosidades**, ou seja aquelas heranças que ficaram do passado - as frações de formas naturais e artificiais criadas pelo homem em diferentes momentos.

Sob tal perspectiva pode-se dizer que os sítios arqueológicos do período pré-colonial, vistos sob a ótica do presente, constituem *rugosidades* - fatos, formas, palimpsestos - como o são também tantas outras formas resultantes dos diferentes momentos da história social da Ilha de Santa Catarina, e como tal são vistos à luz dos sentidos do presente, seja como objeto de pesquisa, de patrimônio cultural e de políticas de preservação.

Há na Ilha outros *sítios arqueológicos* de períodos posteriores e historicamente documentados, como as armações das baleias e as fortificações. Além disso, há inúmeras outras formas de *rugosidades*, como as praças públicas que continuam com a função de praça, mas que não as usamos da mesma maneira que há 30, 50 ou há 100 anos.

Por exemplo, a atual Praça XV de Novembro - segundo Fontes (1965:59), também conhecida como “... a *Praça da Matriz em cujo alto se erguia a pobre e velha igreja levantada por Francisco Dias Velho. ...*”, na década de 30, ou largo Quinze de Novembro como era denominada por Virgílio Várzea no final do século XIX - é assim descrita por este último:

“[o largo] ... *situado no coração da capital, estendendo-se desde o alto da Matriz até ao principal cais de desembarque, onde se achava o edifício do mercado velho, hoje demolido; (...). com um jardim ao centro, (...), todo gradeado em redor e onde se erguem uma pequena cascata, um interessante **chalet** chinês, grandes **corbeilles** de arbustos, maciços de flores e tufos delicados de grama, (...). Excelente ponto de atração e recreio, é o passeio público das famílias desterrenses, que nele se reúnem aos domingos de tarde, em grupos graciosos e alegres, com crianças em volta, arejando e expandindo-se em curtos mas continuados passeios pelas aléias, ao som de uma ou mais músicas militares, tocando peças escolhidas, nos coretos, entre árvores.*” (Várzea, 1984:28-29)

Aliás, inúmeras são as *construções antigas* – residenciais, comerciais, de serviços públicos - que no passado cumpriram determinadas funções, hoje nem sempre respondem pela função a que se destinavam - instaladas no centro, em bairros e distritos mais populosos e até mesmo em áreas mais despovoadas. Tais *rugosidades* da mesma maneira também constituem objetos culturais de diferentes momentos da história sócio-cultural que, ao lado de *construções modernas*, configuram a paisagem contemporânea da Ilha de Santa Catarina.

Assim, a atual paisagem da Ilha não deixa de ser resultado do processo de povoamento humano que teria se iniciado há mais de 40 séculos, contados a partir da chegada dos seus primeiros ocupantes, se estende por todos os períodos que se sucederam: pré-colonial, colonial, império, república até os dias atuais.

Muitas e muitas seriam as *rugosidades* que poderiam ser evocadas para identificar as diferentes etapas do processo de povoamento humano da Ilha de Santa Catarina, sendo que atualmente este vem acontecendo em ritmo acelerado devido ao crescente desenvolvimento urbano impulsionado por políticas voltadas, principalmente, ao desenvolvimento do turismo.

Observando a paisagem atual nota-se em diferentes pontos da Ilha as *rugosidades* de suas etapas passadas, através das quais é possível remontar alguns aspectos das vivências que aqui se sucederam. Assim é que na parte mais estreita entre as terras da Ilha e as do continente encontra-se a ponte Hercílio Luz

estabelecendo uma ligação entre ambas as terras. Sua inauguração em 1926 permitiu que se ampliassem as comunicações da Ilha com o continente. Paralelamente, desde a sua inauguração, esta ponte também passou a ser vista como um dos *ícones* da Ilha, transformada inclusive em *cartão postal*. Posteriormente, após a sua desativação em 1982, a sua função de meio de comunicação foi substituída pela de patrimônio cultural reforçando o sentido de *ícone*.

Locais de antigas aldeias de pescadores relatadas por Virgílio Várzea (1984) hoje foram transformados em balneários turísticos. Um exemplo de tais transformações é dado por Peluso, (1984:240), destacando que:

*“As aldeias de pescadores permanecem ainda em locais isolados, de difícil acesso. Uma delas, por exemplo, a Barra da Lagoa, pertencia a esse tipo. Quando o isolamento cessa, devido à construção de estradas modernas, a aldeia desorganiza-se, e se o sítio é atraente, as condições de vida mudam inteiramente. Isto aconteceu com a Barra da Lagoa. A construção da estrada de rodagem levou à aldeia os veranistas, que dela tomaram conta. Bares e restaurantes enchem o velho povoado, agora com casas urbanas. (...). Os barcos de pesca e os pescadores continuam na Barra da Lagoa, objeto de curiosidade por parte dos turistas.”*

Estas antigas aldeias que permaneceram “isoladas” até meados do século XX, talvez não eram muito diferentes daquelas que em 1847 Saint-Hilaire (1978:135) assim descreve seus habitantes: “... os colonos de Santa Catarina passam a vida em cima de uma canoa. (...), que não têm por alimento senão peixes, moluscos e farinha de mandioca, ...”

Estes colonos a que se refere o autor são os colonizadores açorianos que chegaram até a Ilha por decisão da Corte Portuguesa. Segundo Cabral (1970:61):

*“... em agosto de 1746, decidiu o Conselho Ultramarino - fazer o povoamento do litoral sul do Brasil com elementos retirados do arquipélago açoriano e, em 1748, pôde o Brigadeiro [Silva Paes] receber a primeira leva de povoadores, que viriam dar novo impulso à terra catarinense e marcá-la com o cunho particular e característico da sua formação cultural.”*

Nos registros de Saint-Hilaire ([1847]1978) há referências às armações de pesca da baleia, empresas instaladas no período colonial, cujos vestígios - hoje transformados em sítios arqueológicos - se encontram, por exemplo, nos fundos de algumas construções na Praia da Armação, antiga Armação da Lagoinha, sul da Ilha. Sobre as mesmas aquele autor diz o seguinte: “À época de minha viagem [1847] existiam, só na Província de Santa Catarina, seis armações, (...) a da

*Lagoinha, na costa oriental da Ilha de Santa Catarina, instalada em 1772 ...”*  
(p.161).

Referindo-se a esta armação Várzea (1984:8) relata o seguinte:

*“A Armação da Lagoinha tirou o nome da pequena lagoa [Lagoa do Peri] que há nessa paragem e que abre para o oceano por estreito ribeiro: tirou-o também do posto de pesca da baleia (...). Neste sítio existe ainda a capelinha, sob a invocação de Sant’Ana, erigida pela referida empresa para nela ouvirem missa e se confessarem os arpoadores e tripulantes das baleeiras, quando a pesca começava, descendo o sacerdote em seguida até à praia a benzer as embarcações que iam fazer-se ao mar.”*

Também do período colonial há na Ilha e ilhas adjacentes, marcos da política defensiva portuguesa no sul do Brasil – as fortificações planejadas e construídas pelo Brigadeiro Silva Paes, a partir de 1738. Pelo que relata Cabral (1970:59), a passagem de Silva Paes por Santa Catarina em 1736, resultou na *“...vinda do primeiro contingente militar destinado a guarnecê-la, pois (...) havia necessidade de estabelecer uma defesa na Ilha, a fim de que pudesse servir de apoio e ponto de abastecimento à conquista sulina.”*

A respeito da incumbência de Silva Paes, diz Cabral (1970:60) que:

*“Não se limitou o Brigadeiro, (...), a levantar uma fortificação (...), mas estabeleceu um verdadeiro plano de fortificações, tendo iniciado a construção da fortaleza de Santa Cruz, na ilhota de Anhatomirim, (...). Em seguida, deu começo à construção do forte de São José da Ponta Grossa [na Ilha de Santa Catarina], (...), e ao levantamento do de Santo Antônio dos Ratores, na ilha do Raton Grande, (...). Depois, em 1741, deu Início à fortificação da barra do sul, com o forte de Nossa Senhora da Conceição na Ilha de Araçatuba.”*

Atualmente, tais fortificações, que se encontravam em ruínas até as décadas de 70 e 80, depois de submetidas a pesquisas arqueológicas, algumas das antigas edificações que compõem cada conjunto foram restauradas e outras totalmente reconstruídas, como é o caso da de São José da Ponta Grossa, da qual só restavam duas paredes da *casa do comandante* (que hoje abriga uma exposição sobre aspectos do cotidiano da época de sua função militar) e os alicerces do *quartel da tropa*.

Em 1711, havia na Ilha de Santa Catarina, segundo Fontes (1965) *“... vinte moradores, pouco mais ou menos, o que deve entender-se como vinte donos de casas, os quais, (...), se agrupavam em torno de uma ermida, que era a sua Matriz.”* (p. 21). Esta matriz já existia por volta de 1679, quando o paulista Francisco Dias Velho, empreendeu bandeira de povoamento na Ilha de Santa

Catarina, trata-se da “... Igreja de Nossa Senhora do Desterro, construída de pedra e cal e ornada com altar-mor e colaterais e imagens.” (Fontes, 1965:12). Embora esta construção tenha desaparecido, o local de sua instalação não deixa de ser um referencial histórico, uma vez que aquela pequena ermida, constituiu a primeira igreja da Ilha e “... foi construída no centro da atual Praça 15 de Novembro no ano de 1651.” (Boiteux, 1912:168-169). Pauli (1987:128): comenta que “Possivelmente Francisco Dias Velho residisse na praça dianteira, pelo lado do Palácio do Governo (hoje Palácio Cruz e Sousa), em vista da excelente situação em relação à igreja e a presença de água correndo pelos fundos.”

De acordo com Fontes (1965:17), Dias Velho teria impedido

*“... que o castelhano na Ilha se estabelecesse, prendendo mesmo corsários que andavam a percorrer a costa e que de Santa Catarina faziam ponto de refúgio e estação de abastecimento de víveres e aguada. Estavam fundadas as duas barreiras às pretensões de Castela: São Francisco e Santa Catarina.”*

Por outro lado, informações dando conta de que no século XVI, quando Dias Velho chegou na Ilha de Santa Catarina, não havia mais nenhuma ocupação Guarani são comuns e se apóiam em documentos como este que se encontra em Pauli (1987:59):

*“A ausência de índio, que já vinha desaparecendo da costa catarinense desde tempos anteriores a 1600, facultava a ocupação relativamente pacífica das terras<sup>67</sup>, sobretudo das ilhas. Uma carta enviada pelo espanhol Juan Ortiz de Zarate, em 29 de março de 1576, revela que o despovoamento indígena começara pela Ilha de Santa Catarina. Em 1635 o missionário Inácio Sequeira declara a Ilha totalmente deserta.”*

Recuando mais no tempo, destaca-se a época dos primeiros contatos entre os exploradores europeus e a população Guarani, relatados por viajantes do século XVI como o espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca e o alemão Hans Staden, entre outros.

Entretanto, já entrando no período pré-colonial as rugosidades se fazem presentes na paisagem desta Ilha através dos sítios arqueológicos localizados em Ingleses, Rio Tavares, Pântano do Sul, nas proximidades da Lagoa da Conceição. Parece que procuravam instalar suas áreas de moradia em locais onde também poderiam fazer suas roças de mandioca, um dos seus principais cultivos. Aliás, foi a partir dos grupos de Tradição Guarani que as inter-relações homem e ambiente

---

<sup>67</sup> Grifo nosso; é de questionar se de fato eles não mais estavam nestas terras, ou se era conveniente para os colonizadores assim declarar.

foram acrescentadas de outros tipos de interferência, uma vez que a prática da agricultura exige espaços sem outra vegetação. – o que deveria implicar na preparação das roças (abertura, limpeza e plantio) e na introdução de vegetais domesticados.

Por outro lado, considerando que comprovadamente a agricultura foi introduzida na Ilha há seis ou sete séculos - pelos grupos de Tradição Guarani, pode-se dizer que a maior parte do longo período de tempo da ocupação humana na Ilha de Santa Catarina, as interferências antrópicas no seu meio limitavam-se, - além de retirar dele os recursos necessários às suas existências – às construções dos espaços de moradia, de trabalho e outras atividades cotidianas.

Antes da população de Tradição Guarani se instalar na Ilha de Santa Catarina, ela vinha sendo habitada pela população pré-colonial Jê, cuja inovação pelo que se pode deduzir, foi a introdução da produção de cerâmica – uma vez que os caçadores-coletores que os antecederam não a produziam. Talvez este fato tenha provocado um certo desmatamento da Ilha, devido a necessidade de obterem mais combustível para a queima da mesma - além daquele destinado à manutenção de fogueiras que serviam para cozinhar alimentos ou, ainda, para se aquecerem, afugentar animais, fabricar artefatos, entre outras funções. Podendo-se também incluir, neste caso, algumas modificações que causaram nos locais de obtenção de argila. Devendo-se ressaltar que, no entanto, não se tratava de uma grande indústria e que por isso as modificações não deveriam ser muito marcantes.

#### *4.4. A ILHA DE SANTA CATARINA E A POPULAÇÃO PRÉ-COLONIAL JÊ*

Em se tratando da Ilha de Santa Catarina enquanto local de ocupação da população pré-colonial Jê, considera-se, como já foi mencionado, o fato de outras ilhas do arquipélago também terem sido habitadas pela referida população, e/ou serviram de locais de pesca, sua principal atividade de subsistência.

Não se pode ignorar, todavia, que em algumas destas ilhas - como na Ilha de Santa Catarina - foram produzidas inscrições rupestres, indicando, nestes casos, que foram mais do que locais de moradia e/ou de pesqueiros, mas também de manifestações simbólicas.

Não se sabe se a população pré-colonial Jê praticava algum tipo de plantio, o que não se descarta de todo, porém devido à falta de indícios não se incluiu

neste estudo questões nesta direção – como por exemplo, identificar terrenos propícios para fazerem suas roças. Entretanto, é incontestável – conforme comprovam as evidências arqueológicas apresentadas no capítulo a seguir - que teria feito da pesca um dos seus principais meios de subsistência.

Sobre os possíveis locais que os membros desta população poderiam dispor para pescar, Duarte (2003)<sup>68</sup> aponta os seguintes ambientes:

*“... mar aberto, baías mais abertas como a Norte na área de Daniela, Jurerê, Canasvieiras, ou mais fechadas como o restante da Baía Norte e Baía Sul, além das reentrâncias destas. Pequenas enseadas dentro dessas baías tinham talvez maior variedade de peixes onde havia maior alimentação para estes, ou onde era seu “berçário” – aquelas enseadas com mangues: 1) entre Daniela e Sambaqui, entrando pelo estuário do Rio Ratoles; 2) a do Itacorubi; 3) a do Rio Tavares, trecho entre Saco dos Limões e mangue do Rio Tavares até a ponta norte da Base Aérea; 4) da Baía do Ribeirão (junto ao sítio Tapera da Base Aérea. Mas há também no continente: defronte à Palhoça, delta do Cubatão, no estuário do baixo curso do rio Biguaçu e área do estuário do Maciambu. Os próprios estuários seriam ambientes para pescar. Nestes e nas áreas de mangues havia caranguejos, aves, e defronte a eles bancos naturais de moluscos como o que há na Enseada do Itacorubi, Baía do Ribeirão e “Baía” ou Enseada do Saco dos Limões até a Base Aérea. Mas há também no continente **ou** havia naquela área que está sendo aterrada defronte à Campinas. Como a Ilha é uma ilha eles poderiam esgotar frutas e animais (mamíferos, répteis), mas os peixes não. Se a preferência fosse mamíferos terrestres poderiam ir ao continente ou então mudar após o esgotamento destes na Ilha.”*

Estudos dedicados a habitantes de ilhas devem levar em conta alguns fatores ou características próprias para os quais não há correspondentes em estudos sobre os de continentes. Por exemplo, Diegues (1998) em um estudo de sociedades insulares - mais particularmente de moradores de pequenas ilhas sejam costeiras ou oceânicas – destaca alguns fatores incluídos nas representações de tais sociedades sobre o viver em ilhas, espaços marítimos distinto dos do continente, dos quais estão separadas física, social e simbolicamente.

Ressalte-se que, embora este autor focalize de um modo geral sociedades contemporâneas - descontando-se certos aspectos que só podem ser observados em sociedades vivas e/ou porque só dizem respeito a práticas de sociedades capitalistas – as considerações de caráter mais abrangente fornecem elementos para se pensar as populações pré-coloniais de um modo geral e mais

---

<sup>68</sup> Comunicação pessoal

particularmente a população pré-colonial Jê que ocupou a Ilha de Santa Catarina, a preocupação deste estudo.

É certo que esta ilha está muito próxima do continente - o que reduz as limitações de um isolamento do mesmo, porém, há de se concordar com Diegues (1998: 50), quando diz que:

*“... o elemento básico da sociedade insular não é a presença física do mar, mas as práticas sociais e simbólicas desenvolvidas em relação ao mar, representado pelos ilhéus de várias maneiras: obstáculo, e também, caminho para o contato com outras sociedades, espaço de trabalho e de representações simbólicas.”*

Aliás, somente nas últimas décadas é que se começou a tratar das particularidades dos habitantes de ilhas. As atenções dispensadas à questão das ilhas sob a perspectiva das ciências sociais foi inspirada em estudos

*“...das ciências naturais ou da Geografia Física, através da Biogeografia. No campo específico da Antropologia e da Etnologia é interessante observar que os fundadores dessa ciência, como Radcliffe-Brown, Malinowski e Firth, estudaram a organização social de populações de ilhéus, nas primeiras décadas deste século. Em nenhum desses estudos, no entanto, esses povos e comunidades são analisados como ilhéus, moradores de ilhas ...”* (Diegues, 1998:60).

Trata-se de pensar esta população em termos de sua convivência em uma ilha, as comunicações com o continente em busca de certos recursos e/ou para contatar com os habitantes da terra firme, seja de mesma ou até, quem sabe, de outras tradições culturais. A evocação de tais movimentações traz a tona as locomoções em corpos d'água, o que implicava na fabricação e utilização de embarcações - incluindo-se aí não só outros saberes mas também a exploração de madeira ou casca de árvores para as mesmas.

Outro aspecto que surge ao se falar de povoadores de ilhas marítimas é a vinculação destes com práticas pesqueiras. Embora não se possa caracterizar a população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina, como sendo de pescadores de ambientes exclusivamente marinhos - uma vez que, conforme dados apresentados no capítulo a seguir, teriam explorado intensamente áreas de manguezal - há dados que atestam a exploração de recursos marinhos.

Portanto, seja em maior ou menor intensidade o fato é que também pescavam no mar, ambiente que, como destaca Diegues (1998:57) é

*“... instável e imprevisível. O mar, espaço de vida dos pescadores marítimos, é marcado pela fluidez das águas e de seus recursos, pela instabilidade contínua provocada por fatores meteorológicos e*

*oceanográficos, pela variação e migração das espécies, seus padrões de reprodução, migração, etc. A vida no mar é também marcada (...) por temores e medos, acidentes e naufrágios ...”*

Em síntese, a relação particular com o mar - que pode ser lugar de trabalho, de sobrevivência - deveria implicar em profundo conhecimento sobre “O mar [que] pode ser tranquilo, caprichoso, ameaçador, símbolo da vida, mas também da morte.” (Diegues 1998:53).

Por outro lado, levando-se em conta o destaque acima, não se poderia deixar de pensar nas estratégias desenvolvidas pela sociedade pré-colonial Jê para dominarem diferentes ambientes de áreas costeiras, e mais particularmente aquela que ocupou a Ilha de Santa Catarina e as demais ilhas. Estas estratégias deveriam ser bem diferentes daquelas que os habitantes do planalto tiveram que desenvolver para dominar o seu ambiente, bem como foram diferentes as representações que tais sociedades deveriam fazer de suas respectivas paisagens. Provavelmente, estaria aí, na relação com o ambiente desta ilha e seu respectivo arquipélago, uma das características particularizantes da população em estudo.

## 5. A POPULAÇÃO PRÉ-COLONIAL JÊ DA ILHA DE SANTA CATARINA

Para dar visibilidade ao sistema de assentamento da população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina (Mapa 1), o ponto central desta tese, reuniu-se dados arqueológicos que, em sua maior parte são provenientes de escavações sistemáticas realizadas nos sítios Tapera, Caiacanga-Mirim, Ponta do Lessa e Rio do Meio, cujos registros apontam para áreas de residências.

Antes de mais nada, convém esclarecer que nos sítios Caiacanga-Mirim e Rio do Meio os registros arqueológicos representam ocupações de uma única tradição cultural, no caso a pré-colonial Jê. No sítio Tapera, além desta tradição cultural, também ocorreu uma ocupação posterior, de Tradição Guarani; e no Ponta do Lessa, foram constatadas duas outras: uma anterior de caçadores-coletores e uma posterior de Tradição Guarani.

Deve-se reafirmar, entretanto, que não são os sítios arqueológicos o enfoque deste estudo mas os grupos pré-coloniais Jê que neles deixaram suas marcas, tendo em vista suas particularidades em termos das relações que mantiveram com o ambiente. Portanto, não cabe aqui entrar nos detalhes das ocupações de outras tradições culturais, nem incluir a questão sobre as possíveis relações entre os grupos pré-coloniais Jê com o Guarani – a considerar que na época da chegada dos primeiros contingentes Guarani, a Ilha ainda continuava ocupada pelos primeiros citados.<sup>69</sup>

Os dados arqueológicos provenientes das escavações sistemáticas dos sítios Tapera, Caiacanga-Mirim, Ponta do Lessa e Rio do Meio, constituem-se, como já foi dito, em grande parte de vestígios da cultura material, manifestada pelas categorias de artefatos, de ecofatos e de features, testemunhando as inter-relações desta população com o seu respectivo meio.

Neste caso, mais especificamente os dados referentes aos ecofatos orgânicos e inorgânicos - por representarem itens explorados pela população pré-colonial Jê - tornam-se importantes indicadores da variedade de recursos consumidos pela mesma. Desta maneira, foram cruciais para este estudo na medida em que evidenciam aspectos das relações que os grupos pré-coloniais Jê mantiveram, sob as mais diferentes motivações, com a paisagem da Ilha de

---

<sup>69</sup> Tendo em vista a já mencionada datação de 910 A.P. atribuída a uma ocupação Guarani (cf. De Masi, 2001).



Santa Catarina, e com as áreas de seus entornos - incluindo o mar, as ilhas e o continente – mais próximos ou mais distantes.

Considera-se locais mais distantes aqueles que, ao serem visitados por estes grupos, implicavam em pernoite fora da aldeia, ou melhor, quando os trajetos de ida e volta de suas excursões - por terra ou por via aquática - não poderiam ser percorridos num mesmo dia.

Aliás, a possibilidade de que se deslocassem para áreas mais distantes, inclusive do continente, através de algum meio de transporte aquático pode ser deduzida pelo simples fato de terem se instalado nesta Ilha e em outras ilhas do arquipélago. Tal prática também é sugerida pela pesca efetuada pelo grupo que ocupou o Rio do Meio, que incluía a de certos mamíferos aquáticos - golfinho comum, (*Delphinus delphis*), golfinho pintado do atlântico (*Stenella frontalis*), golfinho de dentes-rugosos (*Steno bredanensis*) e boto nariz de garrafa (*Tursiops truncatus*) – cuja apreensão dependeria de algum tipo de embarcação (cf. Castilho 1999). Outro dado a reforçar tal suposição tem haver com os habitantes da ocupação Tapera, segundo Scherer (2004)<sup>70</sup>, alguns indivíduos apresentam indícios de terem usado constantemente seus braços para impulsionar remos.

Ao se evocar a possibilidade de deslocamentos através de algum meio de transporte aquático, não se pode esquecer que também deveriam ter seus portos, como os Waiãpi que instalavam suas roças nas proximidades de bons portos, para terem acesso fácil ao rio ou igarapé (Gallois, 1981).

Por outro lado, considera-se que a distribuição das antigas ocupações da Tapera, Caiacanga-Mirim, Ponta do Lessa e Rio do Meio na paisagem da Ilha de Santa Catarina não se deu aleatoriamente, mas que o posicionamento de cada uma delas é resultado de decisões, previamente pensadas, da população do passado em escolher aqueles locais para construírem seus espaços de moradia.

Em tais decisões poderiam ter tido, pelo menos em parte, preocupações com fatores ambientais, como aqueles destacados por Viertler (1987) - referindo-se às motivações que permeiam a escolha do local para a instalação de aldeias Bororo – que, entre outros, estariam condicionados a terreno drenado para a construção de suas casas; facilidade de acesso à água potável e outros itens como caça, peixes, lenha, plantas medicinais, além de proteção contra inimigos

---

<sup>70</sup> Vem desenvolvendo um estudo sobre os membros superiores da coleção esquelética proveniente da antiga ocupação Tapera. (Comunicação pessoal).

humanos e animais.

Consideram-se também as *áreas de captação de recursos* – os entornos das ocupações Tapera, Caiacanga-Mirim, Ponta do Lessa e Rio do Meio (Mapa 2) - tendo em vista observar quais os ambientes que, localizados nas proximidades das mesmas, poderiam ser explorados cotidianamente pelos seus habitantes.

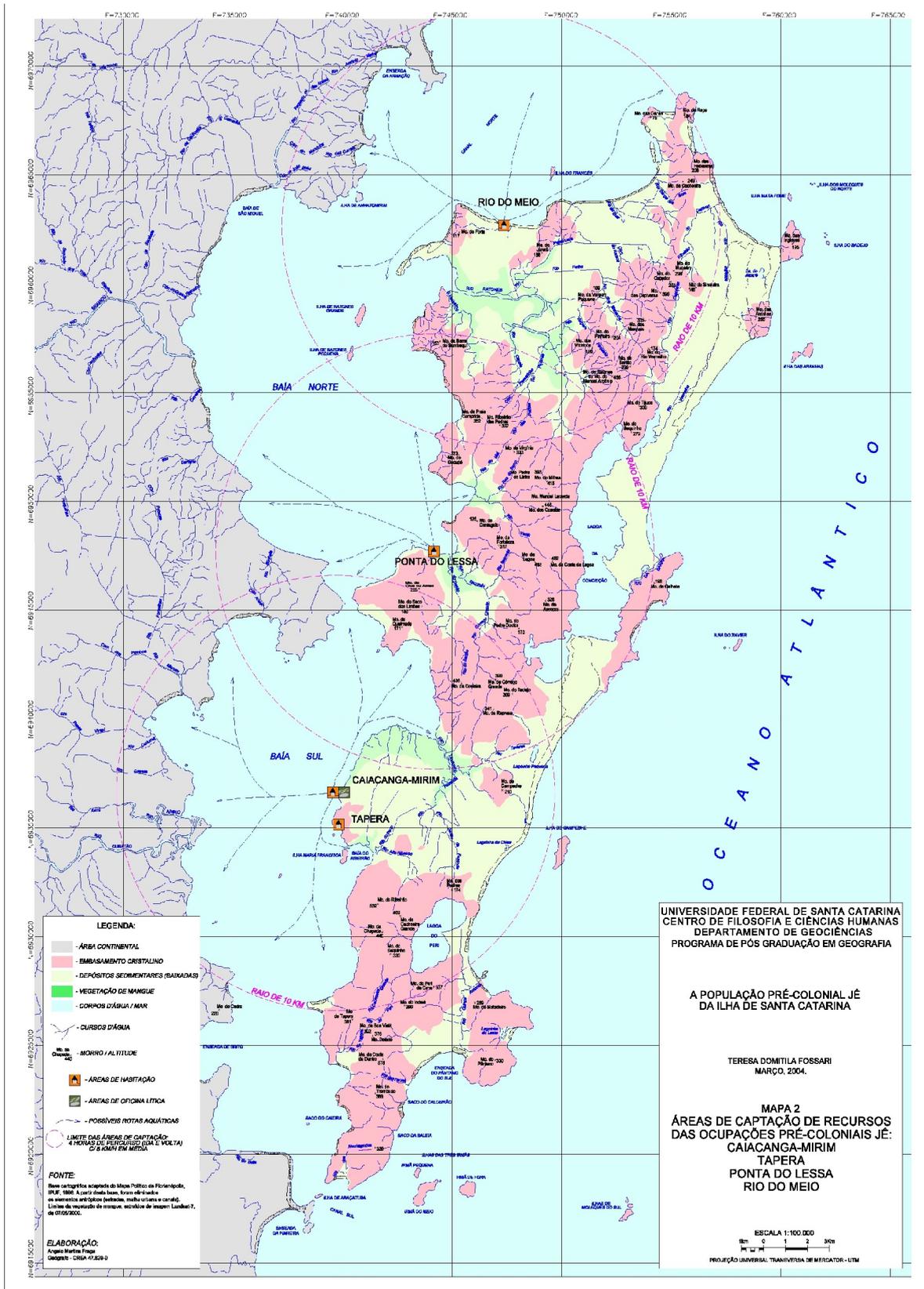
Desta maneira, julgou-se procedente incluir neste estudo os outros dez sítios arqueológicos que, do mesmo modo, sugerem espaços construídos - aldeias permanentes ou acampamentos<sup>71</sup> - por grupos pré-coloniais Jê nesta Ilha. Registrados através de levantamentos sistemáticos, nenhum deles foi submetido à escavação sistemática. Por este motivo ainda não se dispõe de um conjunto de dados arqueológicos sobre as ocupações que representam, contando-se apenas com aqueles - provenientes do material coletado em suas superfícies - que permitem relacioná-los aos grupos pré-coloniais Jê. A localização de cada um destes dez sítios arqueológicos também indica os locais que teriam sido previamente selecionados, pelos referidos grupos, na paisagem da Ilha de Santa Catarina para construírem seus espaços.

Sob tal perspectiva, ao conjunto dos antigos espaços de moradia, submetidos ou não a escavações arqueológicas, acrescentou-se, ainda, aqueles que sugerem outras funções, as inscrições rupestres e as oficinas líticas. Tais espaços, com já se mencionou, apontando para áreas de atividades específicas, constituem locais de representações simbólicas, no das inscrições rupestres e de trabalho, no caso das oficinas líticas.

Quanto às inscrições rupestres, como foi dito no capítulo 1, há indícios - como o fragmento de plaqueta óssea com um desenho que se repete em certas inscrições rupestres da Ilha de Santa Catarina (Figura 01) – que apontam para possibilidade de que teriam sido produzidas pelos referidos grupos. Por outro lado, observando-se que certas oficinas líticas da Ilha estão associadas espacialmente tanto a ocupações pré-coloniais Jê, quanto a inscrições rupestres – sendo que com estas a associação parece ter sido constante – julgou-se ser possível a inclusão das mesmas neste estudo, porém, como já foi dito, em caráter de exercício. Desta maneira, tais evidências são vistas aqui como possíveis extensões das áreas de habitação - aldeias e/ou acampamentos - da população pré-colonial Jê.

---

<sup>71</sup> Escavações futuras poderão esclarecer a função dos mesmos - se permanente ou esporádica.



Por outro lado, os aspectos da distribuição das diferentes unidades espaciais (locais de moradia e locais de atividades específicas) na paisagem da Ilha de Santa Catarina, também podem ser indicativos de certas singularidades do sistema de assentamento pré-colonial Jê nesta área. Além disso, tais unidades espaciais se acham distribuídas em diferentes pontos da Ilha, o que permite conceber a Ilha inteira como o território<sup>72</sup> destes grupos, ou seja o macro assentamento.

O fato, aliás, de terem se instalado nesta Ilha, talvez não estivesse limitado a motivações de âmbito econômico – pelo que poderia oferecer em termos de fontes de alimentos e de matérias-primas para produção de artefatos - mas do mesmo modo de âmbito simbólico. Uma das características das relações das sociedades indígenas brasileiras com o seu território, convém lembrar, está no fato de que também são simbólicas (Tassinari, 1995).

Do mesmo modo, entende-se que outras ilhas do arquipélago também teriam feito parte do sistema de ocupação pré-colonial Jê - podendo ser vistas como extensão do território da Ilha de Santa Catarina - levando em conta, como já foi dito, as evidências arqueológicas das ilhas do Arvoredo, Campeche, Coral e Moleques do Sul.

### *5.1. AS OCUPAÇÕES TAPERA, CAIACANGA-MIRIM, PONTA DO LESSA E RIO DO MEIO*

Procurou-se reunir aqui dados arqueológicos que sob diferentes aspectos permitem caracterizar as inter-relações da população pré-colonial Jê com a paisagem da Ilha de Santa Catarina. Deste modo, buscou-se levantar: 1) aspectos sobre as particularidades dos diferentes locais que ela teria selecionado e os transformado em espaços de suas moradias; 2) alguns itens da seleção e coleta de matérias-primas para a elaboração dos seus instrumentos de trabalho; 3) algumas espécies de animais que teriam sido utilizados como recursos alimentares, além da indicação dos sepultamentos que foram encontrados e das datações que já foram obtidas.

Por outro lado, os dados aqui reunidos, também permitem observar tanto os aspectos que poderiam ser considerados comuns entre as quatro ocupações,

---

<sup>72</sup> O termo território aqui empregado diz respeito às áreas que habitualmente exploravam através da coleta, da pesca ou da caça.

quanto os que, marcando suas particularidades, apontam para as diferenças entre elas.

### 5.1.1. A ocupação Tapera

#### 5.1.1.1. Histórico

As evidências dessa antiga ocupação foram descobertas em 1960, reveladas pela exposição de um esqueleto humano durante a retirada de areia - de um local contíguo à praia da Tapera (Figura 08), na parte vegetada, mais alta que a atual - para ser utilizada em construções<sup>73</sup> Este sítio, como o Caiacanga-Mirim e o Rio do Meio, por estar encoberto de areia, só passou a ter visibilidade a partir de uma interferência acidental que o destruiu em parte. Ao examinar a área, naquela ocasião, Rohr (1966) verificou que a exploração de areia atingiu uns 40m<sup>2</sup> da área arqueológica, constatando tratar-se de um sítio arqueológico semelhante ao Caiacanga-Mirim.

O arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr, durante os anos de 1962 a 1966, realizou as escavações na *Jazida páleo-etnográfica da Praia da Tapera* - como denominou os vestígios desta ocupação pré-colonial Jê. Estes trabalhos estenderam-se por “... um período de quatro anos (...); sendo duzentos e dez dias dedicados, exclusivamente, aos trabalhos de campo.”, comenta Rohr (1967a:721) sobre sua pesquisa.

Os resultados da mesma constam das publicações de Rohr (1966, 1967a, 1967b, 1967c, 1967d, 1967e, 1968a, 1968b), das quais extraíram-se as informações sobre as escavações, bem como, os dados que caracterizam as evidências arqueológicas que este arqueólogo colocou a descoberto. Também foram utilizados alguns dados apresentados por Schmitz (1996), Silva (1990) e Silva et al. (1990), que fizeram releituras da documentação arqueológica produzida pelo Pe. João Alfredo Rohr, a partir de sua longa jornada de trabalho junto à ocupação da Tapera.

Posteriormente, ficou constatado que esta área teria sido re-ocupada, por uma população de Tradição Guarani, diagnosticada pelos mais de 20.000 cacos de cerâmica, com características que apontam para uma produção de grupos filiados a esta Tradição, coletados nos estratos mais superiores do referido sítio.

---

<sup>73</sup> A exploração de areia danificou uma área de 40m<sup>2</sup> da parte do sítio que se encontrava junto à desembocadura do Rio da Era.



Figura 08 – Vista parcial da área da antiga ocupação Tapera.  
Após as bananeiras situa-se o Rio da Era.  
Foto: Teresa Fossari

As datações disponíveis são de 810 ± 180 anos d.C. (SI-245); 920 ± 180 d.C. (SI-246) relacionadas à ocupação pré-colonial Jê e 1.400 ± 70 d.C (SI-244) relacionada à Tradição Guarani.

#### 5.1.1.2. Localização e aspectos da paisagem

A ocupação da Tapera (Mapa 3) tinha no seu entorno algumas condições como as mostradas nas Figuras 09 e 10, e segundo Duarte (2003)<sup>74</sup>

*“... assentava-se sobre uma praia antiga limitada pela praia atual, ambas voltadas para sudoeste na área de domínio da Baía Sul, tendo defronte a Ilha das Laranjeiras, pequena ilha rochosa. O depósito praial encontra-se numa reentrância da elevação rochosa ao sul da Base Aérea, e é cortado no extremo noroeste, junto à rocha, por um rio que constituía pequena bacia na área daquela elevação.” [Rohr (1966) refere-se como Rio da Era].*

*“O Rio da Era tem uma bacia hoje toda ocupada pela população que a descaracterizou, havendo apenas pequeno trecho a descoberto do leito fluvial encaixado. Trata-se de bacia aberta e ampla sobre a elevação de rochas cristalinas intensamente alteradas pela ação do intemperismo. A alteração supérgena gerou espesso regolito que facilitou a erosão rebaixando a área da bacia. O regolito deve ter sido uma das fontes de argila para a cerâmica elaborada pelo grupo que ali viveu.”*

*“Sobre o regolito de rochas ígneas o pequeno vale se desenvolveu bastante aberto tendo um trecho embaciado com diminuição do fluxo possibilitando uma área paludial de água doce, um banhado, uma várzea que possibilitava o desenvolvimento de fauna e flora importantes para o grupo com residências instaladas no lado sul desta bacia sobre a praia antiga.”*

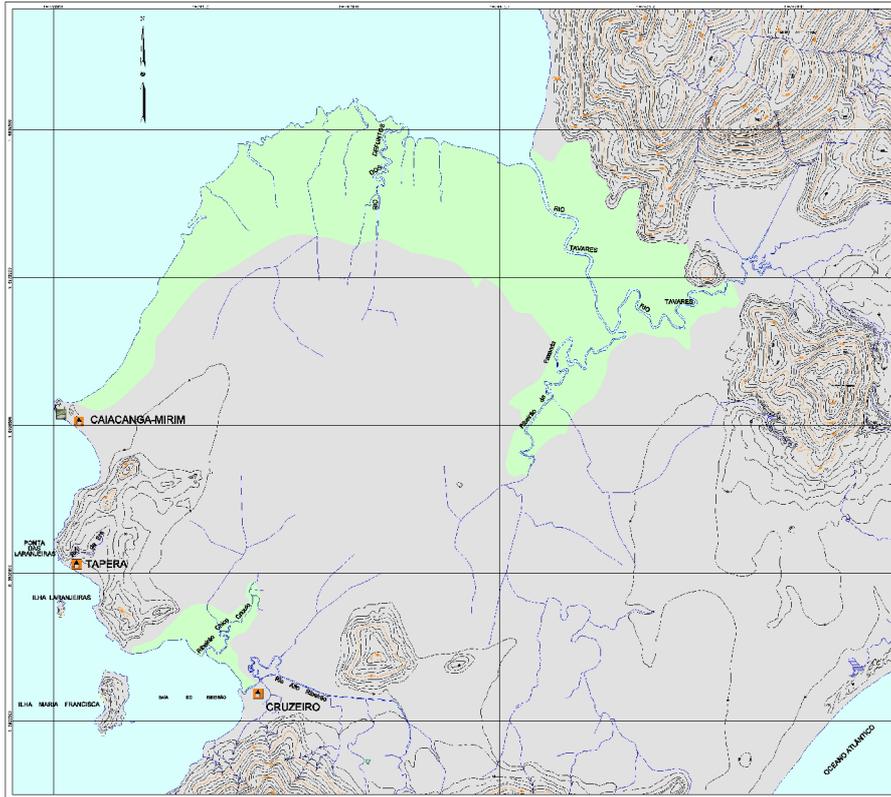
*“A sudeste desta elevação dominada pela bacia do Rio de Era, desenvolve-se o quarto manguezal em área, na Ilha de Santa Catarina, aquele com nome de Manguezal da Tapera, voltado para a Baía do Ribeirão. Este encontra-se atravessado pelos rios Alto Ribeirão e Ribeirão do Porto, ambos com os baixos cursos com regime estuarino; mais ao sul ocorrem depósitos fluviais até o sopé das elevações onde se situa o Morro do Ribeirão, o mais alto da Ilha de Santa Catarina. Defronte a este na planície, rodeado pelos depósitos holocênicos, situa-se o Morro do Peralta, elevação isolada que foi uma ilha mesmo no Holoceno.”*

*“Na Baía Sul uma reentrância conhecida como Baía do Ribeirão, situa-se a sudeste do Sítio. É pequena, protegida a oeste pela Ilha Maria Francisca e defronte ao manguezal da Tapera, área piscosa e de grande produção de moluscos como a *Anomalocardia brasiliensis*, ainda hoje. O acesso à Ilha Maria Francisca em momentos de maré baixa pode ser realizado a pé, pelo seu extremo norte. Naquele local no piso marinho vê-se grande quantidade de valvas abertas de diferentes moluscos.”*

*“Esta planície continua para leste, constituída com depósitos arenosos do Pleistoceno, mais altos que aqueles holocênicos descritos. A planície pleistocênica e holocênica é a única área plana que permite*

---

<sup>74</sup> Comunicação pessoal.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A POPULAÇÃO PRÉ-COLONIAL JÊ  
DA ILHA DE SANTA CATARINA**

**MAPA 3  
ÁREA IMEDIATA DA  
OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL JÊ  
DE CAIACANGA-MIRIM E TAPERÁ**

TERESA GOMES DA FONSECA  
MARÇO, 2004

- LEGENDA:**
- ÁREAS URBANAS
  - OCUPAÇÃO CASAS PAIS
  - VEGETAÇÃO DE MANGUE
  - CLUSTES D'ÁGUA
  - CONTORNOS DE ÁGUA
  - PROJEÇÃO UTM DE 10 METROS
  - ÁREA DE ANEXAÇÃO
  - ÁREA DE DIVISÃO LÍQUIDA

**FONTE:**  
Mapa topográfico, escala de 1:50.000, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1988.  
Mapa de ocupação pré-colonial Jê, escala de 1:50.000, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1988.  
Mapa de vegetação de mangue, escala de 1:50.000, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1988.  
Mapa de contornos de água, escala de 1:50.000, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1988.

**ELABORAÇÃO:**  
Teresa Gomes da Fonseca  
Geografia, UFSC

**ESCALA 1:20.000**  
0 200 400 600 metros

**PAUCAL UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR, UTM**



Figura 09 – Vista parcial da Praia da Tapera, tendo ao fundo o morro do Ribeirão.  
Foto: Teresa Fossari



Figura 10 – Vista da Ilha das Laranjeiras, a partir da antiga ocupação Tapera,  
tendo ao fundo o Morro do Cambirela, no continente.  
Foto: Teresa Fossari

*acesso mais fácil da Baía Sul para o Oceano e vice-versa. O acesso poderá ser por caminhada no sopé das elevações ao sul, onde se situa o Morro do Ribeirão (Figura 8), ou por canoa e caminhada. Os trechos navegados podem ser tanto ao longo do Rio Tavares como no trecho de planície do Rio Alto Ribeirão, onde ambos são estuarinos.”*

*“Há que se lembrar da presença de floresta mais antiga sobre os depósitos pleistocênicos, mais altos e mais secos (como exemplo na área de Campeche), e outras: a floresta de terrenos mais baixos e mais úmidos sobre depósitos arenosos marinhos e de baía (como a sudeste e sul de Carianos), aquela sobre terrenos areno-silto-argilosos fluviais no sul (na área do Rio Alto Ribeirão) e aquela floresta dos manguezais. Todos com suas formações botânicas permitindo uma fauna variada: terrestre, aquática e de domínio aéreo.”*

Silva et al. (1990), por sua vez, comentam que as formações vegetais das zonas de restinga, com suas plantas que fornecem frutas comestíveis, também seriam fontes de abastecimento, e a cobertura vegetal de Mata Atlântica nas encostas dos morros próximos além de fonte de alimento (vegetais e animais de caça) oferecia madeira.

Acrescente-se que a madeira - com várias utilidades e intenções, como para a queima - poderia ser coletada em vários locais da Ilha de Santa Catarina, como no mangue, na vegetação de restinga ou em floresta de elevações, como expõe Duarte (2003)<sup>75</sup>

*“Deveria haver floresta sobre os depósitos sedimentares, considerando-se a espessura dos solos dos depósitos arenosos do Pleistoceno - que na Ilha encontram-se expostos em altitudes variando de 4 a 15 m - marinhos, praias e depósitos arenosos eólicos que chegam a quase 60 m de altitude ou mais altos quando estão sobre as elevações como aquela no topo do morro entre a Praia Mole e Barra da Lagoa ou sobre as elevações junto ao Morro do Moquém no norte (Ingleses / São João do Rio Vermelho). No morro dos Ingleses também deveria haver floresta. Há os depósitos arenosos marinhos, praias e paludiais, de água doce, holocênicos e que foram recobertos de floresta de porte menor. Desta há um resíduo bastante fechado na planície hoje atravessada por estrada asfaltada que se dirige à Tapera - a partir daquela com direção norte-sul e que possibilita acesso ao sul da Ilha de Santa Catarina.”*

Sobre o potencial da vegetação desta Ilha enquanto fonte para obtenção de recursos alimentares e/ou para produção de artefatos - como frutos, frutas e raízes; madeiras, folhas (palhas) e cipós - constituem exemplos bem ilustrativos aqueles, apontados no capítulo 4, que permeiam os relatos dos viajantes que conheceram suas paisagens de dois e até três séculos atrás.

---

<sup>75</sup> Comunicação pessoal.

A diversidade da vegetação da Ilha, certamente não passou despercebida da referida população, lembrando que determinados grupos indígenas conhecem detalhadamente certas espécies vegetais que utilizam, como os Kuikúro (Carneiro 1987), ou os Karib, estes utilizam mais de uma centena de plantas medicinais (Ribeiro, 1992). Vegetais também deveriam ser coletados para fabricação de artefatos, como as taquaras que os Xokleng e os Kaingang utilizavam na fabricação de seus cestos – exemplares de cestos produzidos por estes dois grupos são mostrados nas Figuras 06 e 07, capítulo 3.

No que se refere às condições para o desenvolvimento da pesca na Ilha de Santa Catarina, Rohr (1959) comenta que a Ilha como um todo era ponto estratégico, o que teria atraído também as populações pré-coloniais:

*“... as extensas e ricas praias da Ilha, em tempos idos, têm sido vastos arraiais indígenas. O habitante primitivo para cá era atraído pela abundância de peixes, de moluscos e de crustáceos que, a par da caça, de frutos e tubérculos, constituíam a sua principal refeição. Isto não é de admirar, de vez que, a riqueza do pescado destas praias, ainda hoje em dia, é tamanha, que o praieiro, hábil no manejo da rede, jamais sente penúria em casa. Nos meses de maio e junho é o tempo da tainha, que anualmente arriba às praias da Ilha em cardumes de centenas de milhares de indivíduos. Vem a seguir o tempo da corvina, do bagre, do bacalhau e da viola; o tempo da anchova, da mangona, da garoupa, do méro, do badejo e por fim, o tempo da pescada, do linguado, da raia, da cocoroca, etc. etc. que aparece a qualquer tempo.” (p. 200).*

Condições favoráveis à prática da pesca também são encontradas no próprio local da ocupação Tapera, pois de acordo com Rohr (1966, 1967b) de um lado encontravam-se as águas mansas da Baía Sul e do outro um pequeno curso de água doce – o rio da Era, fonte de água potável – onde poderiam obter peixes; sendo que ostras e mariscos, também, poderiam ser coletados em abundância no entorno das ilhotas das Laranjeiras (Figura 10) e Ilha Maria Francisca, fronteiras à Tapera, em período de maré vazante. Às observações deste autor, acrescentem-se os rios Alto Ribeirão e Ribeirão do Porto que atravessam o mangue, no entorno da Baía do Ribeirão, onde deveria ter ostra e muito pescado na zona abrigada do estuário (Mapa 3).

Observando as atividades de coleta e pesca dos moradores do local, Rohr (1967b: 808) comenta que:

*“Durante os meses de março e abril, aparece diante da Tapera, um tipo de camarão graúdo que permite ao pescador hábil no manejo da tarrafa apanhar em poucas horas dez a vinte quilos deste saboroso crustáceo. O camarão na tarrafa vem acompanhado de siris e de toda a sorte de*

*pescaria miúda.”*

Por outro lado, a presença de fonte de água potável nas proximidades do sítio sugere que esta seria um fator importante na decisão dos seus antigos habitantes de se instalarem no local. Local próximo de água para a instalação de aldeias é fato crucial para muitas sociedades indígenas, por exemplo, os Tapirapé as construíam sempre perto de cursos d'água que, além de bebedouro, serviam de locais de banho e de pesca (Baldus, 1970).

Aliás, como se viu no capítulo 3, entre as motivações - como consumo de água para dessedentação e para atividades cotidianas como produzir bebidas, cozinhar alimentos sólidos, fabricar artefatos – que podem influenciar tais escolhas, se incluem os banhos para higiene, lazer e brincadeiras, bem como, para funções rituais.

Convém destacar ainda os valores simbólicos que certas sociedades indígenas atribuem à água. Por exemplo, para os Xavante - cujas aldeias situam-se nas proximidades de cursos d'água – entre outros benefícios, ela é eficaz para evitar a fecundação, fazer chover, curar doenças, além de constar em muitos ritos, a água dos rios é considerada morada dos espíritos bons (Giaccaria, 1978). Um outro exemplo que poderia ser citado é o dos Karajá, uma sociedade indígena que se considera descendente de entidades fluviais (Laraia, 1995).

A respeito das rochas empregadas para a produção de artefatos Rohr (1967e:1099) diz que

*“A **matéria-prima** de que o homem da Tapera mais freqüentemente lançava mão, ao confeccionar artefatos líticos, era o diabásio (...), rocha (...), dura e resistente, mas fácil de lascas e polir. O diabásio forma, não raro, (...) diques mais ou menos espessos, intrusivos no granito, que constitui a **rocha mater** da Ilha de Santa Catarina e arredores. O segundo lugar em freqüência, (...), ocupa o quartzito [?] duro e difícil de polir, mas fornecendo lascas muito cortantes, que serviam como facas e raspadores. O quartzito [?] ocorre igualmente em forma de diques que irrompem através das rochas de granito [deve ser riolito], nos arredores da Tapera. Estas intrusões de quartzito [quartzo], por sua vez, são menos freqüentes e menos espessas que os diques de diabásio. O granito, rocha menos dura e resistente, somente era usado na confecção de artefatos grosseiros, como sejam: quebra-coquinhos, pesos de rede, pedras de fogão, que não exigiam grande preparo e, uma vez inutilizados e imprestáveis para o uso, podiam facilmente ser substituídos por outros, de vez que o granito é a rocha mais comum na região. (...) Outras rochas só de raro em raro foram encontradas, em forma de objetos de adorno, tembetás.”*

Segundo Duarte (2003)<sup>76</sup> não se trata de quartzito, talvez seja quartzo de veios que ocorrem cortando corpos de rochas da Ilha; ou, ainda, como há praias de seixos e blocos na Ilha, talvez houvesse nelas seixos de quartzo, os quais poderiam ter sido coletados pela referida população.

Entre as rochas utilizadas pelo grupo e que não são encontradas nas proximidades desta antiga ocupação, Silva et al. (1990:87) apontam o xisto dizendo que sobre ele

*“... é produzida uma quantidade expressiva de fusiformes (57,6%), entre outros artefatos. O xisto ocorre na Ilha, mas nos mapeamentos geológicos não está registrado; ao menos no Pântano do Sul já localizamos um afloramento.”*

Quanto a uma outra fonte de matéria-prima utilizada pelo grupo e que foi sugerida pelas evidências de corante vermelho derivados de limonita - observadas por Rohr (1967e) e apontadas por Silva et al. (1990:94) como “... possivelmente associadas a diabásio ...” -, Duarte (2003)<sup>77</sup> esclarece que tem crosta limonítica visualizada em corte de estrada no Rio Tavares e próximo à Lagoa da Conceição no contato entre um depósito sedimentar antigo, argilo-arenoso conglomerático e outro inferior de areia fina bem selecionada. Há também ocorrência entre os depósitos eólicos de Ingleses, no norte da Ilha.

No local desta antiga ocupação nada mais restou de suas evidências, com exceção dos pequenos fragmentos de conchas esparsas que sobraram das escavações de Rohr (1966). Segundo o Sr. Roberto Valdir Schmitz, atual proprietário do terreno, ainda hoje se pesca cocoroca, parati e garopa na baía sul e a coleta de berbigão é feita na Ilha Maria Francisca. De acordo com este senhor, o Rio da Era que passa junto ao seu terreno é muito poluído.

#### 5.1.1.3. A pesquisa arqueológica

As escavações abrangeram a totalidade do contexto arqueológico preservado<sup>78</sup> que se estendia ao longo da praia em uma faixa de 24 metros de largura, perfazendo mais de 2.000m<sup>2</sup>. Através delas, Rohr (1967b) identificou três estratos arqueológicos, o *Nível A*; *Nível B* e *Nível C*, os quais em síntese apresentam as seguintes características:

---

<sup>76</sup> Comunicação pessoal.

<sup>77</sup> Comunicação pessoal.

<sup>78</sup> Segundo Rohr (1966), os trabalhos de escavações se estenderam por 210 dias, contando com uma equipe de pelo menos três pessoas, sob sua coordenação.

*Nível A* – é o de superfície composto de húmus misturado com itens da cultura contemporânea e evidências da cultura pré-colonial como cacos de cerâmica<sup>79</sup> e compunha-se “... de húmus de mistura com terra (...) e areia. Possui cor cinza-escura; é duro e compacto, devido ao entrançado das raízes finas das gramíneas ...” (Rohr, 1967b: 809).

*Nível B* – é o intermediário, o das conchas, dos restos de cozinha, caracterizado por concentrações de conchas - sendo que neste nível cerca de 80% seriam de ostras - misturadas com ossos de animais, inteiros e fragmentados, com muito carvão vegetal, granulado e em pó, e artefatos. Resumindo o que observou neste nível Rohr (1967b: 810) diz que:

*“Nele foram recolhidos centenas de litros de ossadas de peixes, aves e mamíferos, e, apenas algo menos, em lascas cortantes de (...) diabásio bem como seixos (...) e seixos submetidos à ação do fogo. Igualmente abundante, no nível B, são os machados líticos, batedores, amoladores, raspadores, alisadores de cerâmica, quebra-coquinhos, pontas de flecha ósseas; dentes de cação; dentes de mamíferos; objetos de adorno; pedras corantes.”*

*Nível C* – é o da base, foi neste nível que estavam a maioria dos sepultamentos, fragmentos de rochas corantes e vários núcleos de ocre. Composto por areia, conchas trituradas e algumas valvas inteiras, apresentando:

*“... terra escura com muita areia, conchas trituradas e algumas conchas isoladas. A percentagem de areia neste nível vai gradualmente aumentando, de cima para baixo. De acordo com a percentagem de areia, muda também a cor, passando da tonalidade amarela-escura para amarela-clara da areia pura.”* (Rohr, 1967b: 810).

Destes três níveis, o intermediário provavelmente corresponderia às evidências da ocupação propriamente dita. A composição destas camadas permite supor que talvez seus habitantes deixassem espalhados pelo chão de suas moradias ou fora delas seus objetos, de usos pessoais ou coletivo, misturados com materiais descartados - como artefatos fragmentados, restos de cozinha.

Distribuídos no piso das habitações dos Cinta Larga, por exemplo, podem ser vistos, entre outras coisas, crânios de caititu, cestas, cocos, penas, fio de algodão, misturados com artefatos quebrados, cascas de frutas, ossos que ocasionalmente são removidos (Junqueira, 1984/85). O local de descarte de lixo

---

<sup>79</sup> Posteriormente, a maior parte da cerâmica presente nos estratos superiores desta camada foi identificada como de Tradição Guarani.

dos Nambikuára é ao redor de suas habitações, sendo amontoados ou não ossos quebrados, favas, sabugos de milho, carvão, restos de alimentação, e artefatos inutilizados (Roquete-Pinto, 1938).

Provavelmente o *Nível A* remete em parte<sup>80</sup> à época do abandono da aldeia pré-colonial Jê, enquanto ao *Nível C* pode-se dizer que corresponde aos primeiros tempos da sua instalação.

Assim como a instalação, o abandono de uma aldeia - pelo que se pode constatar entre as sociedades indígenas - não estaria vinculado somente à escassez de certas fontes de alimento, como a caça, mas acontece sob as mais diversas motivações. Por exemplo, alguns grupos Kaingang mudavam a aldeia para outro lugar, quando a caça ou a pesca tornava-se escassa ou devido ao acúmulo de material descartado, que ficava espalhado no chão de suas moradias; depois de instalados na nova aldeia queimavam a antiga (Krug, 1924). Entre certos grupos Karajá, o acúmulo excessivo de material descartado disperso pelo chão, também, seria motivo para mudar o lugar de suas aldeias (Ehrenreich, 1948).

#### 5.1.1.4. As evidências arqueológicas

O registro arqueológico diz respeito, como já foi salientado, a *sepultamentos, features, artefatos e ecofatos*.

*SEPULTAMENTOS*. Da antiga ocupação pré-colonial Jê, na praia da Tapera, foram registrados 172 sepultamentos<sup>81</sup> (93 adultos e 79 infantes, indicando uma alta mortalidade infantil), cujas características das evidências arqueológicas apontam para sepultamentos em cova rasa, aberta na areia, em posição horizontal, preferencialmente estendidos, com as mãos junto à bacia, em decúbito ventral, lateral ou dorsal.

Comparando a disposição dos sepultamentos que observou na ocupação Caiacanga-Mirim, Rohr (1967c:911) comenta que enquanto aqueles “... se encontravam, todos, estendidos ao comprido, em decúbito dorsal, na Tapera temos de preferência decúbito ventral e lateral. O decúbito lateral direito predomina levemente sobre o esquerdo.”

---

<sup>80</sup> Considerando as evidências de ocupação Guarani que foram observadas em parte deste nível.

<sup>81</sup> Segundo Silva et al (1990: 161) todos os sepultamentos da Tapera estariam “... vinculados à Tradição Itararé ...”

Alguns sepultamentos desta ocupação teriam sido efetuados dentro das habitações acompanhados de adornos de conchas e de dentes de animais. Inferindo que os homens da Tapera enterravam seus mortos dentro de suas habitações, Rohr (1966) transcreve um relato de Schmidt (1965) comentando que, entre os índios Caibi do Mato Grosso, o ritual de sepultamento ocorria no interior da cabana do morto, sob o local em que se estendida a sua rede de dormir e com todos os seus pertences.

Cerimonial semelhante acontece em outras sociedades indígenas, por exemplo, os índios Kangiti enterram seus mortos no interior de suas habitações, ao lado de adornos e objetos de uso diário, sem abandoná-las por isso e, tempos depois, desenterram os ossos sob rituais e os colocam em cestos (Ehrenreich, 1948). Os Tapirapé também continuam a morar em suas casas depois de nelas enterrarem seus mortos, enquanto que outros indígenas como os Karaíb e Aruak após efetuarem este tipo de cerimonial abandonam suas habitações (Balduz, 1970).

Na Tapera também foram encontrados sepultamentos associados a pontas de flechas, porém, pela posição das mesmas junto ao esqueleto, Rohr (1966) deduziu que não se tratava de objetos do ritual funerário, mas das flechadas que os feriram. De acordo com o autor pelo menos três indivíduos, foram atingidos por flechadas mortais, sendo que um deles pelas costas, na região lombar, por uma ponta de flecha (em osso de ave) que atravessou o centro da medula espinhal ficando cravada na vértebra lombar; um outro, que foi enterrado com uma ponta de flecha óssea cravada na coluna vertebral e duas outras similares no peito, teria sido atingido pelo lado esquerdo; e um terceiro com quatro pontas de flechas no peito, pela aparência do esqueleto (Rohr, 1966:14).

Embora estas pontas sejam semelhantes a outras que fazem parte do registro arqueológico do sítio da Tapera, não dá para dizer se as flechadas partiram de pessoas desta aldeia - apontando para brigas internas - ou de outra aldeia da Ilha ou fora dela – neste caso significando ataques de grupos inimigos.

As populações indígenas da costa brasileira no século XVI utilizavam em suas lutas arco e flechas com muita destreza (Gandavo, 1980). Os Coroados produziam certos tipos de pontas de flechas destinados à caça e outros, como as pontas farpadas, à guerra. Quando não dispunham das últimas para suas

atividades bélicas usavam também as pontas reservadas para a caça (Mabilde, 1983).

Certos sepultamentos da Tapera foram feitos, segundo observações de Rohr (1966), em locais onde já teriam sido enterrados outros indivíduos, provocando perturbações nas covas mais antigas.<sup>82</sup>

Sobre a prática funerária dessa população, Rohr (1966:12) levanta a seguinte suposição:

*“Admitimos que os sepultamentos dos homens da Tapera (...), se efetuassem dentro da própria maloca, ao redor das paredes. A planta topográfica nos apresenta uma série de núcleos circulares e semicirculares de sepultamentos. Alguns núcleos inclusive têm fogões no centro e existe uma abertura no círculo de sepultamentos. Esta abertura representaria a porta da maloca, sob a qual, evidentemente, não se fariam sepultamentos.”*

E, fundamentando-se na suposição acima destacada, Rohr (1967d) acredita ser possível projetar de alguma maneira a configuração das casas, que deveriam ser:

*“... de forma arredondada, com cinco a dez metros de diâmetro, construídas de pau a pique. (...). As portas dariam para a praia, de vez que para aquele lado geralmente os semicírculos dos sepultamentos estão abertos. Uma maloca destas, com certeza, abrigaria mais de uma família e os postes livres do interior da maloca poderiam servir para suspender redes de dormir e outros apetrechos de caça e pesca.” (Rohr, 1967 d:998).*

Posteriormente, Silva (1990) depois de analisar detalhadamente a documentação das escavações realizadas pelo arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr, chegou às seguintes conclusões sobre a ocupação Tapera:

*“A análise dos padrões de sepultamento dos 172 enterramentos presentes no núcleo [de Tradição] Itararé permitiu visualizar a sobreposição de duas aldeias Itararé que ocuparam o mesmo espaço em tempos diferentes e tinham formas distintas de sepultar seus mortos (dentro ou na proximidade das habitações).” (p.6).*

*“O primeiro grupo [de Tradição] Itararé que chegou à Tapera seria pequeno. Construiu duas ou três pequenas choupanas circulares, ou subcirculares, de palha ao longo de um eixo paralelo à praia. Seus mortos*

---

<sup>82</sup> Segundo Rohr (1967c:991): *“...ao abrirem a sepultura para o esqueleto n. 34, toparam com as extremidades inferiores do esqueleto n. 33, anteriormente sepultado. (...) retirando os membros inferiores do esqueleto n. 33, no lugar deles sepultaram o recém-falecido n. 34. Mais tarde, (...) Abrem uma sepultura e topam com o esqueleto n. 34 na região dos fêmures. (...) retiram o fêmur que lhes fica no caminho e, em seu lugar, sepultam o infante n. 35, depositando-lhe ao lado o fêmur do sepultamento n. 34. Já tivemos o ensejo de nos referir a outro exemplo de perturbação, nos sepultamentos ns. 131, 133 e 135. No sítio arqueológico e Caiacanga-Mirim registraram-se perturbações análogas.”*

*foram sepultados dentro da moradia, ao longo da parte interna da parede. Esta ocupação não teria sido muito longa: talvez de algumas poucas dezenas de anos.” (p.6).*

*“Após este período, outro grupo [de Tradição] Itararé veio assentar-se no mesmo local. Construíram suas casas num espaço agora duplicado. O número de casas também era maior: talvez três ou quatro. Esta aldeia durou muito tempo. Seus mortos eram enterrados em espaços delimitados, geralmente retangulares, aparentemente cercados, à maneira de cemitérios domiciliares. Muitos falecidos foram enterrados acompanhados de objetos.” (p.6).*

A provável duração de algumas décadas atribuída à primeira aldeia da Tapera, se comparada com a do Tupinambá, por exemplo, - que depois de cinco ou seis anos abandonavam a aldeia (cf. D'Abbeville, 1614, apud Scatamacchia & Moscoso, 1987/89) - não poderia ser considerada de pouca duração, talvez, mas apenas que os seus habitantes ficaram no local menos tempo do que os da segunda ocupação.

Rohr (1966) menciona a ocorrência de abrasão dentária nos esqueletos que faziam parte do registro arqueológico da Tapera, ressaltando que tais abrasões se manifestavam inclusive em crianças, a mandíbula de um “... *infante de apenas dois a três anos de idade, tem a superfície dos molares perfeitamente lisas em decorrência do desgaste.*” (Rohr, 1966:15). Por outro lado, os dentes de todos eles não apresentam sinais de cáries.

**FEATURES.** Das evidências arqueológicas da antiga ocupação da Tapera, os *features* representam *fogões*, *fornos subterrâneos* (ou *fossas culinárias*) e *buracos de estacas*, evidências que também fazem parte do registro arqueológico do Rio do Meio.

**Fogões.** Eram formados por uns 20 seixos dispostos em círculo (com uns 50cm de diâmetro) no centro das habitações associados a concentrações de carvões e cinzas - sendo registrados mais de 20 fogões. Considerando que tais fogões não estavam associados às concentrações de restos alimentares é de supor que estariam relacionados a outras funções.

Na casa das mulheres Kayapó, por exemplo, o fogo é mantido aceso durante a noite para aquecer, espantar morcegos ou afastar as almas que povoam a escuridão (Banner, 1961). Os Suruí mantêm uma fogueira para iluminar suas casas durante a noite (Coimbra, 1985a).

**Fornos subterrâneos.** Eram constituídos por concentrações de conchas, ossos de peixes, aves e pequenos mamíferos, além de carvão vegetal, envoltos

por cinzas, destacando-se numa matriz de areia solta de 30 até 50 cm de diâmetro, por uns 15 cm de espessura, sendo localizados mais de 30 dessas estruturas. Provavelmente eles abriam “... *uma cova na areia e colocavam dentro dela a caça e o pescado, talvez, envoltos em folhas, cobrindo tudo com cinza, brasas e alguns pedregulhos, aquecidos ao fogo ....*” (Rohr, 1967 b : 811).

Esta suposição certamente foi inspirada em exemplos etnográficos, dando conta do cozimento de alimentos diretamente no chão. Este é o caso dos índios Gavião que preparam parte dos seus alimentos no forno de terra, ou seja, aquecendo várias rochas, que depois são retiradas do lugar, no chão que ficou quente coloca-se o alimento a ser cozido - embrulhado ou não em folhas de bananeira - e sobre ele as rochas quentes cobertas com terra. (Arnaud, 1964). Do mesmo modo, os Xavante cozinham certos alimentos no chão, porém em cima de um couro de veado estendido (Giaccaria & Heide, 1972).

**Buracos de estaca.** Evidências que de uma maneira geral foram localizadas na base da ocupação, sobre as quais Rohr (1967b:810) relata o seguinte:

*“Observam-se neste nível, outrossim, freqüentes e espaçados aprofundamentos cônicos da camada arqueológica dentro da areia. Estes aprofundamentos possuem 10 a 29 cm de diâmetro e podem atingir até 90 cm de profundidade. Tomamos estas evidências por postes e estacas decompostas. (...) A densidade das estacas (...) parece indicar ocupação prolongada do mesmo sítio, com sucessivas reconstruções de habitações no mesmo lugar.”*

**ARTEFATOS.** A produção de artefatos esteve associada à obtenção de matérias-primas lítica<sup>83</sup>, óssea e conchífera, além de argila para a cerâmica.

**Artefatos líticos.** As evidências arqueológicas revelaram mais de 4.200 exemplares de artefatos líticos, agrupados em lâminas de machados, alisadores, quebra-coquinhos, peças fusiformes, percutores, entre outros tipos, além das lascas.

Artefatos líticos constituíam parte das ferramentas utilizadas pelos Xokleng que, além de machados (Figura 05), produziam facas, mão de pilão e pontas de flecha (Figura 04) – esta de sílex e quartzo -, também, usavam seixos como

---

<sup>83</sup> Silva et al. (1990:110) observam que por tratar-se de “...um sítio com dois (...) componentes [isto é de duas culturas distintas, esta de que se trata e a de Tradição Guarani], que estão misturados nas camadas arqueológicas, é muito difícil separar o que pertenceria a um ou a outro componente, com algumas exceções: os artefatos fusiformes certamente pertencem ao grupo da Tradição Itararé.” Este é, principalmente, o caso do material lítico.

batedores e alisadores de cerâmica (Simonian, 1975).

As lâminas de machados eram lascadas e polidas, elaboradas em grande parte sobre diabásio, parcialmente lascadas, polidas e preparadas para encabamento, variando em tamanho (de 37 a 24 cm no comprimento e de 10 a 14 cm na largura) - registrados mais de 300 exemplares, entre inteiros e fragmentados.

Os machados de rocha eram utilizados nos mais diferentes trabalhos, por exemplo os Wayâna-Aparaí derrubavam a mata, abriam caminhos, entre outras tarefas que faziam com machados que fabricavam (Velthem, 1987).

Por outro lado, a presença de lâminas de machado entre o registro arqueológico, também é indício da utilização de outras matérias-primas e artefatos. Por exemplo, os Suruí empregam resina derivada da casca de uma árvore para fixar seus machados de rocha aos cabos de madeira (Coimbra, 1985a).

Comparando os machados que encontrou na ocupação Tapera com os de Caiacanga-Mirim Rohr (1967e:1102) diz que

*“... os primeiros, quanto à forma geral, não se afastam muito dos últimos. No entanto, os machados de Caiacanga-Mirim, de maneira geral, apresentam-se mais simétricos, mais regulares na forma e mais caprichados no acabamento. Nenhum machado da Tapera é perfeitamente polido; (...) todos possuem ou cicatrizes de lascamento ou partes da superfície não polidas. Quer dizer, o polimento não foi bastante perfeito nem bastante profundo, para apagar de todo as cicatrizes do lascamento inicial.”*

Considerando que na área da ocupação Caiacanga-Mirim havia uma oficina lítica, o que não se encontrou na área da Tapera, pode-se inferir que os habitantes daquela ocupação utilizaram a referida oficina lítica para fabricarem seus machados.

Os *alisadores* de diabásio parece que teriam sido de grande utilidade entre os habitantes desta ocupação uma vez que deixaram para trás mais de 300 exemplares. Talvez, parte deles foram usados para dar acabamento aos vasilhames cerâmicos - as índias Xokleng, por exemplo, alisavam seus vasilhames com seixos (cf. Simonian, 1975).

O mesmo pode ser dito a respeito dos *quebra-coquinhos*, pois também, mais de 300 exemplares foram coletados por Rohr (1967e 1102-1103) que os define como sendo utensílios que apresentam

*“...uma ou mais depressões ásperas no centro das faces. Tais*

*depressões possuem, no máximo, 30 mm de diâmetro e, comumente, menos de 10 mm de profundidade. Destinam-se a receber coquinhos e outras sementes de casca dura, que são quebrados por meio de percutores, (...) Na falta de cereais e tubérculos cultivados, estas sementes constituíam para o homem primitivo fonte preciosa de carboidratos.(...) usou-se de preferência o diabásio, rocha dura e resistente ao atrito. Bom número, porém, foi feito a partir de granito e (...) rochas mais comuns nos arredores da Tapera.”*

Instrumento semelhante foi encontrado numa habitação de índios Nambikuára, trata-se de uma rocha com covinhas – do tamanho da ponta de um dedo - usada para partir pequenas nozes (Roquete-Pinto, 1938).

Das peças *fusiformes* mais da metade delas segundo Silva et al. (1990) teriam sido elaboradas em xisto (?) e as outras em diabásio – num total acima de 100 exemplares. Entretanto, adverte Duarte (2003)<sup>84</sup> que o xisto é rocha metamórfica e como tem muita mica ela escama.

As peças *fusiformes* também foram denominadas por Rohr (1959) de tembetás, motivado, segundo suas palavras, pelo seguinte fato:

*“No museu etnológico do Colégio Catarinense existem muitas dezenas de artefatos semelhantes, que o Pe. Lutterbeck S. 1. (1948) descreveu como tembetás. O tembetá é um objeto de adorno, que os indígenas, carregavam no septo nasal, nos lábios ou nas orelhas perfuradas. Carl von den Steinen, encontrou generalizado o uso do tembetá entre algumas tribos indígenas do Rio Xingu. Descreve-o como pequeno fuso (...). Apresenta também um desenho desta jóia, que em tudo se assemelha aos objetos recolhidos na nossa jazida.”* (Rohr, 1959: 219).

Posteriormente, o termo tembetá passou a ser amplamente utilizado na literatura arqueológica brasileira para identificar artefatos semelhantes.

Entre os artefatos que teriam sido utilizados mais intensamente, destacam-se outros artefatos elaborados a partir de fragmentos de rocha, como os *pesos de rede*, seixos com friso circunferente, elaborados em diabásio e granitóide, que não ultrapassam uma dezena de exemplares, e ainda possíveis *adornos* em diabásio - 4 exemplares. Além desses, produziram numerosas lascas de quartzo (?) e diabásio - mais de 500 exemplares.

Os Coroados usavam lascas de calcedônia ou de sílex para cortar a taquara - matéria-prima empregada na fabricação de suas flechas -, raspar e dar forma às pontas farpadas (Mabilde, 1983). Para obterem facas e raspadores os Xokleng utilizavam lascas de rocha (Simonian, 1975).

---

<sup>84</sup> Comunicação pessoal.

**Artefatos derivados de materiais orgânicos.** Na ocupação Tapera estes artefatos foram elaborados sobre ossos, dentes e conchas. Silva et al. (1990) deduziram que tais artefatos estariam associados à Tradição Itararé depois de compará-los com aqueles encontrados nos sítios Caiacanga-Mirim e Ponta do Lessa da Ilha de Santa Catarina, Praia das Laranjeiras de Balneário Camboriú, Rio Pinheiros e Enseada I de Joinville, Forte Marechal Luz de São Francisco do Sul - também pertencentes a esta Tradição, ou seja a de grupos pré-coloniais Jê. Segundo eles:

*“Estes sítios apresentam com o da (...) Tapera muitas coincidências: um grande número de pontas de projétil, a maior parte com morfologia idêntica; dentes de seláquio duplamente perfurados, dentes de mamíferos perfurados ou usados para outros fins; e um número elevado de adornos feitos a partir de conchas. Estas coincidências seriam difíceis de explicar se o material recuperado na Praia da Tapera não fosse da ocupação [de Tradição] Itararé.”* (Silva et al., 1990:120-121)

A respeito da produção de artefatos derivados de materiais orgânicos, Silva et al (1990:111) comentam ainda que através das pesquisas de “... Rohr (...) teriam sido coletadas 3.502 peças, entre inteiras, quebradas e fragmentadas, que sofreram alguma alteração intencional pelo homem para a sua confecção.”

Artefatos sobre ossos. Os ossos intensamente utilizados na manufatura de artefatos, seriam aqueles que restaram de animais apreendidos para suprimento alimentar, os quais foram aproveitados, em grande parte, para a obtenção de *pontas de projétil* (mais de 1.200 exemplares), sob diferentes formas (simples, com pedúnculo, com uma ou duas extremidades aguçadas) e diferentes ossos (de ave, de mamífero, de peixe - esporão de raia e acúleo).

Pontas de flechas de osso eram produzidas, por exemplo, pelos Kaingang que empregavam tíbias de macacos de diversas espécies (Krug, 1924) e pelos Xokleng que, porém, as faziam com ossos do fêmur de macaco (Simonian, 1975).

A partir de ossos de ave e mamífero obtinham também *furadores* (18 exemplares) e *agulhas* (9 exemplares); destacam-se ainda os prováveis *adornos* elaborados a partir de vértebras de peixe que eram perfuradas no centro de suas faces côncavas (725 exemplares).

Artefatos sobre dentes. A utilização de dentes de animais, em cujas raízes faziam uma ou duas perfurações para usar como *adorno* - pelo menos é o que sugerem os orifícios produzidos na raiz dos dentes, muitos destes adornos foram depositados junto a sepultamentos, cuja posição em relação ao esqueleto sugere

tal função - era comum. Dentes de tubarões (mangona, anequim e cação) eram os preferidos para obter adornos com duas perfurações (333 exemplares), raramente com uma perfuração (4 exemplares). Dentes de mamíferos (graxaim, onça, gato-do-mato, foca, porco-do-mato, jaguatirica, bugio e boto foram aproveitados para obter adornos com uma perfuração (57 exemplares). Dentes de animais também serviam de *instrumentos utilitários*, como caninos de porco-do-mato transformados em *raspadores* (38 exemplares) e *formões* (16 exemplares).

Os Wayâna-Aparaí produziam instrumentos a partir de dentes de animais, como formões de dentes de caititu para trabalhar com madeira; buril de dentes de cutia para fabricar flechas e outros artefatos (Velthem, 1987). Colares feitos a partir de dentes de macaco e de gato do mato presos com fios de algodão eram usados pelos Yamamadi (Ehrenreich, 1948). Os colares e pulseiras de certos índios Guarani compunham-se de sementes ou pequenos dentes perfurados entremeados com penas de tucano (Krug, 1924). Os Kaingang também usavam colares compostos por dentes de macaco e de roedores, que as vezes eram afiados e desgastados (Piza, 1938).

Artefatos sobre conchas. Estes artefatos foram produzidos a partir de conchas de gastrópodes e de bivalves. Conchas de gastrópodes foram transformadas em contas de colar e depositadas junto a sepultamentos, preferencialmente de crianças, como as de *Olivella* sp. (644 exemplares) e de *Neritina virginea* (53 exemplares) - todas compunham um colar junto ao sepultamento de uma criança, além desses, "*Nenhum outro exemplar deste gastrópode foi encontrado na Tapera.*" (Rohr, 1968a:152). Com conchas bivalves - principalmente as de *Mytella guyonensis* - produziram pequenos discos perfurados (98 exemplares) que, da mesma maneira, foram usados como composição de colar. Sobre as contas elaboradas com *Olivella* sp., Rohr (1968a: 151), comenta que "*Colares do mesmo gastrópode foram encontrados no sítio arqueológico de Caiacanga-Mirim.*"

Os homens Tupinambá usavam colares de conchas de gastrópodes marinho e colares compostos de pequenos discos também feitos com conchas; e as mulheres penduravam nas orelhas adornos que do mesmo modo podiam ser confeccionados com caramujos do mar (Staden, [1557]1974). Os Yamamadi também colocavam em suas orelhas pedacinhos de concha, com pequenos tufo

de penas presos a um fio ou em taquaras curtas e grossas, providas de um disco de concha (Ehrenreich, 1948).

**Cerâmica.** A produção cerâmica da população pré-colonial Jê evidenciada no sítio Tapera constitui mais de 4.500 fragmentos, sendo que a argila estaria disponível nos baixios próximos, no mangue e nos mantos de alteração supérgena nas elevações. Confeccionavam uma cerâmica simples, raramente decorada; de pequeno porte, superfícies com polimento visível, as paredes dos vasilhames são pouco espessas (em torno de 5 a 9 mm) e o diâmetro das aberturas dos vasilhames geralmente é pequeno (em torno de 16 e 24 cm); formas semelhantes a pratos e tigelas, e outras de maior altura; bases arredondadas (quase sempre relacionadas às formas de pratos e tigelas) e planas (relacionadas a formas de maior altura ou com o bojo muito grande) (cf. Silva et al.,1990).

Segundo Silva et al. (1990:57) trata-se de

*“...uma cerâmica tipicamente utilitária, sendo possível visualizar-se na parte externa das bases, sinais de fuligem que atestam seu uso direto ao fogo para cozinhar alimentos. Da mesma forma, no interior das vasilhas ou na face interna de muitos fragmentos, é comum encontrarem-se crostas mais ou menos compactas de restos alimentares.”*

De acordo com alguns dados etnográficos, vasilhames cerâmicos de tamanhos semelhantes eram utilizados para cozinhar alimentos. As índias Waurá, por exemplo, fabricavam vários tamanhos de panelas de cerâmica, sendo que as menores - com uns 22 cm de diâmetro e uns 12 cm de altura – eram usadas para cozinhar peixes que depois eram amassados (Lima, 1987). As panelas de cerâmica - produzidas pelos Xokleng (Figura 03) em épocas mais recuadas – eram feitas com barro bem amassado misturadas com carvão, as quais depois de moldadas eram deixadas para secar por uma semana, sendo queimadas em fogueira ao ar livre (Santos,193:214).

**ECOFATOS.** O registro arqueológico da antiga ocupação da Tapera, reunido em *ecofatos* compreende, de um modo geral, restos de alimentação (*ecofatos orgânicos*) e rejeitos ou sobras da produção de artefatos líticos (*ecofatos inorgânicos*).

**Ecofatos orgânicos.** Os vestígios de vegetais, que poderiam estar relacionados à antiga ocupação, limitaram-se aos fragmentos de carvão associados às fogueiras.

Embora outras evidências vegetais não foram encontradas neste e nos demais sítios aqui apresentados, certamente a coleta de itens desta natureza teria feito parte, em maior ou menor grau, das atividades dos seus antigos habitantes. Tal coleta poderia ter sido praticada para fins idênticos àqueles apontados nos exemplos etnográficos a seguir. Entre os Waiãpi, a coleta de espécies vegetais envolvia itens de consumo alimentar, medicinal e para a fabricação de utensílios e de adornos – a partir de madeiras sementes, resinas e colas (Gallois, 1981). Os produtos da floresta - como tubérculos, raízes, rizomas, brotos e frutos silvestres - eram fontes de recurso alimentar constante para os índios Xavante (Giaccaria & Heide, 1972). Os Xokleng além do pinhão incluíam em sua dieta palmitos e frutas (Simonian, 1975).

Quanto aos vestígios dos animais que o grupo consumiu, foram registrados conchas, ossos e dentes de mamíferos, ossos de peixes e aves, e carapaças de crustáceos, material este, coletado em grande quantidade, que conforme Rohr (1966:4) corresponderia a “oito”

“... toneladas de conchas, dois metros cúbicos de ossadas de peixes, aves e mamíferos . (...) milhares de dentes pontiagudos de cação; dentes de porco-do-mato, de macacos, de gatos do mato, de jaguatiricas, pacas e cotias, coatis, lobos marinhos, lontras, focas etc.”

No que se refere à coleta de moluscos, parece que a *Crassostrea rhizophorae* (ostra) foi a preferida pelos habitantes da ocupação Tapera, uma vez que conforme Rohr (1967b:810) 80% dos registros são de ostras e os restantes 20% representam mais de vinte espécies diferentes. Além destas, destaca-se aqui outras espécies como *Anomalocardia brasiliana*, *Lucina pectinata*, *Conus clerii* e, ainda, *Megalobulimus oblongus* (gastrópode terrestre).

Sobre a coleta de moluscos entre populações indígenas, pode-se citar a dos Tupinambá que tinham preferência por ostras - pelo menos é o que sugerem os cronistas do século XVI -; sendo que nos mangues eram encontradas em abundância as de tamanho pequeno (Soares de Souza, [1587]1987). e mergulhando junto de pequenas ilhas desertas eles obtinham uma infinidade de ostras grandes (Léry, [1578]1941). Os Tupinambá também coletavam mexilhões, berbigões e mariscos, os quais eram abertos no fogo para serem consumidos (Soares de Souza, [1587]1987).

Dos ecofatos orgânicos apresentados por Silva et al. (1990) destacam-se mamíferos terrestres como porco-do-mato-queixada (*Tayassu pecari*), jaguatirica

(*Felis pardalis*), lobo marinho (*Otarideo*), bugio (*Alouatta sp*), gato-do-mato (*Felis sp*), paca (*Agouti paca*), veado (*Ozoroceus* ou *Mazama*), anta (*Tapirus terrestris*), capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), coati (*Nasua nasua*), cutia (*Dasyprocta azarae*); mamíferos marinhos como boto (*Tursiops truncatus*), leão marinho (*Otaria sp*), lobo marinho (*Otarideo*), baleia (*Balaenopteridae*) entre outros; e, ainda, peixes como anequim (*Carcharodon carcharias*), tubarão azul (*Prionace glauca*), miraguaia (*Pogonias chroinis*), mangona (*Odontaspis*), tintureira (*Galeocerdo cuvieri*) e outros.

Os dados registrados sobre tais ecofatos também permitem inferir a existência de uma fauna variada e abundante, que teria sido intensamente explorada pelo grupo. Aliás, sobre os restos de alimentação da ocupação da Tapera, Rohr (1966:17) manifesta-se dizendo que:

*“Estão aí fartos **restos de cozinha** a orientar-nos os passos. A alimentação racional forçosamente deverá incluir os três elementos básicos: proteínas, gorduras e carboidratos. É fato, aliás conhecido, que a falta de proteínas ou albuminas, são a causa principal da subnutrição de muitos povos da atualidade. Neste particular os nossos silvícolas levavam vantagem. A mesa deles estava (...) abastecida de proteínas. Uma das principais fontes de proteínas é a carne. Ora, encontramos nos detritos, deixados pelos habitantes da Tapera, muitas toneladas de cascas de moluscos, vários metros cúbicos de ossadas de peixes e de caça de todas as espécies. Tanto os moluscos, como a carne de peixe e de caça, abasteceriam a mesa do homem da Tapera de abundantes proteínas. A gordura dos animais e peixes proveria igualmente as suas necessidades de glicerídeos.”*

Em um outro lugar, Rohr (1967e:1104) se refere à pesca praticada pelos homens da Tapera, dizendo que eram exímios pescadores levando em conta as *“... muitas centenas de litros de ossos de peixes, (...) sem falar nos milhares de litros de ossos triturados que se perderam.”*

Na ocupação Rio do Meio, também se encontrou tais evidências - sendo que entre os milhares de ossinhos e fragmentos de ossos observa-se principalmente vértebras, cujos tamanhos se assemelham aos de sardinha - a atestarem uma prática de pesca intensa.

A pesca e a caça entre as sociedades indígenas, podem ser observadas em termos das técnicas empregadas, locais explorados, prática individual ou coletiva, conhecimentos sobre os hábitos dos animais, entre outras variáveis.

Entre os Tupinambá a caça era praticada habitualmente, perambulavam pela floresta carregando seus arcos e flechas e espreitando o alto das árvores a espera de pássaros grandes, macacos ou outros animais que, ao serem

avistados, eram perseguidos sob flechadas até serem abatidos (Staden, 1974:159). Os índios do Uaupés espreitam a caça observando os locais onde vão tomar água e comer frutas, bem como, suas pegadas nas proximidades destes locais (Silva, 1962:243). Os caçadores Cinta Larga se dispersam atrás de sua presa, porém não vão além de 10 ou 15 km de distância do local da dispersão (Junqueira 1984/1985). Dependendo das estações, a caça praticada pelos Waiãpi pode ser feita individual ou em grupos que voltam no mesmo dia – percorrendo de 10 a 20 km -; em grupos familiares, na estação seca, que se deslocam para acampamentos situados a um ou dois dias de viagem, onde permanecem por vários dias; ou mais distantes, quando passam vários dias viajando até chegarem nas suas “reservas faunísticas”, onde permanecem por semanas (Gallois, 1981).

As caçadas coletivas dos Suruí implicam em excursões mais longas onde há caça abundante, nestes locais ficam acampados durante uma semana ou mais (Coimbra, 1985). Os Xokleng mantinham acampamentos de caça, nos quais – dependendo da abundância de caça - permaneciam três meses ou mais, conforme (Kempf, 1947, apud Lavina, 1994).

Dos exemplos, aqui citados sobre as diferentes maneiras dos índios brasileiros desenvolverem suas atividades de pesca, destaca-se inicialmente a dos Tupinambás que, por serem bons nadadores e mergulhadores, podiam capturar peixes, polvos e lagostins mergulhando no mar (Soares de Sousa, 1987). Os Kayapó pescam com timbó nos igarapés, sendo que depois de umas quatro horas aparecem peixes menores boiando e os maiores estando atordoados, podem ser flechados ou apanhados com a mão (Petrere Júnior, 1990). Os índios Kampa também pescam nos igarapés usando timbó, anzol, tarrafa ou armadilha (Gonçalves, 1991). A pesca entre os Cinta Larga acontece a qualquer hora do dia à beira do rio usando anzol ou flecha e para obterem peixes maiores vão em canoa até o meio do rio; porém para conseguirem grandes quantidades de peixe se deslocam para pontos distantes, em grupos de algumas famílias, onde podem ficar acampados por vários dias (Junqueira, 1984/85). E, os Kayapó quando estão pescando evitam pronunciar o nome de uma entidade mítica que consideram o criador e protetor dos peixes, para não atraí-lo.” (Petrere Júnior, 1990).

**Ecofatos inorgânicos.** A respeito deste material, Silva et al. (1990) revelam que o arqueólogo João Alfredo Rohr discriminou em seu diário de

escavação o material lítico que descartou em campo, como seixos, lascas e os fragmentos de diabásio diaclasado, quartzo e rochas granitóides.

## 5.1.2. A ocupação Caiacanga-Mirim

### 5.1.2.1. Histórico

As evidências desta antiga ocupação foram descobertas em abril de 1958, pelo arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr, que denominou de jazida paleo-etnográfica Base Aérea (Rohr, 1959) - por se encontrar dentro de terrenos da Base Aérea de Florianópolis porém, em outras publicações, Rohr (1960,1966) a denomina de Caiacanga-Mirim, o termo adotado neste trabalho.

A ocupação Caiacanga-Mirim foi identificada no areal que durante muito tempo vinha sendo explorado, próximo do depósito das sucatas de aviões da Base Aérea. A retirada de areia da área, teria danificado as evidências arqueológicas, conforme o comentário de Rohr (1959: 203-4) a seguir:

*“Visitando-o verificamos que se tratava de esqueletos de índios. Pesquisas ulteriores provaram que o local em questão, (...) [correspondia a] uma extensa e importante jazida paleo-etnográfica, da qual, infelizmente, restava apenas pequena parte, talvez dez por cento, tendo o grosso da jazida sido destruída, na exploração do areal, sobre o qual assentava a jazida, propriamente dita. (...) os operários mais antigos da turma de tarefeiros da Base afirmam, virem quebrando crânios já durante 15 anos.”*

As informações aqui expostas sobre a ocupação Caiacanga-Mirim derivam-se basicamente da publicação do arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr (1959), a qual constitui o primeiro estudo<sup>85</sup> sobre a população, que aqui se identifica como pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina.

### 5.1.2.2. Localização e aspectos da paisagem

A ocupação Caiacanga-Mirim (Mapa 3), segundo Duarte (2003)<sup>86</sup>

*“Localizada ao norte da área onde se encontrava o Sítio Tapera, assentava-se sobre cordão arenoso praiado holocênico, de um nível um pouco mais alto que o atual que forma com o pontal rochoso no seu extremo noroeste, um tómbolo. Este cordão tem uma praia atual que o limita. Esta praia em leve arco volta-se para sudoeste, para a Baía Sul e tem o dobro do comprimento do arco praiado daquele da Tapera. A área pertence à Base Aérea de Florianópolis e hoje tem uma vila militar construída sobre aquele cordão arenoso.”*

---

<sup>85</sup> Schmitz (1959) inclui em seu estudo sobre a cerâmica Guarani da Ilha de Santa Catarina a cerâmica coletada pelo Pe. Rohr no sítio Caiacanga-Mirim.

<sup>86</sup> Comunicação pessoal.

*“A elevação que vai permitir o tómbolo e que se constitui no outro apoio do cordão arenoso, situa-se a poucas centenas de metros a sul, isto é, ao sul da Base Aérea e se estende além da localidade de Tapera da Base.”*

*“A leste do tómbolo inicia-se uma zona baixa e úmida de terrenos holocênicos muito jovens cuja faixa norte é ocupada pelo manguezal do Rio Tavares. Junto ao tómbolo este manguezal constitui faixa estreita argando-se para leste estendendo-se depois para sudeste ao longo do Rio Tavares. Este rio é também estuarino no seu trecho de planície, e, o manguezal é o maior da Ilha de Santa Catarina.”*

*“Ao sul deste manguezal estende-se a planície em parte arenosa, de origem marinha, holocênica. Sucede-se de norte para sul: o manguezal; depósitos arenosos holocênicos marinhos mais altos que os demais e mais antigos; seguem-se depósitos arenosos holocênicos mais baixos e em parte mistos com matéria orgânica até atingir um outro mangue, o do Alto Ribeirão, bem menor que o anterior, e foi referido quando se tratou do sítio Tapera.”*

*“O grupo que construiu o sítio tinha acesso fácil ao oceano aberto através da planície descrita ao se tratar da ocupação Tapera.”*

Rohr (1959) menciona a presença de uma oficina lítica (Figura 11) a uns 150 metros do local do assentamento, situada na ponta NW do tómbolo. Pelo que registra o autor, infere-se que seria um local de polimento, não havendo sinais de afiadores.

Se hoje este local é ocupado pelas instalações da Base Aérea de Florianópolis, *“...outrora, fora ocupado pelas modestas casas de moradia de algumas famílias de pescadores...”*, diz Rohr (1959:294), referindo-se à população descendente de açorianos.

### 5.1.2.3. A pesquisa arqueológica

As escavações atingiram uma área afastada da praia atual (Figura 12), próxima segundo Rohr (1959) dos:

*“... hangares e a rampa dos hidroaviões da Base Aérea (...) A faixa de terreno, de uns 10 metros, que medeia entre o local das escavações e a praia, serve de estrada particular aos veículos da Base e conduz à rampa dos hidroaviões, **stand** de tiro, ao alvo da Base e ao **cemitério** dos aviões.”* (p. 205).

*“Trabalhando febrilmente, dois a três dias por semana, conseguimos salvar passante de 40 esqueletos bem conservados e algumas centenas de artefatos; enquanto os operários prosseguiam destruindo o sítio arqueológico.”* (Rohr, 1977:7).

Da descrição do processo de escavação, destaca-se o trecho a seguir, no qual Rohr (1959), dá as características do estrato no qual ocorreram os sepultamentos:



Figura 11 – Oficina Lítica Caiacanga Mirim II.  
Foto: Teresa Fossari



Figura 12 – Vista parcial da praia da Base Aérea.  
Foto: Teresa Fossari

*“Retiradas as conchas, aparece uma terra de cor cinza-escura, muito solta (...) formada de farelo de concha, areia e húmus preto, de cinza e carvão. (...) Era, ainda, nesta camada de terra solta e de cor cinza, que topamos, talvez uma dúzia de vezes, com legítimos fogões (...) indígenas. Quando acontecia que esta camada de cor cinza ia afundando dentro da areia, geralmente, era indicada muita cautela no manejo da ferramenta, porque era indício, quase certo, de aparecer algum esqueleto.” (p. 207).*

Esta informação aponta para a presença de sepultamentos no mesmo nível dos “fogões”, associação esta que também fez parte da estrutura do assentamento da Tapera, no qual os sepultamentos se encontravam no entorno dos mesmos, dentro das habitações.

Da área onde se concentravam os vestígios do antigo assentamento, bastante perturbada, apenas 200 m<sup>2</sup> (10m x 20m) foram escavados. A datação da ocupação Caiacanga-Mirim é de 1.150 ± 70 anos d.C. (SI-243, portanto mais recente do que as ocupações pré-coloniais Jê que se estabeleceram na Tapera.

#### 5.1.2.4. As evidências arqueológicas

As evidências arqueológicas reveladas da ocupação Caiacanga-Mirim constituem-se de *sepultamentos humanos, features, artefatos e ecofatos*.

**SEPULTAMENTOS.** Na área escavada foram encontrados os sepultamentos de 54 indivíduos em uma cova rasa aberta na areia, estendidos em decúbito dorsal, com as mãos sobre o corpo. Muitos deles foram “... *enterrados ao nível do mar, a poucos metros da praia, em areia, inicialmente, salgada, o próprio sal marinho pode ter secundado a conservação dos esqueletos.*” (Rohr, 1959: 211).

Vários desses indivíduos, preferencialmente as crianças, foram sepultados com colares elaborados com conchas e com dentes de animais, conforme observações de Rohr (1959:211): “... *quase não se desenterrava esqueleto de criança que não viesse acompanhado de algum (...) colar.*”

Também foram coletados fragmentos de vários esqueletos dispersos pela área que havia sido perturbada. Outros, ainda, estavam completamente esmagados e decompostos, é o caso daqueles “... *que não estavam normalmente enterrados dentro da areia, mas ficavam em nível mais elevado, dentro da zona mais compacta da terra de cultura.*” (Rohr, 1959:208).

**FEATURES.** Correspondem aos *fogões* mencionados mais acima e aos *núcleos de seixos*.

**Fogões.** Tratam-se de *features* estruturados por blocos de rocha dispostos em círculo, e assim descritos por Rohr (1959:206):

*“... sobre a areia, que fica abaixo da camada preta de terra de cultura, (...) aproximadamente, a um metro de profundidade. Eram formados de seixos [blocos] diferentes de basalto [diabásio], granito e (...) reunidos numa superfície circular de, aproximadamente, 50 cm de diâmetro e cobertos de abundantes cinzas e carvão. O granito que fazia parte destes fogões, devido à dilatação irregular dos cristais componentes ao sofrerem o aquecimento, esfarelava-se ao contato ...”*

Estes fogões seriam semelhantes aos que foram evidenciados em outras duas ocupações Tapera e Rio do Meio (Área II). Entretanto, na ocupação Rio do Meio, no entorno destes “fogões” não se observou qualquer vestígio de sepultamento. Por outro lado, parece que estavam ausentes no assentamento Ponta do Lessa, no entanto esta ausência está na dependência de confirmação uma vez que a escavação do respectivo sítio atingiu somente uma pequena parte do mesmo.

**Núcleos de seixos.** Observados na mesma camada que os *fogões*, abaixo da camada de conchas, encontravam-se

*“... reunidos em núcleos, uns 10 a 15 seixos lisos e rolados de basalto [diabásio] e quartzito (...) [de uns 5 cm de comprimento], de finalidade problemática. Era, ainda, nesta camada de terra solta e de cor cinza, que topamos, talvez uma dúzia de vezes, com legítimos fogões (...) indígenas.”* (Rohr, 1959:206)

Núcleos semelhantes foram observados na ocupação Rio do Meio, inclusive alguns com seixos menores. Este material lítico era trazido de locais - a leste e oeste - situados centenas de metros afastados do assentamento.

**ARTEFATOS.** Os vestígios de artefatos indicam que na produção dos mesmos foram empregados fragmentos de rocha, ossos e dentes de animais, conchas e, ainda, argila.

**Artefatos líticos.** Dentre os artefatos produzidos em rocha destacam-se instrumentos de trabalho e adornos. As *lâminas de machados*, elaboradas sobre diabásio, foram talvez as suas principais ferramentas. Embora eventualmente mantivessem os seus machados com gume e algumas arestas polidas, não aplicavam polimento na peça por inteiro. Apresentam formas e tamanhos variados, sendo que as menores, com pouco mais de 1 cm de espessura e com um gume fino e perfeito, sugerem que teriam sido utilizadas como facas e não como machados (106 exemplares, entre inteiros e fragmentados).

A produção de outros instrumentos líticos deveria ter sido bem menor, uma vez que dentre estes os mais numerosos (*martelos* e *quebra-cocos*) não ultrapassam duas dezenas. Os *martelos* constituem instrumentos feitos com fragmentos de diabásio, apresentando desgaste em uma ou nas duas extremidades, em decorrência de uso intenso (15 exemplares entre inteiros e fragmentados).

Rohr (1959: 217) apresenta os *quebra-cocos* como sendo artefatos “... de forma irregular, que apresentam, nas faces, (...) pequenas cavidades, destinadas a receberem coquinhos, nozes e outras sementes a serem quebradas.” Foram elaborados em grande parte sobre seixos (11 exemplares).

Os demais instrumentos líticos produzidos pela antiga população de Caiacanga-Mirim são: *alisadores de cerâmica*, inferidos a partir de lâminas de diabásio, com uns 13 cm de comprimento e 30 cm de largura por 1 cm de espessura tendo as arestas alisadas (5 exemplares); *percutores/bigorna*, *alisadores*, e *amolador de instrumentos*.

Além desses artefatos líticos, destacam-se aquelas peças que não são consideradas instrumentos, como as peças *fusiformes* ou *tembetás*, cujas “... formas lembram pequenas canoas, não escavadas, tendo uma face quase plana e o resto da superfície arredondada e abaulada à guisa de fundo de barquinha.” (Rohr, 1959:219). Algumas delas foram totalmente polidas na superfície; com comprimento variando entre 3 e 8 cm (19 exemplares entre inteiros e fragmentados), sendo possível que tenham sido produzidas nas *bacias de polimento* da oficina lítica que havia nas proximidades desta ocupação.

Há de se mencionar, também, aquele adorno que foi depositado junto ao crânio de uma criança de uns 10 a 12 anos, ou seja um objeto de quartzo (?), de forma triangular com uma perfuração em um dos seus vértices sugerindo a cabeça de um peixinho.

**Artefatos de ossos.** Trata-se de algumas *pontas de arremesso*, sendo que uma delas “... pela aparência foi feita de osso humano. Já vimos (...) que foi encontrado, na jazida, um osso da perna (tíbia) cortado transversalmente.”, diz Rohr (1959: 220), acrescentando que:

“...acima do corte, apresenta vestígios nítidos de alisamento, numa superfície de 90 mm de comprimento. O osso estava fincado na terra com a extremidade cortada, para baixo, ao lado de um esqueleto ...” (p. 252).

**Artefatos sobre dentes.** Dentes de tubarão e de felídeo perfurados na

base foram transformados em *adornos* (vários deles depositados junto a sepultamentos, por exemplo, um dente perfurado de cação junto ao de uma criança de 6 a 8 anos de idade); dentes de porco-do-mato transformados em *raspadores* e *furadores*.

**Artefatos de conchas.** Foram provavelmente usados como adornos, seja em forma de placas perfuradas feitas com as de bivalves, seja em forma de “contas de rosário” com conchas de gastrópodes perfuradas no vértice. Colares de conchas também fizeram parte do cerimonial de sepultamento, por exemplo, um colar com 41 conchas de caramujos ovóides, de mesma espécie e furados no vértice (oscilando entre 8 mm e 10 mm de comprimento e 4 a 5 mm de diâmetro) junto ao corpo de uma criança; um colar com 250 conchas, semelhantes as do anterior e acrescido de uma valva de molusco fluvial perfurada, e vários pequenos discos perfurados, feitos em conchas de bivalves perfuradas no centro; e um colar composto somente de pequenos discos perfurados de concha, junto à cintura pélvica do esqueleto de criança, de 6 a 8 anos de idade.

Pequenos discos perfurados feitos a partir de um tipo de concha semelhante a estas descritas por Rohr (1959) também foram registradas junto às evidências da ocupação Ponta do Lessa.

**Cerâmica.** Evidenciada por 180 fragmentos de vasilhames, sendo que desta produção apenas uma borda do gargalo de um vaso está decorada – com depressões regulares e simétricas em forma triangular. Merece destaque um fundo de vaso, de 14 centímetros de diâmetro, que foi encontrado junto a um sepultamento, na altura do crânio.

**ECOFATOS.** No caso desta ocupação, conta-se apenas com dados sobre restos faunísticos (ecofatos orgânicos) certamente relacionados aos animais apreendidos como recursos alimentares.

**Ecofatos orgânicos.** Correspondem a conchas, grande quantidade de ossos de peixes, de mamíferos - inclusive ossos de baleia e um fragmento de chifre (parte inferior) de cervo galheiro (*Dorcelaphus dichotomus*)<sup>87</sup>, - e de aves; carapaças de crustáceos. Os vestígios de vegetais, que poderiam estar relacionados à antiga ocupação, limitaram-se aos fragmentos de carvão, encontrados no trecho escavado.

---

<sup>87</sup> Cujas espécies não mais existem na zona costeira e nem no interior do Estado de Santa Catarina.

Dos vestígios de conchas destacam-se as de ostra, descritas por Rohr (1959:207) como sendo: “... *enormes de 35 cm ou mais de comprimento por 13 de largura, as quais, no dizer dos pescadores, hoje já não se encontram.*” Ostras de tamanhos semelhantes a estes foram encontradas entre os vestígios da ocupação Rio do Meio. As evidências da coleta destas ostras, comuns em zona estuarina, no fundo ou assoalho do “rio”, é indício de que seus coletores teriam sido bons mergulhadores.

Por outro lado, considerando que a matéria-prima de origem orgânica empregada na elaboração dos artefatos desta população foi extraída, provavelmente, de animais apreendidos como recurso alimentar, poder-se-ia citar ainda vestígios de dentes de tubarão, de felídeo e de porco-do-mato.

### **5.1.3. A ocupação Ponta do Lessa**

#### **5.1.3.1. Histórico**

O sítio Ponta do Lessa foi classificado inteiramente como sendo um sambaqui (sambaqui do Rio Lessa SC – LF – 39) por Beck et al. (1969), levando em conta as características de seus estratos, formados por conchas. Entretanto, Beck (1973, 1978) - considerando a presença de evidências de cerâmica nos estratos superiores deste sítio - diz que nele estariam representados dois “horizontes culturais”, um deles identificado como “pré-cerâmico”<sup>88</sup> e o outro “horizonte cerâmico”, sendo que denomina este último de Fase Rio Lessa, fase esta que Schmitz (1988) relacionou à Tradição Itararé ou como aqui é mencionada, pré-colonial Jê.

Posteriormente, em 1976 um estagiário<sup>89</sup> do Museu da UFSC encontrou na área deste sítio - junto à praia, oeste do local em que Beck e equipe haviam escavado em 1969 - um esqueleto humano que havia sido exposto durante a demolição de um rancho de pescador. Segundo relatório deste estagiário, o esqueleto - bastante danificado e incompleto - estava envolto por camada de terra de cor cinza escura e misturada com conchas de ostras. Na camada abaixo do esqueleto teria encontrado um machado lascado, fragmentos de vasilhames cerâmicos e um cachimbo de cerâmica<sup>90</sup> inteiro. Pelas características do

---

<sup>88</sup> Trata-se de uma ocupação de caçadores-coletores.

<sup>89</sup> Aderbal Ribeiro, estudante do curso de História da UFSC.

<sup>90</sup> De acordo com o relatório (abril/1976) do referido estagiário, o cachimbo de cerâmica era “quase idêntico” ao que foi encontrado no Rio Tavares e que estava na sala do professor, referindo-se ao arqueólogo Alroino Eble que o orientava na ocasião.

cachimbo e dos fragmentos cerâmicos - que se encontram neste Museu com o restante do material recolhido na ocasião - pode-se dizer que teriam sido produzidos por um grupo de Tradição Guarani.

Entretanto, hoje se sabe que este sítio encerra o registro de três ocupações distintas, sendo que a mais antiga, a do grupo que primeiro se instalou no local corresponde, na parte já escavada, a um estrato de conchas na base no qual não foram encontrados vestígios de cerâmica. Sobre este, estrato, revelaram-se as evidências de uma ocupação pré-colonial Jê (o da fase Rio Lessa). E, nas proximidades da área escavada uma ocupação de Tradição Guarani, a última população do período pré-colonial na Ilha de Santa Catarina.

No sítio arqueológico Tapera, também foram identificadas ocupações de dois “horizontes culturais”, sendo que o primeiro ou mais antigo remete a grupos pré-coloniais Jê<sup>91</sup> e o posterior a um grupo de Tradição Guarani.

Os dados sobre a ocupação do sítio Ponta do Lessa que fundamentam este trabalho, porém, foram extraídos dos trabalhos desenvolvidos pela equipe de pesquisadores do Instituto de Antropologia da UFSC, em 1969. Convém esclarecer que a pesquisa deste sítio só incluiu uma parte dele, restando ainda hoje uma área bem maior – talvez o triplo - do que a escavada pela mencionada equipe. Os trabalhos que se desenvolveram sob a coordenação de Anamaria Beck fizeram parte do projeto: “*A variação do conteúdo cultural dos sambaquis*” (Beck, 1968). Esta pesquisa, entre outros fatores, foi motivada pela iminente possibilidade de destruição do mesmo, como revela Beck et al. (1969:141):

*“Localizado no Bairro da Agrônômica, entre o Conjunto Universitário e a Cidade de Florianópolis, em área densamente povoada, poderá ser totalmente destruído, por ocasião da construção de novas residências ou da abertura de novas ruas ou estradas.”*

Os dados aqui reunidos foram extraídos, essencialmente dos trabalhos de Beck et al. (1969), Duarte (1969), Araújo (1969) apresentando os resultados dos estudos produzidos sobre a ocupação pré-colonial Ponta do Lessa.

O estado de preservação do sítio – onde estavam concentradas as evidências arqueológicas deste antigo assentamento – no ano de sua escavação, não foi considerado satisfatório, devido às interferências de uma antiga caieira que funcionou no local e, posteriormente, também de residências

---

<sup>91</sup> Só para lembrar, no primeiro horizonte cultural do sítio da Tapera, Silva (1990) identificou evidências de duas aldeias de Tradição Itararé sobrepostas.

e roças de mandioca. Segundo Rohr (1984;115), na década de 60 ele teria registrado o sambaqui Ponta do Lessa situando-o “... em terrenos de Aroldo Vilela. Ocupa área de uns 100 metros quadrados com um metro de espessura e foi parcialmente destruído por fabricantes de cal.”

#### 5.1.3.2. Localização e aspectos da paisagem

A ocupação Ponta do Lessa (Mapa 4), segundo Duarte (2003)<sup>92</sup>

*“... situou-se sobre pontal rochoso granítico (Figura 13) que é um prolongamento rebaixado de estrutura importante do Morro da Cruz. Este pontal foi uma ilha tanto em nível de mar pouco mais alto que o atual bem como no atual uma vez que antes do aterro para um loteamento e da implantação da rodovia Rubens de Arruda Ramos (Beira Mar Norte) ele estava circundado por terrenos paludiais com manguezal, portanto, ficava cercado pelas águas marinhas nos períodos de maré alta. Os aterros uniram este pontal nos quadrantes sul e oeste com áreas permanentemente emersas.”*

*“A metade frontal deste pontal, voltada para norte e leste, encontra-se limitada pelas águas da Baía Norte, na área de uma reentrância desta Baía, a nordeste do Centro da cidade de Florianópolis.”*

*“O manguezal que ainda hoje se apoia naquele pontal é conhecido como Manguezal do Itacorubi. É o terceiro em área, na Ilha de Santa Catarina. Este é atravessado por dois canais fluviais estuarinos que se unem como rios gêmeos desaguando com o nome de Itacorubi. Estes canais são estuarinos como o é a área do próprio manguezal no momento*

*de maré alta, quando as águas doces e salgadas se misturam, recobrando o substrato onde se fixa a vegetação halófila.”*

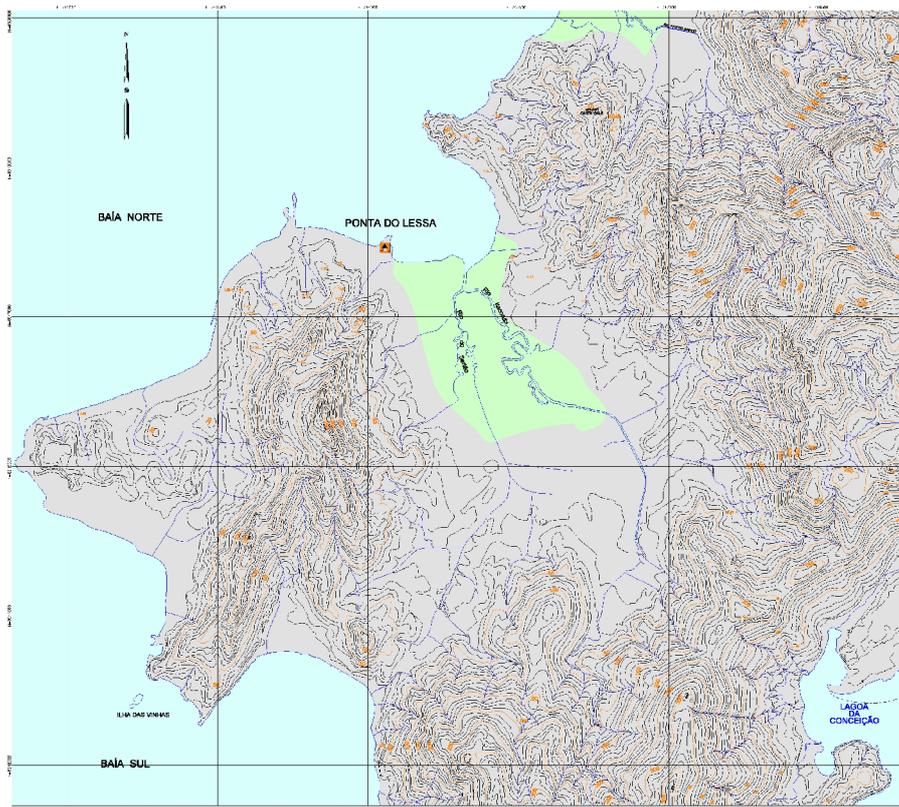
*“Junto ao pontal, no seu lado sul, deságua pequeno rio, o “Rio do Córrego”, hoje canalizado e em grande parte tamponado, cuja nascente situa-se no Morro do Horácio - nome local do Morro da Cruz, em área de um dique de diabásio ali intrusivo no granito. O baixo curso deste rio também tinha ou tem regime estuarino. É possível e provável que este seja o Rio Lessa.” “Uma área ampla e plana se estende ao sul do sítio. Esta área compreende o manguezal hoje bastante diminuído pelas pressões da ocupação urbana de Florianópolis, nos bairros da Trindade e Itacorubi. Ao sul do manguezal continua a planície até o sopé das elevações onde ocorrem depósitos sedimentares continentais denominados por Bigarella (1961) como Camadas Trindade.”*

No final do século XIX Virgílio Várzea dizia que a área da Ponta do Lessa fazia parte do Arrabalde da Pedra Grande,

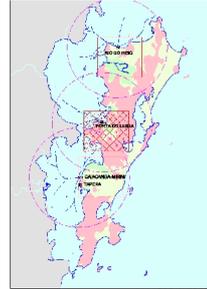
*“... onde começa a estrada das Carreiras desdobrando-se próxima à costa até quase as planícies de Itacorubi, faixada à veneziana por seus pequenos e sinuosos rios, cujas voltas numerosas reluzem prateadamente em meio ao mangal. Daí o caminho se bifurca, estendendo-se para a Trindade e Três Pontes, seguindo depois na direção norte da Ilha. (...) A*

---

<sup>92</sup> Comunicação pessoal.



**LOCALIZAÇÃO:**



ESC. 1:400.000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A POPULAÇÃO PRÉ-COLONIAL JÊ DA ILHA DE SANTA CATARINA**

**MAPA 4  
ÁREA IMEDIATA DA  
OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL JÊ  
DA PONTA DO LESSA**

TERESA DOMITILA FOSSARI  
MARÇO, 2004.

**LEGENDA:**

- ÁREAS EMPRISAS
- CORPOCERÂMICA TAPÉ
- INTERPRETAÇÃO DE ANTIQUÁRIOS
- DRENOS D'ÁGUA
- CURVAS DE NÍVEL
- BORDA DE NÍVEL
- BORDA DE NÍVEL DE ALTIMETRIA
- ÁREA DE INTERAÇÃO

**FONTE:**  
DADOS TERRESTRES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - 1980, 1990, 2000, 2010.  
DADOS AEROS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - 1980, 1990, 2000, 2010.  
DADOS DE CAMPO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - 1980, 1990, 2000, 2010.  
DADOS DE CAMPO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - 1980, 1990, 2000, 2010.

**ELABORAÇÃO:**  
TERESA DOMITILA FOSSARI  
MARÇO, 2004.

**ESCALA 1:30.000**

0 100 200 300 metros

PROJEÇÃO: MÉRIDIIONAL, TRANSMERIDIONAL DE MERCATOR, UTM



Figura 13 – Vista parcial do sítio arqueológico Ponta do Lessa.  
Foto: Teresa Fossari

*Pedra Grande por sua situação longínqua – a quase uma légua do coração da cidade – tem já o aspecto de uma freguesia com as suas casas rareadas, eretas bem na linha de praia sobre terrenos de marinha, os jardins e quintais avançando para as ondas...” (Várzea 1984:39-40).*

*“Entre a ponta de Cacupé Grande e a do Recife [Ponta do Coral], que é o extremo norte da capital, faz a costa uma reentrância, (...), onde deságuam três pequenos rios — o Manoel Antônio, o do Bornelas e o Lessa ou Amorim, (...). Toda essa região é plana e recortada por esses rios que formam, à pequena distância da costa, na altura da estrada circular da Ilha, o local das Três Pontes chamado, por existirem nele três grandes pontes de madeira, a poucos metros uma das outras, pontes que pelo terreno paludoso e raso em que estão, o mar cobre muitas vezes nas preamares anormais.” (Várzea, 1984:109).*

Beck et al. (1969) comentam que os moradores da área faziam coletas periódicas e abundantes de *Anomalocardia brasiliiana* (berbigão) e *Ostrea* sp. (ostra) espécies de moluscos que se desenvolviam nas proximidades da ocupação. Aliás, esta atividade observada em finais dos anos 60, é ainda hoje praticada nesse local, além da pesca do camarão.

Outra atividade básica de sobrevivência do grupo seria a pesca. Silva et al. (1990) referindo aos vestígios de peixes, afirmam: “... que representam a parte mais importante da dieta alimentar ...” (p.140) desse grupo, porém estes autores não acrescentam outros dados além daqueles registrados por Beck et al. (1969).

Em uma comunicação posterior, Beck (1978) referindo-se à ocupação Ponta do Lessa relacionada ao “horizonte cerâmico” diz que se caracteriza “... pela associação entre a cerâmica, artefatos de ossos e concha e pela expressiva prática da pesca ...” (p.126), acrescentando que o pescado passou a ser o principal alimento.

Na década de 70, alguns anos depois da pesquisa efetuada pela equipe do Instituto de Antropologia da UFSC, uma área contígua ao sítio Ponta do Lessa foi cortada para dar lugar à atual avenida, popularmente conhecida como “Beira Mar”.

Atualmente, as evidências das ocupações pré-coloniais, que ainda lá se encontram (Figura 14) estão sujeitas a desaparecerem por completo, pois além de uma moradia, casas de embarcações e das instalações de uma torre de rádio naquele terreno, o local é bem freqüentado, principalmente a parte voltada para o mar, pelo que indica o “lixo contemporâneo” disperso na praia contígua. Registre-se, também, que o local é ponto de apoio para os coletores atuais de berbigão.



Figura 14 – Visualiza-se junto a blocos de granito, valvas de molusco em meio a terra cinza e a vegetação que recobre o sítio arqueológico Ponta do Lessa.  
Foto: Teresa Fossari

### 5.1.3.3. A pesquisa arqueológica

Os cortes das escavações, nos depósitos das antigas ocupações, atingiram uma área de 52m<sup>2</sup>, em forma de trincheira, o que corresponde a uma parte da área total do sítio, cuja profundidade não ultrapassou 105 cm de espessura, até chegar a camada estéril arqueologicamente, ou seja, a base da ocupação, na qual, conforme Duarte (1969:147):

*“... foram encontrados, além de blocos de granitos (...), como continuação das porções aflorantes e apresentando a mesma direção preferencial das diáclases, sedimentos de ambiente praiial, evidenciando um nível de mar mais alto.”*

*“Essa praia antiga constitui-se mais para o interior do terreno (...) praticamente só de areia.”*

A estratigrafia no sítio Ponta do Lessa segundo Beck et al. (1969:154)

*“... revelou camadas de valvas de moluscos, inteiras e fragmentadas, com areia e húmus, raramente, ocorrendo argila. A cor das camadas variou do cinza escuro ao cinza claro. Lentes formadas por conchas fragmentadas e areia, ou conchas inteiras e húmus, foram identificadas no perfil.”*

As evidências das antigas ocupações na Ponta do Lessa, no entender de Beck et al. (1969:169):

*“... por suas dimensões, parece ter sido habitado por um período de tempo, relativamente curto. Ao mesmo tempo, a espessura do depósito arqueológico (...) e sua pequena extensão (...), contribuem no sentido de aceitarmos a hipótese de que se tratam de remanescentes culturais de um grupo humano reduzido.”*

*“Se o compararmos aos demais sítios arqueológicos da Ilha de Santa Catarina, podemos observar, então, que suas dimensões correspondem, em média, às dimensões dos demais sítios localizados nessa área, até o presente. Podemos, assim, pensar que a Ilha de Santa Catarina não dispunha de recursos alimentares abundantes, que permitissem a fixação de grupos humanos numerosos, por um período de tempo prolongado. É possível, também, que esses grupos estivessem em constante movimentação dentro da área, evitando que se esgotassem os recursos naturais ou permitindo que os mesmos se refizessem, nos locais onde estavam situados seus acampamentos.”*

Estes autores, ao falarem em uma ocupação de período relativamente curto, provavelmente, teriam em mente as espessuras dos “depósitos” dos sambaquis que pesquisaram no litoral sul e norte do Estado, as quais se comparadas com a do sítio Ponta do Lessa, podem ser várias vezes mais espessas. Em se tratando, porém, dos vestígios de uma ocupação pré-colonial Jê, esta ocupação talvez não fosse tão efêmera. Sem contar que só uma parte do

sítio foi escavada. Por outro lado, também pode ter havido perda de material, que poderia ter se estendido para dentro do que hoje é água. Observa-se que o sítio mostra corte tanto na parte norte como leste e que pode ser por ação das ondas. Sem contar nos danos causados pela já mencionada caieira que funcionou no local.

A ocupação pré-colonial Jê Ponta do Lessa ainda não foi datada. Por outro lado, obteve-se a data de 2.340 ± 60 BP (Beta-178076) relacionada à ocupação anterior, ou seja, a do grupo de caçadores-coletores.

#### 5.1.3.4. As evidências arqueológicas

Do registro arqueológico do sítio Ponta do Lessa destacam-se *sepultamentos, artefatos, ecofatos orgânicos e ecofatos inorgânicos*.

*SEPULTAMENTOS*. Na ocupação Ponta do Lessa tais evidências de uma maneira geral limitaram-se à presença de ossos humanos dispersos por quase toda a área e estratos - dos níveis superiores aos inferiores. Embora tais evidências permitam supor que enterravam seus mortos junto ao local de moradia – indício de ocupação “relativamente estável”, em oposição ao tempo de ocupação de um acampamento - não foi possível, conforme expõe Araújo (1969:175): “... verificar se foram guardados os costumes e culturas da época, dado ao péssimo estado de conservação em que se encontravam os esqueletos.”

Segundo Araújo (1969), entre os vestígios de sepultamentos, de apenas um deles - identificado como sepultamento n.1 - podem ser levantados alguns aspectos. Estava associado a um machado polido, depositado sobre blocos de granito dispostos irregularmente, porém devido à perturbação da área só foi possível inferir

*“... que existia a possibilidade de se tratar de mais de um indivíduo; de que não havia vestígios de cova; que estavam os restos ósseos dispersos por uma grande área [dentro da escavação], apresentando vestígios de impregnação de corante vermelho; e, ainda, algumas contas, de prováveis adornos, fabricadas de material conchífero.” (Araújo, 1969:176).*

Considerando, entretanto, que no local da escavação do sítio Ponta do Lessa foram identificadas ocupações de duas tradições culturais distintas – a mais antiga relacionada a um grupo caçador-coletor e a posterior pré-colonial Jê – não se sabe ao certo a qual das duas teriam pertencido as evidências de sepultamentos.

*ARTEFATOS*. Evidenciam a produção de instrumentos elaborados a partir

de fragmentos de rochas, de ossos de animais e de conchas, além de vasilhames cerâmicos.

### **Artefatos líticos.**

Os vestígios desta produção são constituídos por umas 400 peças, identificadas como *lâminas de machados* (elaboradas em diabásio); *tembetás* ou peças *fusiformes* (de secção triangular ou oval, também de diabásio) e *plaqueta* (peça retangular, totalmente polida), todos com evidências de terem sido polidos ou semi-polidos. Ocorrem também artefatos lascados que teriam servido de instrumentos para cortar, perfurar ou raspar (de diabásio) e resíduos de lascamento (lascas).

Outros artefatos líticos foram identificados, por Beck et al. (1969:161) como *instrumentos não modificados* – cuja denominação refere-se à ausência de retoques nas peças antes de terem sido utilizados em alguma tarefa – constituídos por fragmentos de rocha com marcas em suas superfícies sugerindo terem sido usados como moedores, batedores, cortadores, raspadores. Desta categoria destaca-se aqueles “... *instrumentos destinados a afiar o gume e polir artefatos; (...) um exemplar em diabásio (afiador), outro exemplar está localizado sobre o bloco de granito, que constitui a base*<sup>93</sup> *dos setores A7 e B7.*” (p.161).

Segundo Beck et al. (1969: 156), os artefatos produzidos sobre rocha, revelaram, “... *em seus aspectos técnicos e morfológicos, semelhança com a indústria de outros sítios arqueológicos, da Ilha de Santa Catarina, como Tapera (Rohr, 1966), Base Aérea (Rohr, 1959).*”

**Artefatos sobre osso.** As evidências destes artefatos indicam uma produção acentuada de *pontas de flechas* elaboradas sob as seguintes formas: - pontas longas, sobre ossos longos de aves (46 exemplares); - ponta longas, planas, em forma de gota, produzidas sobre ossos longos, de espécie animal não identificada (3 exemplares); - pontas feitas com esporão de arraia (2 exemplares); - ponta sobre osso longo de mamífero (1 exemplar).

**Artefatos sobre dentes de animais.** No que se refere ao aproveitamento de dentes de animais para a obtenção de instrumentos de trabalho e adornos, as evidências arqueológicas apontam para os dentes de *Carcharias taurus* (tubarão),

---

<sup>93</sup> Talvez, neste caso as evidências arqueológicas depositadas sobre o referido bloco constituem material rolado das camadas superiores.

que teriam sido preferencialmente utilizados como instrumentos. Há acentuado desgaste na ponta (30 exemplares). Também usados como instrumentos foram dentes de boto, que apresentam sinais de desgaste na ponta (12 exemplares) e dentes de porco-do-mato, com sinais de desgaste na ponta (3 exemplares).

Dentes de *Carcharias taurus*, com raiz alisada (3 exemplares); de *Galeocerdo cuvieri* (tubarão), e *Carcharias taurus* duplamente perfurados na raiz (2 exemplares) e dentes de bugio com raiz perfurada (3 exemplares), provavelmente foram usados como adorno.

Beck et al. (1969:164) dizem que *“A indústria sobre ossos e dentes (...), apresenta, quanto à técnica de fabricação e matéria-prima utilizada, semelhança com artefatos encontrados nos (...) sítios arqueológicos da Tapera, Base Aérea.”*

**Artefatos sobre conchas.** Estes são constituídos por 675 pequenas placas circulares, de tamanhos variados (com diâmetros de 5 até 23 mm), com perfuração central (variando de 1 até 3mm), obtidos a partir de conchas bivalves seccionadas e alisadas nas bordas da face externa, ligeiramente convexa. Provavelmente, estes artefatos teriam sido utilizados como adornos - reunidos em colares.

**Cerâmica.** As evidências da produção cerâmica (representadas por mais de 400 fragmentos) revelam vasilhames de formas semelhantes as de tigela (recipientes horizontais) e de vaso (recipientes verticais); com paredes pouco espessas (variando entre 4 e 8mm), de coloração variando entre cinza e laranja. Provavelmente, eram utilizados no cozimento de alimentos, e levados diretamente ao fogo - muitos são os cacos com marcas de fuligem na superfície externa e crostas de restos orgânicos carbonizados incrustados na superfície interna. A argila empregada nesta produção poderia ser coletada no mangue vizinho ou em setores limítrofes do mangue entre este e o sopé das elevações que o contornam. Depois da modelagem dos recipientes – a partir de roletes bem rejuntados –, tratavam das superfícies, dando-lhes um bom acabamento, através de alisamento e polimento nas faces interna e externa, porém simples, raramente as decoravam (apenas em um caco de borda foi verificada decoração plástica, tipo entalhado).

Beck et al. (1969) correlacionam a cerâmica da ocupação Ponta do Lessa com as da Caicanga-Mirim e da Tapera, dizendo ainda que.

*“...por suas características, pertence a uma tradição cerâmica não Tupi-guarani, apresentando grande semelhança com certos tipos cerâmicos, também de tradição não Tupi-guarani, de sítios do litoral e do interior do*

*Brasil Meridional aos quais, provavelmente, estará correlacionada.*” (Beck et al, 1969:168).

**ECOFATOS.** Constituem os restos faunísticos (ecofatos orgânicos) certamente relacionados aos animais apreendidos como recursos alimentares e, ainda, a fragmentos de rocha sem sinais de trabalho e/ou de utilização.

**Ecofatos orgânicos.** As evidências dos moluscos coletados pelos habitantes desta ocupação apontam para espécies associadas, principalmente, a de habitat de enseada, sendo predominante as conchas de bivalves *Anomalocardia brasiliiana* e ainda *Ostrea sp* e *Ostrea arborea*, ao lado de outras não tão freqüentes como *Cardium muricatum*, *Astraea latispina*, *Thais cornuta*, *Tagelus gibbus*, *Navicula umbonata*, *Iphigenia brasiliiana*, *Phacoides pectinatus*, *Bullus striatus*, *Tegula viridula*, *Strombus pugilis pugilis*, *Cymathium sp.*, *Nerita virginea* e *Strophocheilus oblongus* – este um gastrópode terrestre. Na ocupação Rio do Meio a predominância foi de conchas de *Lucina pectinata*.

A presença de restos de siri goiá (*Menipe notifrons*) chamou a atenção de Beck et al. (1969) uma vez que, segundo eles, tal espécie não corre mais no local, porém é encontrada em ilhas próximas, na Baía Norte.

E, entre os restos ósseos de animais capturados pelo grupo, puderam ser identificadas algumas espécies de peixes, como corvina (*Micropogon furnnieri*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*) bagre (*Tachysurus luniscutis*) miraguaia (*Pogonias chromis*) cação (*Galeocerdo cuvier* e *Carcharias taurus*). De *Carcharias taurus*, registrou-se uma quantidade expressiva de dentes e, ainda, de mamíferos como porco-do-mato, bugio, baleia, boto e toninha, enquanto que não foi possível identificar a espécie de nenhum osso de ave.

Os vestígios de vegetais, que poderiam estar relacionados à antiga ocupação, limitaram-se a alguns coquinhos carbonizados e fragmentos de carvão, na coleta do trecho escavado.

**Ecofatos inorgânicos.** Dos fragmentos de rochas, sem vestígios de trabalho e/ou uso, que integraram o registro arqueológico da referida ocupação, os de granito foram a maioria (75,4%), enquanto que os de diabásio representam apenas 13,7%, talvez por terem sido bastante aproveitados. Além destes ocorrem alguns exemplares de concreções de limonita, microgranito e, ainda fragmentos de minerais como quartzo e feldspato.

#### 5.1.4. A ocupação Rio do Meio

##### 5.1.4.1. Histórico

O sítio Rio do Meio foi identificado no segundo semestre de 1987 pela equipe do Setor de Arqueologia do MU/UFSC, durante um levantamento e cadastramento dos sítios arqueológicos na área<sup>94</sup>.

Entretanto a sua presença já era de conhecimento de alguns moradores, bem antes daquela data pois, diz Duarte (1971:40): “O senhor Antônio Marcelino de Campos informou-nos ainda sobre mais dois sítios nesta área. Um perto de um bambuzal e outro no Rio do Meio. (...) não os localizamos ...”, em nota de rodapé, dando conta de um levantamento de sambaquis da localidade de Jurerê. Aliás, este sítio também não foi percebido pelo Pe. João Alfredo Rohr que, na década de 80, a pedido da Companhia Comercial de Imóveis, sucedida pela Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda., fez um levantamento arqueológico na área.

A ocorrência da ocupação do Rio do Meio foi revelada em 1987, quando se encontraram fragmentos de ossos de animais e de conchas, cacos de cerâmica e manchas de coloração cinza escura (contrastando com a cor clara da areia de duna) dispersos sobre as marcas de tratores que cortaram parte das dunas que ocorrem junto à praia de Jurerê. Observaram-se os estratos arqueológicos que ficaram expostos no perfil das dunas, encobertas por vegetação de restinga, constatando-se, assim, as evidências de um espaço de habitação ocupado em período anterior ao da formação das dunas.

Na ocasião, soube-se que o local estava sendo preparado para a construção de uma passarela<sup>95</sup> - uma construção da Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Devido aos danos provocados no sítio, a área tornou-se objeto de ação judicial que se arrastou por alguns anos, e somente em 1996 foi possível começar a pesquisa da ocupação Rio do Meio, cujas evidências - após uma década do acidente que destruiu parte do sítio - ficaram expostas à influência de toda a sorte de agressão, comprometendo ainda mais esta documentação arqueológica que atravessou séculos.

A pesquisa foi desenvolvida por uma equipe vinculada ao Setor de

---

<sup>94</sup> Atividade que fazia parte de um projeto desenvolvido na década de 80, já mencionado na Apresentação.

<sup>95</sup> Passarela pavimentada, que hoje se encontra entre o Condomínio Jurerê Internacional e a praia contígua.

Arqueologia – do Museu Universitário Professor Osvaldo Rodrigues Cabral, Universidade Federal de Santa Catarina (MU/UFSC) - sob a coordenação da responsável pelo Setor, Teresa Domitila Fossari, entre os anos de 1996 e 1998.

As informações aqui reunidas advêm desta pesquisa arqueológica, ainda inédita, realizada em caráter de salvamento, como parte de um projeto mais amplo: “*Gerenciamento dos sítios arqueológicos do empreendimento Jurerê Internacional*”, - previsto na Minuta de Acordo na Ação Pública de Responsabilidade que o Ministério Público Federal moveu contra a Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda - proposto como meio de mitigar os danos causados ao sítio Rio do Meio.

A Arqueologia de Salvamento, convém que se esclareça, só se impõe em circunstâncias cruciais, ou seja, naqueles casos em que o sítio está condenado ao total desaparecimento, não havendo possibilidade de se deixar qualquer testemunho para pesquisas posteriores e com limitações de tempo para a sua execução. Em síntese, é a coleta do universo dos dados arqueológicos que, direta ou indiretamente, estão presentes na área do sítio ameaçado, mas nem por isso livre do compromisso com a produção científica - buscando a explanação de eventos específicos.

O salvamento do sítio Rio do Meio foi visto sob a perspectiva de seu contexto maior, isto é, integrado ao sistema cultural da população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina - uma vez que, conforme discussão anterior, na época era consenso, entre os arqueólogos do sul do Brasil aceitar que as populações que ocuparam a Caiacanga-Mirim, e uma das que se instalaram nos sítios Tapera e Ponta do Lessa estariam vinculadas à Tradição Itararé - veja-se, por exemplo, síntese apresentada por Schmitz (1988).

Por outro lado, tendo em vista que sobre as dunas, que encobriam a parte preservada do sítio, havia cobertura vegetal de restinga, a pesquisa também dependeu de uma autorização do IBAMA para a retirada desta vegetação. A autorização foi condicionada à posterior implantação - no local atingido pelas interferências arqueológicas - do “*Plano de Recuperação Ambiental na Área do Projeto Arqueológico de Salvamento do Sítio Rio do Meio*”.<sup>96</sup> (Figura 15).

---

<sup>96</sup> A concretização deste plano, de autoria da Bióloga Maria Inês Scherer, resultou na recuperação da vegetação que hoje se observa naquele local onde havia as evidências da antiga ocupação humana.

#### 5.1.4.2. Localização e aspectos da paisagem

O sítio Rio do Meio (Mapa 5), segundo Duarte (2003)<sup>97</sup> :

*“... leva o nome de um corpo de água curto, com certa sinuosidade que se situava no extremo norte da planície de Jurerê, perpendicular à praia homônima, e no seu setor mediano, cuja resposta ao sensor fotografia aérea é de cor preta sugerindo profundidade e presença de matéria orgânica. Hoje este corpo de água encontra-se soterrado artificialmente. O Rio do Meio deve ter sido um corpo de água estuarino, cujo deságüe no mar foi dificultado nos últimos tempos devido à alta energia das ondas que depositavam areias fechando a foz. Este processo também se verifica no Rio do Brás na planície de Canasvieiras.”*

*“A planície constitui-se de uma seqüência de cristas praias de areias finas, mais altas no sul, sucedendo-se para o norte até a praia atual, diminuindo de altitude progressivamente de sul para norte, até a praia de Jurerê, a cerca de 1 m acima do nível marinho médio atual. Paralelamente à praia também havia um cordão de dunas fixas pela vegetação. Atualmente estas dunas têm sido rebaixadas, terraplenadas em vários trechos. Sob estas dunas, em parte, encontravam-se os dois locais com os vestígios de ação humana, constituindo o Sítio Rio do Meio.”*

*“A planície limita-se a leste e a oeste por elevações de rochas do Pré-Cambriano, sendo a do leste bem maior que a outra. O limite norte é marcado por setor da Baía Norte quando esta se abre para o Oceano.”*

*“Há pequeno rio no seu extremo leste, junto à elevação que separa esta planície daquela de Canasvieiras. Um outro rio nascendo na elevação oeste chamada Morro do Forte, no seu trecho sul, retrabalhou trecho das cristas praias gerando pequena lagoa rasa. Desta o fluxo d' água migrou ziguezagueando para norte, cortando as cristas praias indo formar paralelamente à praia atual o que era conhecido como Rio do Faustino, hoje também soterrado artificialmente. Este rio situava-se no trecho oeste da planície de Jurerê e da praia atual.”*

*“Talvez o Rio do Meio fosse, em determinado momento de nível de mar pouco mais baixo que o atual, uma saída variante daquele canal formador do Faustino.”*

*“Um manguezal constitui o limite sul da planície de cristas praias. O contato entre aquela planície e o mangue é abrupto, demonstrando o efeito de processos erosivos provavelmente marinhos sobre a parte sul da sucessão de cristas. Há evidências também de erosão fluvial - um arco de “meandro” marca nesta borda sul, seu extremo leste. É o segundo manguezal em área na Ilha de Santa Catarina. Este manguezal é cortado pelo Rio Ratoles. O Rio Ratoles e seu afluente Papaquara são estuarinos nos seus trechos de planície, ambos muito piscosos. O Papaquara pode ter deixado a marca erosiva do meandro.”*

*“A praia de Jurerê situa-se defronte ao trecho nordeste da Baía Norte, considerado assim uma vez que há uma certa restrição do oceano, pela conformação do norte da Ilha de Santa Catarina, o recorte continental costeiro no município de Governador Celso Ramos e a Ilha do Arvoredo.”*

---

<sup>97</sup> Comunicação pessoal.





Figura 15 – Vista da área onde se encontrava a antiga ocupação Rio do Meio. Hoje área reflorestada.  
Foto: Teresa Fossari

De estudos feitos no manguezal de Ratonos várias foram as espécies de peixe identificadas, entre as quais destacam-se três espécies de “sardinha verdadeira” da *Família Clupeidae*; peixes conhecidos popularmente como manjubas da *Família Engraulididae*, muito semelhantes às sardinhas; duas espécies de “bagres” da *Família Ariidae*, cuja apreensão freqüentemente ocorre nas partes mais internas dos rios e canais, onde a salinidade é mais baixa, podendo ser pescados através de linha de mão; “peixe-rei” da *Família Atherinidae*, que atinge até 16 cm de comprimento, sendo freqüente o ano inteiro, em estuários; além de outros de maior porte como os linguados da *Família Bothidae*, que habitam o fundo de águas lodosas ou arenosas, comuns em ambientes estuarinos, chegando a atingir mais de 1 metro de comprimento e até 12 quilos ( Ambiental Consultoria e Planejamento, 1995).

De acordo com Várzea (1984:102), a localidade de Jurerê fazia parte da freguesia de Canasvieiras que tornou-se importante

*“... desde os primeiros tempos, por seu fundo e magnífico ancoradouro, onde tocaram todos ou quase todos os navegantes que iam para o Prata e para o Mar do Sul (...) Estendendo-se da Ponta Grossa à Ponta das Canas e formando duas imensas praias, com uma pequena de permeio, entre a Ponta do Viana e a de São Francisco (...) em frente a todo o maravilhoso panorama marinho da entrada do norte, povoada de ilhotes e ilhas, entre os quais se destacam, em suave colorido, o Arvoredo e a Deserta, a Galé e os Macucos, a ilhota dos Franceses e Anhatomirim.”*

*“Próximo ao Porto do Rio - um dos braços maiores em que se divide o Ratonos (...) Havia então certo número de canoas de voga de quatro e seis remos, (...) singrando constantemente abarrotadas de carga, entre a capital e Canasvieiras. (...) No Porto do Rio existe uma larga ponte de madeira por onde passa a estrada geral. Até essa altura o rio é acessível, com maré de enchente, a botes e canoas de voga que podem carregar francamente. Daí para cima até ao Rancho do Justino, só navegam embarcações de pequeno porte, porque há pouco fundo e amplitude.” (p. 103).*

A área do Jurerê também foi de uso comunal pelos descendentes de açorianos, sendo que, na Ilha de Santa Catarina, segundo Campos (1991), este uso de terras começou a ser praticado no século XVIII. Este autor observou que:

*“... os tipos de vegetação que Caruso [1983] expõe como **vegetação de praias, dunas e restingas e vegetação herbácea instalada em zona desmatada onde predominam as gramíneas, pastagem ou vegetação sujeita à inundação** (perfazendo um total de 74,01 km<sup>2</sup>) coincidem fortemente com as áreas ocupadas pelas terras de uso comum ...” (p.109-112).*

*“Com o desmatamento, muitas dessas áreas, incluindo as mais úmidas e banhados, passaram a ser usadas como pastagens, grande parte, de forma comunal. Quanto às diferentes espécies arbóreas (...) muitas foram*

*comunalmente extraídas para utilização como lenha e madeira. É bom não esquecer, que não apenas as baixadas, onde predominavam as restingas, pastagens e vegetação sujeita à inundação, eram utilizadas de forma comunal. Também os morros eram usados, tanto para a retirada de lenha e madeira para soltar algum gado ou fazer pequenas roças, o que eleva ainda mais o percentual, anteriormente referido, da área da Ilha utilizada de forma comunal.” (p. 113).*

No caso de Jurerê segundo Campos (1991:142-43) os limites das terras de uso comunal

*“... iam do rio das Conchas (limite com Canasvieiras) até a Ponta da Daniela e da praia até as encostas. Incluía toda área onde hoje se localiza a praia de Jurerê, o Jurerê Internacional e parte da Daniela e Ponta Grossa (Forte) onde não alcança o mangue. (...) utilizada comunalmente por todos os habitantes das proximidades e também do Sambaqui e Saco Grande, sendo considerada como **terra do povo**.”*

Da época da ocupação pré-colonial (provavelmente por volta dos séculos XII ou XIII) até a segunda metade do século XX as alterações que ocorreram em diferentes períodos da história desta localidade deixaram marcas, como a instalação do Forte São José da Ponta Grossa, os desmatamentos pelos açorianos, a ocupação para a pesca, a construção dos canais de drenagem e as estradas de acesso à Praia de Jurerê - aquela que liga à Canasvieiras, a que vem do sul para o setor antigo de Jurerê e a que corta o sul e leva à Daniela, aquelas que cortam toda a planície e levam ao Forte e Praia do Forte. No entanto, foi a implantação do loteamento Jurerê Internacional, a partir da década de 80, que acarretou as profundas alterações, como o aterro dos rios do Meio e do Faustino como relatam os moradores mais antigos, além de todas as edificações e estradas, da introdução de plantas exóticas e, inclusive, a destruição de parte do sítio arqueológico Rio do Meio, além do canal que atravessou a planície na direção N-S.

Em tempos atuais, a paisagem que lá se encontra é muito diversa daquela com a qual teriam se relacionado os habitantes do período pré-colonial, conforme descreve Campos (1991:146):

*“... a área comunal de Jurerê está incluída no Jurerê Internacional, o grande projeto turístico da Habitasul, que inclui toda uma infra-estrutura turística (hotéis de luxo, supermercados, etc.), com o desenvolvimento de loteamentos de alto padrão, só viável às pretensões das classes mais abastadas. Quanto à população local, não só não se utiliza mais do campo, como teve que sair, ou mudar totalmente seus costumes, passando a exercer, principalmente os mais jovens, trabalhos nas áreas urbanas da*

*capital. Enfim, sumiram os engenhos, a produção agrícola, a criação comunal, o uso da terra por aquele que realmente dela necessitava.”*

Atualmente a área onde se encontrava o sítio arqueológico pesquisado foi “reflorestada” com espécies nativas, que alcançam mais de 2 m de altura e na parte contígua – que integra o Condomínio Jurerê Internacional - foi construído um calçamento com iluminação para passeio público.

#### 5.1.4.3. A pesquisa arqueológica

As escavações arqueológicas revelaram que na área do sítio Rio do Meio se encontravam dois locais com concentração de evidências arqueológicas, muito próximos, havendo uns 60m de distância entre eles. Denominou-se, para fins de registro, de Área I, a primeira que foi escavada<sup>98</sup>, estando 41m distante do mar, mais afastada deste do que a Área II, a outra, - identificada em 1987, contígua à praia, cuja base, ficava exposta à invasão das águas do mar na maré alta.

As duas áreas com evidências arqueológicas, enquanto “coisa física”, eram muito semelhantes - ambas estavam estruturadas por sucessivas camadas de sedimentos arenosos, intercalados por estratos de conchas associadas a outros vestígios arqueológicos, como fragmentos de cerâmica, cinza e carvão. E, em termos culturais também eram semelhantes, dada a presença em ambas de vestígios cerâmicos de uma mesma tradição cultural, ou seja, a da pré-colonial Jê.

A presença das duas áreas, a despeito da semelhança entre elas, levantou porém, uma dúvida quanto à origem das mesmas, ou seja, a de tratar-se dos testemunhos de duas unidades habitacionais de uma mesma aldeia; ou de dois diferentes momentos de ocupação pré-colonial Jê<sup>99</sup>; ou, ainda, de uma área ocupada intermitentemente – ou seja, seria um fenômeno arqueológico resultante de sucessivas ocupações intermitentes de um mesmo grupo.

A possibilidade de que a área fosse ocupada somente em determinadas épocas do ano, surgiu da convivência da equipe de pesquisa com os ventos fortes do quadrante Norte que ocorriam em certas ocasiões<sup>100</sup>, a ponto de não se ter

---

<sup>98</sup> Uma vez que sobre ela a vegetação era de gramínea, ao contrário da outra que, como já se mencionou por estar coberta de vegetação só foi pesquisada depois de uma autorização do IBAMA.

<sup>99</sup> Na ocupação da Tapera teria havido dois momentos de ocupação pré-colonial Jê, conforme aponta Silva et al. (1990).

<sup>100</sup> Para contornar a situação, colocaram-se tapumes que pouco amenizaram este entrave.

condições de continuar os trabalhos de escavação. Deste fato surgiu a indagação se a área, naquele passado mais remoto, estaria ou não mais protegida pela vegetação. No caso de não ter sido, quem sabe sua ocupação ocorrera durante certos períodos, talvez de pesca mais abundante, caracterizando-se como uma “estação pesqueira”? Ou como uma fuga do vento de quadrante Sul que açoita a área da Tapera e Caiacanga-Mirim nos períodos de inverno? Convém lembrar que o vento predominante na Ilha é o de Nordeste-Norte, mas é mais forte e freqüente na primavera-verão. No inverno é o de Sul que molesta, forte, frio e muitas vezes com chuva e afetaria mais as áreas da Caiacanga-Mirim e Tapera. Ou os ventos seriam mais úmidos e menos intensos?

Conta-se, por exemplo, com informações sobre acampamentos de pesca entre sociedades. Os indígenas do Uaupés mantêm, entre outros, acampamentos de pesca em locais mais distantes de suas aldeias permanentes – para poderem neles pernoitar (Silva, 1962). E os índios Waiãpi costumam empreender expedições de caça, pesca e coleta de longa duração (Gallois, 1981).

Caberia aqui apontar que das atividades de subsistência, parece que a pesca teria sido a principal atividade da população ou das populações que ocupou ou ocuparam a área do Rio do Meio. Aliás a área do Rio do Meio era e ainda é local de “olhar o peixe”, ou “ponto de espia” dos pescadores ali residente, segundo disseram alguns moradores da comunidade do Jurerê.

Entre as evidências arqueológicas das duas Áreas identificadas no Rio do Meio, encontraram-se ossos, fragmentos e “farelos” de peixe (Figura 16) misturados com areia, apontando para a significativa presença de pescado na dieta daquela população pré-colonial. De amostras de material “filtrado”<sup>101</sup> tornaram-se visíveis milhares de vértebras de peixe, ou melhor “vertebrinhas” (Figura 17), pois diminutos eram seus tamanhos, comparáveis às das sardinhas, peixes que poderiam ter sido capturados tanto na baía como no canal estuarino do Rio Ratonés. Provavelmente a pescaria de peixes “miúdos” deveria ser feita com redes, covos ou algum outro tipo de armadilha.

As escavações abrangeram a totalidade do contexto arqueológico que estavam preservadas nas duas Áreas, no momento da escavação. Foram

---

<sup>101</sup> Acatando a sugestão de Limp & Reidhead (1979) aplicou-se a técnica de flotação - destinada à coleta de vestígios orgânicos de tamanhos diminutos, que não têm visibilidade e não são retidos em peneiras com malhas de mais de 1cm - usando como filtro tecido de organdi. As amostras para a flotação foram coletadas junto às estruturas de fogueiras, onde havia uma maior concentração de restos de alimentação.



Figura 16 – Ecofatos: minúsculos ossos de peixes relacionados à antiga ocupação Rio do Meio.  
Acervo Museu Universitário/UFSC



Figura 17 – Ecofatos: vértebras de peixes relacionadas à antiga ocupação Rio do Meio.  
Acervo do Museu Universitário/UFSC

desenvolvidas através da técnica de decapagem em níveis naturais, de maneira a expor o plano (na extensão horizontal) por inteiro de cada estrato, tomando-se como referência os limites naturais dos mesmos, para detectar aspectos da micro-distribuição espacial, como locais de habitação, de preparação de alimentos, de descarte e áreas de circulação.

#### 5.1.4.4. Características da ÁREA I

Nos 98m<sup>2</sup> da ÁREA I, de concentração de vestígios da antiga ocupação, foram evidenciadas três camadas distintas, ou seja: (a) a da superfície composta por areia intercalada com vestígios arqueológicos misturados com húmus e muitas raízes<sup>102</sup>, estendendo-se por uns 20 cm de profundidade, seguida dos *etnoestratos*<sup>103</sup>, (b) a de concentração de conchas e (c) a da base, caracterizada pela presença reduzida de conchas, ossos de peixe e muitos fragmentos desses ossos misturados na areia.

A camada (b) corresponderia à camada “das conchas”, identificada por Rohr (1966) na ocupação da Tapera; e a camada (c) aos “farelos de peixe” que Rohr (1966) identificou na ocupação da Tapera.

Das três camadas, a do meio, ou seja a “das conchas” estaria relacionada às evidências da ocupação propriamente dita – uma vez que era formada por uma seqüência de *etnoestratos*. Estes se caracterizaram por concentrações de conchas associadas a ossos de peixe, principalmente, misturados com fragmentos de carvão (apontando para vestígios de fogueiras). Tais concentrações estavam contornadas por áreas de areia solta, nas quais estavam depositados fragmentos de cerâmica e alguns artefatos líticos, sugerindo locais de habitação e/ou espaços de circulação dos moradores desta ocupação.

As outras duas camadas corresponderiam, ao momento inicial de sua instalação - a da base - com manchas mais esporádicas de fogueiras. Quanto a da superfície não dá para associá-la a do momento do abandono, pois não se caracterizava como uma camada de concentração de húmus e não havia evidências acentuadas de “lixo contemporâneo”, como se observou na superfície

---

<sup>102</sup> Na Área I não havia restos de “cultura contemporânea”, como diz Rohr (1966) referindo-se ao lixo depositado sobre o sítio Tapera. Este tipo de depósito sobre sítios arqueológicos é muito comum. Também verificou-se sobre as evidências das ocupações Caiacanga-Mirim, Ponta do Lessa e Rio do Meio - Área II -, o que pode ser indício de que os estratos superiores do sítio tenham sido destruídos.

<sup>103</sup> Termo inspirado em uma sugestão de Stein (1992), que introduz a diferenciação dos estratos, no depósito arqueológico, de origem cultural (por exemplo, camada formada de conchas e carvão) daqueles que se excluem desta categoria, ou seja, os de origem natural - uma camada de sedimentos arenosos, por exemplo.

da Área II. A camada correspondente ao período do abandono teria sido destruída anteriormente? Pelos pescadores ou outros moradores descendentes de europeus? Pelo empreendimento Jurerê Internacional?

#### 5.1.4.4.1. *As evidências arqueológicas*

Da antiga ocupação, as evidências arqueológicas reveladas constituem *features*, *artefatos*, *ecofatos orgânicos* e *ecofatos inorgânicos*. Nesta área, bem como na Área II constatou-se que os seus habitantes – ao contrário daqueles das outras três ocupações - não teriam enterrado seus mortos na área de moradia.

**FEATURES.** Estão configurados em vestígios de *fogueiras*, que nesta área caracterizavam-se por concentrações de conchas quase que compactadas misturadas com outros restos faunísticos, principalmente de peixes, contornadas por areia solta de coloração alaranjada. Em uma destas fogueiras assentada sobre uma camada muito compactada de conchas, observaram-se marcas de possíveis “moquéns”. Os Kaingang, por exemplo, secavam sobre um moquém os peixes logo depois de serem pescados e limpos (Ploetz, 1930, apud Lavina, 2002).

**ARTEFATOS.** Na Área I foram registrados somente artefatos líticos, além das evidências da produção cerâmica. Não havia artefatos elaborados sobre partes de esqueletos de animais - evidências bem representadas entre os testemunhos das ocupações Caiacanga-Mirim, Tapera, Ponta do Lessa e Área II do Rio do Meio.

**Artefatos líticos.** Os artefatos elaborados com fragmentos de rochas, foram identificados como lâminas de machados em diabásio com sinais de polimento (5 exemplares); batedor em diabásio (3 exemplares); polidor em diabásio (7 exemplares); polidor/batedor em diabásio (1 exemplar); polidor/furador em diabásio (1exemplar); batedor/quebra-coco em riolito (1 exemplar); lascas em diabásio com sinais de polimento em uma ou ambas as faces e de desgaste, por uso em suas extremidades (20 exemplares); fragmento em diabásio com marcas de uso e manchado de ocre (1 exemplar); além de pré-formas<sup>104</sup> em diabásio (13 exemplares); lascas em diabásio (136 exemplares) e lascas em riolito (3 exemplares).

---

<sup>104</sup> Entende-se por *pré-forma* aquelas peças com marcas que sugerem início de processo de fabricação.

**Cerâmica.** A produção cerâmica está representada por 550 fragmentos que sugerem vasilhames com a superfície das faces externas simples, sem decoração e de coloração preta e marrom.

Hansel et al. (2004) traz os primeiros resultados sobre a utilização de recipientes cerâmicos - desta Área e da Área II - no processamento de derivados de animais marinhos, resultados estes obtidos através de análises químicas, confirmando, assim, a utilização de tais recipientes no cozimento de alimentos e, ao mesmo tempo, sugerindo o que poderiam neles cozinhar.

Quanto à distribuição dos fragmentos cerâmicos na área da antiga ocupação, observou-se que os fragmentos maiores encontravam-se fora dos locais das grandes fogueiras, estando dispersos nos espaços que se supõe serem de habitação e/ou de circulação dos moradores. Os fragmentos pequenos, muitos deles com menos de 3cm de largura, estavam associados espacialmente aos demais itens que compunham as grandes *fogueiras* – depreendendo-se serem resultantes de quebras dos vasilhames que estavam sendo utilizados na cozedura de alimentos. Não se descarta a possibilidade de que também houvesse quebras durante a queima dos vasilhames que estavam sendo fabricados - supondo-se que aproveitavam as grandes *fogueiras* como local de cocção da produção cerâmica.

**ECOFATOS.** Estas evidências constituídas pelos restos faunísticos - ecofatos orgânicos que certamente estariam relacionados aos animais apreendidos como recursos alimentares - e, ainda, aos fragmentos de rocha - ecofatos inorgânicos, encontrados dispersos na área da ocupação sem sinais de trabalho e/ou de utilização, que podem ser vistos como sintomas de um procedimento intencional dos homens que, das proximidades e/ou de lugares mais distantes, os trouxeram para o local da ocupação, uma vez que no caso do Rio do Meio esta se assentava sobre plano sedimentar arenoso<sup>105</sup>. Os afloramentos de rocha situam-se nas extremidades leste e oeste da planície, onde também obteriam argila para a produção de cerâmica, além do mangue ao sul.

**Ecofatos orgânicos.** São constituídos, principalmente por ossos de peixe em grande quantidade, sendo identificados: bagre (*Tachysurus*), corvina, (*Micropogon*), miraguaia (*Pogonias chromis*), baiacu (*Lagocephalus laevigatus*),

---

<sup>105</sup> Por este motivo todos os fragmentos de rocha encontrados durante as escavações no sítio Rio do Meio não foram selecionadas e descartados em campo, mas levados para o laboratório, considerando-se que nem sempre é possível verificar, a olho nu, se portam ou não sinais de trabalho ou uso em suas superfícies.

pescada (*Cynoscion acoupa*), enchova (*Pomatomus saltatrix*), tubarão (das espécies: *Odontaspis taurus*, *Prionace glauca*, *Carcharodon carcharias* e *Galeocerdo curvieri*).

Entre os raros ossos de mamíferos terrestres foram identificados de porco-do-mato (gênero *Tayassu*) e veado (gênero *Mazama* e *Ozotocerus bezoarticus*). Dos ossos de mamíferos marinhos quantitativamente bem expressivos do que os terrestres destaca-se os de baleia (ordem *Mysticetos*) e golfinhos (gênero *Pontoporia* e *Tursiops tuncatus*).

No que se refere às evidências de coleta de moluscos, pode-se dizer que a preferência recaía sobre a espécie *Lucina pectinata*. Os vestígios de vegetais, que poderiam estar relacionados à antiga ocupação, limitaram-se aos fragmentos de carvão, encontrados na área escavada.

**Ecofatos inorgânicos.** São representados por fragmentos de diabásio (27 exemplares), de granito (10), de riolito (18), seixos rolados e fragmentos de seixos de diabásio (34), de quartzo (33), de granito (4), de arenito (2), de riolito (2), de andesito? (1), de filito? (1).

Os fragmentos de rochas presentes na Área I, como também aqueles na Área II, da ocupação pré-colonial Rio do Meio, em grande parte, teriam sido provenientes de outros pontos da Ilha de Santa Catarina. Segundo Duarte (2003)<sup>106</sup> alguns, porém, não são encontrados na Ilha, é o caso do arenito, do andesito e do filito; sendo que o arenito poderia ser coletado tanto na escarpa da Serra Geral junto à faixa litorânea, no sul do Estado, como defronte a Florianópolis, a oeste da Serra do Tabuleiro; há andesito no Rio Grande do Sul; e o filito em Camboriú, Itajaí, Brusque, o que permite supor que eles iriam longe buscá-los. No entender da mencionada geógrafa a indicação da presença de fragmentos de filito talvez esteja equivocada, podendo neste caso tratar-se de fragmentos de migmatito, rocha que ocorre no costão ao sul da praia do Santinho, ou então um fragmento de rocha de zona de falha – cataclasito ou milonito.

#### 5.1.4.5. Características da ÁREA II

Nos 350m<sup>2</sup> da ÁREA II, a concentração de vestígios da ocupação como na área anterior, poderia ser vista em três camadas distintas, ou seja, a da superfície composta com areia intercalada por itens arqueológicos misturados com húmus,

---

<sup>106</sup> Comunicação pessoal.

muitas raízes, porém, com restos de “cultura contemporânea”<sup>107</sup>, o que não ocorreu na Área I; seguida da camada composta pelos *etnoestratos* (a de concentração de conchas); e a da base, também caracterizada pela presença reduzida de conchas, por concentrações de ossos de peixe misturados com conchas muito fragmentadas (quase que moídas) e de ossos de peixe somente (principalmente vértebras de diminutos tamanhos e muito fragmentos de espinhas e outros ossos, parecendo “farelos de peixe”) soltos na areia que ia clareando gradativamente até a base. Nesta, destacavam-se manchas em tons de marrom – sugerindo os locais das primeiras fogueiras do grupo no local.

Os índios que habitavam a costa brasileira, no século XVI, assavam uma quantidade considerável de peixinhos miúdos embrulhados todos juntos em folhas, de maneira que, depois de assados, obtinham uma “maçaroca” de peixes (Soares de Souza, [1587]1987).

Em alguns pontos da área da ocupação se achavam depositados núcleos de pequenos seixos, com apenas alguns centímetros de comprimento.

As três camadas distintas, verificadas nesta Área, também estariam relacionadas, como na anterior, às evidências da ocupação propriamente dita (a do meio) formada por uma seqüência de *etnoestratos*.

Estes se caracterizaram por áreas de camadas muito compactas circundadas por areia mais solta. As primeiras constituíam concentrações de conchas associadas a ossos de peixes, principalmente, além de ossos de mamíferos aquáticos e fragmentos de carvão, e mais esporadicamente a de ossos de mamíferos terrestre. Tais concentrações de coloração variando entre preta e marrom escura configuravam as *fogueiras*, as quais eram contornadas pelas camadas de areia solta, em tons cinza claro. Foi nestes entornos - nos quais os restos faunísticos eram poucos, se comparados com a quantidade que havia nas concentrações - que se achavam depositados vários artefatos líticos e os maiores fragmentos de cerâmica, sugerindo locais de habitação e/ou espaços de circulação dos ocupantes deste assentamento.

---

<sup>107</sup> Sobre a camada mais superficial do sítio arqueológico havia uma quantidade e variedade de material contemporâneo como cacos de vidro, sacos plásticos, fragmentos de louça, chinelos de borracha, latas e até móveis quebrados - sugerindo um local de depósito de lixo” que em certas partes formava uma camada de mais de 1 m de espessura. E, ainda, instaladas em alguns pontos havia “churrasqueiras de praia” (buracos feitos sobre o sítio e revestidos por lajotas com muito carvão e outros restos de piquenique), acarretando danos ao sítio arqueológico, constatados posteriormente nos estratos arqueológicos subseqüentes como evidências de perturbações.

As outras duas camadas corresponderiam a dos momentos iniciais da formação do assentamento (a da base) e a do momento do abandono (a da superfície).

A datação da Área II é de  $1170 \pm 60$  anos d.C. ou  $780 \pm 60$  anos BP (Beta-178077), portanto mais recente do que as ocupações pré-coloniais Jê que se estabeleceram na Tapera e provavelmente contemporânea da ocupação Caiaganga-Mirim.

#### 5.1.4.5.1. *As evidências arqueológicas*

As evidências arqueológicas que testemunham esta antiga ocupação constituem *features*, *artefatos*, *ecofatos orgânicos* e *ecofatos inorgânicos*.

**FEATURES.** Nesta área estavam configurados pelas *fogueiras*, *fogões*, *fossas culinárias* e *buracos de estaca*.

**Fogueiras.** Estruturadas por camadas espessas e muito compactadas de conchas associadas principalmente, a ossos de peixes - muitos deles calcinados, além de ossos de mamíferos marinhos misturados com fragmentos de carvão vegetal e concentrações de cinzas - se distribuíam por uns  $9m^2$  e até  $15m^2$  sugerindo locais de cozinha.

Observou-se uma descontinuidade vertical na localização das fogueiras - que ocorreram da base até os estratos superiores – “mudando” de lugar de acordo com o nível. Por exemplo, as fogueiras do nível 2 não estavam localizadas em cima daquelas do nível 3, mas distribuídas em outros pontos.

Acrescente-se que algumas destas fogueiras estavam assentadas sobre estratos formados quase que exclusivamente de conchas compactadas, de 10 a 20 centímetros de espessura, como se fossem “camas” das fogueiras.

Uma destas *fogueiras* – aliás a maior delas, muito compactada e de coloração entre tons variando do preto ao cinza escuro - estava contornada por costelas inteiras de baleia, cuja disposição permite dizer que se tratava de uma fogueira demarcada por tais costelas.

Tais evidências poderiam estar localizadas próximas das habitações, e corresponderiam quem sabe a uma “casa comunal”, onde várias famílias se reuniriam para preparar seus alimentos, a exemplo das casas de cozinha coletivas dos índios Waiãpi, nas quais também constam jiraus e todos os instrumentos e recipientes necessários (Galois, 1981).

**Fogões.** Estruturados por pequenos blocos de rocha, dispostos em

círculo - com uns 50cm de diâmetro - (Figura 18), provavelmente não teriam tido idêntica função a das *fogueiras*, - isto é local de cozinha - pois além de serem bem menores (menos de 1m) eram preenchidos com fragmentos e lascas líticas (desprendidas dos blocos de rochas que os estruturavam?) e não estavam associados a restos de alimentos. Construídos sobre areia, nos entornos das grandes fogueiras (áreas de cozinha?), ou seja nos locais que poderiam corresponder a áreas de habitação e/ou espaços de circulação, a pouco citados. Teriam função de lareira, ou seja a de manter o fogo dentro das cabanas durante a noite? Não se descartando, inclusive, a possibilidade de serem utilizados para queimar a cerâmica. Estes *fogões* são idênticos aos que Rohr (1959 e 1966) encontrou nas ocupações Caiacanga-Mirim e Tapera - sendo que nesta última ficou comprovado que estariam localizados no centro das habitações.

**Fossas culinárias.** Configuradas por buracos feitos na areia solta, um pouco distanciados das *fogueiras* (portanto não fazendo parte da composição destas) preenchidos com conchas, ossos de peixe, de mamíferos e outros restos de alimentação. Rohr (1966) também registra a ocorrência de estruturas semelhantes na ocupação Tapera.

**Buracos de estaca.** Foram localizados desde os estratos pouco abaixo da camada superior até a base, identificados por manchas circulares em tons de marrom e perfil afunilado – os aprofundamentos cônicos - com diâmetros em torno de uns 30 cm e uns 50 cm de profundidade, sugerindo marcas de estacas de cabana. Entretanto, estavam distribuídos de maneira muito irregular, em diferentes pontos da área escavada, impossibilitando qualquer tentativa de inferir tamanho e formatos de suas habitações. Porém, isto faz sentido para um local de acampamento, onde construíam abrigos provisórios para o período em que permaneciam na área. Na montagem destes abrigos deveriam utilizar poucas estacas, além de materiais como varas, cipós e arbustos. Materiais como estes são empregados, por exemplo, pelos índios Kayapó nos abrigos que constroem para o período em que se encontram acampados (Banner, 1961). Os abrigos que os índios Karajahi levantavam nas praias, dispostos a esmo e desordenadamente, eram formados de esteiras de fibra de buriti, colocadas sobre armações de varas (Ehrenreich, 1948).

**ARTEFATOS.** Estes constituem evidências da produção de



Figura 18 – Fogão relacionado à antiga ocupação Rio do Meio, com 50cm de diâmetro.  
Foto: Teresa Fossari.

instrumentos elaborados a partir de fragmentos de rochas e sobre ossos e dentes de animais, além de vasilhames cerâmicos.

**Artefatos líticos.** A produção destes artefatos é evidenciada por lâminas de machados (50 exemplares) (Figura 19), peças fusiformes (15), polidores (9), batedores (8), polidores/batedores (4), batedores/quebra-cocos (2), quebra-coco (1), picão (1). Os demais itens relacionados à produção de artefatos líticos abrangem lascas (num total de 328 unidades), pré-formas (num total de 9 unidades), fragmentos líticos polidos (num total de 6 unidades) e núcleos de lascamento (num total de 4 unidades).

**Artefatos sobre ossos.** Correspondem a pontas produzidas a partir de ossos (Figura 20) de mamífero, de ave e de peixe (82 exemplares), pré-formas de pontas (8), raspadores de osso (6), agulhas de osso (2), perfuradores (2), espátulas de osso de cetáceo (2).

Entre estes artefatos, destaca-se o fragmento de plaqueta de osso de mamífero marinho (?) - cuja parte subsistente apresenta-se com 2,9 cm de comprimento, 1,2 cm de largura e 0,5 cm de espessura - na qual foi gravado um desenho geométrico (Figura 1). Foi encontrada no nível que se considerou o da ocupação propriamente dita, naqueles espaços que sugerem área de circulação - fora de áreas de fogueira. É esta a peça que se considerou como um indício da possível associação da população pré-colonial Jê da Ilha com as *inscrições rupestres*.

Os demais itens atingem um total de 81 exemplares de fragmentos de artefatos, ou seja, peças trabalhadas cuja fragmentação não permitiu estabelecer tipos genéricos.

**Artefatos sobre dentes.** Quase todos os dentes de animais encontrados entre as evidências desta ocupação que apresentam sinais de trabalho são de peixes, mais precisamente de tubarão (Figura 21). Destes, alguns estão perfurados na raiz, provavelmente foram usados como adornos, quase todos estavam fragmentados (8 exemplares). Porém, a maior parte dos dentes de peixe trabalhados estavam desbastados na raiz - em forma de gume -, provavelmente serviram de instrumentos, pois vários têm a ponta desgastada por uso (50 exemplares). Por outro lado, dentes de porco-do-mato com sinais de desgaste na ponta deveriam ter sido usados como raspadores (2).



Figura 19 – Artefatos líticos relacionados à antiga ocupação Rio do Meio.  
Acervo do Museu Universitário/UFSC



Figura 20 – Pontas ósseas relacionadas à antiga ocupação Rio do Meio.  
Acervo do Museu Universitário/UFSC



Figura 21 – Artefatos sobre dentes de tubarão que apresentam desgaste intencional e perfuração nas raízes; relacionados à ocupação Rio do Meio.  
Acervo do Museu Universitário/UFSC

**Artefatos sobre conchas.** Estes foram obtidos a partir de conchas de gastrópode (*Conus clerii*) perfuradas na extremidade da espira (3 exemplares).

**CERÂMICA.** Da produção de vasilhames cerâmicos conta-se com 2.400 cacos simples, não decorados, de coloração preta e marrom (Figura 22). As manchas de fuligem que aparecem na superfície de alguns deles poderiam ser indício de que as utilizaram diretamente no fogo para cozinhar alimentos.

O que se tem a acrescentar a respeito desta produção é o mesmo que já foi dito para aquela da Área I. Isto é, que os recipientes foram usados para cozer alimentos de origem animal, provavelmente, peixes. E, ainda, que os fragmentos cerâmicos maiores estavam distribuídos nos prováveis espaços de habitação e/ou de circulação do assentamento, enquanto que os fragmentos pequenos, encontrados dentro das áreas de grandes *fogueiras*, apontam para quebras de vasilhames durante a utilização dos mesmos e/ou durante a queima da cerâmica que estava sendo fabricada, caso aproveitassem as grandes *fogueiras* para tal fim.

**ECOFATOS.** Estas evidências, como as da Área I, são constituídas pelos restos faunísticos (ecofatos orgânicos) - provavelmente relacionados aos animais apreendidos como recursos alimentares -, e fragmentos de rochas sem sinais de trabalho e/ou de utilização (ecofatos inorgânicos).

**Ecofatos orgânicos.** Entre as conchas de moluscos consumidos, as mais abundantes foram as de *Lucina pectinata*, seguidas das de *Crassostrea rhizophorae* e *Perna perna*<sup>108</sup>. Aliás, na Área II registrou-se a presença de grandes conchas de *Crassostrea rhizophorae* (Figura 23), algumas delas chegando a apresentar 29 cm de comprimento, estando as mesmas distribuídas por vários pontos do espaço da antiga ocupação.

Além da enorme quantidade de evidências de peixes miúdos, representados pelas já mencionadas minúsculas vértebras, também se observou um grande volume de restos de peixes maiores. Tratam-se de vértebras, otólitos, acúleos, espinhas e outros ossos inteiros e fragmentados, além de dentes, que permitiram identificar, entre outros pescados, bagre (*Tachysurus*), corvina, (*Micropogon*), miraguaia (*Pogonias chromis*), baiacu (*Lagocephalus laevigatus*),

---

<sup>108</sup> Foram identificadas, ainda: *Iphigenia brasiliana*, *Tagelus plebeius*, *Amiantis purpurata*, *Thais haemastoma*, *Megalobulimus oblongus*; outras espécies determinadas não podem ser interpretadas como recurso alimentar, pois além de ocorrerem esporadicamente, algumas delas não são comestíveis, como *Arca imbricata*, *Trachycardium muricatum*, *Callista maculata*, *Dosinia concentrica*, *Protothaca pectorina*, *Ollivancilaria vesica*, *Bulla striata*, *Neritina virginea*, *Cerithium atratum*, *Crepidula protea* e *Conus clerii*.



Figura 22 – Cerâmica pré-colonial Jê, relacionada à antiga ocupação Rio do Meio.  
Acervo Museu Universitário/UFSC



Figura 23 – Ecofatos: conchas de ostras, relacionadas à antiga ocupação Rio do Meio.  
Acervo do Museu Universitário/UFSC

pescada (*Cynoscion acoupa*), enchova (*Pomatomus saltatrix*), tubarão (das espécies: *Odontaspis taurus*, *Prionace glauca*, *Carcharodon carcharias* e *Galeocerdo curvieri*).

De acordo com Castilho (1999)<sup>109</sup> a população pré-colonial teria praticado uma apreensão ocasional e diversificada de mamíferos aquáticos, cuja captura seria feita no mar, em baías, lagoas, rios o que dependeria da utilização de algum tipo de embarcação, implicando “... em possibilidades de domínio náutico, induzindo a um desenvolvimento das técnicas de caça embarcada.” (p.57).

Castilho (1999) destaca, ainda, a importância da identificação das partes do corpo de mamíferos aquáticos presentes no espaço da ocupação humana, para inferir aspectos sobre o processamento, transporte e aproveitamento dos animais capturados; apontando, por exemplo, que para o local de residência, teriam levado somente os ossos que mantinham uma quantidade maior de carne, descartando a carcaça e/ou partes que poderiam ser empregadas como matéria-prima para a fabricação de artefatos.

Entre as espécies de mamíferos aquáticos registradas destacam-se: baleia franca (*Eubalaena australis*) – que no período de reprodução, entre os meses de junho e novembro, aproxima-se da costa de Santa Catarina –; golfinho comum, (*Delphinus delphis*), golfinho pintado do atlântico (*Stenella frontalis*), golfinho de dentes-rugosos (*Steno bredanensis*), e boto nariz de garrafa (*Tursiops truncatus*). Além disso conta-se com as evidências de coleta de alguns mamíferos semi-aquáticos<sup>110</sup> anta (*Tapirus terrestris*), capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), lontra (*Lutra longicaulis*), além das espécies animais apresentadas para a ÁREA I.

Os vestígios de vegetais, que poderiam estar relacionados à antiga ocupação, limitaram-se aos fragmentos de carvão coletados que compunham as fogueiras.

**Ecofatos inorgânicos.** Na Aérea II, foram encontrados mais de 500 fragmentos de rocha - incluindo seixos e fragmentos de seixos - sendo que os mais comuns foram os de diabásio. Também identificou-se fragmentos de quartzo, granito, arenito, de riolito, andesito?, filito?, e ainda vários blocos de

---

<sup>109</sup> Castilho (1999) definiu as evidências de mamíferos aquáticos, provenientes da ÁREA II, quanto ao táxon (ou seja, determinação de família, gênero e espécie), e em termos das partes do corpo destes animais presentes na referida área, cujos resultados fizeram parte do seu TCC apresentado ao Curso de Biologia da UFSC.

<sup>110</sup> Denominação genérica dos mamíferos que vivem nas proximidades ou às margens de corpos d'água, segundo Castilho (1999).

“concreção areno/argilosa” sugerindo possíveis blocos de argila, coletada para fabricação de cerâmica.

#### 5.1.5. Algumas considerações sobre os diferentes assentamentos

No que se refere à *área de captação de recursos* dos habitantes das ocupações Tapera, Caiacanga-Mirim, Ponta do Lessa e Rio do Meio - marcadas por um círculo de 10 km de raio –, como pode ser observado no Mapa 2, estas incluíam porções do continente. Isto significa que poderiam chegar até o continente, atravessando o mar nos estreitos central e sul, sem necessidade de pernovernarem fora da aldeia e, ainda, poderiam explorar diariamente diferentes ambientes, inclusive o das ilhas adjacentes.

Por outro lado, o potencial econômico disponível nas áreas das referidas ocupações, além de variado, encontrava-se muito próximo das mesmas – não havendo necessidade de deslocamentos mais demorados para adquirem seus alimentos e outros itens de consumo - é o que sugerem os mapas das *áreas de captação de recursos* das mencionadas ocupações.

Trata-se daquelas áreas que poderiam ser habitualmente exploradas pela referida população, a partir dos limites dos seus assentamentos, conforme pode ser verificado nos Mapas 3, 4 e 5 representando respectivamente as áreas de captação de recursos das quatro ocupações.

Entretanto, mesmo dispondo de vasto e variado potencial de fontes fornecedoras pouco distantes de seus locais de moradia, pelo que apontam as evidências arqueológicas – principalmente os ecofatos orgânicos – esta população teria explorado áreas fora destes limites.

As comparações que seguem não devem ser vistas como fatos, mas antes como tendências, que se alteram à medida que outros dados vão se somando. Tentou-se esboçar, através dos dados expostos anteriormente - sobre os assentamentos Tapera, Caiacanga-Mirim, Ponta do Lessa e Rio do Meio – algumas semelhanças e diferenças entre eles, buscando caracterizar, a partir de uma visão de conjunto, a ocupação pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina.

Furtou-se, também, de usar as quantificações para estabelecer paralelos entre os distintos assentamentos, considerando que não seriam adequadas como dados comparáveis, pois derivam de coletas realizadas sob critérios díspares. As evidências dos assentamentos Tapera e Rio do Meio foram totalmente

escavadas, dispendo-se de um universo de dados com referências de um todo, enquanto que as de Caiacanga-Mirim e Ponta do Lessa, somente parte da totalidade das mesmas. No caso da ocupação Ponta do Lessa, a área preservada é bem maior do que a escavada há trinta anos.

De acordo com as datações disponíveis sobre tais ocupações, pode-se dizer que a primeira delas a ser instalada foi a da Tapera ( $810 \pm 180$  anos d.C.), enquanto que a da Área II do Rio do Meio ( $1.170 \pm 60$  anos d. C) a última, mas provavelmente contemporânea de Caiacanga-Mirim ( $1.150 \pm 70$  anos d.C). Por outro lado, estes dados também apontam para possibilidade de que tais grupos teriam se instalado na Ilha desde o século VI d. C., a partir da Tapera - ocupada em dois momentos (cf. Silva,1990) - e, talvez, posteriormente, tenham se mudado para a Caiacanga-Mirim, nas proximidades. Convém ressaltar, entretanto, que estes dois momentos não foram datados, daí que um deles poderia ser contemporâneo dos demais.<sup>111</sup>

Entre os elementos que possivelmente podem ser considerados como um traço comum entre todos eles, destaca-se a produção cerâmica, cujas características, aliás, permite diagnosticar que pertencem a uma única tradição cultural. O mesmo poderia ser dito em relação. à pesca, cuja prática parece ter sido intensa, em todos os assentamentos relatados anteriormente.

Em todos há evidências da produção de machados elaborados sobre diabásio, porém diferenças foram observadas por Rohr (1967e) entre os machados de Caiacanga-Mirim (mais simétricos e mais regulares na forma e mais caprichados no acabamento) e os da Tapera (que não são bem polidos, apresentando às vezes cicatrizes de lascamento ou partes não polidas).

Entretanto, na área da ocupação Caiacanga-Mirim havia uma oficina lítica, e na área da Tapera não.

Os artefatos identificados como peças *fusiformes* (ou tembetás) elaborados sobre rocha, que ocorrem em todos os sítios, porém, apresentam diferenças na utilização da matéria-prima.

Comparando a produção de artefatos sobre rocha, como um todo, dos assentamentos Tapera e Rio do Meio (destaca-se que ambos foram pesquisados

---

<sup>111</sup>Não se dispõe, por exemplo, de datações das bases e dos topos de todas estas ocupações. Além disso há o desconhecimento de datações de outros sítios pré-coloniais Jê da Ilha de Santa Catarina.

por inteiro, daí este tipo de comparação) é notório que a produção no Rio do Meio é bem menor. Uma menor produção de artefatos líticos, talvez, estivesse vinculada à própria função do último, se pensarmos na possibilidade de não ser uma aldeia permanente como a Tapera, mas um acampamento de pesca (pela expressiva presença de vestígios de peixe e ausência de sepultamentos) onde maior variedade e quantidade de instrumentos líticos não seriam necessárias.

Vestígios de grandes fogueiras (estendendo-se por grande parte da área de moradia) apontando para o local de cozimento dos alimentos, com exceção da Ponta do Lessa - dentro da parte examinada -, poderiam ser vistos como uma característica destes assentamentos. O mesmo poderia ser dito sobre os “fogões” que fizeram parte das estruturas dos assentamentos Caiacanga-Mirim, Tapera e Rio do Meio. A ausência de tais evidências na Ponta do Lessa deve ser vista com reservas, pois apenas uma pequena parte do sítio foi escavada em forma de trincheira. No entanto, os “fogões” construídos no assentamento da Tapera parecem que constituíam o centro de cada habitação, sendo que no caso do Rio do Meio tal não se constatou – percebeu-se apenas que estavam localizados no entorno das grandes fogueiras.

As “fossas culinárias” - soluções adotadas para, talvez, também cozer alimentos – foram observadas somente nas ocupações Tapera e Rio do Meio. Deve-se salientar que as evidências da ocupação Caiacanga-Mirim foram recuperadas somente em parte - o sítio estava sendo destruído há mais de 15 anos, quando foi descoberto. Por outro lado, os pequenos seixos, compondo as evidências da base da ocupação Rio do Meio e Caiacanga-Mirim, não foram registrados nas outras duas. Porém, ressalte-se que no sítio Ponta do Lessa os estratos correspondentes à população pré-colonial Jê estavam assentados sobre sambaqui e este sobre rocha, enquanto que nos demais não.

A produção de artefatos elaborados sobre matéria-prima de origem animal (ossos, dentes e conchas) constitui um traço comum a todos os assentamentos, porém, há diferenças quanto às espécies animais, partes do esqueleto que foram utilizadas e foram produzidas. Observando os dados sobre os artefatos feitos com conchas - predominantemente adornos (contas de colar?) presentes entre os vestígios de todos eles – percebe-se um traço comum entre os da Ponta do Lessa e Tapera, ou seja, as plaquetas circulares e com perfuração central elaboradas sobre concha bivalve. Entretanto, não é possível dizer se em ambas as

ocupações foram empregadas conchas de mesma espécie.

Digno de nota, em se tratando de artefato elaborado sobre osso, é aquele que Rohr (1959) identificou como sendo humano e que está relacionado ao assentamento Caiacanga-Mirim.

Particularidade marcante, entretanto, é o fato de não ter havido sepultamentos no Rio do Meio, como o verificado principalmente nas ocupações Caiacanga-Mirim e Tapera. O mais intrigante é que Rohr (1972) adotou o termo “jazida paleo-etnográfica” para identificar os sítios – aqui relacionados aos povos pré-coloniais Jê – por apresentarem em seus registros, como já foi destacado em outro lugar, um considerável número de sepultamentos.

Por outro lado, também, observou-se que, das atividades de subsistência, a pesca teria sido a principal atividade do grupo ou grupos que ocupou ou ocuparam a área do Rio do Meio – pela quantidade significativa das evidências de pescado que deixaram na área de ocupação.

Levando em conta tais aspectos, é que se aventou a possibilidade de que se tratava de um espaço de função diferenciada, talvez, de um acampamento de “estação pesqueira”. Considerando, ainda, que a ocupação Rio do Meio poderia ter sido contemporânea de Caiacanga-Mirim, é de supor que nesta última teriam sua residência permanente. Aliás, área de residência permanente, também, deveria ter sido o espaço da Tapera.

Quanto aos sepultamentos que ocorreram nas áreas de moradias de Caiacanga-Mirim e Tapera também encerram elementos de diferenciação. Na Caiacanga-Mirim os esqueletos estavam estendidos ao comprimento, em decúbito dorsal enquanto que na Tapera, preferencialmente, em decúbito ventral e lateral. Nos sepultamentos da Tapera três indivíduos teriam sido atingidos por flechadas e enterrados com pontas de flecha ósseas, cravadas em partes de seus corpos.

Por outro lado, o fato de no Ponta do Lessa um único sepultamento pode ser descrito, não se sabendo ao certo a qual dos dois componentes culturais - se o mais antigo, dos caçadores/coletores ou do grupo pré-colonial Jê.

Outra particularidade foi verificada no assentamento Rio do Meio (Área II), com os ossos de baleia (costelas) demarcando uma das grandes fogueiras. E, aliás, a possibilidade de tratar-se de um assentamento com duas unidades de moradia, mas, temporário.

No que se refere às relações dos habitantes das ocupações Tapera, Caiacanga-Mirim, Ponta do Lessa e Rio do Meio com os seus respectivos ambientes, verificou-se que dentro dos limites da *área de captação de recursos* (Mapas 3, 4 e 5) – marcada por um círculo de 10 km de raio – de cada uma delas, seus habitantes poderiam chegar até o continente, passando pelas diversas ilhas que se distribuem no canal, sem necessidade de pernoitarem fora da aldeia.

Percebeu-se, entretanto, que o potencial econômico se encontrava bem mais próximo, por isso optou-se por delimitar uma área menor no entorno de cada uma das citadas ocupações de modo que fosse possível visualizar a disponibilidade de fontes fornecedoras de itens de consumo nas proximidades de seus espaços de moradia. Todas as quatro ocupações estavam localizadas nas proximidades do mar, de água potável, de manguezal e de outras formações vegetais. Trata-se, em síntese, daquelas áreas que poderiam ser habitualmente por eles exploradas, a partir dos limites destes assentamentos, conforme pode ser verificado nos respectivos mapas de suas áreas de captação de recursos.

E, finalmente, destaca-se que os sítios arqueológicos de Caiacanga-Mirim, Tapera e Rio do Meio, que estavam localizados sob sedimentos arenosos, só passaram a ter visibilidade quando parte deles foi acidentalmente destruída. Este, porém, não teria sido o caso na Ponta do Lessa, assentado sobre um pontal cristalino, cujos estratos arqueológicos são percebidos, principalmente, através dos perfis de suas faces voltadas para as praias no lado norte e lado leste. Em situação semelhante encontram-se os da Ponta das Canas, Santo Antônio, Sambaqui e todos os outros cadastrados como pertencentes a grupos pré-coloniais Jê na Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes.

## 5.2. OUTRAS EVIDÊNCIAS DE OCUPAÇÕES PRÉ-COLONIAIS JÊ

Convém esclarecer, antes de mais nada que as informações sobre as evidências das ocupações pré-coloniais Jê apresentadas a seguir, partem de levantamentos de sítios arqueológicos realizados por Rohr (1984), Duarte (1971) e Fossari et al. (1987, 1988a, 1988b e 1989) processados através de coleta de material de superfície.

No levantamento de Rohr (1984) – dando conta da maior parte dos sítios arqueológicos do estado de Santa Catarina que registrou durante mais de duas

décadas - os sítios aqui incluídos são apresentados como sítios “*rasos de sepultamento*”<sup>112</sup> ou de “*sepultamento com cerâmica*” que

“... caracterizam-se pelo elevado número de sepultamentos neles encontrados. Na realidade, são terreiros de antigas aldeias de populações que, à semelhança dos Nhambiquara do Mato Grosso, sepultavam os seus falecidos no chão da própria casa.” (Rohr, 1984:84).

“O sítios de sepultamentos apresenta uma camada arqueológica (...) composta de restos de cozinha: húmus, carvão vegetal, conchas, ossadas de peixes e de outros animais e o mais variado material arqueológico. análogo ao encontrado nos sambaquis. O sítio de sepultamento distingue-se dos sambaquis, apenas. por encerrar pequeno teor de conchas, enquanto o sambaqui é essencialmente composto de conchas.” (Rohr, 1984:84).

“Escavamos três sítios de sepultamento na Ilha de Santa Catarina e, dois no litoral de Itajaí recolhendo elevado número de esqueletos e enorme acervo de outro material arqueológico lítico, cerâmico e osseodontomalacológico.” (Rohr, 1984:85).

Por outro lado, ocupações pré-coloniais Jê também foram identificadas na camada de superfície de certos sambaquis registrados por Duarte (1971) e por Fossari et al. (1988a e 1988b).

Porém, seja como for, os registros de todos os sítios aqui reunidos acusam a presença de vestígios de produção cerâmica de Tradição Itararé, o que permitiu considerá-los como evidências de ocupações do sistema de assentamento da população Jê pré-colonial da ilha de Santa Catarina.

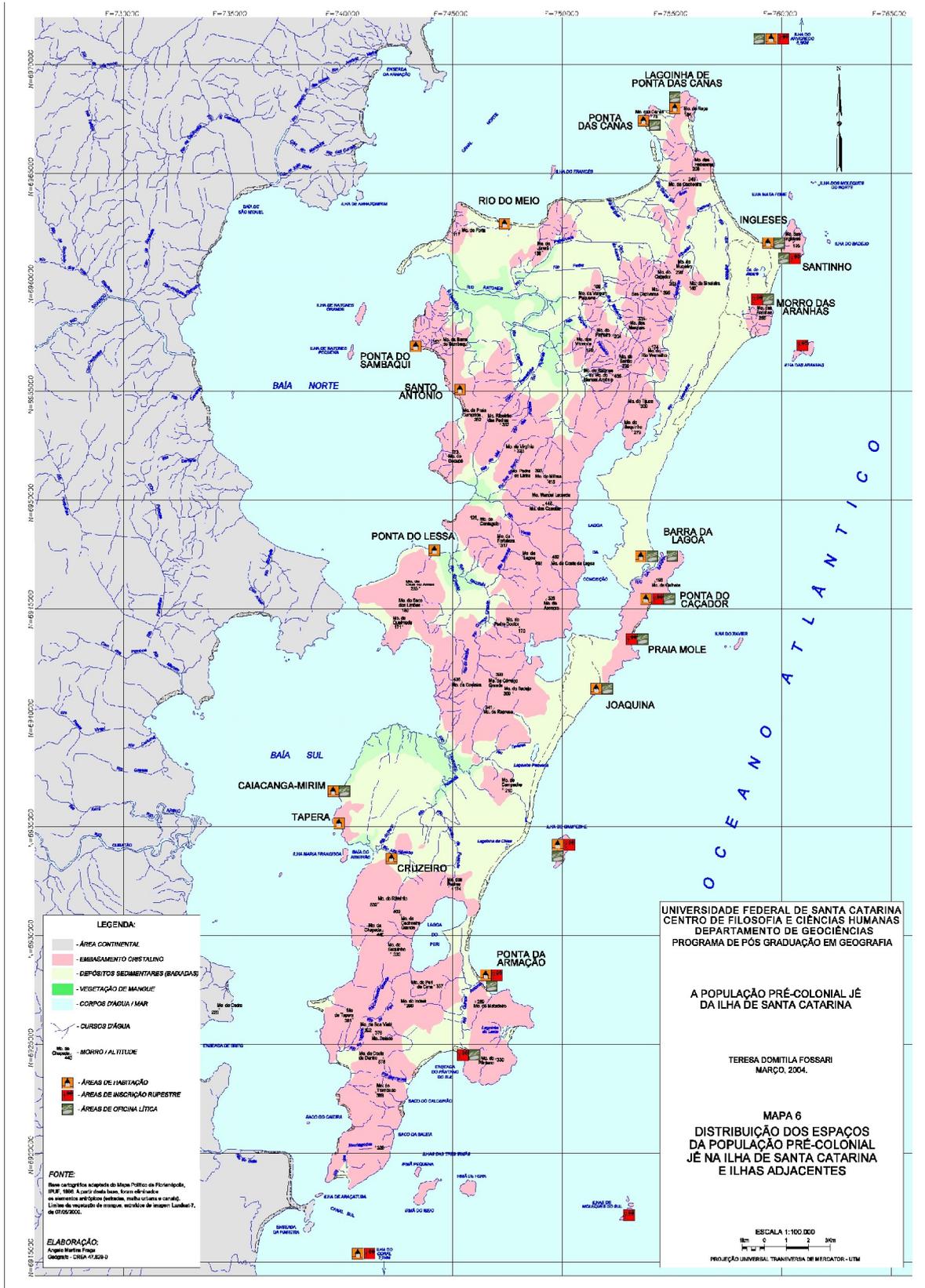
Tais registros dão conta de sítios arqueológicos que foram preservados até agora, portanto testemunhos de aspectos culturais desta população pré-colonial. Isto é, se não desaparecerem antes de serem escavados, uma vez que o desenfreado avanço do processo imobiliário nesta Ilha é uma ameaça constante ao patrimônio cultural e ambiental que ela encerra.

Embora escassos, uma vez que os mesmos não foram escavados, os dados disponíveis se revestem de importância enquanto registram os locais que os grupos pré-coloniais Jê teriam selecionado na Ilha de Santa Catarina para instalarem suas áreas residenciais.

Trata-se dos registros de dez prováveis áreas de habitação da população pré-colonial Jê encontradas em diferentes pontos desta Ilha (Mapa 6): *Ponta da Armação, Cruzeiro, Joaquina I, Ponta do Caçador II, Igreja da Barra da Lagoa, Santo Antônio, Ponta do Sambaqui, Ingleses II, Ponta das Canas I e Lagoinha de*

---

<sup>112</sup> Rohr (1984) identifica inclusive o Tapera como “*sítio raso de sepultamentos*”.



### **5.2.1. Ocupação Ponta da Armação.**

Trata-se dos vestígios de uma ocupação localizada numa ilhota de embasamento cristalino (Ponta das Campanhas) contígua à praia da Armação - junto à desembocadura do rio Sangradouro que dá vazão à lagoa do Peri – no Distrito de Pântano do Sul, sul da Ilha de Santa Catarina; estando a uns 3m acima do nível médio do mar e 2 m distante da linha d'água. Foi registrado por Fossari et al. (1987), que mencionam uma coleta de superfície, feita na década de oitenta, que incluiu cacos de cerâmica pré-colonial Jê, artefatos líticos (raspador-alizador, lascas), ossos de animais e, ainda, alguns fragmentos de ossos humanos. Em termos de associação espacial, pode-se dizer que faz parte de um conjunto de sítios integrados pela oficina lítica Ponta da Armação III e a inscrição rupestre Ponta da Armação II.

A denominação de Armação, pelo que relata Várzea (1984:90-1) é uma referência ao

*“... posto de pesca da baleia que nela foi fundado em 1772 (...). Neste sítio existe ainda a capelinha, sob a invocação de Sant’Ana, erigida pela referida empresa para nela ouvirem missa e se confessarem os arpoadores e tripulantes das baleeiras, quando a pesca começava, descendo o sacerdote em seguida até à praia a benzer as embarcações que iam fazer-se ao mar. As casas da povoação erguem-se na costa do mar, sobre a praia e altos da ponta da Armação propriamente dita.”*

Atualmente o local é bastante visitado, tanto por turistas quanto por pecadores, aliás a sede da associação de pescadores desta praia foi instalada nesta Ponta.

### **5.2.2. Ocupação Cruzeiro**

Situa-se no Distrito do Ribeirão da Ilha, na localidade de Alto Ribeirão, junto ao Rio Alto Ribeirão (Figura 24), sobre cristas praias rodeadas com áreas de mangue, ou sedimentos paludiais. Provavelmente, uma grande parte do sítio está sob as construções e as vias pavimentadas que formam o cruzamento de duas estradas (Figuras 25 e 26).

Considerando que este sítio está localizado nas proximidades das ocupações da Tapera e Caiacanga-Mirim (Mapa 3), os seus antigos habitantes também teriam tido acesso fácil ao oceano aberto, atravessando a planície descrita quando se tratou da Tapera. Aliás, os três juntos formam a única



Figura 24 – Rio Alto Ribeirão, perto de sua foz, na Baía do Ribeirão da Ilha. A visão é em direção desta. Ao fundo vê-se elevações no continente.  
Foto: Teresa Fossari



Figura 25 – Sítio Arqueológico Cruzeiro, está em parte, sob a casa e sob a via pavimentada.

Foto: Teresa Fossari



Figura 26 – Detalhe da área onde se encontram vestígios do sítio Arqueológico Cruzeiro.

Foto: Teresa Fossari

“concentração” conhecidas de áreas de residências da população pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina.

Sobre o Rio Alto Ribeirão, Cesa (2003:15) diz que ele

*“... tem suas nascentes no alinhamento N-S, nas encostas do Morro da Cachoeira Grande na localidade conhecida como Alto Ribeirão. (...) Apresenta nas proximidades da nascente, leito rochoso com desníveis formando cachoeiras. Nesta área, ele corre sobre um dique de diabásio com exposição de cerca de 7 metros de largura. No seu percurso até a foz recebe outros afluentes, que mesmo nos períodos considerados de baixa pluviosidade (junho/julho) apresentam água.”* (p.15).

*“Os rios desta bacia deságuam na Baía do Ribeirão, na Baía Sul, depois de percorrer também área de vegetação de mangue.”* (p.16).

Esta mesma autora referindo-se às atividades da pesca e a da maricultura que ainda hoje são empreendidas pela população local comenta que :

*“De acordo com os entrevistados, os cursos fluviais e a Baía do Ribeirão eram muito utilizados para pesca. Alguns moradores chegaram a atribuir ao lixo e ao esgoto jogado nos rios a diminuição dos peixes, que antigamente eram abundantes na Baía do Ribeirão e nos rios que ali desagüam. A Senhora Laureci, moradora do local há 50 anos, lembra que a foz do Rio Alto Ribeirão possuía águas tão límpidas que era possível ver os siris andando na areia clarinha do fundo.”* (Cesa, 2003:44).

Foi registrado por Rohr (1984:118) na década de sessenta, como sendo um *sítio raso de sepultamento*, estando

*“Localizado em terreno de Candonga, no encruzo de Ribeirão da Ilha, sobre área de 600 metros quadrados, encontram-se esparsas conchas, carvão vegetal, sepultamentos, machados polidos de diabásio e outro material arqueológico osseodontomalocológico. O sítio foi muito danificado pelas construções do sitiante Candonga (...) Na ocasião das edificações, foram destruídos muitos sepultamentos humanos.”*

Amaral & Scherer (2002) recuperam o material arqueológico que foi retirado deste sítio arqueológico em dezembro de 2001, por ocasião da abertura de uma fossa doméstica feita pelo atual proprietário do terreno. Das evidências arqueológicas coletadas destacam-se ossos humanos (pertencentes a vários indivíduos adultos, indivíduos em fase de crescimento e recém-nascidos) e artefatos: um pote inteiro de cerâmica pré-colonial Jê (Figura 27), adorno feitos com dentes de tubarão, vértebras de peixes perfuradas, pontas ósseas, e líticas; e ecofatos conchas de *Lucina pectinata*, *Crassostrea rhizophorae* e, ainda, *Megalobulimus oblongus* (gastrópode terrestre).



Figura 27 – Vasilhame cerâmico coletado no sítio arqueológico Cruzeiro.  
Acervo Museu Universitário/UFSC.

Atualmente parte do sítio ainda se encontra sob a residência do proprietário do terreno e o quintal da mesma. Neste quintal há um pomar que deve estar afetando drasticamente o registro arqueológico que ainda resta do sítio Cruzeiro.

### 5.2.3. Ocupação Joaquina I

Trata-se das evidências de um provável acampamento situado junto ao morro do Retiro, no lado leste da Praia da Joaquina, a 3m acima do nível médio do mar, do qual dista 30m. Foi registrado por Rohr (1984:120) como *sítio raso de sepultamento*, sobre o qual diz o seguinte: “... em uma área de 2500m<sup>2</sup> encontram-se esparsas conchas, carvão vegetal, machados polidos de diabásio, batedores, alisadores e ossadas humanas.” Fossari et al. (1989) verificaram que o sítio está bastante destruído, dele restando apenas alguns vestígios, e de sua superfície coletaram fragmentos de ossos de mamíferos e cacos de cerâmica pré-colonial Jê. Parte do sítio está sob uma área de residência. A aproximadamente 500m encontra-se a oficina lítica Joaquina III, porém também lá se encontra o sambaqui Joaquina II.

### 5.2.4. Ocupação Ponta do Caçador II

Corresponde aos vestígios de uma ocupação localizada na Ponta do Caçador, norte da Praia da Galheta (Figura 28), ao pé do morro de mesmo nome, Distrito da Lagoa; voltado para o oceano, estando aproximadamente 5 m acima do nível médio do mar, do qual dista 20m. Este sítio foi registrado por Rohr (1984) que de sua superfície coletou pontas de sílex e outros artefatos líticos, e sobre ele comenta que “A ocorrência de numerosos amoladores sugere a presença de um sítio de ocupação.” (p.119).

Na década de 80 Fossari et al. (1988b) o encontraram aparentemente intacto, estendo-se por uma área de uns 500 m<sup>2</sup> e 0, 60m de espessura, sendo que de sua superfície coletaram cacos de cerâmica pré-colonial Jê, espinhos de ouriço do mar, ossos de peixe, ave e mamífero, dentes de peixe e artefatos líticos (machado polido, batedores e lascas de diabásio e amostras de conchas *Megalobulinus sp.*, *Donax sp.*, e *Thais sp.*

A aproximadamente 200m do costão há uma nascente de água doce que desce do morro e chega até a praia. As evidências desta ocupação fazem parte



Figura 28 – Local do sítio habitação Ponta do Caçador I. Praia da Galheta.  
Foto: Teresa Fossari.

do conjunto formado pelas oficinas líticas Ponta do Caçador I, IV, V e VI e da inscrição rupestre Ponta do Caçador III. Mais precisamente se encontra a 1m acima da Oficina Lítica Ponta do Caçador V, a 50m da oficina lítica Ponta do Caçador IV e a 50m do sítio de sinalações rupestres Ponta do Caçador III.

Na área deste sítio havia um barraco de pescador e um barzinho que foram derrubados há 2 anos, no entanto, a Praia da Galheta atualmente é considerada Área de Preservação Permanente e faz parte de um Parque Municipal.

#### 5.2.5. Ocupação Igreja da Barra da Lagoa

Esta ocupação situa-se a 50m da margem esquerda do Canal Barra da Lagoa e a 150m de sua desembocadura, no Distrito da Lagoa. Suas evidências foram encontradas pelo arqueólogo João Alfredo Rohr em 1959, que na época estavam em parte sob os ranchos das barcas dos pescadores e de uma capela, e na superfície visível aflorava um esqueleto humano.

Rohr (1961) o identifica como o sambaqui nº 9, localizado à esquerda do estuário do Canal Barra da Lagoa, sobre as areias das dunas; definindo-o como um sambaqui pequeno, acrescentando, porém, que um outro sambaqui (nº 10) - cujos estratos se estendiam sob os prédios vizinhos - poderia ter feito parte dele, contando com a possibilidade de “... *que grande parte do povoado atual da Barra, que se situa no ângulo esquerdo, formado pelo rio ao desembocar no mar, esteja assentado sobre uma única grande jazida páleo-etnográfica.*” (Rohr, 1961:7-8).

Em uma publicação posterior “Rohr [1964] não o considera um sambaqui. Relaciona-o como o de nº. 7 do tipo de sítio de sepultamento com cerâmica.”<sup>113</sup> (cf. Duarte 1971:50). Por se encontrar em terreno da igreja daquela localidade (Igreja São Pedro), Duarte (1971) o denominou de sambaqui Igreja da Barra da Lagoa, observando que em sua superfície afloravam conchas de *Anomalocardia brasiliiana* e *Phacoides pectinatus*.

Fossari et al. (1987:50) comentam que os “... *vestígios do mencionado sambaqui ainda podem ser vistos nos terrenos que ficam na parte posterior das construções ...*”, do qual coletaram uma ponta em osso de ave e lascas com sinais de polimento e restos faunísticos.

Várzea (1984) ressaltando o potencial que a Praia da Barra da Lagoa e a

---

<sup>113</sup> Se fosse cerâmica de tradição Tupiguarani este arqueólogo teria a identificado como *sítio cerâmico Guarani* ou *paradeiro Guarani*, mas o fato é que fala em *sítio de sepultamento com cerâmica e jazida paleo-etnográfica* o que permite deduzir que se trata de cerâmica de Tradição Itararé.

Praia do Moçambique - que faziam parte da Freguesia da Lagoa - oferecem para a pesca diz que

*“... pelo seu aspecto pitoresco e pela abundância do peixe, que as torna [juntamente com Campeche e Canasvieiras] em verdadeiros e inesgotáveis pesqueiros, quer no verão quer no inverno, neste especialmente porque é quando a enchova e a tainha de corso pululam perenemente, chegando a ser apanhadas às cem mil e mais em cada lanço das redes.”* (p. 93).

Segundo informações de alguns pescadores da Barra da Lagoa: *“Antigamente dava muito lance de pesca de tainha. Há 25 anos pescamos 70.000 tainhas.”* Eles relataram que com rede de arrasto pescavam tainha, enchova, corvina, pescadinha; coletavam berbigão na Lagoa da Conceição, moçambique na Praia do Moçambique, mariscos no costão da Prainha e ostra no Canal da Barra da Lagoa. Antigamente andavam de barco a remo, sendo que a viagem da Barra da Lagoa até a Ilha do Xavier durava aproximadamente 1 hora e 30 minutos. Hoje motorizados fazem este trajeto em 25 minutos.

Este sítio está a 50m das oficinas líticas Canal Barra da Lagoa I, a 200m das oficinas líticas Canal Barra da Lagoa II e III. Atualmente, além da Igreja há sobre a área do sítio várias construções, um calçamento e uma rua pavimentada.

#### 5.2.6. Ocupação Santo Antônio

Trata-se de uma ocupação localizada na extremidade sul da praia de Santo Antônio, Distrito de Santo Antônio de Lisboa, voltado para a Baía Norte, na Ilha de Santa Catarina; estando a menos de 1 m acima do nível médio do mar, encostado nas águas da baía, sendo por elas banhado em épocas de maré cheia. De sua superfície e seus limites - que tocam a praia – foram coletados cacos de cerâmica pré-colonial Jê e amostras de conchas, principalmente de *Anomalocardia brasiliiana*. Encontrado pela equipe de arqueologia do MU/UFSC, na década de oitenta (Fossari et al., 1988b).

Sobre a localidade de Santo Antônio, Várzea (1984:107) comenta que situa-se em um plano

*“... à beira-mar, entre Cacupé Pequeno e a Ponta da Ilhota (...) O porto de Santo Antônio é manso e movimentado por um comércio marítimo maior que o de todas as outras freguesias. Embarcações miúdas, em grande número, remam ou velejam diariamente entre as suas praias e o Desterro, sobretudo quando, como é freqüente, há ali fundeados navios mercantes ou de guerra, nacionais ou estrangeiros, cujo calado não lhes permite passarem além dos ancoradouros de Santa Cruz e Sambaqui”.*

Atualmente é local de maricultura intensiva; havendo sobre o sítio vários barracos de pescadores, onde comercializam o produto desta atividade. Segundo informantes - que hoje vivem da maricultura - até 1980 eles coletavam ostras e berbigão; e antigamente também pescavam na baía, linguado, pescada-amarela, corvina, pescada branca, papa-terra, pijareva e bagre. Uma grande quantidade de conchas antigas de ostras encontra-se dispersa sobre toda a superfície da área do sítio.

#### 5.2.7. Ocupação Ponta do Sambaqui

Corresponde aos vestígios de uma ocupação localizada sobre uma ponta que avança para o mar (Ponta do Sambaqui) no Distrito de Santo Antônio de Lisboa, voltado para a Baía Norte, na Ilha de Santa Catarina estando de 1m a 2m acima do nível médio do mar, dele distanciada 1 m. Foi registrado por Fossari et al. (1988b), sendo que foram coletados cacos de cerâmica pré-colonial Jê de sua superfície e em uma de suas laterais que tocam a praia.

Várzea (1984) exalta o excelente ancoradouro da praia de Sambaqui, considerado-o como um dos

*“... mais notáveis de Santa Catarina (...) por sua posição completamente protegida das vagas e ventos (...) pelo longo Pontal [da Luz] ao norte, e a oeste pelas ilhas Raton Pequeno e Raton Grande, que são verdadeiros abrigos. Do Lado do sul nada há a temer, porque o pampeiro e o sueste duro, que tanto castigam o porto da cidade e todos os da outra baía, só levantam mar cavado até à garganta do Estreito, de cuja altura para o norte, barra a dentro, as águas se conservam tranqüilas.”* (pp.107-8).

Localizando a praia de Sambaqui entre a Ponta do Pereira e a Ponta da Luz, este mesmo autor fala da qualidade da água ao comentar *“...é perfeitamente potável e a melhor da Ilha depois da do Ribeirão, que é excelente.”* (Várzea, 1984:107). Acrescentando mais adiante que:

*“A água de Sambaqui vem das nascentes de um elevado monte colocado cerca de 500 metros da praia, por um encanamento mandado construir pelo almirante Justino de Proença, em uma de suas zelosas administrações como capitão do porto de Santa Catarina.”* (Várzea, 1984:108).

Atualmente a ponta do Sambaqui é utilizada pela comunidade local para realizar suas festividades; estão também instalados nesta ponta barracos de pescadores, além de churrasqueiras; animais domésticos são criados soltos em cima do sítio.

### 5.2.8. Ocupação Ingleses II

Ocupação localizada, na praia dos Ingleses, no sopé do morro do Santinho, extremidade norte da praia do Santinho, Distrito dos Ingleses do Rio Vermelho, norte da Ilha de Santa Catarina, voltado para o mar aberto, estando aproximadamente 1 m acima do nível médio do mar e dele afastada 8 m.

Foi registrado por Fossari et al. (1988a), que coletaram restos faunísticos (ossos de mamífero e peixe); lascas de diabásio e vários cacos de cerâmica pré-colonial Jê. Em termos de associação espacial, há nas proximidades desta ocupação uma oficina lítica - Ingleses I localizada a 8 m de distância.

No final do século XIX Virgílio Várzea (1984) assim se referia ao Distrito dos Ingleses do Rio Vermelho:

*“O arraial dos Ingleses compreende a praia e a ponta do mesmo nome, a ponta que termina em um cabeço de 190m de altura, é a mais oriental da ilha e serve, como o Arvoredo, de ponto de reconhecimento às embarcações, que navegadas de leste, demandam à barra do norte (...).”* (p, 97).

Na década de oitenta quando o sítio arqueológico foi reconhecido, havia sobre parte dele uma grutinha, construída para abrigar a imagem de uma santa, e uma residência (Fossari et al., 1988a). Atualmente, este sítio faz parte do “Parque Arqueológico dos Ingleses e Santinho”, mantido pelo Empreendimento Hoteleiro Costão do Santinho. Sobre parte do sítio foram construídos um “deck” e escadas - que conduzem até a grutinha; além das trilhas que o cortam. As águas que desciam da cachoeira próxima foram canalizadas tendo em vista as instalações de uma marina.

### 5.2.9. Ocupação Ponta das Canas I

Corresponde aos vestígios de uma ocupação pré-colonial Jê situada sobre os estratos superiores de um sambaqui - o que significa dizer que um local selecionado por caçadores-coletores que ocuparam a Ilha em tempos bem mais recuados, conforme já foi comentado, também foi posteriormente espaço residencial da população em causa. O sambaqui está numa elevação da Ponta das Canas (Figura 29), Distrito de Cachoeira de Bom Jesus, norte da Ilha de Santa Catarina. Foi registrado por Bigarella (1949), dizendo que na superfície do sambaqui afloravam esqueletos humanos, ossos de baleia, vértebras e espinhas de peixe, restos de carvão, ossos de baleia parcialmente carbonizados,



Figura 29 – Local do sítio habitação Ponta das Canas I, sob a vegetação.  
Foto: Teresa Fossari

fragmentos de machados polidos e grande quantidade de material lítico não-trabalhado.

Duarte (1971:45) diz que

*“.. apresenta cerâmica, que à primeira vista é muito semelhante ao sambaqui do Rio Lessa. Seu material tem sido utilizado há muito tempo segundo informações de pessoas mais idosas do local. Segundo elas desde o tempo dos **senhores de escravo**. Bastante alto, extenso e com superfície irregular. Coberto por vegetação arbustiva e arbórea, sendo necessário abrir picadas para proceder ao levantamento topográfico. Está sobre uma elevação que se constitui de granito e um dique de diabásio. Entre estes materiais e o sítio há sedimento de encosta proveniente da mesma elevação. O bloco cristalino está bastante rebaixado, apresentando grandes matacões, das rochas que o constituem, aflorando. O sítio apresenta um pequeno "cliff" cortado pelas ondas durante a maré alta. Para o Sul há a formação de restinga e se tem uma visão ampla da paisagem.”*

De acordo com Rohr (1984:116) este sítio está *“... situado em terreno de 60x40x4m. Foi suficientemente remexido superficialmente pela lavoura. Uma construção sobre a área do Sambaqui foi interdita.”*

Fossari et al. (1988a) coletaram, neste sambaqui, cacos de cerâmica pré-colonial Jê, machados em diabásio, peças fusiformes, batedores, lascas de quartzo, riolito e diabásio e restos faunísticos dispersos na superfície deste sítio e também verificaram que nele teria sido feita uma escavação clandestina, a qual destruiu uma área de aproximadamente 4m<sup>2</sup> e de 1m de profundidade. Em termos de associação espacial, há nas proximidades destas duas ocupações uma oficina lítica – Ponta das Canas II.

Sobre este sítio conta-se com um comentário de Várzea (1984:100), feito no final do séc. XIX:

*“Na Ponta das Canas, na parte que olha para a enseada de Canavieiras, existe um casqueiro ou montículo de sambaquis coberto no alto de rasteira vegetação, cuja forma é a de um cômodo ou pequena coxilha. Compõe-se, ele, de berbigão e caramujo (este em maior abundância) de onde os trabalhadores de caieiras, que o exploram para o fabrico da cal, têm extraído por vezes ossos dispersos de esqueletos humanos, como crânios, tíbias, fêmures, etc.”*

Este autor também tece comentários sobre pesca na Ponta das Canas, dizendo que se trata da

*“... ocupação mais comum do povo, como de resto a de toda a gente da costa catarinense, que reparte a sua atividade entre as roças e as redes, de onde aufera a subsistência. De inverno a lida se ativa de tal modo (...) que os homens, pode dizer-se, passam quase toda essa quadra pelos*

*ranchos e canoas da Lagoinha, em cujas águas se juntam a enchova e a tainha, especialmente esta, porque a primeira prefere mais os litorais pedregosos dos ilhotes e rochedos onde é pegada à linha. De junho a agosto de cada ano, essa praia, como as demais em geral, oferece um dos mais curiosos espetáculos de pesca a que é dado assistir-se - o dos lanços às tainhas...” (Várzea, 1984:100).*

Atualmente, na área onde se encontra o sítio foi construída uma casa e pequenas hortas; havendo também trilhas cortando a área do mesmo.

#### **5.2.10. Ocupação Lagoinha de Ponta das Canas I**

Corresponde aos vestígios de uma ocupação pré-colonial Jê situada sobre os estratos superiores de um sambaqui - o mesmo caso apontado anteriormente para o assentamento Ponta das Canas. A base do sambaqui eleva-se 10m acima do nível médio do mar, do qual dista 30m, situando-se sobre areia na Lagoinha de Ponta das Canas, junto ao morro do Rapa, Distrito de Cachoeira de Bom Jesus, norte da Ilha de Santa Catarina.

Este sítio foi registrado por Bigarella (1949:109), que sobre ele diz o seguinte:

*“... por causa do avanço do mar no norte da Ilha, este sambaqui situa-se na borda de um paredão rochoso diretamente no mar (...) Sua base encontra-se a 5m sobre o nível do mar, na beira de um paredão granítico a pique, com mais de 10m de altura e ± 20m de comprimento. No sítio encontrou-se fauna de baías e lagoas, como também de pontos rochosos e mar aberto, esqueletos humanos, ossos e bula timpânica de baleia, vértebras e espinhos de peixes, ossos de mamíferos (anta), ossos de pernaltas, restos de carvão, machados e um pequeno objeto de pedra polida e grande quantidade de material lítico não-trabalhado.”*

Duarte (1971:45-6) o localiza sobre o Morro do Rapa, comentado que

*“Parte do sítio vem sofrendo seqüentes plantações e parte apresenta vegetação arbustiva. Sobre material de encosta, com grandes matacões de granito aflorando. Apresenta localização semelhante ao anterior. A encosta é muito íngreme. Está mais alto em relação ao mar que o de Ponta das Canas. “*

De Duarte (1971) destaca-se ainda, seu comentário sobre a planície desta parte norte da Ilha que

*“... apresenta bancos naturais de moluscos bastante evidenciados pelos canais abertos para a drenagem e retificação do rio Papaquara ou Cachoeira e rio Ratores, além de um outro [rio Palha] que drena Vargem Grande e vem desaguar no canal do Papaquara, quase em sua foz” (p. 48).*

Em 1975 o arqueólogo João Alfredo Rohr (comunicação pessoal) fez uma sondagem neste sambaqui - quando construíam uma casa de veraneio no local - através da qual teria coletado cacos de cerâmica não Tupiguarani (isto é pré-colonial Jê), peças líticas fusiformes, pontas de osso e restos faunísticos (ossos de mamíferos, aves e peixes), lâminas de machado de diabásio; sendo que este material arqueológico foi levado para o Museu do Homem do Sambaqui, no Colégio Catarinense.

Várzea (1984:99) referindo-se à população desta localidade diz que ela dedica-se intensivamente à pesca no mar e na costa e que o Rapa é

*“... o promontório mais setentrional da Ilha (...) desdobramento do arraial das Canas. As rareadas habitações de que consta, estão situadas no alto do monte (...) Nas duas pequenas praias [Praia da Lagoinha do Norte e Praia de Ponta das Canas] que o cercam. (...) vêem-se apenas os pequenos ranchos cobertos de tiririca, onde se abrigam as canoas e as redes, que são excelentes e das mais afamadas da Ilha ...”*

Na área observa-se uma vertente de água doce que desce do morro e deságua junto ao costão próximo ao sítio. Próximo das ocupações da Lagoinha de Ponta das Canas encontra-se a uns 30 m a oficina lítica Lagoinha de Ponta das Canas II, e a oficina lítica Lagoinha de Ponta das Canas III, situadas no costão noroeste.

Na década de 80 sobre a área do sítio havia uma construção rodeada de grama e jardins (Fossari et al., 1988b) e atualmente observa-se evidências do sítio arqueológico - terra preta com fragmentos de conchas e ossos - dentro de terrenos particulares. Várias casas de veraneio, inclusive de uma pousada, foram construídas sobre parte do sítio, além de um “deck” e escadas que ligam a praia ao costão mais elevado. Há também uma estrada pavimentada, no costão acima das residências, que provavelmente cortou o sítio arqueológico, assim como foi cortado pelas trilhas que lá existem.

### 5.3. OFICINAS LÍTICAS

No início deste estudo, entendia-se que pelo menos as oficinas líticas situadas nas proximidades de certas áreas de habitação da população pré-colonial Jê poderiam ser relacionadas aos espaços construídos pela mesma. Conforme foi dito, considerou-se a possibilidade de terem feito parte do sistema de assentamento da mencionada população da Ilha de Santa Catarina, como áreas de atividades específicas, ou seja, de produção de artefatos líticos.

Esta suposição é reforçada pela associação espacial verificada entre certas oficinas líticas e inscrições rupestre. Havendo, inclusive uma predominância de afiadores entre as oficinas líticas que estão próximas de inscrições rupestres – sugerindo que os instrumentos utilizados na produção das inscrições rupestre teriam sido neles afiados.

As oficinas líticas da Ilha de Santa Catarina<sup>114</sup> em grande parte foram produzidas sobre suportes – rocha selecionada para tal - de diabásio. Levando em conta as mencionadas associações espaciais com sítios de ocupação e/ou inscrição rupestre, destacam-se aqui as seguintes oficinas líticas (Mapa 6): *Pântano do Sul II, Ponta da Armação III, Caiacanga-Mirim II, Joaquina III, Praia Mole II, Ponta do Caçador I, Ponta do Caçador IV, Ponta do Caçador V, Ponta do Caçador VII, Barra da Lagoa I, Barra da Lagoa II, Barra da Lagoa III, Morro das Aranhas I, Santinho III, Santinho VII, Ingleses I, Ponta das Canas II, Lagoinha de Ponta das Canas III, e Lagoinha de Ponta das Canas II.*

### 5.3.1. Oficina lítica do Pântano do Sul II

Oficina lítica constituída por bacias de polimento e sulcos, produzidos sobre matacões de diabásio, que se distribuíam numa extensão de 50m, estando a maior parte 2m acima do nível médio do mar - alguns blocos são lavados pelas ondas e submersos pela maré alta. Situa-se à leste da enseada do Pântano do Sul, junto ao morro do Cocorutu, no distrito do Pântano do Sul, sul da Ilha de Santa Catarina.

Referindo-se a esta oficina lítica, Rohr (1977:14) diz o seguinte: "*... numa extensão de 100m a praia acha-se juncada de diques e blocos de diabásio (...) apresentam numerosos amoladores, uns em forma de pratos rasos; outros em forma de sulcos...*". Também foi registrada por Fossari et al. (1988b).

Sobre a localidade de Pântano do Sul Várzea (1984) - em finais do século XIX - comenta que situa-se

*"... na enseada de igual designação, (...) sobre uma faixa arenosa apertada entre a corda de montes que vem de Naufragados até Caiacanga-Açu e os outeiros ou cabeços escarpados da Lagoinha. Com poucas terras cultiváveis, e desconhecendo por completo os processos agrícolas modernos de as fertilizar, os habitantes são mais pescadores que lavradores. Muitas redes de arrastão lanceiam por toda a costa,*

---

<sup>114</sup> Para obter maiores informações sobre as oficinas líticas da Ilha de Santa Catarina veja-se o trabalho de Amaral (1995).

*principalmente no tempo do peixe de curso, que é excelente e coalha essa enseada, em mantas ou magotes enormes, de maio a outubro de cada ano.” (p. 90).*

Nas proximidades desta oficina lítica encontram-se outros sítios arqueológicos, sendo que a uns 50m dela está o sambaqui do Morro do Cemitério do Pântano do Sul e a 100m o sítio Praia do Pântano do Sul e da inscrição rupestre Pântano do Sul.

Atualmente, a referida oficina lítica está arrasada devido à remoção dos suportes que a compunha. Tais suportes podem ser vistos ao lado de outros matacões também utilizados na construção de um molhe para proteger as residências instaladas nas proximidades.

### **5.3.2. Oficina lítica Ponta da Armação III**

Oficina lítica constituída por bacias de polimento produzidas em matacões de diabásio e diques de diabásio situadas entre a Ponta das Campanhas e a foz do Canal da Armação, na Praia da Armação, Distrito do Pântano do Sul. Foi registrada por Fossari et al. (1989) que a encontraram bastante perturbada, devido à remoção de vários suportes utilizados no enrocamento para construir um passadiço. Também tem um matacão de diabásio com bacia de polimento na pilastra que resta da antiga armação, afundada em parte, na praia. Atualmente o sítio encontra-se mais danificado uma vez que outros suportes foram cimentados para servir de passarela, sem contar as pichações feitas junto às evidências arqueológicas.

### **5.3.3. Oficina lítica Caiacanga-Mirim I**

Esta oficina lítica é constituída por 18 bacias de polimento produzidas na superfície de um dique de diabásio encaixado em rocha granítica (Figura 11). Situa-se a 1m acima do nível médio do mar, do qual dista 4m, na extremidade da Ponta da Caiacanga-Mirim, a NW do tómbolo - descrito no início deste capítulo quando se falou da ocupação Caiacanga-Mirim -, no Distrito do Ribeirão da Ilha. Foi registrada por Rohr (1959) que a localiza junto a uma pequena elevação de aproximadamente 40 m de altitude e está associada espacialmente à ocupação Caiacanga-Mirim, da qual dista 50 m.

Atualmente, observa-se que esta oficina lítica se encontra em processo de adiantado estado de decomposição, sendo que na área plana próxima ao costão

foram construídas uma quadra de vôlei, uma rua pavimentada e as casas dos oficiais.

#### **5.3.4. Oficina lítica Joaquina III**

Oficina lítica constituída por bacias de polimento e afiadores na superfície de diques de diabásio situados junto ao morro do Retiro, no lado nordeste da praia da Joaquina. As evidências desta oficina lítica estão distribuídas desde o dique de diabásio que começa na linha de praia até o dique no costão e foram feitas em superfície horizontal com exceção de dois afiadores que aparecem em uma parede inclinada (Amaral, 1995). Foi registrada por Fossari et al. (1988a), que o situaram a 500m da ocupação Joaquina I. Esta oficina lítica tem bacias de polimento e afiadores expondo a rocha “viva”, isto é o local de ambas as feições não tem qualquer cobertura de material intemperizado e outros com a rocha com “pátina”, ou, o local dos mesmos tem cobertura com espessura fina de rocha intemperizada.

#### **5.3.5. Oficina lítica Praia Mole II**

Oficina lítica constituída por afiadores apenas produzidos na superfície de um dique de diabásio situado junto ao morro do Gravatá, no lado sul da Praia Mole, no Distrito da Lagoa; estando 1m acima do nível médio do mar, do qual dista 0,70m. Está bem próxima das inscrições rupestres Praia Mole I. Foi registrada por Fossari et al. (1989), que a encontraram em bom estado de conservação.

#### **5.3.6. Oficinas líticas da Ponta do Caçador**

São quatro oficinas líticas situadas na Ponta do Caçador, na praia da Galheta, ao pé do morro de mesmo nome, Distrito da Lagoa. Em termos de proximidade espacial poderiam ser associadas tanto entre si quanto à ocupação pré-colonial Jê, identificada no sítio Ponta do Caçador II, e à inscrição rupestre Caçador III.

##### **5.3.6.1. Oficina lítica Ponta do Caçador I**

Oficina lítica constituída por bacias de polimento e afiadores (Figura 30) produzidos na superfície de um conjunto de matacões de diabásio, que se distribuem numa área de aproximadamente 700 m<sup>2</sup>, sendo que alguns suportes



Figura 30 – Oficina Lítica Ponta do Caçador I, sendo que as marcas dos afiadores medem em torno de 30cm.  
Foto: Teresa Fossari

estão 1m acima do nível médio do mar do qual distam 20m, enquanto outros são freqüentemente inundados pelas marés ou encobertos de areia.

Esta oficina lítica foi inicialmente registrada por Rohr (1984) e, Amaral (1995) nela identificou 92 suportes - sendo que 10 deles estão sob a água do mar – nos quais foram produzidos 112 bacias de polimento e 143 afiadores. Esta autora considera esta oficina como uma das poucas da Ilha de Santa Catarina que ainda não foi alterada pela ação humana (construções e depredações) e os danos que poderiam ser causados por intemperismo químico são irrelevantes.

#### 5.3.6.2. Oficina lítica Ponta do Caçador IV

Oficina lítica constituída somente por afiadores (Figuras 31 e 32) – mais precisamente são 33 afiadores – produzidos na superfície de um dique de diabásio, estando a aproximadamente 2 m acima do nível médio do mar, do qual dista 20 m. Foi registrada por Amaral (1995). Junto à esta oficina há os dois blocos que compõem o sítio de sinalações rupestres Ponta do Caçador III. Alguns afiadores estão em avançado estado de decomposição.

#### 5.3.6.3. Oficina lítica Ponta do Caçador V

Oficina lítica constituída por uma bacia de polimento e um afiador, produzidos na superfície de um dique de diabásio. Foi registrada por Fossari et al. (1988b). Esta oficina situa-se 4 m acima da oficina lítica Ponta do Caçador IV, e junto dela há um dos blocos que compõem o sítio de inscrições rupestres Ponta do Caçador VI. Tais evidências arqueológicas se encontram em processo adiantado de intemperismo químico.

#### 5.3.6.4. Oficina lítica Ponta do Caçador VII

Oficina lítica constituída por 7 conjuntos de afiadores produzidos sobre um dique de diabásio, perfazendo um total de 30 afiadores, e ainda uma bacia de polimento que apresenta superposição de marcas, em cujo interior há 7 afiadores. Esta oficina encontra-se a 10m acima do nível médio do mar, do qual dista 30m, conforme Amaral (1995) que a registrou. Tais evidências arqueológicas apresentam-se em processo adiantado de intemperismo químico.



Figura 31 – Oficina Lítica Ponta do Caçador V, sendo que os afiadores medem em torno de 30cm.  
Foto: Teresa Fossari



Figura 32 – Oficina Lítica Ponta do Caçador V, detalhe para os afiadores.  
Foto: Teresa Fossari

### 5.3.7. Oficinas líticas da Barra da Lagoa

Trata-se de três oficinas líticas localizadas junto ao Canal da Barra da Lagoa, nas proximidades de sua foz, no Distrito da Lagoa, que além da proximidade espacial entre elas, também estão sob a Igreja da Barra da Lagoa.

#### 5.3.7.1. Oficina lítica Barra da Lagoa I

Oficina lítica constituída por 73 bacias de polimento e 2 afiadores produzidos sobre blocos de granito, junto à margem esquerda do Canal da Barra da Lagoa, a 120m de sua desembocadura (Figura 33).

Foi registrada por Rohr (1961:7) que a identifica como banhados pelas águas, semi-enterrados na areia, conta-se acima de 100 “... *daquelas típicas superfícies de alisamento em forma de prato, que serviam aos indígenas para apontar e afiar os seus instrumentos de pedra.*”

A partir de uma foto desta oficina lítica (Arquivos do MU – década de 60) percebe-se que a mesma foi reduzida a um quinto depois que nela encaixaram um dos pilares que sustentam a ponte pênsil entre a Barra da Lagoa e a Prainha da Barra. Esta oficina lítica encontra-se a 50 m da ocupação *Igreja da Barra da Lagoa*, e no lado oposto às oficinas líticas Barra Lagoa II e Barra da Lagoa III.

#### 5.3.7.2. Oficina lítica Barra Lagoa II

Oficina lítica constituída por 67 bacias de polimento e 15 afiadores, produzidos em blocos de granito. Está situada junto à margem direita do canal da Barra da Lagoa, a 100m de sua desembocadura, sendo que conforme a maré, os suportes ficam submersos nas águas deste canal. Foi registrada por Fossari et al. (1987) e analisada por Amaral (1995).

Atualmente o local é utilizado para pesca e encontra-se junto à uma casa de veraneio. Os matacões com as evidências arqueológicas estão sob uma camada de cimento, feita para calçar a frente de uma casa construída sobre o costão.

#### 5.3.7.3. Oficina lítica Barra da Lagoa III

Oficina lítica constituída por bacias de polimento e sulcos produzidos em matacões de granito, junto à margem direita do canal da Barra da Lagoa, a 210m de sua desembocadura. Foi registrada por Fossari et al. (1987). Próxima ao sítio



Figura 33 – Oficina Lítica Barra da Lagoa I, sendo que as bacias de polimento apresentam diâmetro em torno de 25cm.  
Foto: Teresa Fossari

da Igreja da Barra da Lagoa e a 200m das oficinas líticas Barra da Lagoa I e Barra da Lagoa II.

Atualmente o local, onde se encontrava a oficina está completamente descaracterizado, foram construídos uma pracinha e um bar. Os matacões com as evidências arqueológicas desapareceram por completo.

#### **5.3.8. Oficina lítica Morro das Aranhas I**

Oficina lítica constituída por bacias de polimento produzidas em diques de diabásio e matacões, no costão sul do Santinho, no Morro das Aranhas, Distrito de Ingleses do Rio Vermelho. Foi registrada por Fossari et al. (1989). Esta oficina encontra-se nas proximidades da oficina lítica Morro das Aranhas II.

#### **5.3.9. Oficinas líticas do Santinho**

Oficinas líticas situadas num costão do morro dos Ingleses, junto à Praia do Santinho, Distrito dos Ingleses do Rio Vermelho, norte da Ilha de Santa Catarina.

##### **5.3.9.1. Oficina lítica Santinho III**

Oficina lítica constituída por bacias de polimento e afiadores produzidos na superfície de um conjunto de matacões e dique de diabásio (Figura 34), Foi registrada por Rohr (1969:10) que assim a descreve: "*Num lajeado de diabásio observam-se dezenas de superfícies de alisamento em forma de prato (...) parte destes moinhos de bugres acham-se encobertos por terra e grama.*" Amaral (1995) descreve esta oficina lítica como sendo constituída por 12 suportes, nos quais foram produzidos 116 bacias de polimento e 16 afiadores; alguns suportes se acham enterrados na areia, e outros freqüentemente são inundados pelas marés.

Esta oficina lítica localiza-se próxima da inscrição rupestre Santinho IV.

##### **5.3.9.2. Oficina lítica Santinho VII**

Oficina lítica constituída por três matacões nos quais foram produzidas bacias de polimento e afiadores, sendo que predominam as evidências destes últimos (Figura 35). Os blocos com tais evidências são atingidos pelas águas do mar, e estão sendo cobertos por "cracas" (crustáceos marinhos, gênero *Balanus*) (Figura 36). Situa-se no costão a 20 m da inscrição rupestre Santinho IV.



Figura 34 – Oficina Lítica Santinho III, sendo que as bacias possuem em torno de 25cm de diâmetro.  
Foto: Teresa Fossari



Figura 35 – Oficina lítica Santinho VII, sendo que os afiadores possuem em torno de 30cm.  
Foto: Teresa Fossari



Figura 36 – Oficina lítica Santinho VII. Nota-se que os afiadores situados ao nível da maré, estão começando a ser “atacados” pelas “cracas”, animais marinhos. Os fiadores medem aproximadamente 25cm.  
Foto: Teresa Fossari

#### **5.3.10. Oficina Lítica Ingleses I**

Oficina lítica constituída por bacias de polimento e afiadores produzidos em matacões dispostos no sopé do morro dos Ingleses, junto à Praia dos Ingleses, Distrito de Ingleses do Rio Vermelho. Foi registrada por Fossari et al. (1988a). Situa-se próxima ao sítio acampamento Ingleses II, do qual se distancia aproximadamente 8 m. As evidências arqueológicas estão bem conservadas em termos de intemperismo.

Rohr (1950) comenta que no acervo do museu do Colégio Catarinense há um bloco de rocha com inscrições rupestres que teria sido encontrada junto à Praia dos Ingleses. Estaria esta inscrição localizada nas proximidades desta oficina lítica?

#### **5.3.11. Oficina Lítica Ponta das Canas II**

Oficina lítica constituída por 15 bacias de polimento e 7 afiadores, produzidos na superfície de um conjunto de matacões de diabásio e de granito e, em parte, na superfície do granito que aflora na Praia de Ponta das Canas, adentrando o mar; no Distrito de Cachoeira de Bom Jesus, norte da Ilha de Santa Catarina. Parte dos suportes são inundados pelas marés e outros ficam encobertos pela areia. Em termos de proximidade espacial está associada à ocupação Ponta das Canas – relacionada à grupos pré-coloniais Jê.

#### **5.3.12. Oficinas Líticas da Lagoinha de Ponta das Canas**

São duas oficinas líticas situadas na Ponta do Rapa, junto à Praia da Lagoinha de Ponta das Canas, Distrito de Cachoeira do Bom Jesus, norte da Ilha de Santa Catarina.

##### **5.3.12.1. Oficina lítica Lagoinha de Ponta das Canas II**

Oficina lítica constituída por 9 bacias de polimento e 19 afiadores, produzidos na superfície de matacões de diabásio e em um dique de diabásio dispostos no costão à beira mar e ao longo da foz de um riacho que corta a praia - canal de deságüe – da Lagoinha de Ponta das Canas, na sua parte norte, junto ao morro do Rapa. Foi registrada por Fossari et al. (1988b).

Segundo Amaral (1995) esta oficina lítica está distribuída numa área de aproximadamente 300m<sup>2</sup>; os suportes do costão à beira mar são inundados pela maré e outros estão encobertos pela areia da praia, alguns matacões que

integram esta oficina apresentam sinais de intemperismo químico. Em termos de proximidade espacial, poderia estar associada à ocupação pré-colonial Jê, identificada sobre o sambaqui Lagoinha de Ponta das Canas I.

#### 5.3.12.2. Oficina Lítica Lagoinha de Ponta das Canas III

Oficina lítica constituída por apenas um suporte em um dique de diabásio no qual foram produzidas três bacias de polimento, situada no costão noroeste da Praia da Lagoinha de Ponta das Canas. Foi registrada por Amaral (1995). Esta oficina dista 850m do sítio Lagoinha de Ponta das Canas I e 800m da oficina lítica Lagoinha de Ponta das Canas II. Uma das bacias de polimento encontra-se em estado de decomposição avançado e as outras duas em estado inicial.

#### 5.4. *INSCRIÇÕES RUPESTRES*

Conta-se com indícios que permitem pensar em uma possível associação entre as ocupações pré-coloniais Jê da Ilha de Santa Catarina e as inscrições rupestres. Por isso também foram alvo de observação sob ponto de vista do conjunto formado pelas diferentes unidades espaciais produzidas pela referida população dentro do território desta Ilha.

Sobre as *inscrições rupestres* ou *petroglifos* da Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes - de caráter arqueológico - conta-se apenas com o trabalho de Rohr (1969) que, como já foi dito, se limitou a localizá-las e descrevê-las. Este foi o único procedimento cabível no caso destas inscrições.

Em um estudo que realizou com as *inscrições rupestres* ou *petroglifos* da Ilha de Santa Catarina e ilhas de Porto Belo, do Arvoredo, do Campeche e do Coral, Rohr (1969) comenta que estão localizados preferencialmente “... *nos paredões verticais de diabásio negro...*” (p. 2). As gravações na superfície da rocha geralmente não ultrapassam três milímetros de profundidade e a superfície interna dos entalhes na rocha são em geral picoteadas (áspera ao tato), porém, as vezes são polidas (lisas ao tato). Como desenhos mais freqüentemente encontrados, Rohr (1969:3) destaca:

*“... círculos concêntricos; conjuntos, uma vez de retas paralelas, outras de linhas onduladas paralelas, ou ainda de linhas quebradas ou ziguezagueadas paralelas; conjuntos de figuras ovóides ou triangulares cheias de quadriláteros irregulares e, finalmente, figuras estilizadas de homens e de animais.”*

*“Os mesmos motivos repetem-se em conjuntos os mais variados, nas diferentes ilhas. Sinal que os petroglifos das diversas ilhas são produto de uma e a mesma cultura ou grupo cultural.”*

E a respeito destes desenhos formando *círculos concêntricos* Rohr (1969:5) diz que eles constituem

*“Um dos motivos de desenho, que se repete com mais freqüência, em todas as Ilhas, associado aos conjuntos os mais diversos (...). Na Ilha do Arvoredo constatamos, com surpresa, que círculos idênticos existem, (...) nas asas de certas espécies de arraia, que os pescadores haviam apanhado em suas redes.”*

A partir desta observação de Rohr (1969) pode-se pelo menos sugerir a que as inscrições rupestres com tais desenhos poderiam quem sabe conter representações simbólicas do ambiente marinho.

As inscrições rupestres localizadas na Ilha de Santa Catarina são (ver Mapa 6): *Pântano do Sul, Ponta da Armação II, Praia Mole, Ponta do Caçador III, Ponta do Caçador VI, Morro das Aranhas, Santinho IV e Santinho V.*

#### **5.4.1. Inscrição rupestre Pântano do Sul**

Esta inscrição encontra-se à leste da enseada do Pântano do Sul, junto ao morro do Pântano, no distrito do Pântano do Sul, sul da Ilha de Santa Catarina. A ocorrência da mesma foi observada por Duarte (2004)<sup>115</sup>, que a localizou disposta horizontalmente sobre um dique de diabásio. Neste dique também há oficina lítica.

#### **5.4.2. Inscrição rupestre Ponta da Armação II**

Inscrição rupestre produzida num dique de diabásio intrusivo em riolito situado na Ponta das Campanhas, contígua à praia da Armação, junto à desembocadura do rio que dá vazão à lagoa do Peri, Distrito de Pântano do Sul, sul da Ilha; estando aproximadamente 5 m acima do nível médio do mar, do qual dista 20 m. Foi registrada por Fossari et al. (1988b). Em termos de proximidade espacial poderia ser associada à ocupação pré-colonial Jê Ponta da Armação.

Rohr (1950, 1974) comenta que retirou da Ponta da Armação uma rocha com *sinalações rupestres*, porém nada fala quanto ao tamanho e os desenhos da mesma, limitando-se apenas a informar que a teria levado para o museu do Colégio Catarinense.

---

<sup>115</sup> Comunicação pessoal.

#### **5.4.3. Inscrição rupestre Praia Mole I**

Trata-se de dois conjuntos de inscrições gravadas na superfície de um paredão de diabásio, situado no lado sul da Praia Mole (Figura 37), junto ao morro do Gravatá no Distrito da Lagoa; estando 3m acima do nível médio do mar, do qual dista 10m. Foi registrada por Fossari et al. (1989). Algumas inscrições encontram-se em estado de decomposição acentuado.

#### **5.4.4. Inscrições rupestres Ponta do Caçador**

São dois conjuntos de inscrições rupestres situadas junto ao pé do morro da Galheta ao norte da praia de mesmo nome, no Distrito da Lagoa, os quais além de próximos entre si também estão espacialmente associados à oficina lítica Ponta do Caçador V.

##### **5.4.4.1. Inscrição rupestre Ponta do Caçador III**

Encontram-se a 2m acima do nível médio do mar, do qual dista 20m, e foram produzidas sobre a superfície de dois matacões de diabásio (Figuras 38 e 39). Estes dois blocos estão em cima de um dique de diabásio. Foi registrada por Fossari et al. (1988b).

##### **5.4.4.2. Inscrição rupestre Ponta do Caçador VI**

Encontra-se a 10m acima do nível médio do mar, do qual dista 30m, e foram produzidas sobre a superfície de um matacão que está em processo adiantado de decomposição. Está junto ao dique de diabásio com as evidências da oficina lítica Ponta do Caçador V.

#### **5.4.5. Inscrição rupestre Morro das Aranhas I**

As evidências se distribuem em um paredão de diabásio, são 4 desenhos formando um conjunto. As evidências se distribuem em um paredão de diabásio, situado no costão sul da Praia do Santinho, costão no Morro das Aranhas (Figura 40), Distrito de Ingleses do Rio Vermelho. Foi registrado por Fossari et al. (1989) como inscrições gravadas na superfície de diques de diabásio intrusivos em rocha granítica. Algumas evidências não são mais visíveis devido ao intenso intemperismo químico.

Está próxima da oficina lítica Morro das Aranhas II. O local onde se encontra o sítio arqueológico faz parte do “Parque arqueológico do Santinho”, mantido pelo Empreendimento Hoteleiro Costão do Santinho.



Figura 37 – Inscrição rupestre Praia Mole I.  
Foto: Teresa Fossari



Figura 38 – Inscrição rupestre Ponta do Caçador III associada à oficina lítica Ponta do Caçador V, sendo que este bloco de rocha mede aproximadamente 1,2m de altura.  
Foto: Teresa Fossari



Figura 39 – Detalhe da inscrição rupestre Ponta do Caçador III.  
Foto: Teresa Fossari



Figura 40 – Inscrição rupestre Morro das Aranhas I, sendo que as inscrições foram produzidas sobre uma área de aproximadamente 3m<sup>2</sup>.  
Foto: Teresa Fossari

#### 5.4.6. Inscrições rupestres do Santinho

Trata-se de quatro conjuntos de inscrições rupestres, localizadas num costão do morro dos Ingleses (Figura 41), junto à Praia do Santinho, Distrito dos Ingleses do Rio Vermelho, norte da Ilha de Santa Catarina. O nome desta praia deriva-se, conforme Rohr (1969:9-10),

*“... de um petroglifo, em forma de boneco gravado em um bloco de diabásio, ao qual o povo simples dos arredores tributava culto, acender velas no local. Sem estarmos a par destas ocorrências, a vinte e cinco anos passados, junto com outras Itacoatiaras da mesma praia, transportamos ao museu este pretense **Santinho**. Soubemos, ao depois, que este nosso gesto provocara indignação entre os pescadores, que presumiam ter verificado sensível diminuição do pescado, após a retirada da **Pedra do Santinho**.”*

Rohr (1950:14) descreve esta inscrição como representando a figura de homem com as seguintes dimensões:

*“... perna direita 162 mm, esquerda 154 mm, tronco 58 mm, braço direito 89 mm, esquerdo 126 mm; cabeça formada por um círculo de diâmetro interno de 66 mm e externo de 102 mm; largura dos frisos geralmente 20 mm. O tamanho original da pedra era de 1,35 m de comprimento, 1 m de largura e 79 cm de grossura, ...”*

Além desta acima mencionada, Rohr (1969) menciona outras, todas produzidas em paredões de diabásio, formando quatro grupos separados, assim resumidos por Rohr (1984:120):

*“Aproximadamente três metros quadrados de um paredão de diabásio preto, junto à praia, acham-se cobertos de sinais, gravados na rocha com meio centímetro de profundidade. Os motivos são círculos concêntricos com pontos ou com x no centro, linhas onduladas paralelas, figuras estilizadas de homens.”*

O primeiro apresenta, entre outros desenhos, linhas onduladas paralelas que variaram em forma e tamanho, desenhos estes encontrados em petroglifos das outras ilhas. O segundo grupo encontra-se em um plano pouco mais elevado, três metros distante do primeiro, destacando-se os desenhos em anéis concêntricos, sobre os quais diz Rohr (1969:10); *“Os anéis concêntricos representam motivo muitíssimo popular, entre as populações primitivas de toda a América...”* O terceiro grupo foi localizado três metros abaixo do segundo, sendo que nele também foram produzidos, entre outros desenhos, linhas paralelas onduladas e o quarto grupo foi produzido *“... no topo da rocha, olhando para o oeste, enquanto os outros grupos olham para o sul. É pequeno e pouco*



Figura 41 – Vista do costão onde se encontram sítios com inscrições rupestres.  
Costão norte da Praia do Santinho.  
Foto: Teresa Fossari

*expressivo.*”, também com linhas paralelas onduladas.

Destes grupos apresentados por Rohr (1969), só dois foram localizados por Fossari et al.(1988b), como seguem:

#### 5.4.6.1 Inscrição rupestre Santinho IV

Inscrição rupestre produzida sobre um dique de diabásio (Figuras 42 e 43), estando aproximadamente 10 m acima do nível médio do mar, do qual dista 10 m. Em termos de proximidade espacial poderia estar associada à oficina lítica Santinho III e à inscrição rupestre Santinho V.

#### 5.4.6.2. Inscrição rupestre Santinho V

Inscrição rupestre produzida sobre um dique de diabásio, estando a aproximadamente 8 m acima do nível médio do mar, do qual dista 20 m. Em termos de proximidade espacial poderia estar associada ao mesmo conjunto apontado para a inscrição rupestre Santinho IV.

### 5.5. *INSCRIÇÕES RUPESTRES E OUTRAS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS DAS ILHAS ADJACENTES*

Entre as ilhas adjacentes, em apenas quatro delas foram localizadas *inscrições rupestres*, isto é, nas ilhas do *Arvoredo*, *Campeche*, *Coral* e *Aranhas*. Com exceção da ilha das *Aranhas*, nas outras três também há evidências de ocupação pré-colonial Jê.

#### 5.5.1. **Ilha do Arvoredo**

Segundo Rohr (1969), na Ilha do Arvoredo estão localizadas no norte distribuídas em três grupos cujas distâncias entre elas não ultrapassa cinquenta metros. Rohr (1984:120) traz um resumo das suas observações sobre estas *inscrições rupestres*:

*“Uma área de aproximadamente três metros quadrados de paredão de diabásio preto, (...) norte da Ilha, acha-se coberta de sinalizações, gravadas na rocha, até uma profundidade de meio centímetro e centímetro e meio de largura, sendo internamente polidas. Os motivos são círculos concêntricos, círculos simples e pontos alinhados paralelamente e figuras estilizadas de homens e animais. Outro bloco isolado de diabásio, de meio metro de superfície plana, acha-se coberto de um ideograma, composto de linhas quebradas paralelas. A Ilha do Arvoredo é alcançada a partir do norte da Ilha de Santa Catarina, em uma hora de viagem a baleeira. Acha-se em grande parte coberta de mata.”*



Figura 42 – Inscrição rupestre Santinho IV, produzida numa área de aproximadamente 22m<sup>2</sup>  
Foto: Teresa Fossari



Figura 43 – Inscrição rupestre Santinho IV, detalhe dos anéis que medem 10cm de diâmetro.  
Foto: Teresa Fossari

Na ilha do Arvoredo foi registrada uma ocupação pré-colonial Jê, da qual foram coletados fragmentos cerâmicos<sup>116</sup> (Figura 44), através do levantamento arqueológico de Fossari et al. (1989) e uma oficina lítica (cf. Amaral, 1995).

### 5.5.2. Ilha do Campeche

Na Ilha do Campeche as *inscrições rupestres*, conforme Rohr (1969), estão situadas nos costões do norte (Figura 45), do centro e do sul desta ilha. Rohr (1984:120) traz um resumo das suas observações sobre estas *inscrições rupestres*:

*“Os motivos são semelhantes aos das sinalizações que ocorrem em outras ilhas da região: círculos concêntricos, linhas onduladas paralelas, linhas quebradas paralelas, triângulos e quadrados cheios, figuras estilizadas de homens e animais; inclusive espirais. (...) havia sinalizações [que] foram, porém, dinamitadas por caçadores ingênuos (sic) de tesouros. A Ilha do Campeche é alcançada de baleeira a partir da Armação do Sul, Ilha de Santa Catarina, em quarenta e cinco minutos de viagem.”*

Além das *inscrições rupestres* (Figuras 46 e 47), na Ilha do Campeche conta-se com evidências de uma ocupação pré-colonial Jê, conforme Amaral & Castellano (2003)<sup>117</sup>, que encontraram cacos de cerâmica dispersos sobre a superfície de um sítio arqueológico, sugerindo área de habitação de grupo pré-colonial Jê (Figura 48), e ao lado do sítio elas localizaram uma oficina lítica. Trata-se de *bacias de polimento* produzidas sobre dois blocos de diabásio situados junto ao sopé de uma elevação, distantes 200m da praia.

Elas registraram, ainda, uma outra oficina lítica (Figura 49) situada no lado sul da ilha do campeche. Caracterizada por vários blocos de diabásio com bacias de polimento.

### 5.5.3. Ilha do Coral

No nordeste da Ilha do Coral, na qual também foi identificada uma ocupação pré-colonial Jê, Rohr (1969:28) registrou

*“... um dos mais belos conjuntos de petroglifos de que temos conhecimento. (...) Também (...) [no] sul da Ilha existem petroglifos. Estes, porém, são pouco expressivos. O grande conjunto de petroglifos do nordeste da Ilha dos Coral cobre um paredão vertical de rocha, (...). Possui dois metros de altura e dois metros e trinta centímetros de largura.*

---

<sup>116</sup> Que se encontram na Reserva Técnica do MU/UFSC.

<sup>117</sup> Por ocasião de uma visita a esta Ilha para falar sobre conservação de sítios arqueológicos - a pedido da Associação Couto Magalhães.



Figura 44 – Cerâmica pré-colonial Jê - Sítio Arqueológico Ilha do Arvoredo.  
Acervo Museu Universitário/UFSC



Figura 45 – Vista do costão, local onde se encontram os sítios com inscrições rupestres. Ilha do Campeche.  
Foto: Maria Madalena Velho do Amaral



Figura 46 – Detalhe da inscrição rupestre Ilha do Campeche. O desenho acima mede aproximadamente 0,80m x 0,40m.  
Foto: Maria Madalena Velho do Amaral



Figura 47 – Detalhe da inscrição rupestre, Ilha do Campeche. O desenho acima mede aproximadamente 1,80m x 0,70m.  
Foto: Maria Madalena Velho do Amaral



Figura 48 – Vista parcial do sítio habitação pré-colonial Jê da Ilha do Campeche I.  
Ao fundo a praia da Ilha do Campeche, voltada para oeste.  
Foto: Madalena Velho



Figura 49 – Oficina lítica Ilha do Campeche III. Está localizada no lado sul da praia, Ilha do Campeche, voltada para oeste.  
A bacia de polimento que aparece no matacão no centro da foto mede aproximadamente 0,40m.  
Foto: Maria Madalena Velho do Amaral.

*Compõe-se de motivos, assinalados também nas outras ilhas. Alternam-se nele numerosos círculos concêntricos, (...), figuras estilizadas de homens ou mamíferos, semelhantes aos que se observam também na Ilha do Campeche. O diâmetro dos círculos concêntricos maiores alcança vinte e cinco centímetros; enquanto os menores possuem, apenas, dez centímetros de diâmetro. Da parte de um dos círculos maiores partem retas, em forma de raios e de outro círculo partem curtas linhas onduladas paralelas.”<sup>118</sup>*

Sobre a ilha dos Coral há um registro em Prous & Piazza (1977:42) que menciona a presença de “... um acampamento com cerâmica de Tradição não Tupiguarani ...”, ou seja, apontando para uma ocupação pré-colonial Jê.

## 5.6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES ESPACIAIS DA OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL JÊ

O Mapa 6 - produzido a partir dos dados de localização de todas as unidades espaciais de diferentes funções, locais de moradia e locais de atividades específicas da ocupação pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina - permite visualizar algumas características da distribuição espacial desta população na paisagem da Ilha.

Percebe-se que as unidades espaciais se acham distribuídas nos mais diferentes pontos da Ilha, o que permite concebê-la como o território desta população, ou seja o seu macro assentamento, do qual também teriam feito parte outras ilhas do arquipélago - levando em conta a presença de evidências arqueológicas pré-coloniais Jê nas ilhas do Arvoredo, Campeche, Coral, Aranhas e Moleques do Sul.

Todas as unidades espaciais identificadas como relacionadas ao sistema ocupacional da população pré-colonial Jê na Ilha se acham distribuídas em diferentes pontos, mas sempre ao longo da sua linha costeira, o mar sempre faz parte do seus espaços de moradia e de outras atividades.

É no setor sul da Ilha que se encontra a única “concentração” de ocupações, formada pelas antigas ocupações da Tapera, Caiacanga-Mirim e Cruzeiro. Esta área é a única que permite acesso mais fácil da Baía Sul para o

---

<sup>118</sup> Duarte (2004, comunicação pessoal) questiona se não seriam resultantes da quebra de pedaço do diabásio - o que poderia se chamar de “fratura” conchoidal? Em todo o caso, observações detalhadas deverão ser feitas em todas as inscrições rupestres que se apresentam na Ilha de Santa Catarina e demais ilhas do arquipélago.

oceano, o que poderia ser feito por via terrestre ou por trechos navegáveis no Rio Tavares ou no Rio Alto Ribeirão.

O território da população pré-colonial Jê, entretanto, não estaria confinado à Ilha de Santa Catarina, pois como se observa no Mapa 6 há dispersão de espaços com características semelhantes – áreas de residência, oficinas líticas e inscrições rupestres - em outras ilhas.

As inscrições rupestres da Ilha de Santa Catarina se encontram em sua maior parte na costa leste e no setor Norte, sendo que nas ilhas adjacentes, naquelas posicionadas fora das baías .

Na costa leste, também se observam os conjuntos formados por áreas residenciais, oficinas líticas e inscrições, enquanto que nas ocupações voltadas para as baías, Tapera, Caiacanga-Mirim e Ponta do Lessa e ainda, Rio do Meio no setor norte tal não se repete. Exceção neste caso é a ocupação Caiacanga-Mirim que está associada espacialmente a uma oficina lítica.

A ausência de oficinas líticas nas proximidades de três das mencionadas áreas de habitação evoca perguntas. Utilizavam tais oficinas para a obtenção de polimento em seus instrumentos líticos como machados e dos gumes dos mesmos? Ou quem sabe utilizassem oficinas líticas mais distantes? Os habitantes da Tapera poderiam usar a oficina localizada nas proximidades de Caiacanga-Mirim, e os do Rio do Meio daquela da Ponta das Canas. No caso da ocupação Ponta do Lessa, tem-se que considerar o registro de um afiador e um polidor – este último produzido em um bloco de granito – localizado na própria área de habitação.

Caberia aqui transcrever um registro de Rohr (1950), sobre uma evidência de “oficina lítica” que ele e o Pe. Braum encontraram na Praia do Mueller - e anexaram ao acervo do Museu do Colégio - que também poderia ter sido usada pela população da Ponta do Lessa, trata-se de uma rocha

*“... com uma superfície alisada e escavada, (...), danificada. Outra superfície convexa, alisada, com três frisos, efetuados no alisamento e afiamento de instrumentos de pedra. Comprimento dos frisos: 25, 28, 26 mm; profundidade 9, 4, 11 mm; diâmetro da superfície superior escavada: 23 x 27 mm.” (p.15)*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Neste trabalho, tornou-se evidente que para tratar de ambientes arqueológicos o enfoque geográfico é indispensável. Os dados empíricos disponíveis e os dados geográficos sobre o ambiente no qual estavam localizados os sítios que remetem a áreas de residência e de atividades específicas - oficinas líticas e inscrições rupestres -, na paisagem moderna da Ilha possibilitaram dar visibilidade ao sistema de assentamento pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina. Permitiu também observar que a Ilha inteira constituiu um assentamento de grupos pré-coloniais Jê - a suposição que foi levantada inicialmente.

Até então, as ocupações pré-coloniais Jê foram vistas de maneira isolada; ou em termos de um contexto espacial e temporal mais amplo, enquanto evidências do povoamento da costa catarinense; ou, ainda, para tratar das origens e/ou relações entre populações do litoral e do planalto, nestes dois últimos casos sob perspectivas de grandes sínteses.

Seria prematuro, todavia, estabelecer um continuum cultural entre as atuais sociedades de filiação lingüística Jê do estado de Santa Catarina, Xokleng e Kaingang, considerando as diferenciações que vêm sendo apontadas entre estas duas sociedades. Além disso, o que se sabe sobre a cultura das mesmas certamente refere-se a uma cultura afetada primeiramente pela presença dos conquistadores ibéricos, a partir do século XVI e, principalmente, pela colonização alemã e italiana que se iniciou no século XIX.

Por outro lado, sobre os grupos pré-coloniais Jê da Ilha de Santa Catarina, pode-se dizer que dominavam muito bem seus diversos ambientes, devendo ter conhecimento necessário sobre os mesmos, bem como desenvolvido técnicas adequadas para deles extrair o que lhes convinha. A comprovar tal convivência na área estão as evidências arqueológicas, mais precisamente, a considerável quantidade e variedade de ecofatos de origem orgânica – apontando para as espécies animais apreendidas como recurso alimentar, em especial aqueles de ambientes aquáticos.

Considerou-se pertinente neste estudo o apoio de Butzer (1989), apresentado no capítulo 2, cuja proposta metodológica é dirigida aos aspectos das interações entre as comunidades humanas do passado e o ambiente -

devendo-se sob tal perspectiva focalizar antes os sítios - uma vez que são resultados das decisões daquelas comunidades em relação ao ambiente com o qual interagiram espacial, econômica e socialmente - ao invés das tradicionais prioridades dadas aos artefatos.

Entendendo que a localização dos sítios que representam este sistema ocupacional da Ilha não foi aleatória, considerou-se os sítios e não seus artefatos as unidades de análise, e desta maneira deveriam ser focalizados em termos de conjunto, ou melhor de unidades espaciais de diferentes funções (áreas de moradia, oficinas líticas e inscrições rupestres) integrantes do sistema de assentamento pré-colonial Jê na Ilha de Santa Catarina. Focalizando-os sob tal perspectiva e aplicando a *análise de captação de recursos*, até então não testada na Ilha, foi possível verificar-se certas características deste sistema.

Através deste instrumento que permite tratar das relações das sociedades humanas com o ambiente conforme já se mencionou, focalizando o entorno de antigos assentamentos, observou-se a potencialidade dos recursos disponíveis nos entornos das áreas de ocupação da Tapera, Caicanga-Mirim, Ponta do Lessa e Rio do Meio. Isto é, aqueles locais onde os habitantes das mesmas poderiam captar seus recursos alimentares e outros itens de consumo, sem necessidade de pernoitarem fora da aldeia ou acampamento.

No que se refere às relações dos habitantes das ocupações Tapera, Caiacanga-Mirim, Ponta do Lessa e Rio do Meio com os seus respectivos ambientes mais próximos, verificou-se que dentro dos limites da *área de captação de recursos* – marcada por um círculo de 10 km de raio – de cada uma delas, seus habitantes poderiam chegar até o continente, passando pelas diversas ilhas que se distribuem pelas baías, sem necessidade de pernoitarem fora da aldeia localizada na Ilha.

Vê-se também que cada *área de captação de recursos* alcança ou engloba outros sítios do leste, norte e sul da Ilha, e outros ambientes distintos do entorno mais próximo, como algumas lagunas, lagoa e oceano aberto.

Percebeu-se, entretanto, que o potencial econômico se encontrava bem mais próximo, estando presente numa área bem menor, havendo a disponibilidade de fontes fornecedoras de itens de consumo nas proximidades de seus espaços de moradia. Todas as quatro ocupações estavam localizadas nas proximidades do mar, de água potável, de manguezal e de outras formações

vegetais com sua fauna, bem como das fontes de argila. Trata-se, em síntese, daquelas áreas que poderiam ser habitualmente por eles exploradas, a partir dos limites destes assentamentos, conforme pode ser verificado nos respectivos mapas de suas áreas de captação de recursos.

Além disso, a tentativa de comparação destas quatro ocupações pré-coloniais Jê da Ilha de Santa Catarina, submetidas a escavações arqueológicas – cujos resultados, convém refrisar, foram cruciais neste estudo, como ficou demonstrado no decorrer do mesmo – tornou visíveis semelhanças entre as mesmas, em termos da produção de artefatos e exploração de certos recursos de subsistência.

Porém, é a prática da pesca que talvez melhor possa caracterizar esta população da Ilha, a qual parece ter sido intensa, em todos os assentamentos escavados, pelo menos é o que apontam os ossos, otólitos, escamas e dentes, entre outras evidências, de peixes não só de ambientes marinhos, mas também de áreas estuarinas de manguezal.

No que se refere aos aspectos geográficos que caracterizam as áreas das quatro ocupações estudadas, pode-se dizer que, além do mar, todas fizeram parte de ambientes com mangue e corpos d'água de regime estuarino, porém não se pode dizer que este é o caso de outras ocupações, ou seja, algumas daquelas localizadas na costa leste. Seriam estas, ocupações locais de acampamentos de pesca, em vez de espaços residenciais mais duradouros? Questão a ser investigada, cuja resposta poderá ser sugerida quando forem feitas as devidas escavações.

Tornou-se evidente que certos ecofatos de todas as ocupações mencionadas sugerem prática de caça a mamíferos terrestres, todavia parece que entre os habitantes da ocupação Rio do Meio ela foi rara, diferentemente da expressiva quantidade de tais evidências verificadas na Tapera. Outra particularidade marcante, é o fato de não ter havido sepultamentos na ocupação do Rio do Meio, como o verificado principalmente nas ocupações Caiacanga–Mirim e Tapera.

Naquela do Rio do Meio também se constatou uma menor produção de artefatos líticos. Outras particularidades verificadas no assentamento Rio do Meio (Área II), foram os ossos de baleia (costelas) demarcando uma das grandes fogueiras, e estar integrado por duas áreas com evidências de ocupação.

Levando em conta tais aspectos, é que se aventou a possibilidade de que se tratava de um espaço de função diferenciada, talvez de um acampamento de “estação pesqueira”. Considerando, ainda, que a ocupação Rio do Meio foi contemporânea da Caiacanga-Mirim, é de supor que nesta última teriam sua residência permanente. Aliás, área de residência permanente, também, foi o espaço da Tapera. Do mesmo modo, há de se ressaltar que, das atividades de subsistência, a pesca teria sido a principal atividade do grupo ou grupos que ocupou ou ocuparam a área do Rio do Meio – pela quantidade significativa das evidências de pescado que deixaram na área de ocupação.

A observação da distribuição espacial permitiu levantar algumas particularidades do sistema de ocupação pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina. As unidades espaciais que integram este sistema ocupacional - representando áreas de atividades diferenciadas - se acham distribuídas em diferentes pontos, da Ilha, todavia, sempre junto ao mar. Se tais unidades funcionaram de maneira concomitante ou em seqüência cronológica - dada a ausência de datações relacionadas a maior parte das áreas de residência - é uma questão em aberto. O que se pode dizer, com base nas datas disponíveis, é que pelo menos duas ocupações foram contemporâneas, Caiacanga-Mirim e Rio do Meio, e que, a primeira ocupação da Tapera teria sido anterior, mas com pouca diferença, a estas duas.

O posicionamento de todas estas unidades espaciais também sugere um possível sistema de comunicação via aquática entre as aldeias e/ou acampamentos temporários localizados nesta Ilha.

Por outro lado, observando-se o mapa da distribuição de todas as evidências do sistema de assentamento da população pré-colonial Jê nota-se que todas as unidades, da mesma maneira, estão distribuídas ao longo da linha costeira da Ilha.

Há de se considerar ainda que é na parte voltada para as baías, mais precisamente no setor sul da Ilha que encontra-se a única “concentração” de ocupações, pois além da Tapera e Caiacanga-Mirim, há também a ocupação Cruzeiro. Aliás é na área em que estão localizadas estas três ocupações, duas das quais na própria planície que constitui a única área plana que permite acesso mais fácil da Baía Sul para o oceano. Este acesso poderia ser feito por via terrestre ou por trechos navegáveis no Rio Tavares ou no Rio Alto Ribeirão, rios

próximos das referidas ocupações.

A "apreensão" deste território, entretanto, deve ser pensada em termos que vão além do âmbito econômico, o que pode ser sugerido pelas inscrições rupestres que se encontram espalhadas por várias ilhas do arquipélago. Isto é, além daquelas inscrições da Ilha de Santa Catarina, a maior, mas também nas ilhas do Arvoredo, Campeche, Coral e Moleques, marcando espaços de funções simbólicas, quiçá com possível referência ao universo marinho. Aventa-se tal possibilidade apoiando-se nas observações de Rohr (1969), ou seja, sobre os desenhos em *círculos concêntricos* que se repetem nas inscrições de todas as ilhas do arquipélago, os quais seriam muito semelhantes aos desenhos naturais que aparecem na pele de certas espécies de arraia.

Por outro lado, é na costa leste, voltada para o Atlântico e no setor Norte, em seu extremo, que se encontra a maior parte das oficinas líticas e inscrições rupestres da Ilha de Santa Catarina. Aliás, é também nas ilhas posicionadas fora das baías que se localizam as inscrições rupestres.

Ainda com relação à costa leste, também se observam os conjuntos - pelo menos em termos de associações espaciais - formados pelas áreas residenciais, oficinas líticas e inscrições rupestres. O mesmo não se observa naquelas ocupações pré-coloniais Jê voltadas para as duas baías, as da Tapera, Caiacanga-Mirim, Ponta do Lessa e, na costa norte mais abrigada, a do Rio do Meio, com uma única exceção, a ocupação Caiacanga-Mirim está próxima de uma oficina lítica.

Considerando que nem todas as unidades espaciais vinculadas à ocupação pré-colonial Jê correspondem a locais de habitação, é de se supor que tais localizações não se atêm exclusivamente a motivações de caráter econômico. Seja como for a visão do mar está presente em todos os espaços que eles construíram nesta Ilha. Seria a visão cotidiana da paisagem marinha um fator que extrapolava a esfera econômica da população pré-colonial Jê ?

Considerando-se todas estas evidências como pontos selecionados pela população pré-colonial Jê para instalar suas aldeias, acampamentos, áreas de atividades específicas na Ilha de Santa Catarina, tornou-se evidente que se está diante de um sistema de assentamento peculiar, o que instiga a continuação da pesquisa.

Os dados levantados, também permitem inferir mudanças naturais do ambiente, uma vez que na área da ocupação Rio do Meio, na maré alta, a base do sítio é atingida pelas águas do mar. É de se supor que no período em que ocorreu a ocupação pré-colonial o nível do mar de fato estivesse mais baixo. Este também foi o caso das ocupações Caiacanga-Mirim - cujas evidências arqueológicas, segundo Rohr (1959) eram atingidas, em parte, pelas águas do mar – e também a da Ponta do Lessa.

Pelo que se pode observar, trata-se de um sistema de ocupação diferenciado de outras áreas do litoral catarinense, ou seja, um macro sistema, que abrangue ocupações de ilhas, de maneira concomitante - como no caso das ocupações Caiacanga-Mirim e Rio do Meio -, ou em seqüência cronológica – no caso de Tapera e Caiacanga-Mirim.

A ocupação pré-colonial Jê da Ilha de Santa Catarina caracteriza-se pela construção de espaços de funções diferenciadas: as ocupações sugerindo espaços de residência permanente, como as aldeias (?) Tapera e Caiacanga-Mirim e espaços de acampamento de pesca, como a do Rio do Meio; as áreas de atividades específicas de produção de artefatos líticos - as oficinas líticas, e de representações simbólicas - as inscrições rupestres.

Embora suas evidências se acham espalhadas pelos mais diferentes pontos da Ilha, é bem provável que o macro assentamento desta população não estaria restrito aos limites da Ilha de Santa Catarina, estendendo-se por todo o arquipélago. As evidências arqueológicas de bases residenciais de grupos pré-coloniais Jê nas ilhas do Arvoredo, Campeche e Corais sugerem tal possibilidade. Sem contar que nas demais ilhas poderiam dispor de locais propícios à pesca. Nestes locais obteriam com grande probabilidade peixes diferentes. Isto poderia ser um traço cultural, ou seja, procurar a diversidade, um alimento diferente, variar o alimento. Para terem acesso a estes alimentos, quem sabe, deveriam também ter investido em outras produções culturais, como na fabricação de canoas melhores e em maior número, o mesmo poderia ser dito em relação às flechas ou aos arpões para a pesca, de “cordões” que segurassem estes instrumentos de arremesso para não se perderem no mar no momento de fisgar e assim por diante. Estes locais, convém lembrar, até hoje são procurados por pescadores da Grande Florianópolis.

Tratando-se destas ocupações pré-coloniais da Ilha sob a perspectiva de

seu conjunto, ou seja, do sistema cultural pré-colonial Jê que existiu em um dado momento da história sócio-espacial da mesma, percebeu-se que as suas evidências arqueológicas – ou sítios arqueológicos - pontuadas em diferentes locais da atual paisagem também se afiguravam como as “rugosidades” (cf. Santos, 1996) que - ao lado de muitas outras, representando diferentes momentos dessa história - remetem ao momento da ocupação pré-colonial Jê. Sob tal perspectiva também se assume que a presença destes sítios, deve ser considerada como um elemento que faz parte da paisagem “ilhoa” contemporânea, uma perspectiva que também pode ser pensada na elaboração de políticas de preservação do patrimônio cultural da Ilha de Santa Catarina e das demais ilhas.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AB´SÁBER, Aziz. Espaços ocupados pela expansão dos climas secos na América do Sul, por ocasião dos períodos glaciais quaternários. *Paleoclimas*, IGEOG-USP, n. 3, 1977.

\_\_\_\_\_. Paleo-climas Quaternários e Pré-história da América tropical. In: *Anais da IV Reunião Científica da SAB, Dédalos*, São Paulo, MAE-USP, n. 1, p. 9-25, 1989. Publicações Avulsas.

\_\_\_\_\_. Incursoes à pré-história da América tropical. In: Mota, Carlos Guilherme (Org.) *Viagem incompleta. Formação: histórias*. São Paulo: SENAC, SESC. 2000. p. 29-43.

\_\_\_\_\_. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 160 p.

AKOUN, André (Org.). *Dicionário de Antropologia*. Paris: Verbo, 1972. 610 p.

ALARCÃO, Jorge de. Ainda sobre a conciliação das Arqueologias. *O Arqueólogo Português*, Série IV, n. 11-12, p. 211-221, 1993-1994.

ALMEIDA COELHO, Major Manoel Joaquim d´. *Memória histórica da Província de Santa Catarina*. Livraria Desterrense de J.S. Lopes, 1856. 217 p.

ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de. Economia Ticuna e monitoramento ambiental no Alto Solimões. In: Magalhães, A. C. (Org.) *Sociedades indígenas e transformações ambientais*. Belém: UFPA, NUMA, 1993. p. 79-111.

AMADO, Jose Bonilla. *Peru Colonial*. Lima: Ediciones Kuntur, 1989. 160 p.

AMARAL, Maria Madalena Velho do. *As oficinas líticas de polimento da Ilha de Santa Catarina*. 1995. 132 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1995.

AMARAL, Maria Madalena Velho do; SCHERER, Luciane. *Material arqueológico do sítio Cruzeiro*. Florianópolis, 2002. 25 p. Digitado.

AMBIENTAL CONSULTORIA E PLANEJAMENTO (Ambiental Consultoria e Planejamento Ltda. Habitasul Empreendimentos Imobiliários). *Estudo dos efeitos ambientais advindos da implantação da comunidade marítima de Jurerê*, 1995. 127 p.

ANDERSON, Bruce. Ambiente. In: ANDERSON, Bruce (Org.) *The Wupatki archaeological inventory survey project: final report*. Santa Fe, New Mexico, Division of Anthropology, Professional Paper, n. 35, 1990. p. 1-38.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1970. 145 p.

ANSON, George. Capítulo III: Anson. In: BERGER, Paulo. *Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVII e XIX*. Florianópolis:

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Assessoria Cultural, 1979. p. 59-77.

ARAÚJO, Edson Medeiros de. Análise do material ósseo humano do sambaqui do Rio Lessa (SC.LF.39). *Anais do Instituto de Antropologia*, Instituto de Antropologia, UFSC, Florianópolis, n. 2, p. 175-188, 1969.

ARELLANO L., A. Jorge. El desarrollo cultural prehispánico en el altiplano y valles interandinos de Bolivia. In: MEGGERS, Betty J. (Ed.) *Prehistoria sudamericana: nuevas perspectivas*. Washington, 1992. p. 309-325.

ARENAS, Iraida Vargas; OBEDIENTE, Mario Sanoja. Revisión crítica de la arqueología sudamericana. In: MEGGERS, Betty J. (Ed.) *Prehistoria sudamericana: nuevas perspectivas*. Washington, 1992. p. 35-43.

ARNAUD, Expedito. Notícia sobre os índios Gaviões do oeste - Rio Tocantins, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 20, p. 1-35, 1964. Nova série.

BAHN, Paul. *Arqueologia: Uma breve introdução*. Lisboa: Gradiva, 1996. 26 p.

BAK, Per. How Nature works The Science of self-organized criticality. New York, Oxford University Press, 1997. 212 p.

BALDUS, Herbert. *Tapirapé tribo tupí no Brasil Central*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Edusp, 1970. 511 p.

BANDEIRA, Dione da Rocha. Os sítios arqueológicos do litoral de Santa Catarina (Rio Lessa e Enseada I) e a problemática da tradição Taquara-Itararé vista através da alimentação. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 29, p. 155-207, 1999.

BANNER, Horace. O índio Kayapó em seu acampamento. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 13, p. 1-51, 1961. Nova série.

BARBOSA, Márcia. Reconstituição espacial de um assentamento de pescadores-coletores-caçadores pré-históricos no Rio de Janeiro. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.) *Pré-história da Terra Brasilis I*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 205-221.

BARNES, Trevor; GREGORY, Derek. Place and landscape. In: BARNES, Trevor; GREGORY, Derek (Ed.) *Reading human Geography*. London: Arnold, 1997. p. 292-298.

BECK, Anamaria. A variação do conteúdo cultural dos sambaquis - Projeto de Pesquisa. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 18, p. 77-87, 1968.

\_\_\_\_\_. Os sambaquis do Brasil Meridional: Litoral de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, Museu de Antropologia, UFSC, Florianópolis, n. 3, p. 57-70, 1970.

\_\_\_\_\_. Os sambaquis da região do litoral de Laguna - Santa Catarina. In: *O homem antigo na América*. Instituto de Pré-História da USP, São Paulo, p. 69-77, 1971.

\_\_\_\_\_. *O sambaqui de Enseada I: Um estudo de tecnologia pré-histórica*. 1973. 96 f. Dissertação (Docente Livre - Especialidade de Antropologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1973.

\_\_\_\_\_. Sambaquis: tecnologia e subsistência. *Anais do Museu de Antropologia*, Museu de Antropologia, UFSC, Florianópolis, n. 11, p. 124-132, 1978.

BECK, Anamaria et al. Considerações gerais sobre o sambaqui do Rio Lessa (SC. LF. 39). *Anais do Instituto de Antropologia*, Instituto de Antropologia, UFSC, Florianópolis, n. 2, p. 153-174, 1969.

BECKER, Ítala Irene Basile. O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia*, Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, n. 29, p. 1-334, 1976.

BERNARDI, Bernardo. *Introdução aos estudos etno-antropológicos*. Lisboa: Edições 70, 1982. 450 p.

BERTALANFFY, Ludwig Von. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1975. 351p.

BIGARELLA, João José. Contribuição ao estudo da planície sedimentar da parte norte da Ilha de Santa Catarina. *126 Arquivos de Biologia e Tecnologia*, v. IV, p. 108-140, 1949.

BINFORD, Lewis R. *Archaeology as Anthropology*. *American Antiquity*, 28, p. 217-225, 1962.

\_\_\_\_\_. The archaeology place. *Journal of Anthropological Archaeology*, New Mexico, n. 1, p. 5- 31, 1982.

BINFORD, Lewis R. *En busca del pasado*. Barcelona: Crítica, 1994. 283 p.

BINFORD, Lewis R.; SABLOFF, Jeremy A. Paradigms, systematics, and archaeology. *Journal of Anthropological Research*, v. 8, n. 2, p. 137-153, 1982.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Portugal: Publicações Europa-América, Coleção Saber, [197-?]. 175 p.

BOADO, Felipe Criado. Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje. *Boletín de Antropología Americana*, México, n. 24, p. 5-29, 1991.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a História Catarinense*, Florianópolis: Livraria Moderna, 1912. 436 p.

BOLÓS, M. Problemática actual de los estudios de paisaje integrado. *Revista de Geografía*, Barcelona, v. XV, n. 1 - 2, p. 45-68, 1981.

BOMER Bernard. Le paysage, vu par les géographes et par les autres. *Bulletin de l'Association de Géographes Français*, Paris, n. 1, p. 3-9, 1994.

BOSCH-GIMPERA, P. El arte rupestre en las distintas regiones del mundo. *Dédalo*, São Paulo, n. 21 - 22, p. 9-21, 1975.

BRAY, Warwick; TRUMP, David. The Penguin dictionary of Archaeology. Penguin Books, 1973. 287 p.

BROCHADO, Jose Proenza. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South América*. Ph.D. Dissertation, University of Illinois, Departament of Anthropology, Urbana-Champaign, 1984. 507 p.

BROCHADO José Proenza. et al. Arqueologia brasileira em 1968: Um Relatório Preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. *Publicações Avulsas*, n. 12, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, p. 1-33, 1969.

BROOKS, Robert L. Temas de teoria arqueologica. Una evaluacion critica del analisis del "catchment" *Etnia*, Buenos Aires, n. 34 - 35, p. 9-45, 1989 -1990.

BRYAN, Alan L. Excavation of a brazilian shell mound. *Science of man*. Mentone, v. 1, n. 5, p. 148-151, 1961.

\_\_\_\_\_. Resumo da arqueologia do sambaqui do Forte Marechal Luz. *Arquivos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v.2, p. 9-30, 1977.

\_\_\_\_\_. The sambaqui at Forte Marechal Luz, State of Santa Catarina, Brazil. In: Bryan, Alan I.; GRUHN, Ruth. *Brazilian studies*, Centres for the study for the first Americans. Oregon State University, p. 1-113, 1993.

BUTZER, Karl W. *Arqueología*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 1989. 345 p.

CABEZA DE VACA, Álvaro Nuñez. *Naufrajios e comentários*. Porto Alegre: L & PM, 1999. 324 p.

CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*, Rio de Janeiro: Laudes, 1970. 158 p.

CALDAS, Aulete. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Delta, v. IV, 1985.

CALLADO, Martinho. As fontes do antigo Desterro. *Anuário Catarinense*, n. 4, p. 138, 1951.

CAMPOS, Nazareno José de. Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: FCC Ed., Ed. da UFSC, 1991. 168 p.

CARDIM, Fernão P. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. 337 p.

CARNEIRO, Robert L. Uso do solo e classificação da floresta (Kuikúro). In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *SUMA Etnológica Brasileira: 1.Etnobiologia*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 47-56.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. *Introduction: About the house - Levi-Strauss and beyond*. In: CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen (Eds.), Cambridge, Press Syndicate of the University Cambridge, p. 1- 46, 1996.

CASTRO FARIA, Luis de. Origens culturais da habitação popular do Brasil, *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 1-72, 1951. Nova Série.

CASTILHO, Pedro Volkmer de. *Estudo da utilização de mamíferos aquáticos por populações pré-históricas da região norte da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, Trabalho apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Biológicas da UFSC, para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Biológicas, 1999, 64p.

CENCINI, Carlo. Il paesaggio como patriomnio: I valori naturali. *Bolletino Della Società Geografica Italiana*. Roma - Série XII, vol. 4, p. 279-294, 1999.

CESA, Márcia de Vicente. *A influência da ocupação humana na qualidade da água dos rios Alto Ribeirão e Ribeirão do Porto Sul da Ilha de Santa Catarina*. 2003. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia), Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

CHANG, K. C. Toward a science of prehistoric society. In: CHANG, K. C. (Ed.) *Settlement archaeology*. Palo Alto: National Press Books, 1968. p. 1-9.

CHERNELA, Janet M. Pesca e hierarquização tribal no alto Uaupés. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *SUMA Etnológica Brasileira: 1.Etnobiologia*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 235-249.

CHERRY, John F. Pattern and process in the early colonization of the Mediterranean islands. *Proceedings of the Prehistoric Society*, n. 47, p. 41-68, 1981.

CHIARA, Wilma. Contribuição da Antropologia para a interpretação dos resultados de pesquisa em arqueologia pré-histórica. *Coleção Museu Paulista*, São Paulo, n. 2, p. 245-274, 1978. *Série Ensaios*.

CHISHOLM, M. *Rural settlement and land use: An essay in location*. Londres: Hutchinson Press, 1968.

CHMYZ, Igor. Dados parciais sobre a arqueologia do vale do rio Paranapanema. In: *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados preliminares do primeiro ano 1965-1966*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 6, p. 59-78, 1967. Publicações avulsas.

\_\_\_\_\_. O sítio arqueológico PR UV01 (Abrigo sob-rocha Casa de Pedra). *Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, Departamento de Antropologia da UFPR, Curitiba, v. 3, 1967a.

\_\_\_\_\_. Subsídios para o estudo arqueológico do vale do Rio Iguaçu. *Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas*, Curitiba, n. 1, p. 31-52, 1968.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no estado do Paraná. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo, n. 8, p. 115-125, 1968a.

\_\_\_\_\_. Pesquisas arqueológicas no alto e médio rio Iguaçu. In: *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados preliminares do terceiro ano 1967-1968*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n.13, p. 103-132, 1969. Publicações avulsas.

\_\_\_\_\_. Novas manifestações da tradição Itararé no Estado do Paraná, *Pesquisas*. Instituto Anchieta de Pesquisa, Simpósio de Arqueologia da Área do Prata, São Leopoldo, p. 121-129, 1969a. Série Antropologia.

\_\_\_\_\_. Pesquisas arqueológicas no médio e baixo Rio Iguaçu, In: *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados preliminares do quarto ano. 1968-1969*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 15, p. 87-114, 1971. Publicações avulsas.

\_\_\_\_\_. *Tradições ceramistas no Paraná e em Santa Catarina*. 1975. Tese subsidiária para Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Estado atual das pesquisas arqueológicas na margem esquerda do Rio Paraná (Projeto Arqueológico Itaipu). *Estudos Brasileiros*, Curitiba, v. 13, n. 8, p. 5-39, 1982.

CHORIS, Louis. Capítulo XI: Kotzebue, Chamisso, Choris, In: BERGER, Paulo. *Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVII e XIX*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Assessoria Cultural, 1979. p. 255-261.

CHORLEY, Richard; KENNEDY, Barbara. *Physical Geography*. Londres: Prentice-Hall International Inc., 1971. p. 1-22

CLARKE, D. L. *Analytical Archaeology*. Londres: Methuen, 1968.

COIMBRA JR, Carlos E. A. Estudos de ecologia humana entre os Suruí do Parque Indígena Aripuanã, Rondônia: Elementos de etnozologia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 2, n. 1, p. 9-36, 1985.

\_\_\_\_\_. Estudos de ecologia humana entre os Suruí do Parque Indígena Aripuanã, Rondônia: Plantas de importância econômica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 2, n. 1, p. 37-55, 1985a.

\_\_\_\_\_. Estudos de ecologia humana entre os Suruí do Parque Indígena Aripuanã, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 2, n. 1, p. 57-87, 1985 b.

COLONELLI, Cristina Argenton; MAGALHÃES, Erasmo d'Almeida. Arte rupestre no Brasil: uma bibliografia anotada. *Dédalo*, São Paulo, n. 21 - 22, p. 117-133,

1975.

COOK, Ángel Garcia. Plantas y animales domesticados en América. In: JÁCOME, Alba González. (Org.) *Seminario Orígenes del hombre americano*. México, D.F., Secretaría de Educación Pública, p. 265-274, 1987.

COOK, F. Sherburne; HEIZER, Robert F. Relationships among houses, settlement areas, and population in aboriginal California. In: CHANG, K. C. (Ed.) *Settlement archaeology*. Palo Alto: National Press Books, 1968. p. 79-116.

COOPER, John M. Estimulantes e narcóticos. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *SUMA Etnológica Brasileira: 1 Etnobiologia*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 101-118.

\_\_\_\_\_. Processos de fazer fogo In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *SUMA Etnológica Brasileira: 2 Tecnologia Indígena*. Petrópolis: Vozes, 1987a. p. 109-115.

COSTA, Maria Heloísa Fénelon & MALHANO, Hamilton Botelho. Habitação indígena brasileira. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *SUMA Etnológica Brasileira: 2. Tecnologia Indígena*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 26—92.

CRUZ, Olga. *A Ilha de Santa Catarina e o continente próximo: Um estudo de geomorfologia costeira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. 276 p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Definições de Índio e Comunidades Indígenas. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos, et al. (Orgs.). *Sociedades indígenas e o direito: uma questão de Direitos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1985. p. 31-37.

\_\_\_\_\_. O futuro da questão indígena. In: SILVA, Aracy Lopes da; GUIPIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, MAR, UNESCO, 1995. p. 129-141.

DALTON, G. Anthropological models in archaeological perspectives. In: HODDE, G. Isaac; HAMMOND, M. (Eds.). *Pattern of the past*. Cambridge: University Press, p. 17-48, 1981.

DANIEL, Peter; HOPKINSON, Michael. *The Geography of settlement*. Oliver & Boyd, 1979. 282 p.

DE MASI, Marco Aurélio Nadal. *Prehistoric hunter-gathered mobility on the southern Brazilian coast: Santa Catarina Island*. Ph.D. Dissertation, Stanford University, Department of Anthropology, 1999.

\_\_\_\_\_. Pescadores e coletores da costa sul do Brasil. *Pesquisas, Antropologia, São Leopoldo*, n. 57, p. 1-134, 2001.

DENEVAN, William M. The Pristine Myth: The Landscape of the Americas in 1492. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 82, v. 3, p. 369-385, 1992.

DENNELL, R. W. Geography and prehistoric subsistence. In: Wagstaff, J.M. (Ed.) *Landscape and Culture: Geographical and Archaeological Perspectives*. New York, Basil Blackwell, p. 56-76, 1987.

DIAS, Adriana Schmidt. Um projeto para a Arqueologia Brasileira: Breve histórico da implementação do PRONAPA. *Revista do CEPA*, Santo Cruz do Sul, n. 19, v. 22, p. 25-39, 1995.

DIEGUES, António Carlos. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: HUCITEC, 1998. 272 p.

DIKOV, Nikolai Nikolaevich. El paleolítico de Kamchatka y de Chukotka en relación con el problema de los pobladores de América. In: JÁCOME, Alba González. (Org.) *Seminario Orígenes del hombre americano*. México, D.F., Secretaría de Educación Pública, p. 47-53, 1987.

\_\_\_\_\_. Beríngia: Ponte terrestre entre a Ásia e a América. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, Ano 16, n.1, p. 32-34, 1988.

DINCAUZE, Dena F. Strategies for paleoenvironmental reconstruction in archaeology. *Advances in archaeological method and theory*, Academic Press, v. 11, p. 255-336, 1987.

DINIZ, Edson Soares. Aspectos das relações sociais entre os Yanomamo do rio Catrimâni. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 39, p. 1-18, 1969.

\_\_\_\_\_. Os índios Makuxi do Roraima. *Coleção teses*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, Marília, n. 9, 1972. 181 p.

DOIG, Federico Kauffmann. *Historia del Peru antiguo: Una nueva perspectiva*. Lima: Compactos Editores, 1990. 214 p.

DREW, David *Processos interativos homem-meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1986. 206 p.

DUARTE, Gersusa Maria. O sambaqui do Rio Lessa (SC-LF-39) e suas relações com o meio natural. *Anais do Instituto de Antropologia*, Instituto de Antropologia, UFSC, Florianópolis, n. 2, p. 143-152, 1969.

\_\_\_\_\_. Distribuição e localização de sítios arqueológicos tipo sambaqui, na Ilha de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, Museu de Antropologia, UFSC, Florianópolis, n. 4, p. 31-56, 1971.

\_\_\_\_\_. *Estratigrafia e evolução do Quaternário do plano costeiro norte da Ilha de Santa Catarina*. 1981. 279 f. Dissertação (Mestrado em Geociências), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1981.

DUARTE, Paulo. O sambaqui visto através de alguns sambaquis. In: *Pré-História Brasileira*, Instituto de Pre-história da USP, p. 45-142, 1968.

DUPERREY, Louis Isidore. Capítulo XII: Duperrey, Lesson. In: BERGER, Paulo. *Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVII e XIX*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Assessoria Cultural, 1979. p. 263-281.

EBLE, Alroino B. *Relatório de Atividades*. 1977. 30 f. Curso de Mestrado em

Antropologia Social, Área de Especialização: Arqueologia, Fundação Escola de Sociologia e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, julho 1977. Mimeografado.

EHRENREICH, Paul. Contribuições para a Etnologia do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 7-136, 1948. Nova Série

FIGUEIREDO, Napoleão. A festa dos “coletores” entre os Aramagóto. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, Belém, Antropologia, n. 15, p. 1-20, 1961.

FONTES, Henrique da Silva. *A Irmandade do Senhor dos Passos e o seu hospital, e aqueles que o fundaram*. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1965. 426 p.

FOSSARI, Teresa Domitila. Cultura pré-histórica da Ilha de Santa Catarina. In: MELLO, Osvaldo Ferreira de. (Ed.) *História sócio-cultural de Florianópolis*, Florianópolis, Clube 12 de Agosto, 1991. p. 15-26.

FOSSARI, Teresa Domitila et al. *O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina: 1º. Relatório*, UFSC, IPHAN, FINEP. Florianópolis, 1987. 66 p. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. *O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina: 2º. Relatório*. UFSC, IPHAN, FINEP, Florianópolis, 1988a. 67 p. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. *O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina: 3º. Relatório*. UFSC, IPHAN, FINEP, Florianópolis, 1988b. 72 p. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. *O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina: 4º. Relatório*, UFSC, IPHAN, FINEP, Florianópolis, 1989. 68 p. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. *Estudo de Impacto da UHE Cubatão - CELESC Joinville/ SC*. Florianópolis, 1989. 30 p.

\_\_\_\_\_. O salvamento arqueológico do sítio Rio do Meio. Relatório n. I. Florianópolis, 1998. 130 p.

FOSSARI, Teresa; RICHTER, Klaus. *Relatório sobre a destruição de um sítio arqueológico no município de Porto Belo: Santa Catarina*. Florianópolis, 1983. Mimeografado. 3 p.

FOWLER, P. J. The contemporary past. In: WAGSTAFF, J.M (Ed.) *Landscape and Culture. Geographical and Archaeological Perspectives*. New York: Basil Blackwell, 1987. p. 173-191.

FRAGA, Angelo Martins. *Um olhar ecoturístico sobre o Campo dos Padres: Serra Geral Catarinense*. 2002, 105 f. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharel em Geografia), Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

FREIREYSS, G. W. Viagem a várias tribos de selvagens na capitania de Minas-Geraes; permanência entre ellas, descrição de seus usos e costumes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. v. VI, p. 236-252, 1902.

FRÉZIER, Amédée François. Capítulo I: Frézier, In: BERGER, Paulo. *Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVII e XIX*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Assessoria Cultural, 1979. p.11- 25.

GALLOIS, Dominique. Os Waiãpi e seu território. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 80, p.1-38, 1981. Nova série.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo; Edusp, 1980. 151 p.

GARCÍA, Francisco Miguel Gil. Ideología, poder, territorio: Por un análisis del fenómeno chullpario desde la Arqueología de la Percepción. *Revista Española de Antropología Americana*, n. 31, p. 59-96, 2001.

GARDIN, Jean-Claude. *Archaeological constructs: An aspect of theoretical Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. p. 45-53.

GASPAR, Maria Dulce. Os ocupantes pré-históricos do litoral brasileiro. In TENÓRIO, Maria Cristina (Org.) *Pré-história da Terra Brasilis I*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p. 159-169.

GIACCARIA, Pe. Bartolomeu. Significado da água na cultura Xavante. *Revista de Antropologia*, USP, São Paulo, n. 21, 1ª parte, p.95-107, 1978.

GIACCARIA, B.; HEIDE, A. *Xavante povo autêntico*. São Paulo: Editorial Dom Bosco, 1972. 304 p.

GIANNINI, Isabelle Vidal. Sociedade e meio ambiente: um estudo de caso. In: MAGALHÃES, A. C. (Org.) *Sociedades indígenas e transformações ambientais*. Belém: UFPA, NUMA, p. 206-207, 1993.

\_\_\_\_\_. Os índios e suas relações com a natureza. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.) *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. p. 145-152.

\_\_\_\_\_. O conhecimento indígena da natureza. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, MAR, UNESCO, 1995. p. 206-207.

GILMORE, Raymond M. Fauna e Etnozoologia da América do Sul tropical. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *SUMA Etnológica Brasileira: 1 Etnobiologia*. Petrópolis: Vozes, 1987. p.189-233.

GODELIER, Maurice. A antropologia econômica. In: COPANS, J.; TORNAY, S.; GODELIER, S.; BACCKÈS-CLÉMENT, C. *Antropologia ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1971. p. 141-189

GONÇALVES, Daniel Issa. O Peabirú: uma trilha indígena cruzando São Paulo, *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo, FAU, USP, n. 24, p. 4-74, 1998.

GONÇALVES, Mário Antonio. (Org.) *Airê: História e Etnologia*. Rio de Janeiro, Núcleo de Etnologia Indígena, LPS, IFCS, UFRJ. Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

GONZÁLEZ, Alberto Rex. La metalurgia precolombina de Sudamérica y la búsqueda de los mecanismos de la evolución cultural. In: MEEGGERS, Betty J. (Ed.) *Prehistoria sudamericana: Nuevas perspectivas*. Washington, 1992. p. 45-61.

GOUDIE, A. S. Geography and archaeology: the growth of a relationship in: Wagstaff, J.M. (Ed.) *Landscape and Culture. Geographical and Archaeological Perspectives*. New York: Basil Blackwell, p.11-25, 1987.

GOUDIE, A. S. Geography and prehistory: a survey of the literature with a select bibliography. *Journal of Historical Geography, Oxford*, n. 4, 1976.

GOULART, Marilandi. *Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai*. Itajaí, Universidade do Vale do Itajaí, ELETROSUL, vol. I, 1997.

GRUHN, Ruth. Projections of Jê social structure in the rock art of northern Minas Gerais, Brazil: an hypothesis. *Anthropological Papers in Memory of Earl H. Swanson Jr.* Special Publication of the Idaho State Museum of Natural History, Pocatello, 1980. p. 15-18.

GUIDON, Niéde, As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia), in: Cunha, Manuela C. da (Ed.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, FAPESP, 1992. p. 37-52.

GULLAR, Ferreira. *Cultura posta em questão*. Vanguarda e subdesenvolvimento: Ensaio sobre arte. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

HANSEL, Fabrício A. et al. Thermally produced (alkylphenyl)alkanoic acids provide evidence for the processing of marine products in archaeological pottery vessels. *Tetrahedron Letters*, 45, 2004. p. 2999-3002.

HARRIS, Marvin. *El desarrollo de la teoría antropológica: Una historia de las teorías de la cultura*. México, D.F., Siglo Veintiuno Editores S.A., 1991. 690 p.

HEAD, Lesley. *Cultural landscapes and environmental change*. New York: Arnold, 2000. 179 p.

HIGGS, E. Site catchment analysis: A Concise Guide to Field Methods. In: HIGGS, E. S. (Ed.) *Paleoeconomy*. Londres: University of Cambridge Press, 1975. p. 223-224.

HIGGS, E. ; VITA-FINZI, C. Prehistoric economies: A territorial approach. In HIGGS, E. S. (Ed.) *Papers in Economic Prehistory*. Londres: Cambridge University Press, 1972. p. 27-36.

HOBOLD et al, Paulo. *A arquidiocese de Florianópolis*. Florianópolis: Cúria Metropolitana, 1951. 102 p.

HODDER, Ian. Converging Traditions: The Search for Symbolic Meanings in Archaeology and Geography. In: WAGSTAFF, J.M. (Ed.) *Landscape and Culture: Geographical and Archaeological Perspectives*. New York: Basil Blackwell, p.134-145, 1987.

\_\_\_\_\_. The contextual analysis of symbolic meanings. In: HODDER, Ian (E.) *The Archaeology contextual meanings* Cambridge: University Press Cambridge. 1987a:1-10.

HODGES, R. Spatial Models, Anthropology and Archaeology in: Wagstaff, J.M. (Ed.) *Landscape and Culture. Geographical and Archaeological Perspectives*. New York: Basil Blackwell, p. 118-133, 1987.

HUGHES, Karel J. Persistent features from a paleo-landscape the ancient tracks of the Maltese Island. *The Geographical Journal*, vol. 165, n.1, P. 62-78, 1999.

HURT, Wesley. *The interrelationship between the natural environment and four sambaquis, coast of Santa Catarina, Brasil*. Bloomington, Indiana University Museum, Occasional Papers and Monographs, n. 1, 1974.

IHERING, Hermann Von. A ethnologia do Brazil meridional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. XI, p. 229-236, 1906.

JÁCOME, Alba González. Introducción. In: JÁCOME, Alba González. (Org.) *Seminario Orígenes del hombre americano*. México D.F., Secretaría de Educación Pública, p. 11-15, 1987.

JARDÍ, Montserrat. Paisaje: una síntese geográfica? *Revista de Geografía*. Departamento de Geografía de Universidad de Barcelona, Barcelona, n. 24:43-60. 1990

JARMAN, M.R., A territorial model for Archaeology: a behavioral and geographical approach. In: CLARKE, D. L. (Ed.) *Models in Archaeology*, 1972:705-734.

JARMAN, M.R et al. Site catchment analysis in Archaeology. In: UCKO, P.; TRIGHAN, R.; DIMBLEBY, G.W. (Eds.) *Man, settlement and urbanism*. Londres: Gerald Duckworth and Co. Ltd, 1972. p. 61-66.

JONES, Terry L. Marine-resource value and the priority of coastal settlement: a California perspective. *American Antiquity*.. n. 56, v. 3, 1991.

JORGE, Vítor Oliveira. *Projectar o Passado: Ensaio sobre Arqueologia e Pré-História*. Lisboa: Editorial Presença LDA., 1987.

JUNQUEIRA, Carmen. Os Cinta Larga. *Revista de Antropologia*, USP, São Paulo, n. 27 - 28, p. 213-232, 1984-1985.

KAPLAN, David; MANNERS, Robert A. *Teoria da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 305 p.

KEMPF, Valter. G. Notas sobre um grupo de indígenas de Santa Catarina. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 112, p. 24-34, 1947.

KERN, Arno Introdução in: KERN, Arno et al. *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Série Documenta – Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991: 5-12. 356 p.

KLEIN, Roberto M. Árvores nativas da Ilha de Santa Catarina. *Insula*, Florianópolis, UFSC, n. 3, p. 3-93, 1969.

KOHL, Dieter Hans Bruno. Porto Belo: sua história, sua gente . Blumenau: Odorizzi, 2001. 326 p.

KRAMER, Carol. (Ed.) *Ethnoarchaeology: Implications of Ethnography for Archaeology*. New York: Columbia University Press, 1979.

KRUG, Edmundo. Os índios das margens do Paranapanema. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. XXI, p. 319-347, 1924.

KRUSENSTERN Adam Johann von. Capítulo VII: Krusenstern, Lisiansky, Langsdorff, In: BERGER, Paulo. *Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVII e XIX*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Assessoria Cultural, 1979. p. 139-156.

LA SALVIA, Fernando et al. Cerâmica Kaingang - fase Vacaria. In: Estudos de Pré-história Geral e Brasileira. São Paulo: Instituto de Pré-história da USP, p. 493-497, 1969.

LACERDA, Luiz Drude de. In: VANNUCCI, Marta. Os manguezais do Brasil. In: *Os manguezais e nós: uma síntese de percepções*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 185-196.

LAMING-EMPERAIRE, Annette . As grandes teorias sobre o povoamento da América e o ponto-de-vista da arqueologia. In: *Origens do homem americano*. Instituto de Pré-história da USP, São Paulo, 1964. p. 429-448.

LANNA, Amadeu Duarte. Aspectos econômicos da organização social dos Suyá. CEUPES - 70 São Paulo, s/d. 44 p.

LARAIA, Roque de Barros. Nossos contemporâneos indígenas. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, MAR, UNESCO, 1995. p.261-289.

LARRAÍN, Francisco Mena. Cazadores-recolectores y Arqueologia problemas y proyecciones teóricas. *Boletín de Antropología Americana*, p. 31-47, 1989.

LAVINA, Rodrigo. *Os Xokleng de Santa Catarina: Uma etnologia e sugestões para os arqueólogos*. 1994. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto Anchietano de Pesquisas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1994.

\_\_\_\_\_. Informações etnográficas sobre os Kaingang do Brasil meridional. In: CALDARELLO, Solange Bezerra (Org.). *Relatório Final: Projeto de resgate arqueológico na área diretamente afetada da UHE Quebra-Queixo - S.C., Florianópolis*, 2002. p. 253-272.

LEE, R. !Kung Bushman subsistence: An input-output analysis. In: VAYDA, A. P. (ed.). *Environmental and cultural behavior*. Nova York: Natural History Press, 1969, p. 47-79.

LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Tradução de Paul Gaffarel. São Paulo: Livraria Martins, 1941. 277 p.

LESSON, René Primevère. Capítulo XII: Duperrey, Lesson. In: BERGER, Paulo. *Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVII e XIX*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Assessoria Cultural, 1979. p.283-293.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Nacional, Edusp, 1970. 332 p.

\_\_\_\_\_. O uso das plantas silvestres da América do Sul tropical. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *SUMA Etnológica Brasileira: 1. Etnobiologia*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 29-46.

LIMA, Pedro E. Os índios Waurá. Observações Gerais. A cerâmica. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 1-25, 1950.

LIMA, Tânia Andrade. A cerâmica indígena brasileira. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *SUMA Etnológica Brasileira: 2. Tecnologia Indígena*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 173-229.

LIMP, W. Frederick ; REIDHEAD, Van A. An economic evaluation of the potential of fish utilization in riverine environments. *American Antiquity*, v. 44, n. 1, p. 70-77, 1979.

LUKESCH, Anton. *Mito e vida dos índios Caiapós*. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1976. 312 p.

LUMBRERAS, Luis G. La arqueologia sudamericana: tres décadas. In: MEGGERS, Betty J. (Ed.) *Prehistoria sudamericana: Nuevas perspectivas*. Santiago de Chile: Taraxacum/Washington, 1992: 27-32.

LUNDBERG, A., HANDEGARD, T. Changes in the spatial structure and function of coastal cultural landscapes. *Geo Journal*, v. 39, n.2, p. 167-178, 1996.

MABILDE, Affonso P.T. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul, 1836-1866*. São Paulo: Ibrasa, Pró-Memória Instituto Nacional do Livro, 1983. 232 p.

\_\_\_\_\_. O índio Kaingang do Rio Grande do Sul no Século XIX. *Documentos 02*. Arqueologia do Rio Grande do Sul. Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, p. 141-172, 1988.

MACKNEISH, Richard. La importancia de los primeros doce sitios del Nuevo Mundo. In: JÁCOME, Alba González. (Org.) *Seminario Orígenes del hombre americano*. México D.F., Secretaría de Educación Pública, p. 57-67, 1987.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e

da fronteira indígena nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 4, n. 2, p. 183-221, 1997.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo : ANNABLUME, 1994. 195 p.

MALINA, Jaroslav; VASICEK, Zdenek. *Archaeology Yesterday and Today*. New York: Cambridge University Press, 1990. 286 p.

MEGGERS, Betty J. *Prehistoric New World cultural development*. Smithsonian Institution, 1970. 70 p.

\_\_\_\_\_. *América Pré-histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 242 p.

\_\_\_\_\_. Reconstrução do comportamento locacional pré-histórico na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém v. 6, n. 2, p. 183-203, 1990. Série Antropologia.

MEGGERS, Betty. J. ; EVANS, C. *Como interpretar a linguagem da cerâmica*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution. 1970. 111 p.

MELATTI, Delvair Montagner. A cozinha Marúbo: a arte de comer e beber. *Revista do Museu Paulista*, , São Paulo, n. 32, p. 29-71, 1987a. Nova Série

MELATTI, Julio Cezar. *Ritos de uma tribo Timbira*. Coleção Ensaios, n. 53, São Paulo, Ática, 1978. 364 p.

\_\_\_\_\_. *Índios do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, Editora Universidade de Brasília, 1987. 220p.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. La 'New Archaeology': l'Archeologia comme scienza sociale, *Dialoghi di Archeologia*, n. III, p. 11-19, 1983.

\_\_\_\_\_. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*. USP, São Paulo, n. 15, p. 103-117, 1983. a.

\_\_\_\_\_. Identidade cultural e Arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 20, p. 33-36, 1984.

\_\_\_\_\_. A construção original do território americano. São Paulo, *Revista USP*, São Paulo, n. 12, p. 8-15, 1991-1992.

\_\_\_\_\_. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo.(org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-64.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. et al. Mesa-redonda: Patrimônio Arqueológico. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 193-205, 1987.

MILLER, Tom Junior O. Tecnologia Cerâmica dos Kaingang Paulistas. *Arquivos do Museu Paranaense*, n. 2, p. 1-51, 1978. Nova Série Etnologia.

MILLON, René.. *The last years of Teotihuacan dominance*. In: YOFFEE, Norman; COWGILL, George L. The collapse of ancient states and civilizations. *The*

University Arizona Press, p. 102-164, 1991.

MONTAÑÉS, Emma Sanches. *La cerámica precolombina: el barro que los indios hicieron*. Mexico: Biblioteca Iberoamericana. 1989. 128 p.

MONTSERRAT, Ruth Maria Fonini. Línguas indígenas do Brasil. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.) *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. p. 93-104.

MORAN, Emilio F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes. 1990. 367 p.

\_\_\_\_\_. *Adaptabilidade humana: uma introdução à Antropologia ecológica*. São Paulo: Edusp, 1994. 445 p.

MORIN, Edgar. A epistemologia da complexidade. In: MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Petrópolis, 2000. p. 43-137.

MOSELEY, Michael E. *The Incas and their ancestors the archaeology of Peru*. Londres: Thames and Hudson, 1992. 272 p.

MOSIMAN, Roseli Maria de Souza; REIS, Ademir. Frutos nativos da Ilha de Santa Catarina – Florianópolis. *Insula*, Florianópolis, n. 8, p. 29-46, 1975-1976.

MUIR, Richard. Landscape: a wasted Legacy. *Area*, v. 3, n. 30, p. 263-271, 1998.

NASCIMENTO, M.V.; RUHLAND, J.; HAUFF, N. Contribuição ao estudo dos manguezais da Ilha de Santa Catarina. In: *Semana da Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina*. 1988.

NEVES, Eduardo Góes. O índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 1995. p. 171-192.

NEVES, Walter Alves. Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina), *Pesquisas*, Antropologia, n. 43. Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, 1988.

NEWTON, Dolores. Cultura material e Historia Cultural. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *SUMA Etnológica Brasileira: 2. Tecnologia Indígena*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 15-25.

NIMUENDAJÚ, Curt. Os Apinayé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 12, 1956. Nova série.

\_\_\_\_\_. Os índios Tucuna, *Boletim do Museu do Índio*, Rio de Janeiro, n.7, dezembro, p. 1-69, 1977.

\_\_\_\_\_. *Etnografia e Indigenismo: sobre os Kaingang: Os Ofaié - Xavante e os Índios do Pará*. In: GONÇALVES, Marco Antônio. (Org.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. 150 p.

NIR, Dov. *Region as a socio-environmental system: an introduction a systemic regional geography*. Kluwer Academic Publishers, 1990. 183 p.

NOELLI, Francisco Silva. Os Jê do Brasil meridional e a antiguidade da agricultura: elementos da lingüística, arqueologia e etnografia. *Estudos Íbero-Americanos*, v. 22, n. 1, p. 13-25, 1996.

\_\_\_\_\_. Nota sobre a presença da tradição Umbu no médio-baixo Ivaí, Paraná. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v.22, n.27-28, p. 101-105, 1998.

\_\_\_\_\_. A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas.1872-2000. *Revista USP*, São Paulo, n.44, p.218-269,1999-2000.

NOELLI, Francisco Silva. et al. (Orgs.) Repensando os rótulos e a História dos Jê do sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Uri e Wãxi: - Estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: UEL, 2000. p. 9-57.

OLIMPIO, José. *Conservação da fauna de mamíferos silvestres da Ilha de Santa Catarina: Aspectos biogeográficos, históricos e sócio-ambientais*. 1995, f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de; GALVÃO, Eduardo. A cerâmica dos Índios Jurúna (Rio Xingu). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 41, p.1-41, 1969. Nova série.

ORME, Bryony. *Anthropology for archaeologist: An introduction*. London: Duckworth, 1981. 300 p.

ORO, Ari, Pedro. *Tükúna: vida ou morte*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, Vozes, 1977, 131 p.

PAULI, Evaldo, *A fundação de Florianópolis*. Florianópolis: Lunardelli, 1987. 192 p.

PELUSO JUNIOR, Victor António. A Ilha de Santa Catarina no Último Quartel do Século XX. In: VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina: A Ilha*. Florianópolis: IOESC, 1984. p. 227-241.

PEREIRA JÚNIOR, José Antero. O segredo das Itacoatiaras. São Paulo, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume XLVI, 1952:189-212.

PEREIRA, Diamantino. O espaço das ciências humanas, *Margem*, Faculdade de Ciências Sociais da PUC de São Paulo, São Paulo: EDUC, FAPESP, n. 7 , ago., 1998, p. 65-75.

PERNETTY , Antoine Joseph, Capítulo IV: Dom Pernetty. In: BERGER, Paulo. *Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVII e XIX*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Assessoria Cultural, 1979. p. 79-115.

PETRERE JÚNIOR, Miguel. Nota sobre a pesca dos Índios Kayapó da aldeia de Gorotire, Rio Fresco, Pará. *Revista do Museu Paraense Emilio Goeldi*, Belém,

*Antropologia*, v. 6, n.1, p. 5-17, 1990.

PHILLIPS, Philip; WILLEY, Gordon. Teoria y método de la Arqueología norteamericana. *Ciencias Sociales*, Organización de los Estados Americanos, v. 5, n. 30, 1954. p. 273-287.

PIAZZA, Walter Fernando. O sítio arqueológico do Rio Tavares (Santa Catarina), *Dédalo*, São Paulo, n. 2, p. 53-79, 1965.

\_\_\_\_\_. Estudos de sambaquis: Nota prévia. *Arqueologia*. Florianópolis. Instituto de Antropologia da UFSC, n. 2, 1966.

\_\_\_\_\_. Notícia arqueológica do vale do Uruguai. In: *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados preliminares do segundo ano. 1969-1970*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 10, p. 55-73, 1969a. Publicações avulsas.

\_\_\_\_\_. A área arqueológica dos "Campos de Lages". In: *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados preliminares do terceiro ano. 1969-1970*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 13, p. 63-69, 1969b. Publicações avulsas.

\_\_\_\_\_. Dados complementares à arqueologia do vale do Uruguai. In: *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados preliminares do quarto ano. 1969-1970*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 15, p. 71-82, 1971. Publicações avulsas.

\_\_\_\_\_. Dados à arqueologia do litoral norte e do planalto de Canoinhas. In: *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados preliminares do quinto ano. 1969-1970*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 26, p. 53-66, 1974. Publicações avulsas.

\_\_\_\_\_. *Santa Catarina sua História*. Florianópolis: Lunardelli, Ed. da UFCS. 1983. 750 p.

PIAZZA, Walter F. ; EBLE, Alroino B. Arqueologia do Vale do Itajaí. *Blumenau em cadernos*, Blumenau, n. 9, v. 1, p. 6-14, 1968.

PIZA, Marcelo. Notas sobre os Kaingang. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XXXV, p. 199-209, 1938.

POSEY, Darrell. Time, space, and the interface of divergent cultures: the Kayapó Indians of the Amazon face the future. *Revista de Antropologia*, USP, São Paulo, n. 25, p.89-104, 1982.

\_\_\_\_\_. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *SUMA Etnológica Brasileira: 1.Etnobiologia*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 15-25.

PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) Brazilian archaeology in 1968: an interim report on the national program of archaeological research. *American Antiquity*, n. 35, p. 1-23, 1970.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília,

1992. 605 p.

PROUS, André ; PIAZZA Walter. *L'état de Santa Catarina: Documents pour la prehistoire du Bresil Meridional*. 2. Cahiers d'Archeologie d'Amerique du Sud, Paris, n. 4, 1977, 178 p.

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades indígenas*. São Paulo: Ática, 1986. 96 p.

\_\_\_\_\_. *Memórias Sanumã: Espaço e tempo em uma sociedade Yanomami*. São Paulo: Marco Zero, 1990. 343 p.

RATHJE, William L. ; SCHIFFER, Michael B. *Archaeology*. New York: Harcourt Brace Jovanovich Publishers, 1983. 434 p.

REIS, José Alberione dos. *Arqueologia dos buracos de bugre: uma pré-história do Planalto Meridional*. Caxias do Sul: Edusc, 2002. 228 p.

REIS, Maria José. *Problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no Planalto catarinense*. 1980. 290f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_. *A ocupação humana no Planalto Catarinense: o caso das estruturas ou "casas subterrâneas"*. Florianópolis, [2003?]. No prelo. 81 p.

RENFREW, Colin & BAHN, Paul. *Archaeology. Theories, methods and practice*. Thames and Hudson, 1991, 543 p.

RIBEIRO, Berta. A oleira e a tecelã: o papel social da mulher na sociedade Asurini. *Revista de Antropologia*, USP, São Paulo, n. 25, p. 28-61, 1982.

\_\_\_\_\_. O índio na cultura brasileira. *Rio de Janeiro: Revan, 1991. 186 p.*

\_\_\_\_\_. Perspectivas etnológicas (1957-1988) para arqueólogos. In: MEGGERS, Betty J. *Prehistoria Sudamericana: Nuevas perspectivas*. Washington, p. 113-142, 1992.

\_\_\_\_\_. *Os índios das águas pretas*. São Paulo: Companhia das Letras, Edusp, 1995. 270 p.

RICARDO, Carlos Alberto. "Os índios" e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, MAR, UNESCO, 1995. p. 29-55.

RIVET, Paul. *As origens do homem americano*. São Paulo: Anhambi, 1960. 170 p.

ROBERTS, B. K. Landscape archaeology. In: Wagstaff, J.M. (Ed.) *Landscape and Culture. Geographical and Archaeological Perspectives*. New York: Basil Blackwell, 1987. p. 77-95.

RODRÍGUEZ, Jorge Amilcar. Arqueología del sudeste de sudamerica. In: MEGGERS, Betty J. *Prehistoria Sudamericana: Nuevas perspectivas*. Washington, p. 177-209, 1992.

ROHR, João Alfredo. Contribuição para a etnologia indígena do Estado de Santa Catarina. In: Primeiro Congresso de História Catarinense, v. 2, 1950, Florianópolis. *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*. Florianópolis: 1950. p. 1-120.

\_\_\_\_\_. Pesquisas paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 3, p. 199-266, 1959. Série Antropologia

\_\_\_\_\_. Pesquisas paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina II. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 8, 1960. Série Antropologia

\_\_\_\_\_. Pesquisas paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina III, e notícias prévias sobre sambaquis da Ilha de São Francisco do Sul. *Pesquisas*, Porto Alegre, n. 12, 1961. Série Antropologia.

\_\_\_\_\_. Pesquisas arqueológicas na Ilha de Santa Catarina I. Exploração sistemática do sítio da praia da Tapera. *Pesquisas*, São Leopoldo, n.15, 1966. Série Antropologia.

\_\_\_\_\_. O sítio arqueológico de Alfredo Wagner, SC VI 13. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 17,1967. Série Antropologia,

\_\_\_\_\_. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (I) Ilha de Santa Catarina. *Vozes*, v.61, n. 8, 718-722, 1967a.

\_\_\_\_\_. A exploração científica da aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (II). *Vozes*, v. 61, n. 9, p. 807-1, 1967b.

\_\_\_\_\_. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (III) Ilha de Santa Catarina *Vozes*, v. 61, n. 10, 909-913, 1967c.

\_\_\_\_\_. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (IV) Ilha de Santa Catarina *Vozes*, v. 61, n. 11, p. 997-1001, 1967d.

\_\_\_\_\_. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (V), Ilha de Santa Catarina, *Vozes*, v. 61, n. 12, p. 1094-1104, 1967e.

\_\_\_\_\_. A aldeia pré - Histórica da Praia da Tapera (VI), Ilha de Santa Catarina, *Vozes*, v. 62, n. 2, p. 140-154, 1968a.

\_\_\_\_\_. A aldeia pré - Histórica da Praia da Tapera (VII), Ilha de Santa Catarina, *vozes*. v. 62, n. 4, p. 325-331, 1968b.

\_\_\_\_\_. Petroglifos da Ilha de Santa Catarina e Ilhas adjacentes. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 19, 1969. Série Antropologia.

\_\_\_\_\_. Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense, Brasil. *Pesquisas*, São Leopoldo, n.24, 1971. Série Antropologia

\_\_\_\_\_. *Mesa-redonda da SBPC sobre a situação atual da pesquisa arqueológica no Brasil*. Estado de Santa Catarina, 1972. 11 p. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. O sítio arqueológico do Balneário de Cabeçadas. *Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, v. 22, n. 6, p. 384, 1973. Suplemento

\_\_\_\_\_. Armação do Sul: Três mil anos de História. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 21 abr. 1974.

\_\_\_\_\_. *A pré-história da Laguna*. In: Santo Antônio dos Anjos da Laguna: Seus valores históricos e humanos. *Publicação comemorativa da passagem do seu tricentenário de fundação*. Laguna: IOESC, 1976. p. 13-49.

\_\_\_\_\_. O sítio arqueológico do Pântano do Sul SC - F - 10. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1977.

\_\_\_\_\_. Pesquisas arqueológicas no município catarinense de Urussanga. *Anais do Museu de Antropologia*, Museu Universitário, Florianópolis, n. 12-15, p. 48-57, 1982.

\_\_\_\_\_. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, Museu Universitário, UFSC, Florianópolis, n. 17, p. 77-168, 1984.

ROHR, João Alfredo; ANDREATTA, Margarida Davina. O sítio arqueológico da Armação do Sul (Nota prévia). *Pesquisas*, III Simpósio de Arqueologia da Área do Prata, p. 135-138, 1969.

ROOSEVELT, Anna. O povoamento das Américas: O panorama brasileiro. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.) *Pré-história da Terra Brasilis I*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999 p. 35-50.

ROPPER, Donna C. The method and theory of site catchment analysis: a review. In: SCHIFFER, Michael B. (Ed.) *Advances in Archaeological Method and Theory*. New York: Academic Press, vol. 2, 1979. p. 119-140

ROQUETE-PINTO, E. *Rondônia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 399 p.

ROSA, Major V. *Rápido estudo sobre a geognosia do Estado de Santa Catarina*. Notas para a 2ª Edição da corografia do Estado. Florianópolis: Oficina da Imprensa Oficial, 1918. 54 p.

ROUSE, Irving. Prehistory, typology, and the study of society. In: CHANG, K. C. (ed.) *Settlement archaeology*. Palo Alto: National Press Books, 1968. p. 10-30.

ROWLANDS M. J.. Defence: a factor in the organization of settlements. In: UCKO, P. J.; TRINGHAM, R.; DIMBLEBY, G. W. (Eds.) *Man, settlement and urbanism*. Londres: Gerald Duckworth and Co., Ltd., 1972. p.447-462

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. São Paulo: Ed Itatiaia, Ed. da USP, 1978. 209 p.

SALGADO-LABOURIAU, Maria Léa. *História ecológica da Terra*. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 1998. 307 p.

SALZANO, Francisco M. As origens extracontinentais dos primeiros americanos, *Revista USP*, São Paulo, n. 34, p. 34-43, jun./jul./ago., 1997.

SANTOS, Milton, *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. 236 p.

\_\_\_\_\_. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1986. 236 p.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308 p.

\_\_\_\_\_. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1997a. 88 p.

SANTOS, Milton. Colaboração de Denise Elias. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC. 1997. 124 p.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1970.

\_\_\_\_\_. *Índios e brancos no sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: EDEME, 1973. 313 p.

\_\_\_\_\_. *Os povos indígenas e a Constituinte*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989. 83p.

SARG – SOUTHWESTERN ANTHROPOLOGICAL RESEARCH GROUP. *A co-operative approach towards understanding the locations of human settlement*. 1973. Mimeografado.

SAUTTER, Gilles. Léonard de Vinci: Théoricien du paysage. *Hérodete. Revue de Géographie et de Géopolitique*. n. 44, p.106-125, 1987.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro; MOSCOSO, Francisco. Análise do padrão de estabelecimentos Tupi-guarani: Fontes etno-históricas e arqueológicas. *Revista de Antropologia*, n. 30-31-32, p. 37-53, 1987-1989.

SCHAAFSMA, Polly. Form, Content, and Function: Theory and method in North American rock art studies. *Advances in Archaeological Method and Theory*, v. 8, p. 237-277, 1985.

SCHADEN, Egon. *A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1989. 175 p.

SCHADEN, Francisco S. G. Xokleng e Kaingáng: Notas para um estudo comparativo *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 105-112, 1958.

SCHEEL-YBERT, Rita. Mise en évidence par l'analyse anthracologique de la stabilité de la végétation sur le litoral brésilien pendant l'Holocène supérieur. *Quaternaire*, v. 3-4, n. 13, p. 247-256, 2002.

SCHMIDT, Carlos Borges. Alguns Aspectos da Pesca no Litoral Paulista. *Revista do Museu Paulista*, , São Paulo, p. 181-213, 1947. Nova Série.

SCHMITZ, Inácio S. J. A cerâmica guarani da Ilha de Santa Catarina. *Pesquisas*, Porto Alegre, n. 3, p. 267-326, 1959.

\_\_\_\_\_. Grandes complexos da cerâmica indígena no sul do Brasil. *Pesquisas. Antropologia*, São Leopoldo, n. 18, p. 127-140, 1968.

\_\_\_\_\_. *Caçadores e coletores da pré-história do Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, UNISINOS, 1984. 68 p.

\_\_\_\_\_. As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. *Documentos*, São Leopoldo, n. 02, p. 75-130, 1988.

\_\_\_\_\_. Acampamentos litorâneos em Içara, SC: Um exercício em padrão de assentamento. *Clio*, n. 11, p. 109-118, 1996. Série Arqueológica.

\_\_\_\_\_. Visão de conjunto dos sítios de Tapera, Armação do Sul, Laranjeiras I e II, Pântano do Sul e Cabeçadas. *Pesquisas, Antropologia* n. 53, p. 183-190, 1996.

SCHMITZ, Pedro Ignacio; BECKER, Ítala Irene Basile. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara. In: KERN, Arno et al. *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 251-293, 1991. Série Documenta Rio Grande do Sul.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. et al. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J.: O sítio da praia das Laranjeiras II. uma aldeia da Tradição Ceramista Itararé. *Pesquisas, Antropologia*, n. 49, 1993.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; VERARDI, Ivone. Cabeçadas: Um sítio Itararé no litoral de Santa Catarina. *Pesquisas, Antropologia* n. 53, p. 125-181, 1996.

SHARER Robert J.; Ashmore, Wendy. *Fundamentals of Archaeology*. Menlo Park: The Benjamin, Cummings Publishing Company, 1979.

SHELVOCKE, George. Capítulo II: Shelvocke, Betagh,. In: BERGER, Paulo. *Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVII e XIX*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Assessoria Cultural, 1979. p. 27-58.

SILVA, Armando Corrêa da. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de. *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986. p. 25-37.

SILVA, Fernando Altenfelder; BLASI, O. Escavações preliminares em Estirão Comprido. In: XXXI CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, v. II, 1955, São Paulo. *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, São Paulo: 1955. p. 828-845.

\_\_\_\_\_. Contribuição para a arqueologia de Estirão Comprido. In: III REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 1959, Recife. *Anais da III Reunião Brasileira de Antropologia*, Recife: 1959. p. 114-118.

SILVA, Fernando. A.; MEGGERS, Betty. Cultural development in Brazil, in: MEGGERS, Betty (Ed.) *Aboriginal cultural development in Latin America: an interpretative review. Smithsonian Miscellaneous Collections*, v. 146, n. 1, p. 119-129, 1963.

SILVA, Joana A. Fernandes. Economia de subsistência e projetos de desenvolvimento econômico em áreas indígenas. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, MAR, UNESCO, 1995. p. 343-367.

SILVA, Pe. Álcionílio Brüzzi Alves da. *A civilização indígena do Uaupés*. São Paulo: Linográfica, 1962. 496 p.

SILVA, Sergio B. *O sítio arqueológico da praia da Tapera: Um assentamento Itararé e Tupi Guarani*. \_Dissertação (Mestrado em História). 1989. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

\_\_\_\_\_. Arqueologia demográfica dos assentamentos Itararé da Praia da Tapera-SC. *Cadernos do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n 2, 1990. 30 p.

SILVA, Sérgio Baptista da et al. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr S.J. O sitio arqueológico da Praia da Tapera: um assentamento Itararé e Tupiguarani. *Pesquisas, Antropologia*, n. 45, 1990.

SILVA. Fabíola Andréa ; NOELLI, Francisco Silva. Para uma síntese dos Jê do sul: Igualdades, diferenças e dúvidas para a etnografia, etno-história e arqueologia. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 22, n.1, p. 5-12, 1996.

SIMÕES, Mário F. Índice das fases arqueológicos brasileiros: 1950-1971. Museu .Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 18, 1972. Publicações Avulsas.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. *Cultura material Xokleng: Um levantamento etnográfico. Museu Antropológico Diretor Pestana, Fidene, Ijuí, 1975. Mimeografado.*

SMITH, Jason W. *Foundations of Archaeology*. Los Angeles: Glencoe Press, 1976. 545 p.

SOARES de SOUSA, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987. 389 p.

SOARES, Doralécio. *Florianópolis turístico*. Florianópolis, ano 1, n.1, 1955.

SOUZA, Maria Leonor d' el Rei. et al. Vegetação do Pontal da Daniela, Florianópolis, SC, Brasil. I. Levantamento florístico e mapa fitogeográfico. *Ínsula*, Florianópolis, n. 21, p. 87-117, 1991-1992.

SOUZA SOBRINHO, Ranulpho José. As matas da Ilha no início do século XVI. *Ínsula*, Florianópolis, n. 6, p. 5-27, 1972.

SQUIRE, Shelagh J., *Landscapes, places and geographic spaces: Texts of*

- Beatrix Potter as cultural communication. *GeoJournal*, v. 1, n. 38, p. 75-86, 1996.
- STADEN, Hans. *Hans Staden, Brasilien*. Tradução Klaus Richter. Tübingen: Erdmann, 1986. cap. 8-16.
- STADEN, Hans. *Sec. 16: Duas viagens ao Brasil*. Tradução Guiomar de Carvalho Franco. Belo Horizonte: Itatiaia, Edusp, 1974. 216 p.
- STEIN, Julie. *Deciphering a Shell Midden*, San Diego: Academic Press, 1992. 375 p.
- STERNBERG, Rolf, Fantasy, Geography, Wagner, and opera. *The Geographical Review*. v.88, n. 3, p. 327-348, 1998.
- TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Sociedades indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, MAR, UNESCO, 1995. p. 445-473.
- TEIXEIRA Raquel F. A.. As línguas indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, MAR, UNESCO, 1995. p. 291-311.
- TENÓRIO, Maria Cristina. Coleta, processamento e início da domesticação de plantas no Brasil. IN: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.) *Pré-história da Terra Brasilis I*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 259-320.
- THORNES, J.B. The Palaeo-ecology of erosion. In: WAGSTAFF, J.M. (Ed.) *Landscape and Culture. Geographical and Archaeological Perspectives*. New York: Basil Blackwell, 1987. 233 p.
- TIBURTIUS, Guilherme; BIGARELLA, Íris K.; BIGARELLA João José. Nota prévia sobre a jazida paleo-etnográfica de Itacoara - Joinville, Santa Catarina. *Ciência e Cultura*, São Paulo v. 3, n.4, 267-268, 1951
- TIBURTIUS, Guilherme; BIGARELLA, Íris K.; BIGARELLA João José. Nota prévia sobre a jazida paleo-etnográfica de Itacoara - Joinville, Estado de Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, v. 5-6. p. 315-346, 1950/1951.
- TIBURTIUS, Guilherme; BIGARELLA, Íris K.; BIGARELLA, João José. Contribuição no estudo dos sambaquis do litoral norte de Santa Catarina. II – Sambaqui do Rio Pinheiros. *Arquivos de biologia e tecnologia*, Curitiba, v. 9, n. 8, p. 141-197, 1954.
- TIVY, Joy. *Biogeography: A study of plants in the ecosphere*. Nova York: Longman, 1982. 45 p.
- TRAVIS, Scott E. A paisagem agrícola pré-histórica de Wupatki monumento nacional. In: ANDERSON, Bruce (Org.) *O Wupatki projeto de pesquisa de inventário arqueológico: relatório final*. Santa Fe, Novo México, Divisão de Antropologia, Papel Profissional, não. 351990, boné. 4, p.1-54.

TRIGGER, G. Bruce. The determinants of settlement patterns. In: CHANG, K. C. (ed.) *Settlement archaeology*. Palo Alto: National Press Books, 1968. p. 53-78.

\_\_\_\_\_. Archaeology and ecology. *World Archaeology*, n. 2, 321-337, 1971.

\_\_\_\_\_. *Além da História: os métodos da Pré-História*. São Paulo: EPU, Edusp, 1973. 159 p.

\_\_\_\_\_. Distinguished lecture in Archeology: constraint and freedom – a new synthesis for archeological explanation. *American Anthropologist*, n. 93, 1991. p. 551-589.

TRINGHAM, Ruth. Territorial demarcation of prehistoric settlements. In: UCKO, P. J., TRINGHAM, R.; DIMBLEBY G. W. (Eds.) *Man, settlement and urbanism*. Londres: Gerald Duckworth and Co. Ltd. 1972. p. 463-475.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo suas línguas nativas. In: CUNHA, Manoela Carneiro da. (org.). *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Cia. Das Letras, Fapesp, SMS, 1992. p. 87-102.

VALLENTÍ, J. Vilá. Las distintas visiones geográficas de las relaciones entre naturaleza y hombre. *Revista de Geografía*, Departamento de Geografía de Universidad de Barcelona, Barcelona, n. 18, p. 5-17, 1990.

VANNUCCI, Marta. *Os manguezais e nós: uma síntese de percepções*. São Paulo: Edusp, 1999. 276 p.

VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina - A Ilha*. Florianópolis: IOESC, 1984. 258 p.

VEIGA, Juracilda. Aspectos da Organização Social entre os Kaingang do Xapecó (SC), In: LEITE, Arlindo Gilberto de O. (Org.) *Kaingang: confrontação e identidade étnica*. Piracicaba: Ed. Unimep, 1994. p. 81- 99.

VELTHEM, Lúcia Hussak van. Equipamento doméstico e de trabalho. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *SUMA Etnológica Brasileira: 2. Tecnologia Indígena*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 95-106.

\_\_\_\_\_. Arte indígena: referentes sociais e cosmológicos. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org.) *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. 1994. p. 83-92.

VIDAL, Lux As terras indígenas no Brasil. In GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orga.) *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. p. 193-204.

VIDAL, Lux; SILVA, Aracy Lopes da. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. In : SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, MAR, UNESCO, 1995. p. 369-402.

- VIERTLER, Renate Brigitte. Mito, rito e condições de sobrevivência entre os índios Bororo do Mato Grosso: Esboço para uma abordagem interdisciplinar do fenômeno mítico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, USP, n. 27, p. 113-124, 1987.
- VILLAS BOAS, Orlando; VILLAS BOAS, Claudio. *Xingu o índios, seus mitos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. 206 p.
- VITA-FINZI Claudio, *Archaeological sites in their setting*. Londres: Thames and Hudson, 1978.
- VITA-FINZI, C.; HIGGS, E.S. Prehistoric economy in the Mount Carmel area of Palestine: Site catchment analysis. *Proceedings of the Prehistory Society*, n. 36, p. 1-37, 1970.
- VITRY, Christian. Los incas y el paisaje: Organización geopolítica y religiosa del territorio prehispánico. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL HUMBOLDT, 15-19 oct. 2001, Salta/Argentina. *Anais do Terceiro Encontro Internacional Humboldt*, Salta/Argentina: 2001. p. 1-19. Digitalizado.
- VIVEIROS DE CASTRO. Eduardo Sociedades indígenas e natureza na Amazônia. In: Silva, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, MAR, UNESCO, 1995. p. 116-117
- WAGSTAFF, J.M. Introduction. In: WAGSTAFF, J.M. (Ed.) *Landscape and Culture: Geographical and Archaeological Perspectives*. New York: Basil Blackwell, 1987a. p. 1-10.
- \_\_\_\_\_. The new archaeology and geography. In: WAGSTAFF, J.M. (Ed.) *Landscape and Culture: Geographical and Archaeological Perspectives*. New York: Basil Blackwell, 1987b. p. 26-36.
- WATERS, Michael R. *Principles of Geoarchaeology: A North American perspectives*. The University of Arizona Press, Tucson & London, 1992. 398 p.
- WATSON, Patty Jo. Archaeology, Anthropology, and the culture concept. *American Anthropologist*, v. 4, n. 97, p. 683-694, 1994.
- WHITMORE, Thomas M.; TURNER II, B. L. Landscapes of Cultivation in Mesoamerica on the Eve of the Conquest. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 3, n. 82, p. 402-425, 1992.
- WILLEY, Gordon. Prehistoric settlement patterns in the Viru Valley. *Bulletin*, Bureau of American Ethnology, n. 155, 1953.
- \_\_\_\_\_. *An introduction to American Archaeology: Volume One North and Middle America*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1966. 530 p.
- \_\_\_\_\_. *An introduction to American Archaeology: Volume 2 South America*. Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1971. 559 p.
- \_\_\_\_\_. Cerâmica. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *SUMA Etnológica Brasileira: 2. Tecnologia Indígena*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 231-282.

WILLEY, G. R. ; PHILLIPS, P. *Method and theory in American Archaeology*. Chicago: University of Chicago, 1958.

WÜST, Irmi. *Continuidade e mudança* - Para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da Bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso. 1990. 508 f. São Paulo, Tese (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. v. I

\_\_\_\_\_. A arte rupestre: seus mitos e seu potencial interpretativo. *Ciências Humanas em Revista*, Goiânia, v. 2, n. ½, p. 47-73, 1991.

\_\_\_\_\_. As aldeias dos agricultores ceramistas do Centro-Oeste brasileiro. In, TENÓRIO, Maria Cristina (Org.) *Pré-História da Terra Brasilis I*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 321-337.

YBERT, Jean-Pierre. Évolution de l'environnement dans la zone littorale sud et sud-est du Brésil à l'Holocène supérieur: variations du climat et du niveau relatif de la mer; leur influence sur l'occupation humaine. *Quaternaire*, v. 3-4, n. 13, p. 237-245, 2002.

YELLEN, John E. *Archaeological approaches to the present: models for reconstructing the past*. New York: Academic Press, 1977.

YOUNG T. Cuyler Jr. Desde Heródoto, a história tem sido um conceito válido? *American Antiquity* . Tradução Irmhild Wüst. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, v. 1, n. 53, p. 7-12, 1988.

ZARKY, Alan. Statistical analysis of site catchments et Oco, Guatemala. In: FLANNERY, Kent V. *The early Mesoamerican village*. New York: Academic Press, 1976. p. 117-160.

ZERBI, Maria Chiara. Il patrimonio paesaggistico i valori della cultura. *Bolletino Della Società Geografica Italiana*, Roma, série XII, v. IV, p. 269-277, 1999.